

**Maio 2018**

# **JUVENTUDE(S)**

**DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?**

**Relatório final**

Maria Manuel Vieira, Vítor Sérgio Ferreira (coordenadores)  
Luena Marinho  
Luís Gouveia  
Tatiana Ferreira

Estudo financiado pelo Instituto Português de Desporto e Juventude e realizado pelo Observatório Permanente da Juventude, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



# Índice

<b>Índice de gráficos/mapas/figuras .....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>1. Enquadramento metodológico e sociodemográfico .....</b>	<b>15</b>
1.1 Metodologia e fontes de informação .....	17
1.1.1 Aplicação do questionário .....	17
1.2 Caracterização dos municípios .....	25
1.3 Caracterização dos respondentes.....	27
1.4 Distribuição territorial da população Jovem.....	29
<b>2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude .....</b>	<b>35</b>
2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude .....	37
2.1 Unidade orgânica .....	37
2.2 Recursos humanos.....	55
2.3 Orçamento .....	61
Síntese conclusiva .....	67
<b>3. Formas de intervenção municipal na área da juventude.....</b>	<b>69</b>
3. Formas de intervenção municipal na área da juventude.....	71
3.1 Plano Estratégico para a área da juventude – Plano Municipal de Juventude .....	72
3.2 Formas de auscultação dos jovens .....	79
3.3 Apoio ao Associativismo .....	89
3.4 Canais de comunicação, infraestruturas e serviços para jovens .....	97
Síntese conclusiva .....	101
<b>4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude</b>	<b>107</b>

4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude ...	109
4.1. Problemas .....	110
4.2. Áreas prioritárias de intervenção .....	121
4.3. Propostas de intervenção (2018-2021) .....	158
Síntese conclusiva .....	177
<b>5. Bibliografia .....</b>	<b>187</b>
Legislação: .....	194
<b>6. Anexos .....</b>	<b>197</b>
Anexo 1 - Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude	199
Anexo 2 – Email-convite enviado aos municípios .....	239
Anexo 3 – Email de lembrete enviado aos municípios que não entraram no inquérito <i>online</i> .....	241
Anexo 4 - Email de lembrete enviado aos municípios que responderam parcialmente ao inquérito .....	243
Anexo 5 – Lista de municípios portugueses, por NUTS III e por taxa de resposta.....	249
Anexo 6 – Mapas de distribuição geográfica .....	265
Anexo 7 – Estrutura de intervenção municipal na área da juventude .....	267
Anexo 8 - Formas de intervenção municipal na área da juventude.....	271
Anexo 9 - Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude .....	275

# Índice de gráficos/mapas/figuras

## 1. Enquadramento metodológico e sociodemográfico

Tabela 1.1 – Datas de envio dos lembretes de preenchimento do questionário	19
Gráfico 1.1 - Convites enviados (%) .....	21
Gráfico 1.2 – Questionários preenchidos (%) .....	22
Gráfico 1.3 - Questionários preenchidos por município (%) .....	23
Mapa 1.1 - Taxa de repostas por NUTS III .....	25
Gráfico 1.4 - Cargo que o inquirido desempenha no município (%) .....	27
Gráfico 1.5 - Unidade orgânica em que trabalha o inquirido (%) .....	28
Mapa 1.1 - Taxa de crescimento da população jovem 2011-2016 .....	30
Mapa 1.2 - População jovem 15-29 por NUTS III, 2016 .....	31
Figura 1 – Municípios com mais população jovem (15-29 anos) .....	32

## 2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude

Figura 2 – Municípios com menos população jovem .....	32
Gráfico 2.1 – Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude (%)	38
Mapa 2.1 Unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude por NUTS III .....	39
Mapa 2.2 Sem unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude por NUTS III .....	40
Gráfico 2.2-Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude, por população jovem em 2016 (Nº) .....	42
Figura 2.1 -Tipologia das unidades orgânicas municipais .....	43
Gráfico 2.3 – Designação da unidade orgânica dedicada à juventude (%) .....	44
Gráfico 2.4 – Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude (resposta múltipla) (%) .....	46
Gráfico 2.5 – Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, por NUTS III (resposta múltipla) (%) .....	48
Gráfico 2.6 - Missão e atribuições da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude, por função (%) .....	49
Tabela 2.1 - Missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude .....	51

Gráfico 2.7 -Recursos humanos afetos à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%).....	56
Gráfico 2.8 -Recursos humanos dedicados especificamente à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%).....	57
Gráfico 2.9 – Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude (%).....	58
Gráfico 2.10 – Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude, por tipologia de unidade orgânica (%) .....	59
Gráfico 2.11 – Existência de um orçamento específico para a área da juventude por unidade orgânica.....	61
Mapa 2.3 - Distribuição orçamental por NUTS III.....	62
Gráfico 2.12 – Percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude (%) .....	64

### **3. Formas de intervenção municipal na área da juventude**

Mapa 3.1- Distribuição de municípios com PMJ por NUTS III.....	76
Gráfico 3.1 - Justificações para a inexistência de um Plano Municipal de Juventude.....	77
Gráfico 3.2 - Ano de implementação do Plano Municipal de Juventude.....	78
Gráfico 3.3 – Mecanismos de auscultação dos jovens .....	80
Gráfico 3.4 – Ano de constituição do Conselho Municipal de Juventude (%)... ..	85
Mapa 3.2 – Distribuição da existência de Conselho Municipal de Juventude por NUTS III.....	86
Tabela 3.1 – Regularidade do Conselho Municipal de Juventude.....	88
Gráfico 3.5 - Justificações para a inexistência de Conselho Municipal de Juventude .....	89
Gráfico 3.6 – Ano de constituição do regulamento de apoio às Associações de Juventude.....	92
Mapa 3.3 – Distribuição da existência de Regulamento de apoio ao associativismo juvenil e NUTS III .....	93
Gráfico 3.7 - Número de associações de juventude apoiadas pelo município (2013-2017).....	95
Gráfico 3.8 – Distribuição do número de associações apoiadas por NUTS III..	96

Gráfico 3.9 – Percentagem do orçamento 2016 dirigida especificamente a apoios a associações de juventude.....	97
Gráfico 3.10 – Canais de divulgação e informação aos jovens (%).....	98
Gráfico 3.11 – Infraestruturas e serviços existentes no município destinados aos jovens (%).....	100

#### **4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude**

Tabela 4.1 – Problemas dos jovens do município.....	111
Mapa 4.1 – Desemprego segundo NUTS III (%) .....	112
Mapa 4.2 – Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%) .....	113
Mapa 4.3. – <i>Trabalho precário</i> segundo NUTS III (%) .....	114
Mapa 4.4 – Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%).....	115
Mapa 4.5 – Insucesso escolar segundo NUTS III (%) .....	116
Mapa 4.6 – Abandono escolar segundo NUTS III (%).....	117
Mapa 4.7 – Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%).....	118
Figura 4.1 – Distribuição dos municípios segundo <i>Problemas</i> que afetam a área da juventude.....	119
Tabela 4.2 – Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017) (%).....	122
Tabela 4.3 – Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017 e 2018-2021).....	123
Gráfico 4.1 – Mudança da área prioritária <i>Emprego e empreendedorismo</i> (2013-2017 e 2018-2021).....	125
Gráfico 4.2 – Mudança da área prioritária <i>Participação cívica e cidadania</i> (2013-2017 e 2018-2021).....	126
4.8 – Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	127
Gráfico 4.3 – População jovem (25-34) desempregada segundo Economia e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (%).....	129
Gráfico 4.4 – Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo <i>Emprego e empreendedorismo</i> (área prioritária 2018-2021) (Nº) .....	130

Mapa 4.9 – <i>Educação e formação</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	131
.....	131
Mapa 4.10 – Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	132
Gráfico 4.5 – Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo <i>Participação cívica e cidadania</i> (área prioritária 2018-2021) (Nº) .....	133
Figura 4.2 – Participação cívica e cidadania (2018-2021) e Partido político (2017) .....	134
Mapa 4.11 – <i>Criatividade e cultura</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	135
Mapa 4.12 – Saúde e bem-estar (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	136
Mapa 4.13 – <i>População e demografia</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	137
Gráfico 4.6 – Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo População e demografia (área prioritária 2018-2021) (Nº) .....	139
Mapa 4.14 – <i>Habitação</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)..	140
Mapa 4.15 – <i>Ambiente e desenvolvimento sustentável</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	141
Figura 4.3 – Distribuição dos municípios segundo <i>Áreas prioritárias de intervenção</i> (2018-2021) .....	142
Tabela 4.4 – Justificações para as áreas prioritárias de intervenção (2018-2021) .....	145
Gráfico 4.7 – Média da população jovem residente em 2016 segundo Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem (Nº) .....	146
Figura 4.4 – Distribuição dos municípios segundo <i>áreas prioritárias</i> de intervenção (2018-2021) – justificações .....	156
Tabela 4.5 – Propostas de intervenção destinadas à área da juventude .....	159



Mapa 4.16 – <i>Desporto, cultura e lazer</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	161
Mapa 4.17 – <i>Educação e formação</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	164
Mapa 4.18 – <i>Participação cívica e associativismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	166
Gráfico 4.8 – Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo <i>Participação cívica e associativismo</i> (área prioritária 2018-2021) (Nº) .....	168
Mapa 4.19 – <i>Economia, emprego e empreendedorismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	170
Gráfico 4.9 – Média da população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo <i>Economia, emprego e empreendedorismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) (Nº) .....	171
Gráfico 4.10 – População jovem desempregada em 2017 segundo <i>Economia, emprego e empreendedorismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) (%) .....	173
Mapa 4.20 – <i>Apoio à habitação jovem</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	175
Mapa 4.21 – <i>Demografia e habitação</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	176

## 6. Anexos

Lista de municípios portugueses, por NUTS III e por taxa de resposta.....	251
Mapa 6.1 – Distribuição territorial por NUTS (I, II, III) .....	265
Mapa 6.2 – Taxa de resposta por distrito .....	265
Mapa 2.3 - Distribuição orçamental por NUTS III.....	269
Mapa 3.1- Distribuição de municípios com PMJ por NUTS III.....	271
Mapa 3.2 – Distribuição da existência de Conselho Municipal de Juventude por NUTS III .....	272
Mapa 3.3 – Distribuição da existência de Regulamento de apoio ao associativismo juvenil e NUTS III .....	273
Tabela 6.1 – Regularidade do Conselho Municipal de Juventude.....	274

Mapa 4.1 – <i>Desemprego</i> segundo NUTS III (%) .....	275
Mapa 4.2 – Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%) .....	276
Mapa 4.3. – <i>Trabalho precário</i> segundo NUTS III (%) .....	277
Mapa 4.4 – Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%).....	278
Mapa 4.5 – <i>Insucesso escolar</i> segundo NUTS III (%) .....	279
Mapa 4.6 – <i>Abandono escolar</i> segundo NUTS III (%).....	156
Mapa 4.7 – Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%)	281
Mapa 4.8 – <i>Emprego e empreendedorismo</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	282
Mapa 4.9 – <i>Educação e formação</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	283
Mapa 4.10 – <i>Participação cívica e cidadania</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	284
Mapa 4.11 – <i>Criatividade e cultura</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	285
Mapa 4.12 – <i>Saúde e bem-estar</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	286
Mapa 4.13 – <i>População e demografia</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	287
Mapa 4.14 – <i>Habitação</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (2018-2021) (%) .....	288
Mapa 4.15 – <i>Ambiente e desenvolvimento sustentável</i> (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	289
Mapa 4.16 – <i>Desporto, cultura e lazer</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	290
Mapa 4.17 – <i>Educação e formação</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	291
Mapa 4.18 – <i>Participação cívica e associativismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%) .....	292
Mapa 4.19 – <i>Economia, emprego e empreendedorismo</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	293

Mapa 4.20 – <i>Apoio à habitação jovem</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).	294
Mapa 4.21 – <i>Demografia e habitação</i> (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).	295

## Introdução

O presente relatório representa o output final do Estudo **Juventude(s): do Local ao Nacional – que intervenção?** constante do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 20 de Novembro de 2017, e que tem por objeto o apoio à realização de um estudo em que se procede ao levantamento exaustivo e integral para a totalidade dos municípios portugueses de elementos referentes às políticas municipais de Juventude.

O estudo tem, pois, como âmbito todos os municípios portugueses, num total de 308.

O estudo acima referido, realizado no ICS-ULisboa, tem um desenho empírico que envolve, por um lado, uma pesquisa documental on-line no site de cada município (recolha do plano diretor municipal; apuramento das iniciativas e políticas municipais dedicadas à Juventude; outras informações relevantes para efeitos do estudo); e um inquérito por questionário on-line aos 308 municípios portugueses, que permita identificar a intervenção dos municípios portugueses na área da Juventude, nomeadamente no que se refere a estruturas e metodologias de intervenção.

De acordo com a calendarização prevista, este relatório final pretende apresentar, de forma analítica e aprofundada, a informação coligida.

A sua redação estrutura-se em quatro partes.

A primeira parte – Metodologia e Fontes de Informação – identifica os procedimentos empíricos utilizados, revela a distribuição da amostra no território nacional e apresenta dados relativos aos respondentes. Tendo em conta que as políticas municipais de Juventude estarão, em boa medida, articuladas com a relevância de população jovem que cada território apresenta, é ainda acrescentada informação sobre a distribuição territorial da população Jovem.

A segunda parte – Estrutura de Intervenção Municipal na Área da Juventude – visa identificar os modelos de governança local das políticas públicas a nível

municipal no domínio da juventude, bem como contabilizar os recursos disponíveis em cada unidade orgânica, quer a nível financeiro, quer a nível humano, dedicados à área da juventude.

A terceira parte – Formas de Intervenção Municipal na Área da Juventude – colige e organiza as respostas do inquérito que remetem para as características de intervenção municipal na área da juventude. Mais especificamente, debruça-se sobre os moldes como é efetuada essa intervenção, identifica os mecanismos de auscultação dos jovens, apura as modalidades de divulgação de informação destinada a este público, apresenta os apoios concedidos ao associativismo juvenil, e identifica infraestruturas e serviços disponibilizados a esta população.

A quarta parte – Problemas, Prioridades e Propostas Municipais na Área da Juventude – refere-se ao diagnóstico produzido pelas autarquias acerca dos principais problemas que, na sua perceção, afetam a juventude na sua região, as principais prioridades políticas na área da juventude quer no anterior mandato (2013-2017), quer no que decorre presentemente (2018-2021), e as principais iniciativas e políticas que elegem para esta área no período do atual mandato político autárquico (2018-2021).

O relatório termina com as referências bibliográficas e um anexo contendo mapas que permitem uma melhor descodificação dos conteúdos apresentados.

É nossa convicção de que este relatório contribuirá para a construção de uma aproximação rigorosa à complexa realidade municipal portuguesa no domínio da juventude.

Lisboa, 21 de maio de 2018

Os coordenadores do estudo

Maria Manuel Vieira

Vítor Sérgio Ferreira

## **1. Enquadramento metodológico e sociodemográfico**



---

## 1.1 Metodologia e fontes de informação

---

O *Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude* no âmbito do estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?» foi desenvolvido pelo Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ ICS-ULisboa), com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). O seu principal objetivo foi proceder a um levantamento sistemático de informação sobre políticas de juventude a nível municipal, no sentido de mapear a diversidade de práticas que, a esse nível, são desenvolvidas, constituindo mais uma forma de apoio à tomada de decisões políticas na definição de um Plano Nacional de Juventude a nível nacional.

O inquérito por questionário (anexo 1) foi disponibilizado *online* através da plataforma *SurveyMonkey* em 28 de novembro de 2017 e ficou disponível até 3 de março de 2018.

O questionário incluía uma lista de 50 questões organizadas em 15 dimensões de análise: estrutura de intervenção-unidade orgânica; orçamento; formas de intervenção; plano municipal de juventude; apoios a associações juvenis; regulamento de apoio a associações juvenis; formas de auscultação de jovens; conselho municipal de juventude; infraestruturas físicas e serviços para jovens; problemas dos jovens no município; áreas prioritárias de intervenção (2013-2017); áreas prioritárias de intervenção (2018-2021); propostas de intervenção (2018-2021); dados de identificação do respondente; e programas, projetos e/ou iniciativas relevantes (2013-2017).

### 1.1.1 Aplicação do questionário

O processo de envio do questionário teve várias etapas e incluiu a utilização de um conjunto de estratégias para maximizar a taxa de não-respostas.

Os 308 municípios existentes no país foram convidados por email (exemplo em anexo – anexo 2) de acordo com uma lista de contactos providenciada pelo



IPDJ, que continha entre 1 a 3 emails por município: o geral, o da vereação e a do técnico identificado pelo IPDJ como interlocutor na área da juventude. O envio dos convites por email e a disponibilização online do questionário foi efetuado a 28 de novembro de 2017.

Numa primeira fase, efetuaram-se insistências de preenchimento do questionário para a totalidade de emails de contacto de cada município com o envio de emails de “lembrete” – a 04, 11 e 18 de dezembro de 2017 (tabela 1.1). Para o efeito foram criados dois emails distintos, um email com uma mensagem para os municípios que à data ainda não tinham entrado no questionário *online* (anexo 3) e um email com uma mensagem para os municípios que só haviam preenchido o questionário parcialmente (anexo 4).

Durante o mês de dezembro foi ainda feito pelo IPDJ um reforço junto das Direções Regionais para intensificarem o contacto com as Câmaras Municipais.

Uma análise dos problemas de receção dos questionários, bem como dos tempos de resposta e das não respostas levaram-nos a adotar um conjunto de estratégias para aumentar a taxa de resposta.

A partir de 12 de dezembro de 2017, devido à reduzida taxa de resposta até então (10,1% - tabela 1.1), e tal como previsto no protocolo assinado com o IPDJ, iniciaram-se os contactos telefónicos com os municípios, numa primeira fase apenas com os que não tinha ainda acedido ao questionário online, e numa fase posterior também junto dos municípios que só tinham respondido ao questionário parcialmente.

Inicialmente foi determinado que o inquérito seria fechado cerca de um mês após o envio do primeiro convite, ou seja, a 22 de dezembro de 2017. Contudo, devido à reduzida taxa de resposta – a 27 de dezembro a taxa de resposta era de 43,8% (tabela 1.1) -, e aos problemas e dificuldades que, através dos contactos telefónicos, os municípios reportavam, o prazo para preenchimento do inquérito foi alargado até fim de janeiro de 2018.

**Tabela 1.1 – Datas de envio dos lembretes de preenchimento do questionário**

Data envio	Respostas		
	Completas	Parciais	Taxa de questionários completos
04/12/2017	<b>12</b>	<b>22</b>	<b>3,9%</b>
11/12/2017	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>10,1%</b>
18/12/2017	<b>91</b>	<b>128</b>	<b>29,5%</b>
27/12/2017	<b>135</b>	<b>187</b>	<b>43,8%</b>
03/01/2018	<b>153</b>	<b>211</b>	<b>49,7%</b>
09/01/2018	<b>183</b>	<b>257</b>	<b>59,4%</b>
Total (03/03/2018)	<b>257</b>	<b>98</b>	<b>83,4%</b>

Fonte: Monitorização via SurveyMonkey, 2018

Através do contacto telefónico com os municípios percebeu-se que um conjunto de fatores contribuiu para a reduzida taxa de resposta alcançada no primeiro mês em que o inquérito esteve *online*, dos quais se destacam três com efeitos mais diretos ao longo da operação de inquérito.

Primeiro, os municípios receberam durante o mês de novembro um inquérito enviado pelo IPDJ, também no âmbito do Plano Nacional da Juventude, com perguntas relativas às áreas prioritárias para as políticas de juventude a nível nacional, o qual deveria ser respondido até dia 5 de dezembro. Ainda que o questionário do IPDJ se centrasse na visão dos municípios sobre as prioridades nacionais para a juventude, e o questionário enviado pelo OPJ - ICS-ULisboa fosse mais amplo, a sobreposição de datas e a temática comum deu azo a que muitos municípios pensassem já ter preenchido o questionário enviado pelo OPJ, não se apercebendo de que se tratava de dois inquéritos diferentes.

Segundo, o inquérito decorreu durante o mês de dezembro, o qual contempla dois feriados no início do mês, o Natal e respetivas férias escolares, e o fim do ano. No decorrer dos contactos telefónicos efetuados para os municípios houve dificuldade em entrar em contacto com os responsáveis pela área da juventude ou com elementos do gabinete da presidência ou da vereação, porque muitos se encontravam de férias ou em eventos e compromissos profissionais relacionados com a época natalícia. Para além da indisponibilidade devido a férias ou compromissos, a altura de fecho de ano e balanço de atividades e inventário

contabilístico reduziu a disponibilidade dos respetivos técnicos/dirigentes para responderem ao questionário.

Por último, e em terceiro lugar, a aplicação do questionário decorreu pós período eleitoral. Em outubro de 2017 houve eleições autárquicas em Portugal e em alguns municípios houve mudança do executivo. Para além das mudanças de executivo a nível do presidente e vice-presidente - cuja tomada de posse decorreu, na sua maioria, durante o mês de novembro -, houve ainda vereadores que foram nomeados e tomaram posse numa fase posterior, o que em alguns municípios dificultou o preenchimento e validação do questionário por parte das chefias.

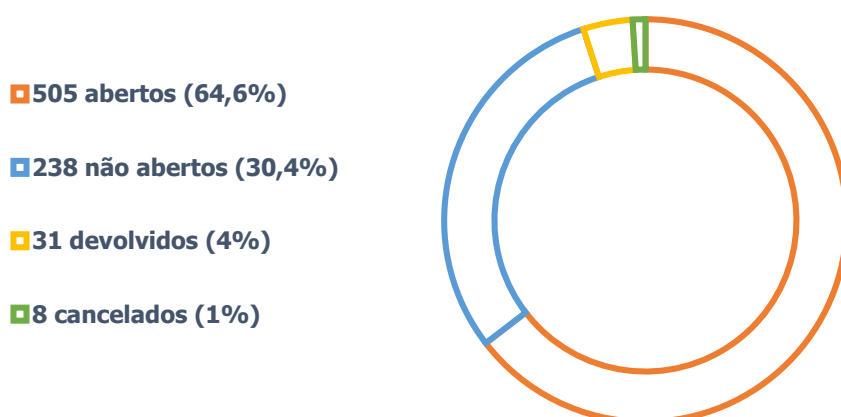
Apesar de, numa segunda fase, o prazo ter sido alargado até fim de janeiro de 2018, após uma nova insistência telefónica sobretudo junto dos municípios que tinham preenchido o questionário parcialmente, decidiu-se fazer um novo alargamento de prazo até fim de fevereiro de 2018. Através da monitorização via *SurveyMonkey*, verificou-se que existia um número elevado de questionários que, não estando concluídos e fechados pelos municípios, tinham taxas de preenchimento na ordem dos 80% das questões. Através dos contactos telefónicos foi possível identificar que a conclusão do respetivo preenchimento estava dependente da validação superior por parte do gabinete da presidência ou da vereação com o pelouro da juventude. Esta validação era necessária sobretudo relativamente às últimas questões do questionário, que incidem sobre as áreas prioritárias de intervenção do município para o quadriénio 2018-2021.

Pelos motivos expostos, o inquérito esteve disponível para preenchimento *online* por parte dos municípios de 28 de novembro a 03 de março de 2018.

#### **1.1.1.1 Respostas ao questionário**

Na totalidade dos convites enviados para responder ao questionário online, foram abertos 505 emails (64,6%) e 238 emails (30,4%) nunca chegaram a ser abertos (gráfico 1.1).

**Gráfico 1.1 - Convites enviados (%)**



Fonte: Monitorização via SurveyMonkey, 2018

Do conjunto de emails enviados foram automaticamente devolvidos 31, na sua maioria devido ao bloqueio do software de segurança dos municípios, a caixas de correio cheias ou a erros de endereço. Para minorar o problema das mensagens devolvidas, optou-se por procurar, em primeiro lugar, um outro endereço alternativo nos *websites* oficiais do município e, nos casos em que não foi encontrado, decidiu-se contactar telefonicamente o município.

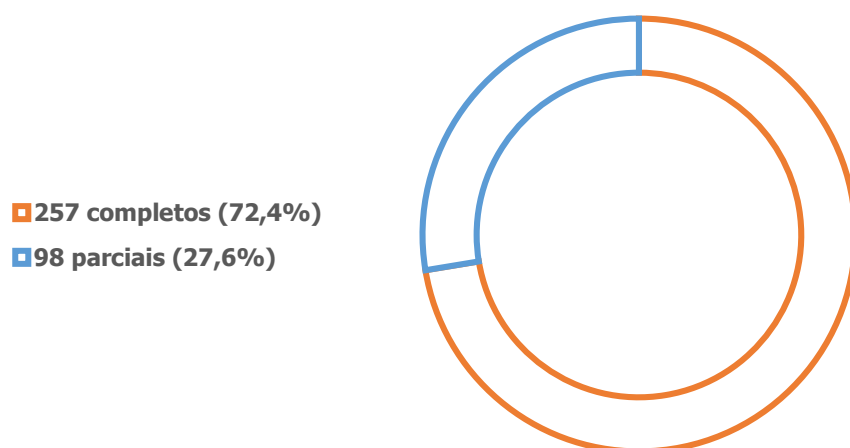
De facto, devido ao período de transição do executivo de alguns municípios em resultado das eleições autárquicas de outubro de 2017, alguns emails, nomeadamente os do gabinete da presidência e vereação, deixaram de existir e/ou funcionar. Nos casos em que o servidor dos municípios bloqueou a receção do email para o preenchimento do questionário, nem sempre foi possível solucionar o problema através do reenvio de novo convite e em dois municípios foi necessário o envio do questionário em formato *pdf*. Estes dois questionários, após terem sido preenchidos, foram posteriormente introduzidos na plataforma *SurveyMonkey*.

De referir ainda que um conjunto de 8 emails bloqueou automaticamente o envio futuro de emails a partir da conta do *SurveyMonkey*. Após a receção da notificação dos emails devolvidos e/ou cancelados foram feitas novas diligências, seja por email, seja por telefone, para reenviar email para um novo contacto.

### 1.1.1.2 Questionários válidos

Do universo dos 308 municípios foram rececionados 257 questionários completos (72,4%) e 98 questionários parciais (27,6%) (gráfico 1.2).

Gráfico 1.2 – Questionários preenchidos (%)



Fonte: Monitorização via *SurveyMonkey*, 2018

Como se viu, o pedido de preenchimento do questionário foi enviado por email, tendo sido enviados vários convites por município, na medida em que, em alguns municípios, dispunha-se de mais de um contacto de email – geral, do gabinete da presidência ou da vereação e do técnico identificado pelo IPDJ como interlocutor responsável pela área da juventude.

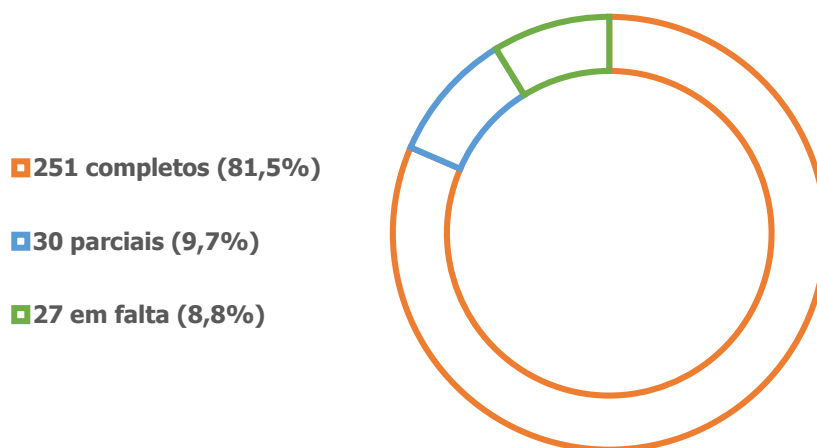
Devido ao envio do questionário para mais de um email por município foram recebidas respostas duplicadas por parte de 6 municípios. Nestes casos, foram seleccionados como válidos os questionários cujo preenchimento estava mais completo e, nos casos em que os questionários eram idênticos, o critério de selecção foi o nível hierárquico do cargo desempenhado pelo respondente, tendo sido seleccionando o questionário que foi preenchido pelo cargo mais elevado na estrutura orgânica do município.

De referir ainda que, do total dos municípios contactados, 27 nunca acederam ao questionário online mesmo depois de contactados por telefone várias vezes, e 30 responderam apenas parcialmente ao questionário até à data de fechamento do mesmo, pelo que, não havendo sido completados, estes questionários não

foram considerados válidos e não integraram a base de dados em análise no presente relatório (anexo 5).

No total, foram considerados válidos 251 questionários completos – a amostra do nosso estudo -, o que corresponde a 81,5% do total dos 308 municípios portugueses (gráfico 1.3).

**Gráfico 1.3 - Questionários preenchidos por município (%)**



Fonte: Monitorização via *SurveyMonkey*, 2018

As respostas obtidas foram extraídas do *SurveyMonkey* diretamente para o SPSS, onde os dados foram organizados e a base de dados validada. Todos os resultados estatísticos apresentados neste relatório foram desenvolvidos neste mesmo *software*. No caso particular das respostas abertas previstas no questionário<sup>1</sup>, procede-se a uma análise descritiva do tipo categorial<sup>2</sup> (Guerra,

---

<sup>1</sup> São, nomeadamente, duas as questões de resposta aberta no questionário: Pergunta 44 «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?» e Pergunta 45 «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).» (Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018).

<sup>2</sup> A análise descritiva do tipo categorial consiste na identificação dos fatores explicativos, isto é, dos fatores cuja dinâmica é potencialmente explicativa de um fenómeno que se pretende compreender (neste caso específico, a escolha das áreas prioritárias de intervenção por parte dos municípios que integram a amostra). Na lógica interna de construção das categorias, destacam-se os elementos dominantes e sociologicamente pertinentes (Guerra, 2012) para dar conta das fundamentações apresentadas pelas autarquias relativamente às áreas prioritárias para a área da juventude.

2012). Este processo revela-se fundamental para transformar as respostas abertas em variáveis nominais e, desse modo, passíveis de tratamento estatístico no SPSS.

## 1.2 Caracterização dos municípios

Uma análise da taxa de resposta por área geográfica, tendo como referência as unidades territoriais NUTS nível III (anexo 6) permite-nos verificar que a taxa média de resposta é de 80,8% (mapa 1.1).

**Mapa 1.1 - Taxa de repostas por NUTS III**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251)

e Serra da Estrela (66,7%), Região de Leiria (60%) e Viseu-Dão Lafões (57,1%) foram também regiões onde se registaram taxas de resposta inferiores a 70%.

As unidades territoriais em que todos os municípios responderam ao questionário são Madeira (100%), Cávado (100%) e Tâmega e Sousa (100%).

Ainda que nem todos os municípios tenham completado o questionário, Douro (94,7%), Açores (94,7%), Área Metropolitana do Porto (94,1%) e Baixo Alentejo (92,3%) foram unidades territoriais em que se registaram taxas de resposta acima dos 90%.

Por sua vez, a Beira Baixa foi a unidade territorial com a menor taxa de resposta (50%). Beiras



No mapa 6.2 (anexo 6) é possível verificar a distribuição geográfica dos municípios que responderam ao inquérito, tendo como referência a nomenclatura de distribuição geográfica *distritos*.

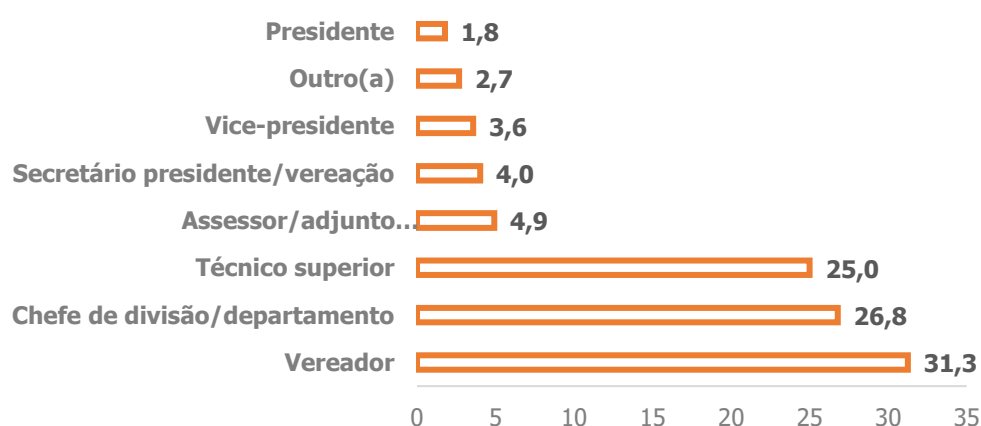
---

### 1.3 Caracterização dos respondentes

---

A maioria dos indivíduos que responderam ao inquérito online ocupa cargos de direção no município, nomeadamente de vereação (31,3%) ou de chefia de divisão ou departamento (26,8%). A percentagem de técnicos superiores que responderam ao inquérito é mais reduzida (25%) (gráfico 1.4).

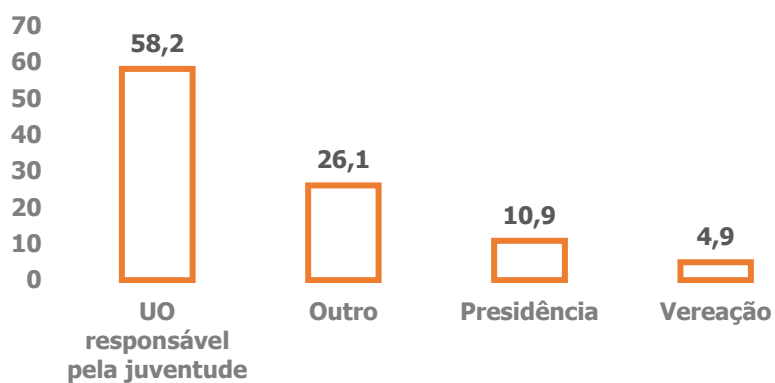
**Gráfico 1.4 - Cargo que o inquirido desempenha no município (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=224) Pergunta do questionário: «Cargo que desempenha no município recodificado (valores= Presidente; Vice-presidente; Vereador; Assessor/adjunto presidente/vereação; Secretário presidente/vereação; Chefe de divisão/departamento; Técnico superior; Outro(a))».

A maioria dos inquiridos que responderam ao inquérito pertence à unidade orgânica responsável pela área da juventude (gráfico 1.5).

**Gráfico 1.5 - Unidade orgânica em que trabalha o inquirido (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=184). Pergunta do questionário: «Unidade orgânica em que trabalha recodificado (valores= Presidência; Vereação; UO responsável pela juventude; Outro»

---

## 1.4 Distribuição territorial da população Jovem

---

Considerando que as políticas municipais de Juventude estarão, em grande medida, articuladas com a maior ou menor presença de população jovem nos territórios onde incidem, e que as diferentes regiões são uma das variáveis principais operacionalizadas na análise dos dados do inquérito aos responsáveis municipais de juventude, antes de se entrar nesta análise, vale a pena fazer uma breve caracterização das principais tendências sociodemográficas no que respeita à distribuição recente da população jovem no território português, compreendendo continente e ilhas.

Nas últimas décadas tem-se assistido a um decréscimo da proporção da população jovem no total da população em todo o território português.

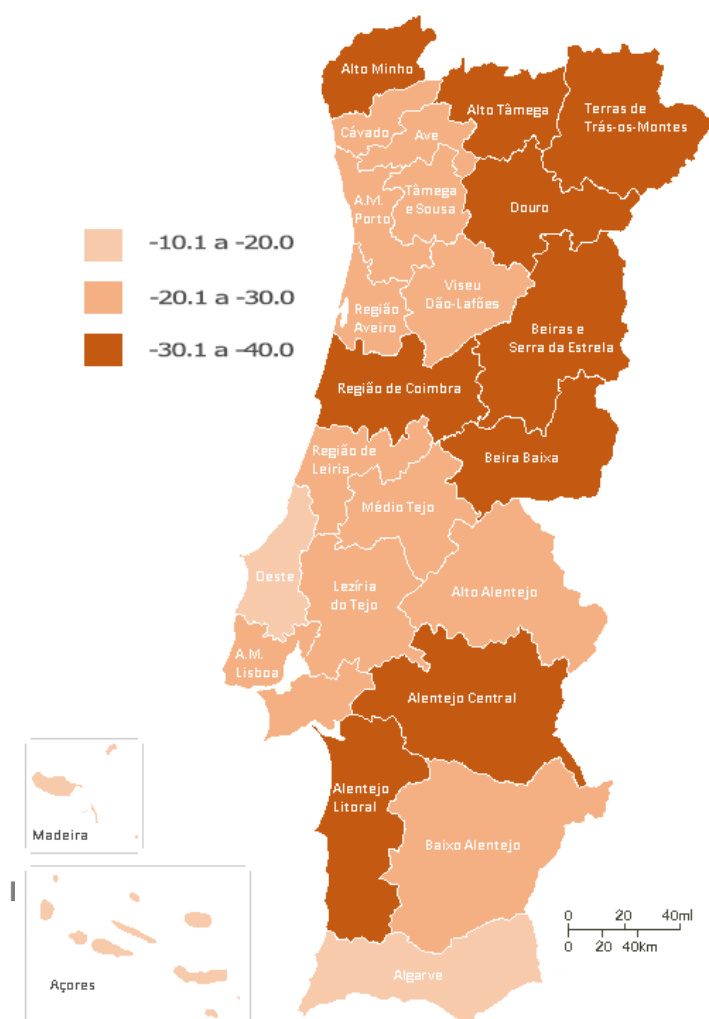
A reconfiguração da estrutura demográfica do território nacional deveu-se sobretudo ao aumento da esperança média de vida, da baixa natalidade verificada nas últimas décadas, bem como à recente vaga de emigração jovem após a crise de 2009 (Vieira, Ferreira e Pinho, 2017).

O mapa 1.1 mostra como nos últimos 15 anos se verificou um crescimento negativo da população jovem em todas as unidades territoriais (NUTS III).

Apesar de o decréscimo populacional ser transversal a todo o território nacional, verificam-se algumas assimetrias regionais.

Uma primeira evidência é a existência de um fenómeno de interioridade, sendo que é nas unidades territoriais do interior do país, a norte e a centro, que se concentram os municípios que mais perderam população jovem nos últimos anos.

**Mapa 1.1 - Taxa de crescimento da população jovem  
2011-2016 (%)**



**Fonte:** INE, Pordata, 2018

a Região de Coimbra (-35%), têm-se debatido nos últimos anos com dificuldades em atrair população jovem.

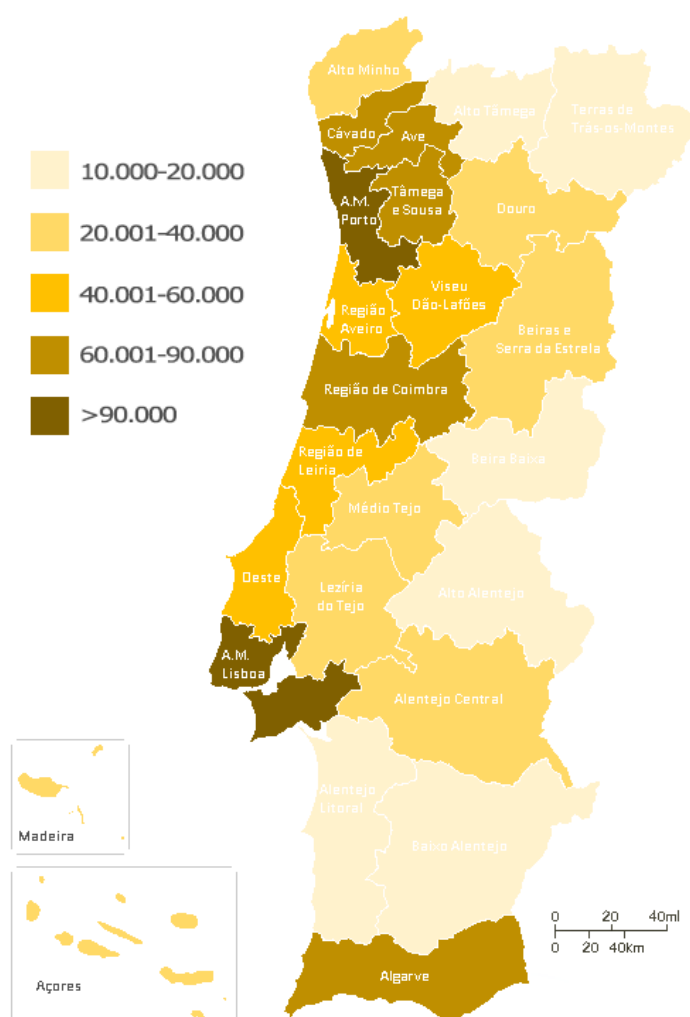
Uma análise da distribuição geográfica dos jovens por NUTS III, considerando o escalão etário da população entre 15 e 29 anos, permite identificar algumas tendências demográficas e verificar a existência de algumas oscilações.

O mapa 1.2 evidencia um padrão de distribuição da população jovem pelo território português, caracterizado por uma acentuada litoralização e urbanização. A população jovem concentra-se mais nas zonas litorais e urbanas,

Há também que salientar um crescente despovoamento e consequente envelhecimento da população na região do Alentejo, mais acentuado no litoral e no Alentejo central.

Em contraste, verifica-se um menor decréscimo da população jovem nas zonas litorais e mais urbanas, destacando-se a zona Oeste (-18%) e o Algarve (-17%) como as regiões que menos perderam população jovem. Destaque-se, no entanto, que as regiões mais urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (-27%) e do Porto (-30%) e

**Mapa 1.2 - População jovem 15-29 por NUTS III, 2016 (N)**



**Fonte:** INE, Pordata, 2018

nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa (426 765 jovens) e do Porto (277 550 jovens). Existe também uma maior concentração de jovens no Norte e no Centro, com destaque para a região do Cávado (74 053 jovens), do Ave (75 053 jovens), do Tâmega e Sousa (82 053 jovens) e mais a centro a Região de Coimbra (63 537 jovens).

Destaca-se ainda a zona do Algarve (67 884 jovens) zona turística com alguma capacidade de atração de jovens, pela oferta de emprego, ainda que com um carácter sazonal.

Uma análise mais fina, por município, permite verificar que os 5 municípios com mais população jovem em 2016 localizam-se nas áreas Metropolitanas de Lisboa (Sintra, Lisboa e Loures) e do Porto (Vila Nova de Gaia e Braga). Os 5 municípios com menos população jovem situam-se nos Açores (Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores), no Alentejo (Barrancos) e no Algarve (Alcoutim).

**Figura 1 – Municípios com mais população jovem (15-29 anos)**



**Figura 2 – Municípios com menos população jovem**



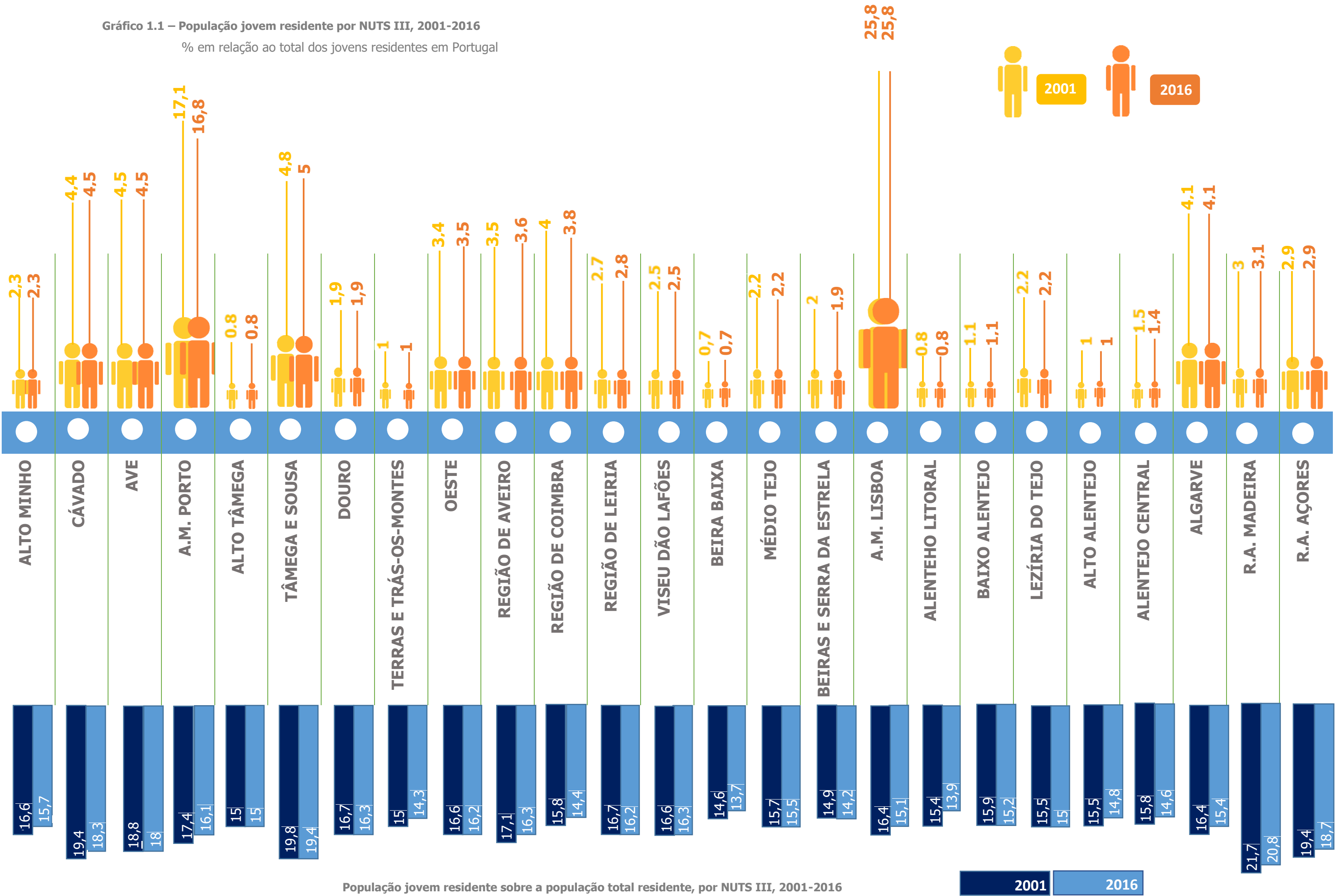
**.Fonte:** Pordata, 2018

O município que registou um maior aumento da população entre 2001 e 2016 foi Vila de Rei, com um crescimento de 20,4%, não existindo mais nenhum município no Centro e Norte de Portugal com um crescimento positivo nos últimos 15 anos.

Os poucos municípios onde se observou crescimentos positivos de população jovem no mesmo período concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa: Alcochete (16,6%), Mafra (16,3%), Arruda dos Vinhos (12,9%), Montijo (9,8%), Benavente (3,8%), Sesimbra (5,1%). Destacam-se ainda os municípios de Lagos (9%), de Santa Cruz na Madeira (7,7%) e Ribeira Grande (0,3%) nos Açores.

Gráfico 1.1 – População jovem residente por NUTS III, 2001-2016

% em relação ao total dos jovens residentes em Portugal







## **2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude**



---

## 2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude

---

O primeiro ponto deste relatório pretende identificar algumas formas de governança local das políticas públicas a nível municipal no domínio da juventude. Isto na medida em que a identificação dos recursos institucionais, organizacionais, financeiros e humanos que são ativados e mobilizados no processo de implementação das políticas públicas a nível local é importante para, posteriormente, compreender melhor o funcionamento e as linhas estratégicas para a intervenção dos municípios na área da juventude (Rodrigues, 2014). Assim, a identificação da **estrutura orgânica de intervenção municipal nesta área** permitirá deste modo mapear a relevância que lhe é concedida dentro dos vários modos de organização interna que atravessam os concelhos do país.

Numa primeira parte serão analisados os dados relativos à estrutura de intervenção municipal para a juventude de cada município, com especial incidência sobre a **tipologia, designação e exclusividade** da unidade orgânica. Posteriormente serão apresentados os recursos disponíveis em cada unidade orgânica, seja a nível financeiro através da **dotação orçamental** na área da juventude, seja a nível humano, através da análise do volume, exclusividade e formação dos **recursos humanos** disponíveis em cada unidade orgânica.

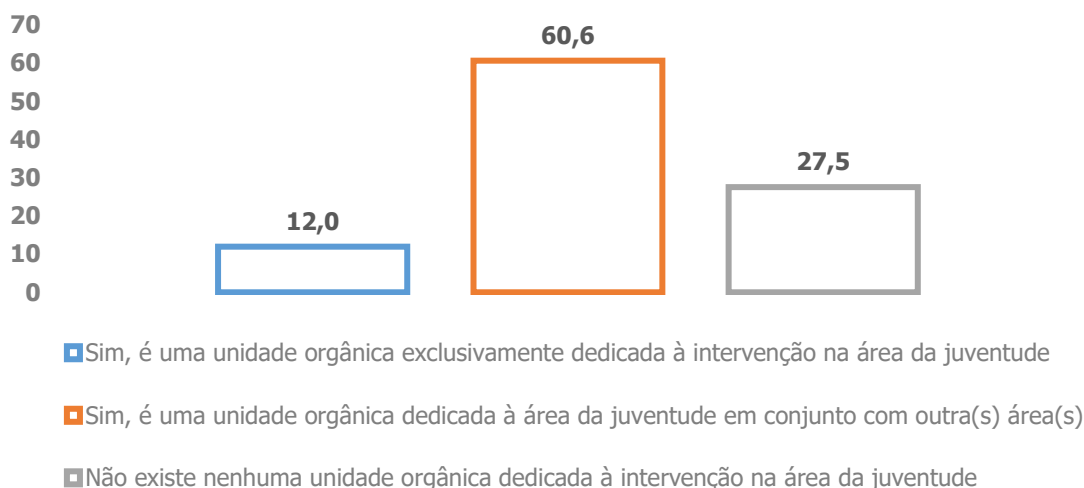
### 2.1 Unidade orgânica

Por forma a compreender o enquadramento institucional das políticas públicas para a juventude a nível local, foi pedido a cada município que indicasse se possuía ou não uma **unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude** e o seu grau de exclusividade.

A maioria dos municípios (72,6%) afirma possuir uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, sendo que apenas em 12% dos municípios essa unidade tem um carácter exclusivo, ou seja, é exclusivamente

dedicada à intervenção na área da juventude (gráfico 2.1). De notar que cerca de 1/4 dos municípios portugueses não tem, na sua estrutura, uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude.

**Gráfico 2.1 – Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?»

Uma análise da distribuição territorial dos municípios com uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude permite verificar que, na maioria das unidades territoriais (NUTS III), não existem municípios com unidades orgânicas exclusivas.

O mapa 2.1 evidencia a existência de uma acentuada assimetria territorial entre o interior e o litoral, sendo que em apenas uma unidade territorial do interior do país existem municípios com unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à intervenção na área da juventude – Beiras e Serra da Estrela (10% UO exclusivas). É no litoral que se concentra a maioria dos municípios com unidade orgânica exclusivamente dedicada à área da juventude, sobretudo na

Map of Portugal showing the distribution of the population by region. The map is color-coded according to the population density legend:

- 0
- 1-10
- 11-20
- 21-30
- >30

Regions labeled on the map include: Alto Minho, Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Cávado, Ave, Tâmega e Sousa, Douro, A.M. Porto, Viseu, Região de Aveiro, Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Região de Coimbra, Beira Baixa, Região de Leiria, Médio Tejo, Oeste, Lezíria do Tejo, Alto Alentejo, A.M. Lisboa, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, and Algarve.

Inset maps show the Azores and Madeira islands.

Scale bar: 0 20 40km

A distribuição territorial das unidades orgânicas dedicadas exclusivamente à área da juventude faz ainda emergir outros contrastes territoriais.

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?» Tabela do mapa 2.1 no anexo 7

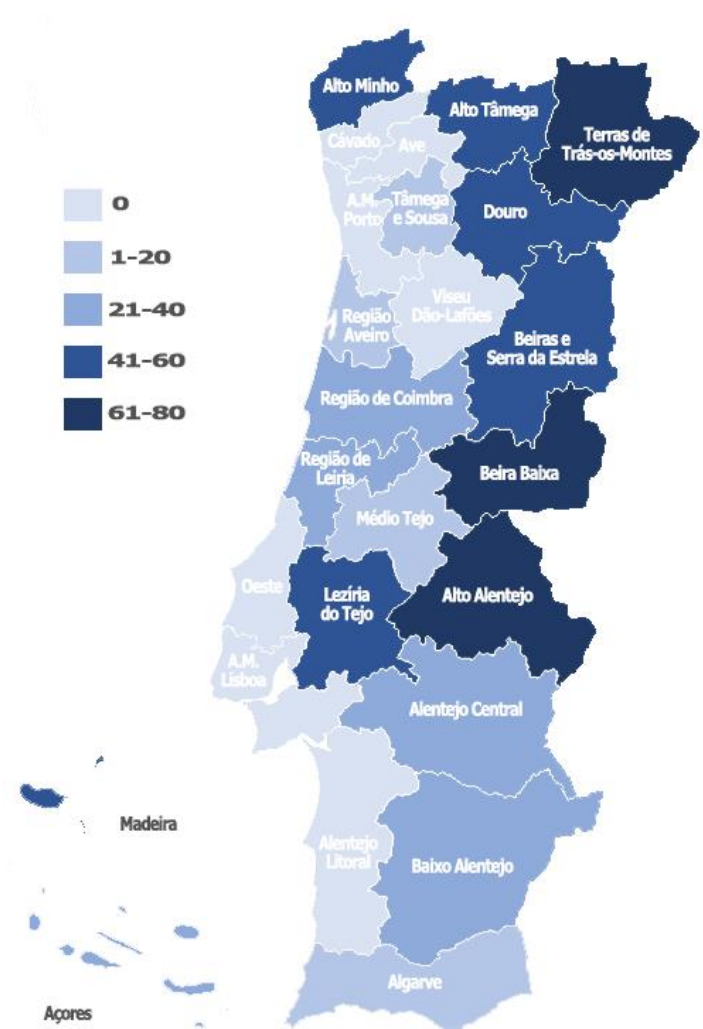
Por contraponto, uma análise da distribuição territorial dos municípios em que não existe uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, evidencia a existência de um conjunto de unidades territoriais onde não existem

municípios com unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude (mapa 2.2).

Mais uma vez se verifica uma assimetria entre litoral e interior, sendo que a maioria das regiões com menor percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas exclusivamente à área da juventude se concentra no litoral— a norte no caso do Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto; a centro no Oeste e no centro-sul na Área Metropolitana de Lisboa, todas elas unidades territoriais que possuem, como se viu, uma percentagem significativa de municípios com unidade orgânicas exclusivamente dedicadas à intervenção na área da juventude e que se caracterizam também por serem das regiões com maior densidade populacional

jovem. É exceção a região de Viseu/Dão e Lafões, que se localiza mais no centro-interior do continente e que é composto apenas por unidades orgânicas que se dedicam à intervenção na área da juventude em conjunto com outras áreas. A região do Alentejo Litoral é também exceção, sendo que, apesar de ser a segunda unidade territorial com menor densidade populacional jovem em 2016 (13 158

**Mapa 2.2 Sem unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude por NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?» Tabela do mapa 2.2 no anexo 7.

jovens), se destaca por não possuir municípios sem unidades orgânicas, sendo inclusive uma região em que, como já foi sublinhado, 25% dos municípios possui uma unidade orgânica com carácter de exclusividade.

Por sua vez, as regiões onde existem maior percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas à área da juventude localizam-se precisamente nas regiões mais interiores de Portugal, a norte no caso de Terras de Trás-os-Montes, em que 62,5% dos municípios não possuem unidade orgânica, e mais a centro no caso da Beira Baixa e Alto Alentejo, com 66,7% e 63,6% sem unidades orgânicas, respetivamente. No caso das Ilhas, é sobretudo a Região Autónoma da Madeira a acompanhar esta tendência.

A análise da existência de uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude evidenciou assim alguns padrões na distribuição territorial dos municípios, sendo que é sobretudo nas unidades territoriais com maior densidade populacional que existem, por um lado, uma maior percentagem de municípios com unidades orgânicas com carácter de exclusividade e, por outro lado, uma menor percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude.

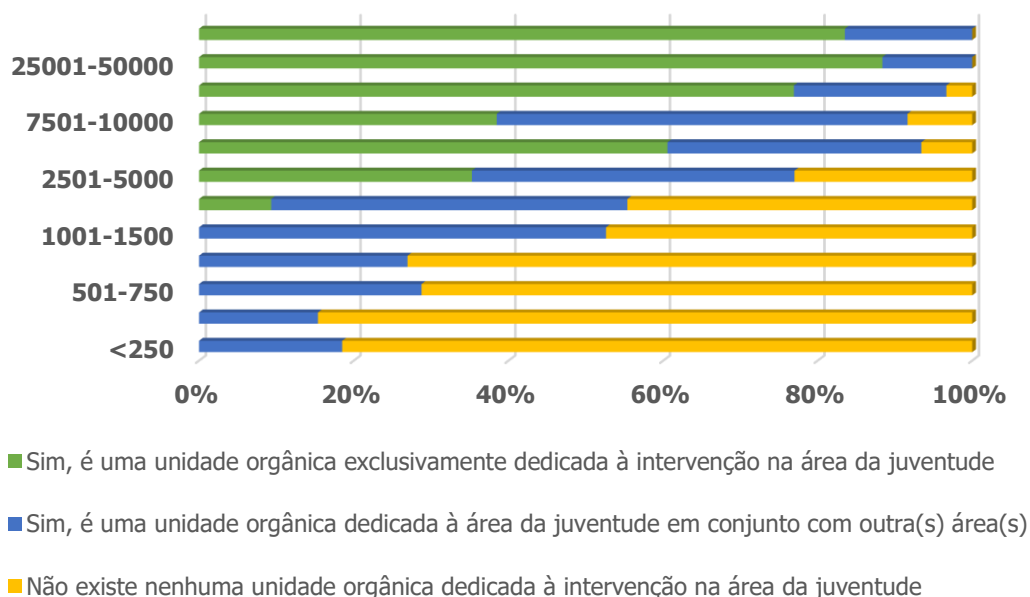
Efetivamente, em termos de distribuição populacional é possível verificar a existência de uma correlação moderada<sup>3</sup> entre a densidade de população jovem (entre os 15 e os 29 anos) no município e o carácter de exclusividade da unidade orgânica para a juventude. Se, por um lado, os municípios com maior densidade populacional – acima de 25 000 jovens – possuem, na sua maioria, unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à área da juventude, por outro, os municípios com menor volume de população jovem não dispõem, na sua maioria, de unidades orgânicas para a juventude, sejam ou não exclusivas (gráfico 2.2).

---

<sup>3</sup> Correlação negativa moderada: coeficiente de Pearson = -0.550



**Gráfico 2.2-Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude, por população jovem em 2016 (Nº)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). INE, Pordata, 2018

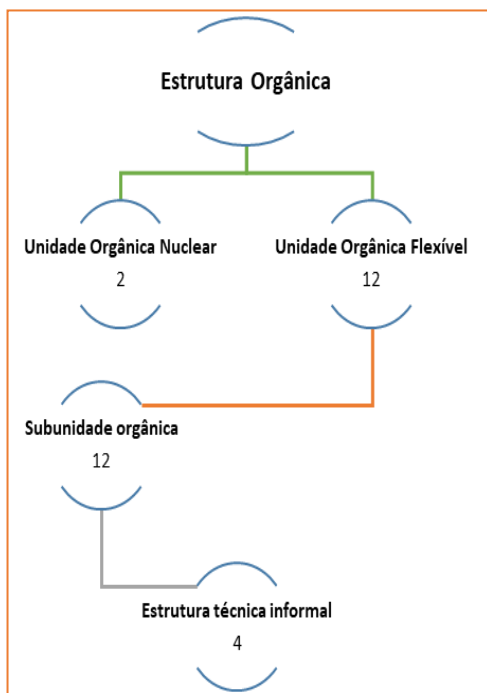
### 2.1.1 Tipologia

De acordo com o regime jurídico que estabelece a orgânica dos serviços das autarquias locais (Lei n.º 86/2009), **a organização dos serviços municipais** deve obedecer a uma **estrutura interna hierarquizada** composta por unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis (figura 2.1).

As unidades orgânicas nucleares têm um carácter fixo, sendo compostas sobretudo por direções ou departamentos municipais, e correspondendo sempre a uma departamentalização fixa (Lei n.º 86/2009-artigo 10, alínea 2). Já as unidades flexíveis podem ser criadas, alteradas e extintas por deliberação da câmara municipal, sempre que seja necessário otimizar os recursos físicos, humanos e/ou financeiros do município.

A definição das competências e atribuições das unidades orgânicas flexíveis é da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal (Decreto-Lei n.º 305/2009, artigo 7º, alínea a)).

**Figura 2.1 -Tipologia das unidades orgânicas municipais**



Entre os municípios que afirmam possuir uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude (N=30) só em dois casos essas unidades têm uma tipologia nuclear, ou seja, fixa, sendo ambos da Área Metropolitana de Lisboa e sendo ambos presentes em municípios com mais de 15 000 jovens.

A tipologia de unidade mais frequente entre os municípios com uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à área da juventude é, efetivamente, a unidade orgânica flexível (presente em 12 municípios) ou a subunidade orgânica (igualmente em 12 municípios).

Existem ainda 4 municípios em que a área da juventude está integrada ou compõe uma estrutura técnica com um carácter “informal”, ou seja, que não possui a natureza de unidade nem de subunidade orgânica e que, por norma, está sob a dependência direta do Executivo ou de uma outra unidade orgânica. O facto de não serem unidades orgânicas com competências e atribuições próprias e com uma afetação própria de recursos humanos e financeiros, pode, eventualmente, limitar a sua atuação e dificultar o desenvolvimento e implementação de uma política local para a juventude nos respetivos municípios. Contudo, a dependência direta do executivo ou de outra unidade orgânica pode também maximizar o alcance da sua atuação na medida em que pode ser mais propício ao desenvolvimento de uma política integrada e intersectorial com áreas chave como a educação, emprego, habitação, saúde, etc (Siurala, 2006).

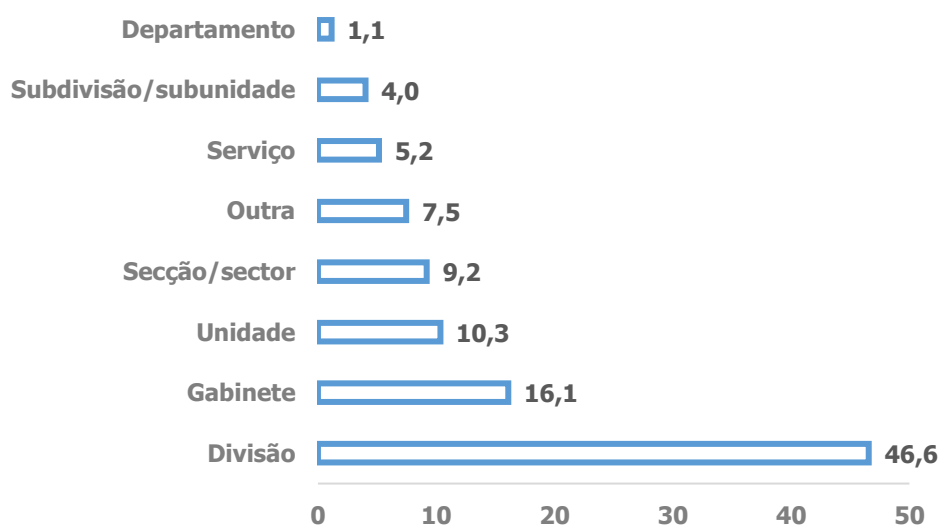
### 2.1.2 Designação

A estrutura interna dos municípios é constituída, como se viu, por unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis, cuja nomenclatura compreende diversas designações que traduzem a estrutura orgânica municipal.

As unidades orgânicas nucleares são compostas por direções e departamentos (Lei n.º86/2009- Artigo 3.º). Assim, e entre os municípios inquiridos cuja área de juventude compõe uma unidade orgânica nuclear, a designação “departamento” é a mais utilizada (1,1%) (gráfico2.3).

A estrutura flexível dos serviços é composta por unidades flexíveis que podem assumir, entre outras designações, a de “divisão”. Nos municípios inquiridos, entre os que possuem uma unidade dedicada à área da juventude, com um carácter exclusivo ou não, a “divisão” é a designação mais frequente (46,6%).

**Gráfico 2.3 – Designação da unidade orgânica dedicada à juventude (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=182). Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? recodificada por tipologia de designação orgânica - Designação da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? (valores= 1) Departamento; 2) Divisão; 3) Gabinete; 4) Outra; 5) Secção/sector; 6) Serviço; 7) Subdivisão/subunidade; 8) Unidade) N=174; Não respostas (8).»

As designações de “gabinete” (16,1%), de “secção/sector” (9,2%) ou de “serviço” (5,2%) são menos utilizadas e correspondem, por norma, a subunidades enquadradas no Executivo ou em outras unidades orgânicas. Em algumas autarquias podem ainda corresponder a estruturas técnicas informais (gráfico 2.3).

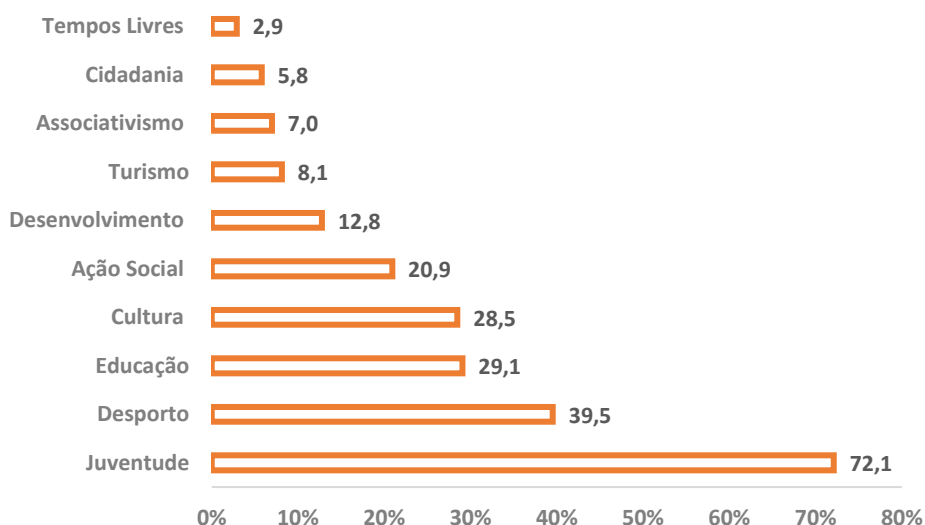
Uma análise por densidade populacional permite verificar que os municípios com mais de 15 000 jovens utilizam sobretudo a designação “divisão” (60,9%). Ainda que seja também a designação mais utilizada pelos municípios que têm menos de 15 000 jovens (44,4%), nestes municípios existe uma maior diversidade de denominações, como a de gabinete (14,6%), unidade (11,9%), secção/sector (9,3%), serviço (6%) e subdivisão/unidade (4,6%). De salientar ainda que a designação unidade, serviço e subdivisão/unidade não existe entre os municípios com mais de 15 000 jovens.

### **2.1.3 Áreas de intervenção**

A partir da denominação da unidade orgânica dedicada à área da juventude foi possível analisar quais são as áreas de intervenção que alinham com a área da juventude e que constam da designação de cada autarquia.

A palavra juventude aparece em 72,1% das designações das unidades orgânicas, sendo que esta área se encontra sobretudo associada às áreas de intervenção do desporto (39,5%), educação (29,1%), cultura (28,5%) e ação social (20,9%) (gráfico 2.4).

**Gráfico 2.4 – Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude (resposta múltipla) (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?, recodificada por área temática - Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, resposta múltipla (Ação Social; Associativismo; Cidadania; Cultura; Desenvolvimento; Desporto; Educação; Juventude; Tempos Livres; Turismo).» Resposta múltipla N=174

Uma análise da designação da unidade orgânica tendo em conta o seu grau de exclusividade permite verificar que a designação da unidade orgânica dos municípios que possuem uma estrutura exclusivamente dedicada à área da juventude contém sempre a palavra juventude e só residualmente utiliza outras denominações como educação (13,8%), ação social (6,9%) e tempos livres (6,9%).

Já no caso dos municípios que não possuem uma estrutura exclusiva dedicada à juventude, ainda que a palavra juventude seja a mais frequente (65,5%), são utilizadas outras denominações como desporto (46,2%), cultura (33,1%), educação (31,7%) e ação social (23,4%), em referência à(s) área(s) de intervenção que operam em conjunto na unidade orgânica com intervenção partilhada.

A multiplicidade de áreas de intervenção referenciadas pelos municípios é demonstrativa de como, à exceção da maioria dos municípios que possuem uma unidade orgânica exclusiva, a área da juventude aparece sempre associada a

outras áreas de intervenção. Mais uma vez, uma análise por densidade populacional permite verificar que a palavra juventude aparece em 52,5% dos municípios com mais de 15 000 jovens e em apenas 29,1% dos municípios com menos de 15 000 jovens.

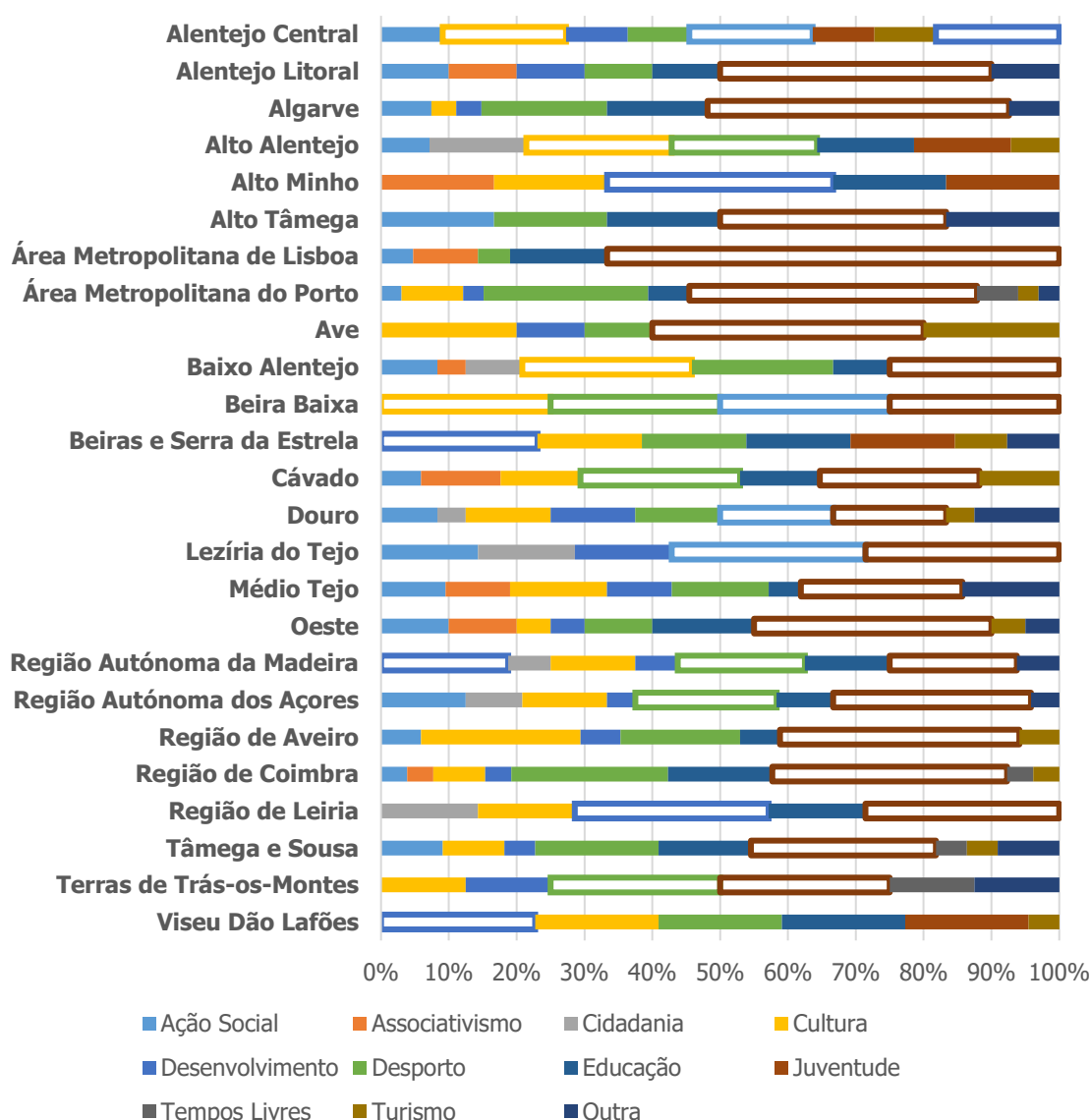
Como já aventámos, se, por um lado, a dificuldade de a juventude se constituir como uma área de intervenção autónoma pode limitar a sua capacidade de atuação a nível local, por outro lado, a integração com outras áreas de intervenção pode também potenciar a capacidade de atuação na área da juventude e permitir o desenvolvimento de uma política integrada e de cooperação entre diferentes áreas (Council of Europe, 2017; Siurala, 2006).

Uma análise da área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude tendo como referência a **distribuição territorial** dos municípios permite verificar a existência, em algumas regiões, de outras designações mais frequentes que a de "juventude" (gráfico 2.5).

A área da ação social prevalece mais em regiões do centro-interior como Viseu, Dão e Lafões, Beiras e Serra da Estrela ou na Região Autónoma da Madeira.

À exceção do Alentejo Litoral que, como se verificou, se destaca por não ter municípios sem unidades orgânicas dedicadas à área da juventude e por ter uma percentagem significativa de municípios com unidades orgânicas com um carácter de exclusividade, nas restantes regiões do Alentejo a designação "cultura" é a que aparece com mais frequência na designação da unidade orgânica dedicada à área da juventude. Sendo o Alentejo das regiões com menor densidade populacional jovem, as unidades orgânicas na área da juventude aparecem assim mais associadas a áreas não diretamente relacionadas com a juventude, como a cultura e, em algumas regiões do Alentejo – Alto Alentejo e Baixo Alentejo – também o desporto, que dizem mais respeito a uma oferta de serviços direcionados à população em geral e que podem também beneficiar os jovens.

**Gráfico 2.5 – Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, por NUTS III (resposta múltipla) (%)**



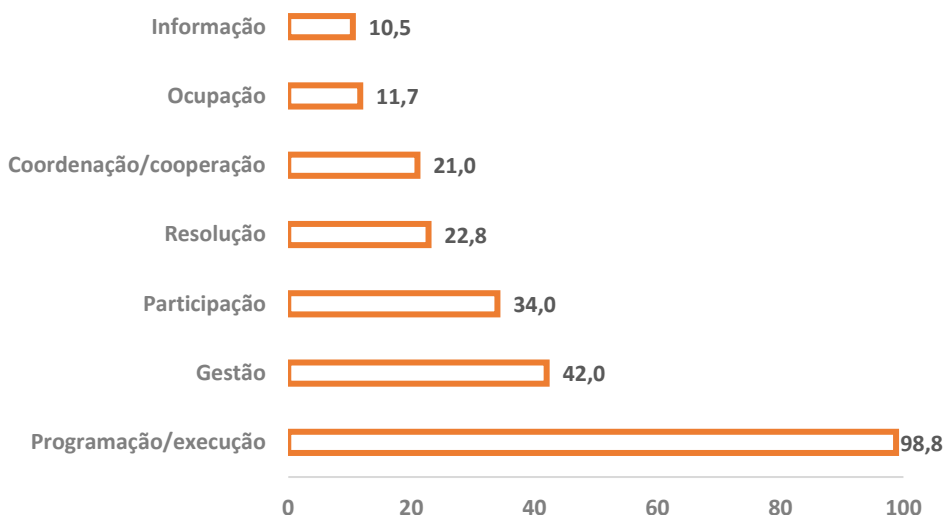
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?, recodificada por área temática - Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, resposta múltipla (Ação Social; Associativismo; Cidadania; Cultura; Desenvolvimento; Desporto; Educação; Juventude; Tempos Livres; Turismo).» Resposta múltipla N=174

#### 2.1.4 Missão

No que diz respeito às **atribuições das unidades orgânicas** dedicadas à intervenção na área da juventude, a partir da análise de conteúdo das missões

referenciadas pelos municípios, estas foram agregadas de acordo com o critério das suas funcionalidades (gráfico 2.6).

**Gráfico 2.6 - Missão e atribuições da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude, por função (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 11: «Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?» Recodificada, resposta múltipla N=166

Entre as missões referenciadas destacam-se as de programação/execução de políticas públicas na área da juventude, entre outras, através da promoção e desenvolvimento de atividades/programas e/ou ações direcionadas aos jovens, tendo esta opção sido identificada por quase todos os municípios (98,8%) (tabela 2.1).

Ainda que com menor expressão, são igualmente relevantes as missões de gestão (42%) referenciadas pelos municípios, sobretudo a gestão relacionada com os equipamentos/espços e serviços desportivos e/ou culturais.

De importância equivalente são as missões que envolvem o estímulo à participação dos jovens na vida social e política dos concelhos (34%), nomeadamente as relacionadas com o associativismo juvenil e a sua dinamização, bem como o envolvimento dos jovens no território e a sua importância na promoção do desenvolvimento local.



Alguns municípios referenciam como principais atribuições da unidade orgânica dedicada à área da juventude a resolução dos problemas dos jovens do município (22,8%), seja em termos mais gerais através da prevenção e promoção da resolução dos problemas dos jovens, seja através do desenvolvimento de medidas específicas como a promoção de políticas de fixação da população jovem, ou ainda através da elaboração de estudos de diagnóstico sobre os jovens do município por forma a conhecer as suas necessidades.

A coordenação e cooperação com outros organismos/instituições (21%) é outra das funcionalidades atribuídas às unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude, nomeadamente através do estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude, por forma a assegurar a articulação e coordenação sectorial das políticas municipais na área da juventude.

Finalmente, as missões menos referenciadas foram as relacionadas com a ocupação (11,7%) e informação (10,5%) dos jovens. No caso das atribuições relacionadas com a ocupação dos tempos livres e voluntariado, ainda que menos expressivo que outras missões, não pode deixar de se evidenciar o papel das autarquias na ocupação dos tempos livres, nomeadamente através de programas de atividades em período de férias escolares.

**Tabela 2.1 - Missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude**

<b>Programação/execução</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Promover e desenvolver atividades/programas/ações direcionadas aos jovens;</li> <li>•Desenvolver e executar as políticas públicas municipais na área da juventude</li> </ul>
<b>Gestão</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Gerir e dinamizar equipamentos e atividades desportivas;</li> <li>•Gerir e dinamizar equipametos e atividades culturais</li> </ul>
<b>Participação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Dinamizar o associativismo juvenil;</li> <li>•Envolver os jovens no desenvolvimento do território/local</li> </ul>
<b>Resolução</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Prevenir e promover a resolução dos problemas dos jovens do município;</li> <li>•Promover o desenvolvimento de políticas de fixação da população jovem;</li> <li>•Elaborar estudos de diagnóstico dos jovens do município</li> </ul>
<b>Coordenação/Cooperação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Estabelecer acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude;</li> <li>•Assegurar a articulação e coordenação sectorial das políticas municipais na área da juventude</li> </ul>
<b>Ocupação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Promover ações de ocupação de tempos livres e de voluntariado</li> </ul>
<b>Informação</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>•Assegurar serviços de apoio e informação aos jovens</li> </ul>

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 11: «Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?» Resposta múltipla

A análise das missões e atribuições que os municípios definem como sendo as da sua unidade orgânica dedicada à área da juventude evidencia também que, em alguns municípios, é atribuída uma importância a áreas de atuação que podem nem sempre ter como público-alvo direto os jovens, e que envolvem a gestão e dinamização de espaços desportivos (19,1%) e culturais (11,7%) de

utilização mais ampla. As missões que compreendem primordialmente gestão de equipamentos e serviços, nomeadamente desportivos (22,2%) e culturais (13,3%), são sobretudo mencionadas por municípios cuja unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude está estruturada em conjunto com outra(s) área(s), sendo referenciado apenas por 3,7% dos municípios com uma unidade orgânica exclusiva.

Os municípios cuja unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude está estruturada em conjunto com outra(s) área(s), são também os que atribuem maior importância à prevenção e promoção da resolução dos problemas dos jovens do município (11,9%) e ao acompanhamento dos órgãos consultivos da juventude, como o Conselho Municipal de Juventude (11,1%). Estes municípios evidenciam mais uma **cultura diretiva** de políticas públicas **para** os jovens, em que estes são percecionados sobretudo como destinatários de serviços e ações a eles direcionados que, entre outros fins, visam também a resolução dos seus problemas e necessidades (Shange, 2002), não sendo tão valorizada a sua participação ativa.

Por seu turno, os municípios com uma unidade orgânica exclusiva para a juventude privilegiam sobretudo a participação dos jovens no desenvolvimento do território/local (37%), o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude (22,2%) e o assegurar a articulação, coordenação sectorial das políticas municipais na área da juventude (18,5%), evidenciando ter mais uma **cultura participativa** de políticas públicas **com** os jovens.

Esta abordagem considera os jovens não apenas como beneficiários, mas também como atores centralmente envolvidos - como um recurso e como parceiros - que podem ajudar no desenvolvimento e promoção do território (Shange, 2002; Ndhlovu, Hofisi & Schutte, 2014).

Mais uma vez, na definição das missões ficam evidenciadas as prioridades e estratégias de atuação das unidades orgânicas com uma estrutura exclusiva e autónoma. Enquanto que os municípios com uma unidade orgânica partilhada privilegiam sobretudo missões relacionadas com serviços e órgãos de gestão,

sendo atividades mais marginais e muitas vezes não diretamente direcionadas aos jovens, os municípios com uma unidade orgânica exclusiva tendem a distinguir sobretudo ações que envolvam os jovens e/ou organismos e associações de jovens ou direcionadas aos jovens para o desenvolvimento de parcerias (Shange, 2002).



---

## 2.2 Recursos humanos

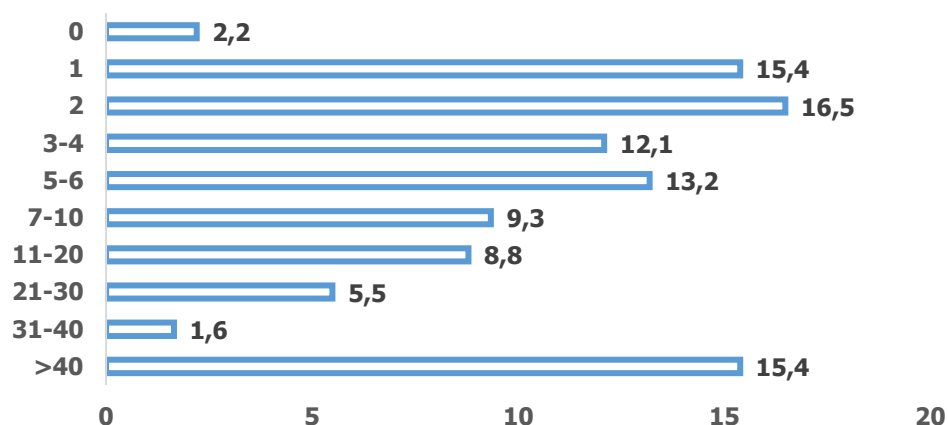
---

De entre as competências atribuídas à Presidência da Câmara, já referenciadas, refira-se também a capacidade de afetar ou reafectar os recursos humanos de acordo com o quadro de pessoal do município e de acordo com o que foi previamente fixado em regulamento.

Neste sentido, as unidades flexíveis devem ser dirigidas por um chefe de divisão municipal. Enquanto que as unidades orgânicas devem ser lideradas por pessoal dirigente, as subunidades orgânicas devem ser lideradas por pessoal com funções de coordenação (Lei n.º86/2009). Contudo, o inquérito não recolhe dados relativos à tipologia e hierarquia dos recursos humanos afetos a cada município, apenas em relação ao seu **volume e afetação à área da juventude**, pelo que não poderemos mapear a tipologia de recursos humanos por unidade orgânica.

Do conjunto da amostra, a maioria dos municípios (59,4%) tem até 6 recursos humanos afetos à unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude. Contudo, há que salientar que cerca de 1/3 dos municípios tem menos de 3 recursos humanos e que apenas 15,9% tem entre 20 e 40 recursos humanos e 15,4% tem acima de 40 (gráfico 2.7).

**Gráfico 2.7 -Recursos humanos afetos à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%)**

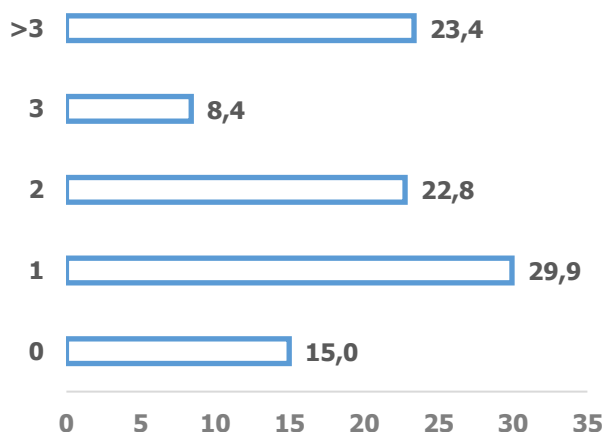


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=173). Pergunta 12: «Em termos de recursos humanos, quantas pessoas, no total, estão afetas à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? – recodificado (valores= 0; 1; 2; 3; 4; 5; 6-10; 11-20; 21-30; 31-40; >40)»

Contudo, se aferirmos o número de recursos humanos que se dedica especificamente à intervenção na área da juventude, a percentagem é mais reduzida. Apenas 23,4% dos municípios que possuem uma unidade orgânica dedicada à juventude tem mais de 3 recursos humanos dedicados especificamente à área da juventude. A maioria tem apenas 1 (29,9%) ou 2 (22,8%) recursos humanos (gráfico 2.8).

**Gráfico 2.8 -Recursos humanos dedicados especificamente à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%)**

De acordo com a necessidade  0,6



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N==173). Pergunta 12: «Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas estão especificamente afetas à intervenção na área da juventude? (n=167; não respostas-15) e «Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas têm formação específica na área da juventude? (n=164; não respostas-18) recodificados (valores= 0; 1; 2; 3; >3)»

O carácter de exclusividade da unidade orgânica para a juventude está relacionado com a existência de recursos humanos especificamente dedicados à intervenção na área da juventude. Com efeito, todos os municípios com uma unidade orgânica exclusiva possuem recursos humanos especificamente dedicados à intervenção na área da juventude e, em metade destes (50%) existem mais de 3 recursos humanos.

Igualmente determinante para a existência de recursos humanos dedicados especificamente à intervenção na área da juventude é a densidade de população jovem no município. A maioria dos municípios (72,7%) que em 2016 tinha mais de 15 000 jovens (Pordata, 2018) possuía mais de 3 recursos humanos dedicados especificamente à intervenção na área da juventude, em contraste com os 15,9% entre os municípios com menos de 15 000 jovens.

Em termos de formação, a maioria dos municípios afirma que os recursos humanos afetos exclusivamente à área da juventude não possuem formação específica na área. Efetivamente, quando indagados sobre as formações dos



recursos humanos afetos à intervenção na área da juventude, 45,1% dos municípios afirma que estes recursos humanos não possuem nenhuma formação específica na área da juventude (gráfico 2.9).

**Gráfico 2.9 – Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude (%)**



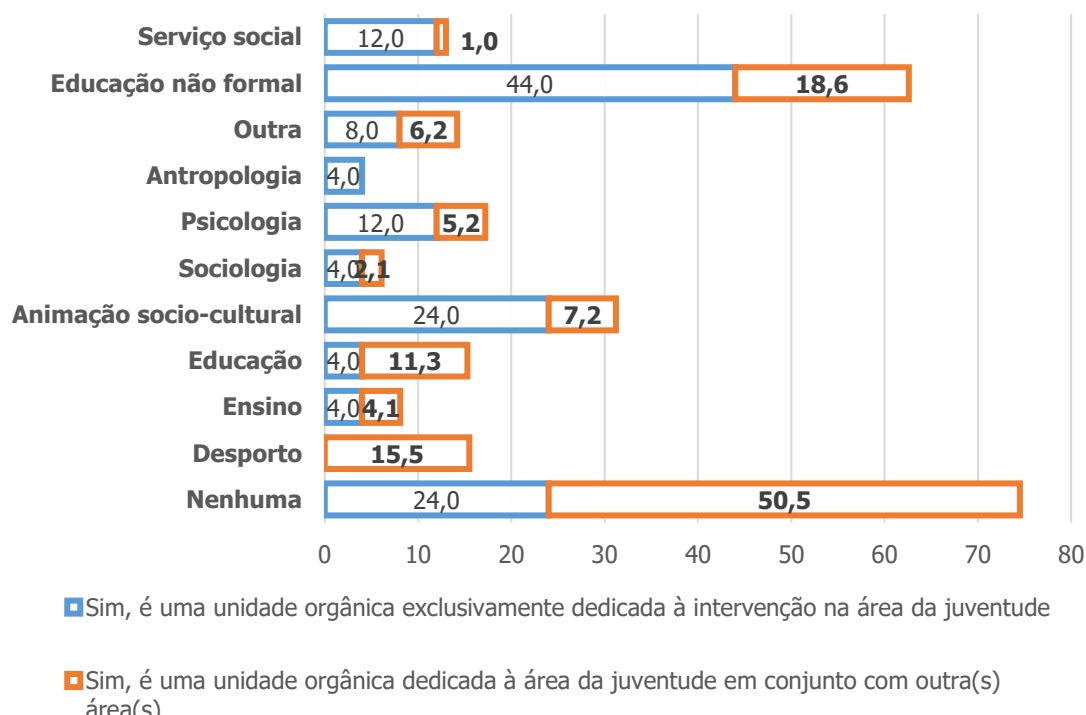
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=122). Pergunta 15: «Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos? recodificada (valores= Nenhuma; Desporto; Ensino; Educação (Educação social/ciências da educação); Animação socio-cultural; Sociologia; Psicologia; Antropologia; Outra; Educação não formal; Serviço social)»

As áreas formativas dos recursos humanos com especialização na área da juventude são sobretudo em educação não formal (23,8%), de natureza diversa, desde participação em *workshops*, até à frequência de módulos de formação específica na área da juventude. Destaca-se ainda o número de recursos humanos com formação em desporto (12,3%), em animação sociocultural (10,7%) e em educação (9,8%).

Uma análise das áreas de formação por carácter de exclusividade da unidade orgânica permite verificar que, entre as unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à intervenção na área da juventude, os seus recursos humanos possuem formação sobretudo em educação não formal (44%) e animação sociocultural (24%); já nas unidades orgânicas dedicadas à área da juventude

em conjunto com outra(s) área(s), os recursos humanos a elas afetos possuem sobretudo formação nas áreas do desporto (15,5%), educação não formal (18,6%) e educação (educação social/ciências da educação) (11,3%) (gráfico 2.10).

**Gráfico 2.10 – Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude, por tipologia de unidade orgânica (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=122). Pergunta 15: «Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos? recodificada (valores= Nenhuma; Desporto; Ensino; Educação (Educação social/ciências da educação); Animação socio-cultural; Sociologia; Psicologia; Antropologia; Outra; Educação não formal; Serviço social)» Resposta múltipla

A transversalidade das áreas de intervenção na área da juventude, no caso dos municípios em que a unidade orgânica dedicada à área da juventude está coordenada com outras áreas, pode explicar, por exemplo, que o desporto surja como área de formação apenas nestes municípios e que exista uma maior percentagem de recursos humanos com formação na área da educação – educação social ou ciências da educação.

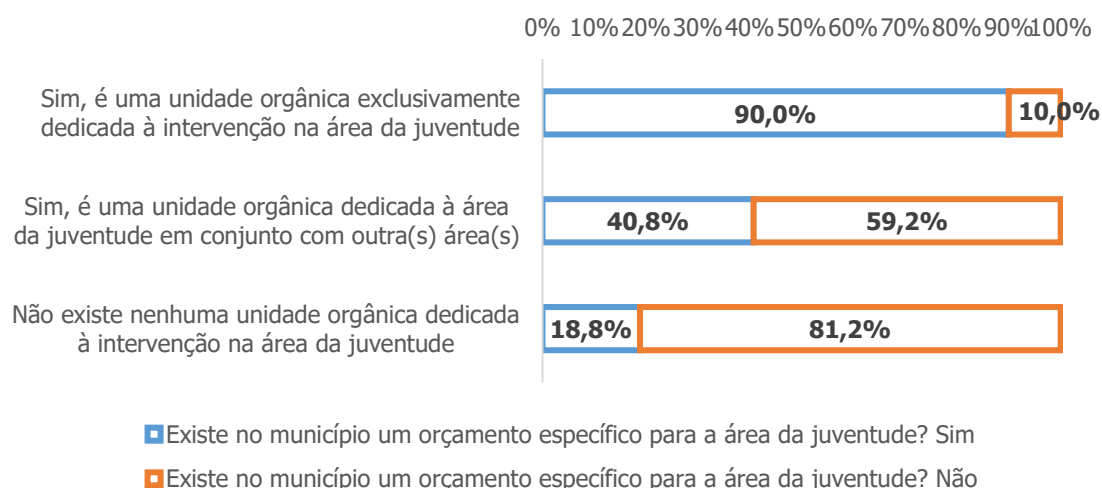


## 2.3 Orçamento

A recomendação europeia para as políticas públicas na área da juventude tem evidenciado a importância de existir um orçamento sustentável separado como um dos elementos-chave para o sucesso na implementação das políticas públicas nesta área (Council of Europe, 2017). No entanto, a maioria dos municípios (59,4%) não possui um orçamento específico para a área da juventude<sup>4</sup>.

Detalhando por tipologia, no caso dos municípios que não possuem uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, em apenas 18,8% dos municípios existe um orçamento específico para a área da juventude (gráfico 2.11). Mesmo entre os municípios que possuem uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, só nos casos em que essa unidade tem um carácter de exclusividade é que a maioria dos municípios (90%) possui um orçamento específico dedicado à intervenção na área da juventude.

**Gráfico 2.11 – Existência de um orçamento específico para a área da juventude por unidade orgânica**

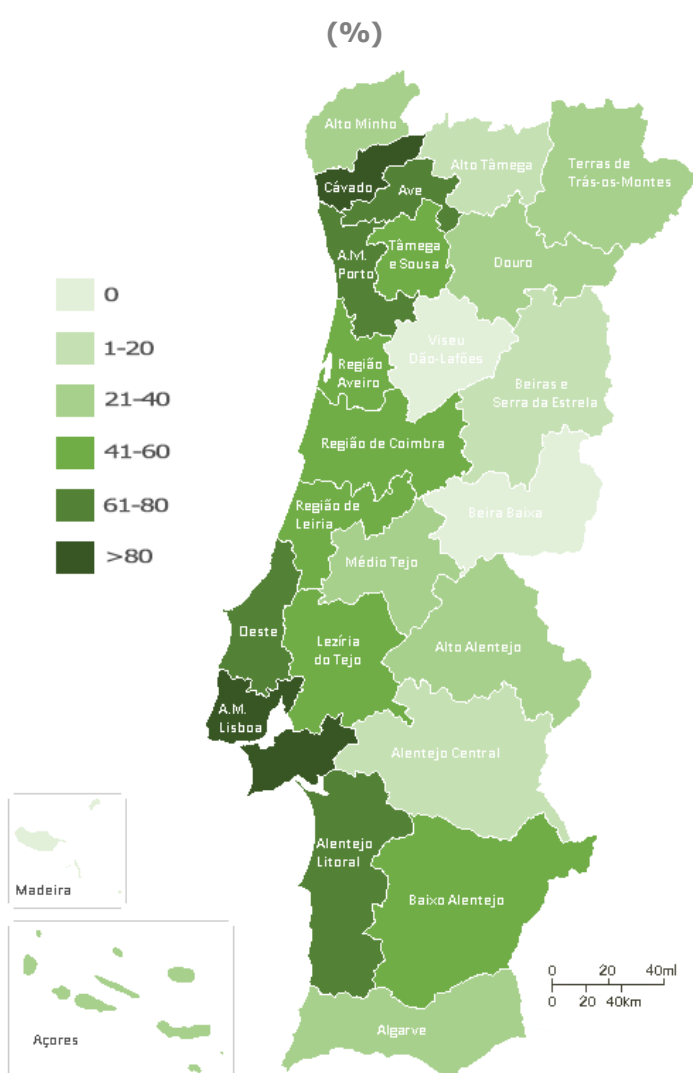


<sup>4</sup> Pergunta 16: Existe no município um orçamento específico para a área da juventude? (valores=sim; não).

**Fonte:** Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=63). Pergunta 16: «Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?» (valores=sim; não).

Considerando o tipo de organização da unidade orgânica, nos municípios que possuem um departamento dedicado à intervenção na área da juventude, todos possuem um orçamento dedicado a essa área. Também 60,7% dos gabinetes e 57,1% das subdivisões/subunidades possuem orçamento dedicado à intervenção na área da juventude. No entanto, quando se passa às unidades, verifica-se que 77,8% destas não possuem orçamento dedicado à área da juventude.

**Mapa 2.3 - Distribuição orçamental por NUTS III**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 . Pergunta 16: «Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?» Tabela do mapa 2.3 no anexo 7

Mas se a existência de uma unidade orgânica para a juventude não parece ser determinante, a menos que tenha um carácter de exclusividade, já a densidade de população jovem parece estar relacionada com a existência de um investimento financeiro específico na área da juventude por parte do município.

Na sua maioria (87%) os municípios que em 2016 tinham mais de 15 000 jovens (INE, Pordata, 2018) contemplaram um orçamento específico dedicado à intervenção na área da juventude, enquanto que entre os municípios com menos de 15 000 jovens só

cerca de 36% incluiu a área das políticas de juventude na sua dotação orçamental.

O Mapa 2.3, por sua vez, cartografa a paisagem nacional dando conta de algumas assimetrias territoriais na existência de uma dotação de orçamento municipal para a juventude. Em contraste com o interior, o litoral apresenta-se como a área geográfica em que existem mais municípios com um orçamento específico para a intervenção na área da juventude, com especial destaque para as unidades territoriais da Área Metropolitana de Lisboa (86,7%), Cávado (83,3%), Alentejo Litoral (75%) e Oeste (66,7%).

Um conjunto de fatores demográficos, nomeadamente o aumento da esperança média de vida, o envelhecimento da população e a baixa taxa de fecundidade, associado a dinâmicas de mobilidade interna e externa, tem levado ao esvaziamento do Interior e a uma tendência crescente de urbanização e litoralização da população jovem (Vieira, Ferreira, Pinho, 2017; Ferreira, 1999). Estas dinâmicas podem, em parte, explicar os contrastes em termos de investimento orçamental face ao volume populacional de jovens.

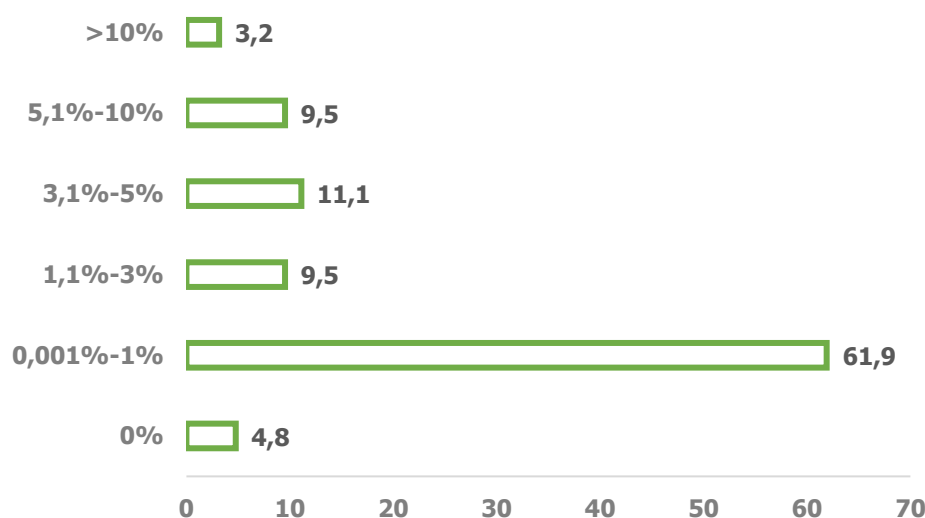
Contudo, ainda que, como se viu, no interior e nas regiões autónomas habitem proporcionalmente menos jovens, existem algumas ausências e assimetrias que não podem ser invisibilizadas. A primeira é a existência de 3 unidades territoriais onde não existe nenhum município que possua um orçamento específico para a intervenção na área da juventude – dois no interior centro (Viseu, Dão e Lafões e Beira Baixa) e um na Região Autónoma da Madeira. A paisagem territorial (mapa 2.3) evidencia também a existência de um contraste regional no Alentejo, onde é particularmente evidente o binómio interior e litoral: 75% dos municípios do Alentejo Litoral possuem um orçamento específico para intervenção na área da juventude, em contraste com o Alentejo central, com apenas 20% dos municípios.

Finalmente a região do Algarve distancia-se do padrão das regiões litorais e possui uma baixa percentagem de municípios com um orçamento específico para a juventude (28,6%). Ainda que seja uma região turística, o mercado de trabalho é marcado pela sazonalidade e precaridade. Aliás, é precisamente o carácter

sazonal do mercado de trabalho que torna os jovens residentes na região mais vulneráveis e em risco de precariedade e desemprego (Ferreira, Pappámikail, Vieira, 2017).

Em termos de **volume de dotação orçamental**, a percentagem do orçamento que foi especificamente dedicado à intervenção na área da juventude é muito residual, sendo inferior a 1% do total do orçamento municipal em 61,9% dos municípios (gráfico 2.12). Em apenas 2 municípios a dotação orçamental para a área da juventude é superior a 10% face ao orçamento global municipal, e nenhum deles possui uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude. Na verdade, 73,3% dos 30 municípios que possuem uma unidade orgânica exclusiva tem um orçamento inferior a 1% e 13,3% não tem sequer orçamento.

**Gráfico 2.12 – Percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=63). Pergunta 17: «Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude? recodificado (valores= 0%; 0,001%-1%; 1,1%-3%; 3,1%-5%; 5,1%-10%; >10%).»

Apesar de os dados recolhidos através do inquérito aos responsáveis municipais na área da juventude não permitirem aferir as áreas específicas em que a verba orçamentada para a intervenção na área da juventude foi atribuída, a transversalidade das áreas de intervenção no domínio da juventude pode

explicar que, em municípios onde não existe uma unidade orgânica exclusiva dedicada à juventude, possa aparentemente existir um maior investimento financeiro. Existe um conjunto alargado de programas e iniciativas direcionadas à juventude que muitas vezes são promovidas e dinamizadas por outras unidades orgânicas, como a educação e/ou a ação social. Neste sentido, alguns dos municípios sem unidade orgânica dedicada à juventude podem não ter contabilizado e indicado a verba afeta a estas atividades quando preencheram o inquérito.

Finalmente, ainda que exista uma relação entre a densidade de população jovem e a existência de investimento financeiro por parte do município na área da juventude, o mesmo não se verifica na proporção orçamental face ao orçamento global do município. Os municípios atribuem na sua maioria menos de 1% do seu orçamento global para a intervenção na área da juventude, independentemente de terem menos de 15 000 jovens (63,3%) ou mais de 15 000 jovens (57,1%).





---

## Síntese conclusiva

---

Neste capítulo fez-se o mapeamento da estrutura orgânica a nível local dos municípios que integram a amostra do *Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude* no âmbito do estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?».

Na maioria dos municípios não existe uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude, sendo que existem sobretudo unidades orgânicas dedicadas à juventude em conjunto com outras áreas de intervenção.

Os municípios com unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à área da juventude caracterizam-se sobretudo pela sua localização no litoral e, particularmente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como pela sua densidade populacional, sendo na sua maioria municípios com um elevado número de jovens.

A existência de poucas unidades orgânicas com um carácter de exclusividade tem influência, de certa forma, nas tipologias dessas unidades que, na sua maioria, são unidades flexíveis, destacando-se a tipologia de divisões.

Ainda que a palavra juventude esteja presente na maioria das unidades orgânicas, independentemente do seu carácter de exclusividade, a prevalência de unidades orgânicas em coordenação com outras áreas faz com que outras áreas ganhem igualmente destaque, nomeadamente a educação, o desporto e a ação social.

No que diz respeito às missões das unidades orgânicas, estas assentam sobretudo em funções de programação e execução de políticas públicas na área da juventude. Nos municípios com unidades orgânicas exclusivas para a juventude existe uma abordagem mais direcionada para os jovens enquanto parceiros do desenvolvimento local, privilegiando mais funções de participação e coordenação de políticas públicas. Pelo contrário, no caso das unidades orgânicas

em coordenação com outras áreas de intervenção, é privilegiada uma abordagem centrada nos jovens enquanto destinatários das políticas públicas, privilegiando missões relacionadas com a resolução de problemas dos jovens e gestão de equipamentos.

No que diz respeito à alocação e distribuição dos recursos humanos, só é possível retirar conclusões sobre o volume e afetação à área da juventude. A maioria dos municípios não tem mais de 6 recursos humanos afetos à área da juventude, sendo ainda mais reduzido este número se tivermos em conta apenas os recursos humanos que estão especificamente afetos à área da juventude.

A existência de uma unidade orgânica exclusiva na área da juventude e a densidade populacional são determinantes no volume de recursos humanos afetos à juventude, sendo que nas unidades orgânicas exclusivas e onde existem mais jovens é onde, por sua vez, existem mais recursos humanos.

Estes dois fatores são igualmente determinantes no perfil formativo dos recursos humanos, sendo que nas unidades orgânicas sem exclusividade existe uma maior diversidade de formações, como em educação e desporto, ao passo que no caso das unidades orgânicas com exclusividade a maioria dos recursos humanos tem formação em educação não formal, nomeadamente através da participação em *workshops* ou em formações pontuais na área da juventude.

Finalmente, em termos de orçamento, a maioria dos municípios gere orçamentos limitados não possuindo, na sua maioria, orçamentos dedicados à juventude.

No caso dos municípios com unidades orgânicas em coordenação com outras áreas de intervenção a dotação orçamental dedicada à juventude é ainda mais reduzida, o que pode ser explicado pela integração da unidade orgânica em outras unidades orgânicas que não são dedicadas em exclusivo à juventude.

### **3. Formas de intervenção municipal na área da juventude**



---

### 3. Formas de intervenção municipal na área da juventude

---

Este capítulo pretende analisar a metodologia e características de intervenção na área da juventude levadas a cabo pelos municípios respondentes ao *Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude*.

A análise que se apresenta incidirá sobre os moldes como é efetuada a intervenção municipal na área da juventude, procurando aferir a existência de um plano estratégico específico de atuação na área da juventude, identificar as formas de escutar os jovens munícipes e de lhes fazer chegar informação relevante, nomeadamente atividades, programas, iniciativas e eventos, apresentar os apoios concedidos ao associativismo, e identificar as infraestruturas e serviços mais habituais disponibilizados municipalmente para os jovens.

As fontes de informação de base do capítulo foram as questões 18 a 39 do questionário aplicado, bem como a análise documental dos materiais enviados pelos respondentes, nomeadamente regulamentos de apoio ao associativismo, planos estratégicos de intervenção para a área da juventude, programas e atividades destinados aos jovens do concelho (ex. semana da juventude, OTL, campos de férias, concursos de jovens talentos, etc.). Este material foi ainda complementado por uma análise dos *sites* dos municípios no decorrer do tempo do projeto.

Os dados apresentados abarcam informação sobre **o Plano Municipal de Juventude**, contemplando elementos sobre a sua vigência e data de implementação, distribuição por região, expondo também algumas das mais relevantes ações propostas nos planos facultados pelos respondentes e referindo as justificações apresentadas pelos municípios para a sua inexistência; **a auscultação dos jovens** e mecanismos utilizados para o efeito, focando-se no Conselho Municipal da Juventude e mostrando as suas características, composição, regularidade de encontro entre os seus membros, distribuição por região e as justificações para a sua inexistência; **os apoios atribuídos às**

**associações de juventude** e a implementação de regulamentos a este tipo de apoios, identificando-se algumas das suas características; e, por fim, **os canais, infraestruturas e serviços disponibilizados pelos municípios aos jovens**, descrevendo os meios mais utilizados pelos municípios para comunicar com os jovens, inventariando ainda as infraestruturas e serviços municipais que lhes são destinados.

### **3.1 Plano Estratégico para a área da juventude – Plano Municipal de Juventude**

O primeiro ponto de análise centra-se na existência de um plano estratégico específico para a área da juventude a nível municipal, ou seja, de um Plano Municipal de Juventude (PMJ). O PMJ pretende ser um documento orientador que integre as iniciativas dirigidas aos jovens, com objetivos definidos e indicações para o futuro, e que vise consolidar ações em prol de uma política da juventude transversal e integrada a nível municipal.

A necessidade de um plano estratégico integrador e transversal de políticas públicas especificamente destinadas a populações jovens remonta à Constituição da República Portuguesa que consagra no seu artigo 70º que «os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais», antevendo a colaboração de diversos atores sociais e económicos na concretização dos objetivos de uma política de juventude que deverá contemplar «a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade». Também a Estratégia Europeia para a Juventude, publicada em 2009, reconhece que «a juventude assume uma importância prioritária na visão social da União Europeia e a crise atual comporta a necessidade de potenciar o capital humano dos jovens», apostando no investimento e mobilização da juventude, chamando a atenção para a necessidade de colaboração entre as políticas na área da juventude e outras áreas como a educação, a saúde, o emprego, a inclusão, a várias escalas de governança.

Posteriormente, a publicação da Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro, que vem criar o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, reforça a necessidade de implementar o PMJ. Segundo o artigo 3º da referida lei, um dos fins do Conselho Municipal da Juventude é «colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude», tendo também competências consultivas no que se refere a «linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de atividades» (alínea a) do n.º 1 do artigo 7º) e competências de acompanhamento e de emissão de pareceres sobre a «execução da política municipal de juventude» (alínea a) do artigo 9º), o que implicitamente já sugere a elaboração e implementação de um PMJ.

O PMJ pretender ser uma ferramenta transversal e integradora da política municipal de juventude pois enquadra várias áreas de atuação. Parte de um diagnóstico multidimensional que pretende contar com a colaboração e participação dos intervenientes na área da juventude, procurando delinear e desenvolver um plano com ações e medidas que vão ao encontro dos problemas, das necessidades, das aspirações e das expectativas dos jovens residentes no concelho. Com efeito, o PMJ pressupõe que a definição, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude passe por um processo participativo e integrador, como é ressaltado na Declaração de Braga:

«1 - As políticas públicas de juventude deverão ser consideradas um eixo central e transversal da governação local (...) 4 - Os municípios devem assumir um papel fundamental na implementação de verdadeiras políticas de juventude centradas nos conceitos de cidadania e cidadania europeia, e articuladoras de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades, discriminação e exclusões sociais (...) 6 - O município deverá liderar a construção coletiva de um Plano Municipal de Juventude, que seja participado, transversal e inclusivo, indo ao encontro das expectativas, desejos e necessidade de todos/as os/as jovens sem discriminação» (FNAJ, 2012: 8 e 9).

Este trecho da Declaração de Braga, publicada em 2012, enfatiza a relevância das especificidades territoriais inerentes às políticas públicas, reconhecida por autores como Leonel Fadigas quando considera que «nas sociedades contemporâneas as políticas públicas são instrumentos privilegiados de organização social e de modelação do quadro de vida das populações, com



consequências espaciais cuja dimensão nem sempre é imediatamente perceptível» (Fadigas, 2015:10).

A Declaração acima citada enfatiza também a relevância da participação dos jovens na formulação e implementação das políticas de inclusão social que lhes são destinadas, tal como posteriormente vem a ser reconhecido pelo Conselho da Europa, quando este organismo define política de juventude como *«uma estratégia implementada pelas autoridades públicas com vista a proporcionar aos jovens oportunidades e experiências que apoiem sua integração bem-sucedida na sociedade e permitir que eles sejam ativos e membros responsáveis de suas sociedades, bem como agentes de mudança»* (Recommendation CM/Rec(2015)3: 25), avançando que *«os jovens devem ter o direito, os meios, o apoio, as oportunidades e o espaço para participar como parceiros na política de juventude: aconselhando ou co-decidindo sobre a sua conceção, contribuindo para o serviço entrega, monitorando e avaliando do impacto das políticas e não apenas como beneficiários de serviços»* (EU & CE, 2017:12).

Ainda que o Plano Municipal de Juventude seja assumido em vários documentos oficiais como um dos instrumentos fundamentais na prossecução de políticas públicas municipais na área da juventude, na realidade, os dados recolhidos juntos dos responsáveis municipais nesta área permitem observar que a grande maioria dos municípios respondentes (91,2%)<sup>5</sup> não possui um Plano Municipal de Juventude (PMJ), sendo este instrumento apenas detido por 8,8% dos municípios.

Buscou-se aferir uma possível relação entre o facto de existir ou não um PMJ e a proporção de jovens existentes no concelho (considerando os dados oficiais em 2016), tendo-se verificado que a implementação de um PMJ não decorre da existência de uma proporção de jovens elevada (acima de 20%). De facto, entre os municípios com PMJ, 3 localizam-se em municípios com uma proporção de jovens abaixo dos 14% (os valores situam-se entre os 12,2% e os 13,8%); 10

---

<sup>5</sup> Pergunta 18: «Existe no município um Plano Municipal de Juventude?» (N=251; Sim=22; Não=229)

apresentam uma proporção de jovens acima dos 15% (entre os 15,2% e os 16,8%) e 8 têm uma proporção de jovens igual ou superior a 17% (situando-se entre os 17% e os 20,4%).

Fazendo uma análise, através do cruzamento da localização dos municípios possuidores de PMJ com a sua densidade de população jovem, verificou-se que os municípios com PMJ que detêm uma densidade de jovens superior a 15000 jovens se concentram em unidades territoriais da zona litoral (com a exceção da unidade territorial Tâmega e Sousa); já os municípios titulares de PMJ, mas cuja densidade de jovens é menor que 15000, apresentam uma distribuição territorial mais variada, ainda que a zona litoral prevaleça sobre o interior (dos 15 municípios possuidores de PMJ que apresentam uma densidade de população menor que 15000 jovens, 4 localizam-se em unidades territoriais do interior).

É de salientar que os municípios com densidade de população jovem abaixo dos 15000 jovens representam 68,1%<sup>6</sup> dos municípios com PMJ, ao passo que os que possuem um número superior a 15000 jovens significam 31,8%.

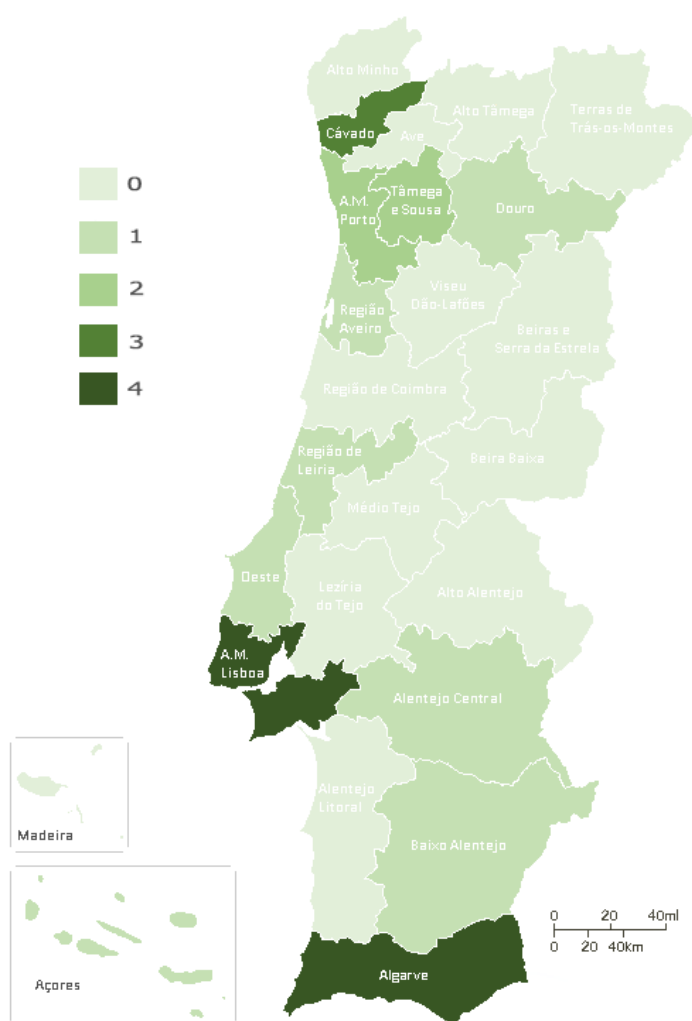
Considerando a distribuição regional desses municípios por NUTS III, verifica-se que os municípios detentores de PMJ se localizam sobretudo nas regiões da área Metropolitana de Lisboa (AML), Algarve e Cávado. Há ainda a presença dispersa de PMJ em municípios localizados nas regiões da área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Douro, Oeste, Região de Aveiro, Região de Leiria e Região Autónoma dos Açores, revelando uma tendência para a localização litoral (com a exceção das unidades territoriais Tâmega e Sousa e Douro, Baixo Alentejo e Alentejo Central – ver mapa 3.1).

---

<sup>6</sup> (densidade de população jovem < 15000 N=15; densidade de população jovem > 15000 N=7)

Entre as razões apresentadas pelos responsáveis municipais da área da

**Mapa 3.1- Distribuição de municípios com PMJ por NUTS III (N)**

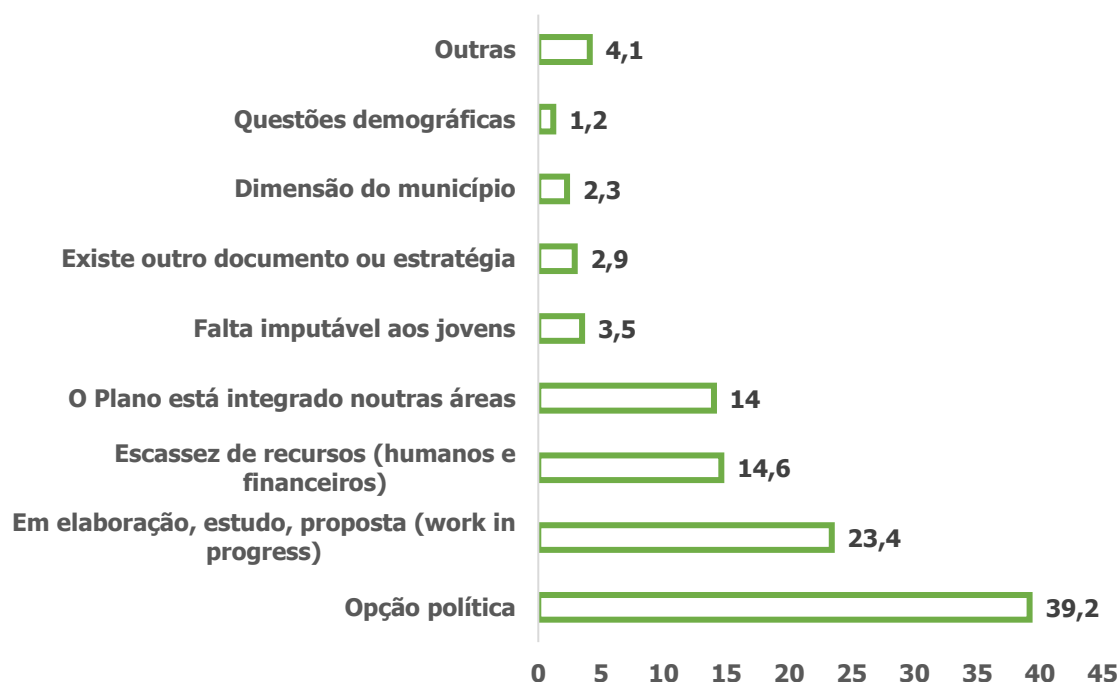


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Gráfico do mapa 3.1 no anexo 8

(gráfico 3.1).

juventude para a inexistência de um Plano Municipal de Juventude, destaca-se o facto de constituir uma opção política do município (39,2%). Em 23,4% dos casos, o PMJ encontra-se em elaboração. É ainda de salientar os casos onde as razões invocadas para não existir PMJ assentam no facto de os municípios sentirem escassez de recursos humanos e económicos para o elaborar e implementar (14,6%), ou onde as ações destinadas à população jovem estão incluídas noutras áreas como a educação, ação social e desporto (14%)

**Gráfico 3.1 - Justificações para a inexistência de um Plano Municipal de Juventude**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=171). Pergunta 23: «Quais são as principais razões para não existir um Plano Municipal de Juventude?» Pergunta aberta

Nos municípios que detêm PMJ (apenas 22, recorde-se), e perante a pergunta relativa ao ano em que foi implementada a primeira edição do Plano Municipal de Juventude, 1 dos respondentes indica o ano 2001- o ano mais remoto referido -, destacando-se posteriormente os anos 2009 e 2015 onde a proporção de municípios que colocaram em prática o PMJ foi maior (3 municípios) (gráfico 3.2).

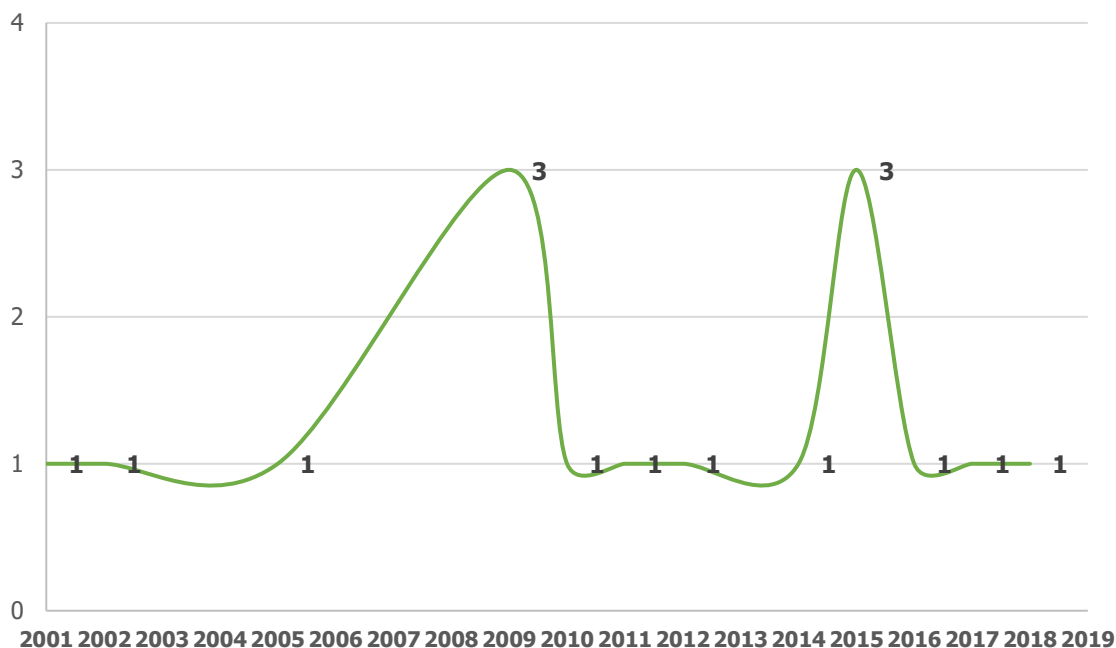
Já no que se refere ao período previsto para a vigência do atual PMJ<sup>7</sup>, as respostas dadas a esta questão mostram que este tende maioritariamente a decorrer num espaço de 4 anos (30%), seguido de um prazo anual e de uma

---

<sup>7</sup> Pergunta 20: «O atual Plano Municipal de Juventude está previsto decorrer em que período?» (N=10)

continuidade de 5 anos, ambos acolhendo 20% das respostas, pese embora o valor exíguo dos municípios que responderam à questão – apenas 10.

**Gráfico 3.2 - Ano de implementação do Plano Municipal de Juventude**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=16). Pergunta 19: «Ano em que foi implementada a primeira edição do Plano Municipal de Juventude?»

O inquérito solicitava aos respondentes a anexação do PMJ em vigor. De acordo com os documentos<sup>8</sup> disponibilizados, as ações propostas no PMJ destinam-se a conhecer melhor os jovens do concelho, a atender às suas necessidades, bem como a fomentar a cidadania e participação ativa dos jovens. Procuram também promover, criar e implementar programas e eventos para jovens, em especial nas áreas de ocupação dos tempos livres, voluntariado, associativismo, formação, cooperação e intercâmbio, efetuando uma articulação entre a área da juventude e outras áreas, como educação/formação, cultura, desporto e lazer. Tendem ainda a contemplar medidas de apoio às associações

---

<sup>8</sup> Pergunta 21: «Por favor, coloque em anexo cópia do Plano Municipal de Juventude atualmente em vigor» (N=2) e pergunta 22: «Em alternativa indique um link para o Plano Municipal de Juventude» (N=5).

juvenis e às associações de estudantes existentes no concelho, e a assegurar a gestão e dinamização de infraestruturas específicas de juventude, caso existam no município, ou a ambicionar a criação de um espaço para a juventude.

As prioridades destas medidas incidem na promoção da participação dos jovens, desenvolvendo ações para auscultar os jovens (como o orçamento participativo jovem), no fomento da cidadania ativa e da participação cívica, bem como na promoção do voluntariado e do associativismo, no pressuposto de que têm repercussões positivas ao nível da autonomia dos jovens; mas também recaindo sobre a comunicação e informação com os jovens, a inclusão e o conhecimento (dando destaque a medidas relativas às áreas de intervenção relacionadas com a educação e formação, emprego e empreendedorismo, inovação e criatividade e mobilidade) que vão ao encontro das diretrizes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013 de 5 de março de 2013.

Destaque-se, portanto, o papel dado aos jovens nos PMJ analisados, de maior envolvimento nas decisões que lhes dizem respeito, sendo a sua auscultação e participação consideradas fundamentais no desenho das políticas que lhes são destinadas. Importa, contudo, ressaltar o reduzido número de documentos facultados/analizados, pois dos 22 municípios que possuem PMJ, apenas 6 (27,2%) anexaram como solicitado o respetivo PMJ.

### **3.2 Formas de auscultação dos jovens**

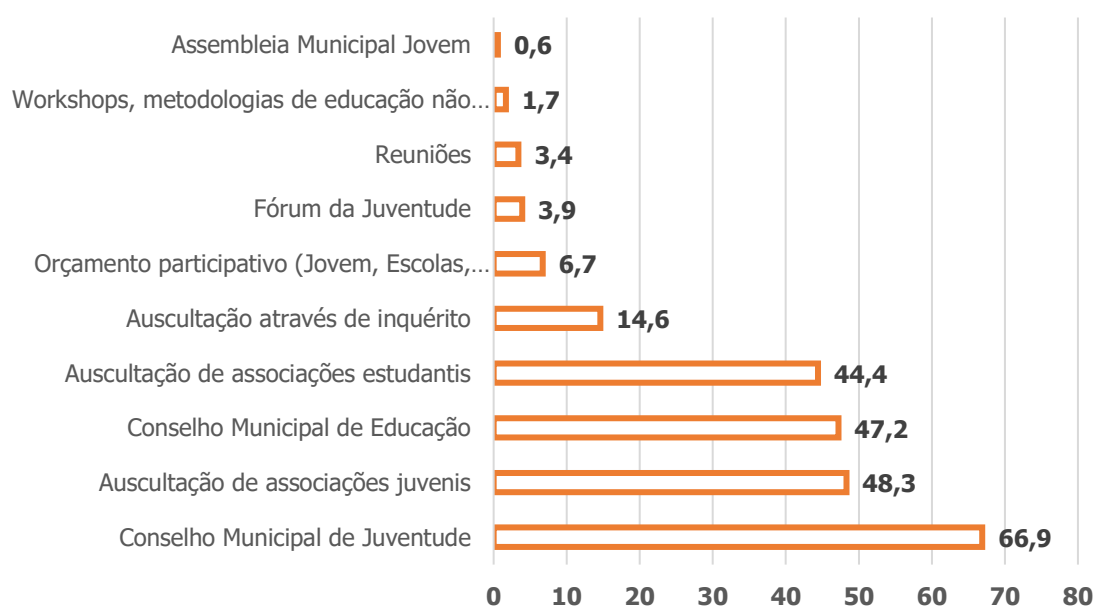
Ainda que na maioria dos municípios não exista um PMJ, os responsáveis municipais que responderam ao inquérito demonstram a preocupação de ouvir e tentar perceber as necessidades dos jovens, verificando-se que a maioria<sup>9</sup> (70,9%) afirma que consulta os jovens para definir políticas, programas e ações na área da juventude, recorrendo para o efeito a diversos mecanismos de auscultação. Como se pode observar no gráfico 3.3, esses mecanismos

---

<sup>9</sup> Pergunta 32: «Os jovens do seu município são consultados na definição das políticas, programas e ações municipais na área da juventude?» (N=251; Sim=178; Não=73)

configuram maioritariamente a consulta de órgãos de carácter formal e institucional, evidenciando-se o recurso ao Conselho Municipal de Juventude (66,9%), às Associações Juvenis (48,3%), ao Conselho Municipal de Educação (47,2%) e às Associações Estudantis (44,4%).

**Gráfico 3.3 – Mecanismos de auscultação dos jovens**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 33: «Que tipo de mecanismos são usados para a consulta dos jovens do município?» Resposta múltipla.

De seguida, efetua-se uma breve descrição dos mecanismos de auscultação dos jovens mais utilizados, deixando para último o principal, o Conselho Municipal de Juventude, o qual será abordado mais exaustivamente. Assim, inicia-se esta enumeração pelo segundo mecanismo mais usado pelos respondentes - as Associações Juvenis, escolhido por 48,3% dos Municípios. A figura social da «associação juvenil» foi institucionalizada na lei n.º 23 de 2006, consagrando o associativismo juvenil como interlocutor privilegiado entre os jovens e as instituições cívicas e políticas. O artigo 15º da referida lei, que alude ao direito de representação deste tipo de associações, declara que *«as associações de jovens têm o direito de estar representadas nos órgãos consultivos de âmbito nacional, regional ou local com atribuições no domínio da definição e planeamento das políticas de juventude, bem como nos órgãos legalmente previstos de co-gestão na implementação de políticas de juventude»*. Evidencia-

se, assim, o papel atribuído às associações na representação dos interesses e necessidades dos jovens, na presunção de que através deste mecanismo é estimulada a cultura participativa dos jovens, dando-lhes protagonismo e fazendo ouvir a sua voz. Importa ainda salientar que a referida Lei contempla no seu artigo 34<sup>a</sup> o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), no qual as associações juvenis e equiparadas devem estar inscritas se pretenderem receber os apoios facultados pelo IPDJ.

A terceira forma de auscultação mais frequente é o Conselho Municipal de Educação (CME), com 47,2% das escolhas dos municípios. O CME é um órgão consultivo do município, que tem como propósito incentivar a participação dos estudantes e de outros agentes educativos nas decisões relativas à educação e promover o debate entre os vários agentes sobre questões educativas. O seu objetivo é traçado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, que o define como *«uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo»*. Por norma, é presidido pelo presidente da câmara municipal e a sua composição obedece aos desígnios do artigo 5º do já referido Decreto-Lei nº 7/2003, incluído representantes das instituições de ensino (públicas e privadas, e dos vários níveis de ensino – pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior), das associações de pais e de estudantes e outras instituições locais.

As competências deste órgão estão descritas no artigo 4º do referido diploma legal, e incluem, entre outras, a coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da formação e emprego; a apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município; e as intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar. Os jovens encontram-se representados neste órgão através das associações de estudantes (podendo em alguns casos, como



se verificou através da análise dos *sítes* dos municípios, incluir também um representante do Conselho Municipal da Juventude).

Quanto às Associações de Estudantes, o quarto mecanismo de auscultação de jovens mais usado pelos municípios respondentes (44,4%), a sua configuração encontra-se definida no artigo 4º da Lei n.º 23/2006 de 23 de Junho - que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem - como «aquelas que representam os estudantes do respetivo estabelecimento de ensino básico, secundário, superior ou profissional». São vistas como mais uma forma de os jovens exercerem a sua cidadania e participarem ativamente em questões que lhes estão próximas relacionadas com o quotidiano escolar. Podem ser alvo de apoio do governo através do PAE – Programa de Apoio Estudantil, facultado pelo IPDJ, desde que inscritas no RNAJ.

No que concerne à forma principal de escutar os jovens, o Conselho Municipal de Juventude (CMJ) é uma exigência legal cuja criação se deve à Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro de 2009, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude e que o define como «o órgão consultivo do município *sobre matérias relacionadas com a política de juventude*» (art.º 2º, Lei 8/2009). A organização e gestão do CMJ implica a constituição de um regulamento e de um regimento, tal como previsto na Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro, que representa a primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro.

No que se refere ao regulamento, o artigo 25º da Lei no 6/2012 estabelece que dele «devem constar as disposições que instituem o órgão em cada município, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências, nos termos da presente lei», ou seja, deve conter a filosofia, finalidade, e estrutura de organização do CMJ. Já o regimento do CMJ deve definir as normas de funcionamento do CMJ, nos termos do artigo 26.º da Lei no 6/2012: «o conselho municipal de juventude aprova o respetivo regimento interno do qual devem constar as regras de funcionamento que não se encontram previstas no Código do Procedimento Administrativo e na presente lei, bem como a composição e competências da comissão permanente».

Uma vez que é constituído pelas entidades que operam mais diretamente com os jovens (a composição do CMJ está prevista no artigo 4º da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro), pressupõe-se que a auscultação destas entidades, bem como a recolha e partilha de informação sobre os jovens, contribui para um maior conhecimento dos problemas que envolvem as juventudes de cada concelho, promovendo o desenvolvimento de ações concertadas que visem a melhoria desses problemas e desenvolvendo uma política de juventude adequada às necessidades do município, reforçando o entendimento político de que a implementação deste órgão é vantajosa.

No CMJ os jovens estão representados por meio da participação de um membro de todas as associações juvenis do concelho inscritas no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); um membro de cada associação de estudantes do ensino básico, secundário e superior do concelho inscrita no RNAJ; um membro de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ; um associado de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República; um membro de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional, podendo também incluir membros de associações juvenis ou grupos informais de jovens não inscritos no RNAJ, como observadores, não tendo estes, contudo, direito de voto.

O CMJ tem diversas finalidades, entre as quais se destaca o aprofundamento e debate das questões que afetam os jovens, a promoção do diálogo entre as organizações juvenis, a colaboração na definição das políticas de juventude, a colaboração na promoção de atividades, eventos e programas em prol da juventude. O artigo 3.º da já citada Lei n.º 8/2009, estabelece como finalidades do CMJ:

«a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social;

- b) assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respetivo;
- e) promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- g) colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;
- h) incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- i) promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação»

Ainda que a auscultação de jovens seja preferencialmente efetuada através do **Conselho Municipal de Juventude (CMJ)**, é de salientar que este órgão consultivo não existe na totalidade dos municípios. No conjunto dos municípios respondentes a esta questão, são 68,5% os municípios<sup>10</sup> que referiram dispor de CMJ. O gráfico 3.5 revela uma tendência de intensificação da implementação destes Conselhos Municipais especialmente a partir de 2009, coincidindo com a exigência legal do mesmo (Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro, posteriormente alterada pela Lei 6/2012 de 10 de fevereiro).

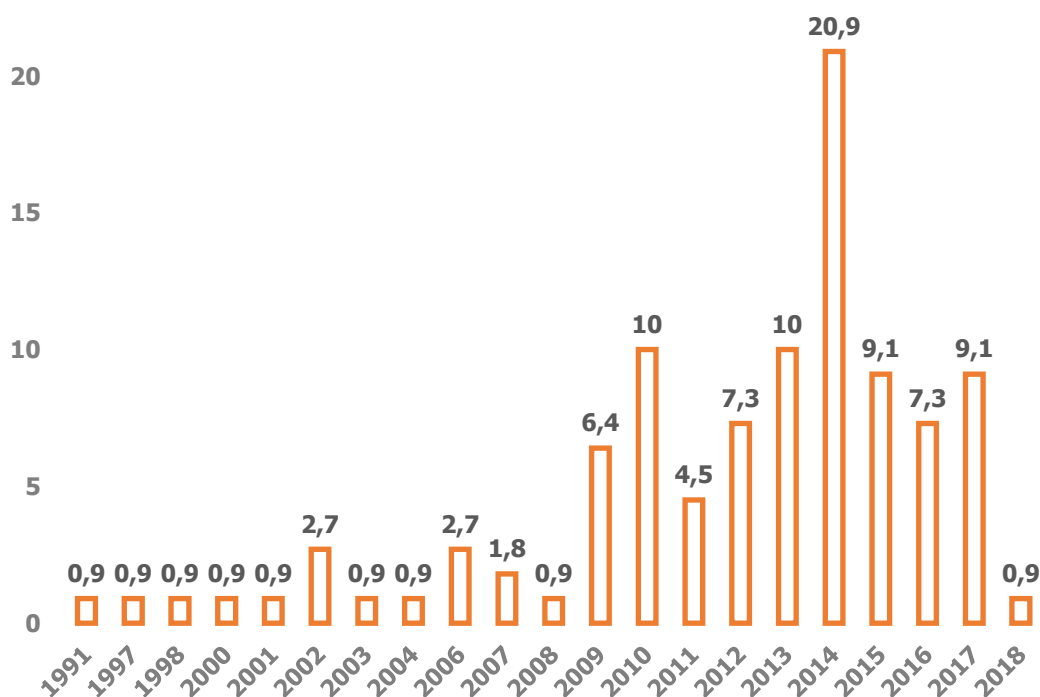
Porém, importa realçar que houveram municípios que, com um carácter pioneiro, quiseram dar voz aos jovens implementando o CMJ muito antes dessa determinação política. Destaca-se 1991 como o ano de implementação do primeiro CMJ entre os municípios respondentes (e muito provavelmente o primeiro a ter sido implementado no país), sendo que até ao ano de 2001 apenas

---

10 Pergunta 34: «No município existe um Conselho Municipal de Juventude?» (N=178; Sim=122; Não=56)

um total de 4,5% de municípios diz ter um CMJ (gráfico 3.4). O facto de existirem alguns CMJ antes mesmo da regulamentação legal desse órgão consultivo, pode indiciar que estes se constituíram como uma boa prática, demonstrando as suas vantagens e levando posteriormente o legislador a institucionalizar o CMJ como órgão municipal de carácter consultivo na área da juventude.

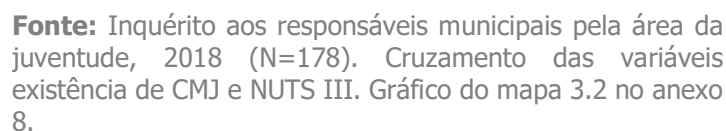
**Gráfico 3.4 – Ano de constituição do Conselho Municipal de Juventude (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=110). Pergunta 33: «Que tipo de mecanismos são usados para a consulta dos jovens do município?»

No que se refere à distribuição de municípios detentores de CMJ por NUTS III, verifica-se que as regiões localizadas na zona litoral, tradicionalmente áreas de maior densidade populacional, tendencialmente apresentam uma maior presença de CMJ. Importa, contudo, referir a exceção da região do Alto Minho, onde não existem municípios respondentes com CMJ. A par da região do Alto Minho encontra-se a região da Beira Baixa onde também não existem respondentes titulares de CMJ. Nas regiões situadas geograficamente na faixa interior do país (Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beira e Serra da Estrela, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo), embora a maioria dos municípios respondentes não sejam possuidores de CMJ, não apresentam diferenças

**Mapa 3.2 – Distribuição da existência de Conselho Municipal de Juventude por NUTS III (N)**



A maioria dos municípios respondentes detentores de CMJ possui menos de 15000 jovens (87,5%)<sup>11</sup>, sendo que 12,3% possui uma população jovem superior a 15000 jovens. Assim, no que se refere à relação entre a existência de CMJ e a densidade da população jovem, verifica-se que esta última não é um fator determinante na implementação do CMJ. No que refere à distribuição

86

negativa muito forte<sup>12</sup> entre a densidade de população jovem e as unidades territoriais (NUTS III), com um valor de significância de ,031; entre as variáveis CMJ e NUTS III existe uma correlação positiva muito forte<sup>13</sup>, observando-se ainda uma correlação negativa moderada<sup>14</sup> entre a existência de CMJ e a densidade de população jovem.

Para medir a relação entre a existência de CMJ e o número de jovens do município em 2016, foi efetuado um teste<sup>15</sup> que indica a existência de uma correlação fraca entre as variáveis, ou seja, não são dependentes linearmente uma da outra, apresentando uma significância de 0. Assim, pode concluir-se que a proporção de jovens existentes no concelho não influencia a adoção de um CMJ.

Com o objetivo de saber a frequência com que a auscultação dos jovens é realizada através do CMJ, perguntou-se aos municípios que tinham este órgão consultivo a regularidade com que eram realizadas reuniões com o mesmo. Assim, apurou-se que a maioria dos municípios que afirma possuir este órgão tende a realizar reuniões trimestrais (47,9%), sendo as periodicidades semestral (21%) e anual (19,3%) também relevantes (ver tabela 3.1). É ainda de salientar que 4,2% dos municípios afirmam que as reuniões do CMJ se concretizam de acordo com a necessidade do município, e 3,4% dos respondentes não realizam reuniões do CMJ.

---

<sup>12</sup> Correlação negativa muito forte: coeficiente de Pearson=-,137

<sup>13</sup> Correlação positiva muito forte: coeficiente de Pearson=,120

<sup>14</sup> Correlação negativa moderada: coeficiente de Pearson=-,050

<sup>15</sup> Correlação negativa fraca: coeficiente de Pearson = -.259

**Tabela 3.1 – Regularidade do Conselho Municipal de Juventude**

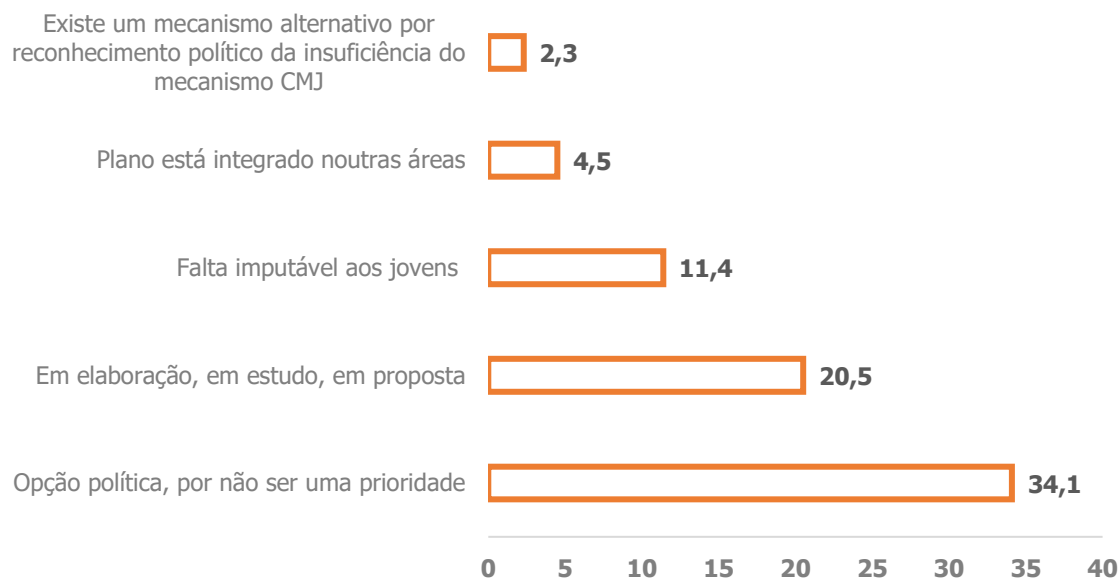
<b>Frequência das reuniões</b>	<b>%</b>
<b>Trimestralmente</b>	47,9%
<b>Semestralmente</b>	21%
<b>Anualmente</b>	19,3%
<b>Bimestralmente</b>	0,8%
<b>Quadrimestralmente</b>	3,4%
<b>Variável de acordo com a necessidade</b>	4,2%
<b>Não reúne</b>	3,4%

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=119). Pergunta 36: «Com que regularidade se reúne o Conselho Municipal de Juventude?»

Por fim, importa averiguar acerca das razões alegadas pelos municípios respondentes para não terem um CMJ (gráfico 3.5). Essas razões começam por estar relacionadas com uma opção política do executivo que, em 34,1% dos municípios que não detém esse órgão consultivo, não entende a sua implementação como uma medida prioritária. Mas é importante referir que 20,5% dos respondentes afirmam que o seu CMJ se encontra em fase de elaboração/estudo. Apesar de ser uma posição residual, importa evidenciar que para 2,3% dos municípios respondentes existem mecanismos alternativos ao CMJ, havendo um reconhecimento político da insuficiência deste mecanismo associado a uma postura sintomática de desacordo com as políticas de carácter generalista impostas pelo governo central, não tendo em conta as dinâmicas e as especificidades dos municípios.

Ressalta-se também que em 11,4% dos casos existe um deslocamento da responsabilidade por não haver um CMJ para os próprios jovens, justificando a ausência da medida (CMJ) nas faltas de dinamismo, interesse e de participação cívica dos jovens do concelho.

**Gráfico 3.5 - Justificações para a inexistência de Conselho Municipal de Juventude**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=44). Pergunta 37: «Pode indicar muito brevemente as razões para não haver um Conselho Municipal de Juventude?» Pergunta aberta.

### 3.3 Apoio ao Associativismo

Como se observou atrás, um dos mecanismos preferenciais de auscultação dos jovens a nível municipal é através das **associações de juventude**. Este é, aliás, um dos instrumentos privilegiados nas políticas de juventude quer a nível nacional, quer a nível internacional. Assim, indo ao encontro da Estratégia Europeia para a Juventude (2010-2018) e das indicações do Livro Branco da Juventude (2015), os municípios tendem a desenvolver estratégias de apoio ao associativismo.

A relevância concedida ao associativismo como instrumento privilegiado de política de juventude radica na crença social e política de que a participação associativa inspira o indivíduo a ser um cidadão mais ativo, possibilitando o exercer o seu direito de cidadania. Capucha (1990:31) considera o associativismo «*uma forma de organizar as populações, de as levar a rentabilizar os seus recursos e capacidades, de melhorar as suas condições de vida, de as tornar capazes de decidir autonomamente dos seus destinos e, ainda de as levar a assumir-se e a fazer-se representar junto dos poderes estatais*». Neste sentido,



pode constituir uma força estratégica do desenvolvimento local, pois contribui para melhorar as condições de vida das pessoas e das comunidades ao desenvolver respostas adequadas aos problemas locais. José Viegas (2004) também considera as associações voluntárias como espaços que estimulam a participação social e a criação de uma consciência coletiva, defendendo que as associações ajudam a criar e a desenvolver capital social, entendido na perspetiva de Putnam (1993) onde as redes e normas de cooperação social, assim como a confiança proporcionam o desencadear de ações para alcançar objetivos em comum.

O direito de associação é reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de novembro que legitima e regulamenta o direito de associação (posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/77, de 25 de Fevereiro - altera o artigo 4.º, e pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho - revoga o artigo 15.º). Está também consagrado na Constituição da República Portuguesa, nos artigos 46º referente à liberdade de associação, e 79.º que incumbe o Estado, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto. O reconhecimento legal representa uma validação do papel que o associativismo pode assumir no desenvolvimento e dinamização de atividades de natureza social, cultural, ambiental, desportiva e recreativa, no sentido da promoção do bem-estar das comunidades e do estímulo a práticas de cidadania participativa. O associativismo é celebrado como uma forma de aumentar a participação dos indivíduos, que passam a ter uma intervenção social maior, participando mais nos temas do seu interesse, estando mais envolvidos nos processos de decisão.

A evolução do associativismo em Portugal fez-se sentir tenuemente desde o século XIX, tendo-se acentuado a participação no movimento associativo a partir do 25 de Abril de 1974. Ernesto Fernandes (2003) indica três conceções de associativismo que foram surgindo na era da modernidade. A primeira refere-se ao associativismo tradicional (vigorou do século XIX até aos anos sessenta), onde as associações eram essencialmente espaços de convívio, tendo por base a promoção da solidariedade e a entreaajuda (exemplo: associações culturais,

recreativas e desportivas). A segunda reconhece as associações empresariais, surgindo assim um associativismo mais profissionalizado, que tem como objetivo a prestação de serviços. Por último, identifica o associativismo emergente, caracterizado pela diversificação dos tipos de associativismo (solidariedade social, cultural, educacional, ambiental, etc.).

O autor salienta ainda que «o movimento associativo está confrontado com problemas e desafios, mas igualmente com oportunidades únicas, se a escolha for construí-lo como eixo fundamental para aprofundar a democracia e encorajar a solidariedade, quer a nível local, quer a nível global» (2003:173). O potencial das associações é também valorizado por Viegas (2004: 37) que refere que estas «canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública». A posição destes autores reforça a noção de que as organizações de índole associativa podem constituir um eixo fulcral das políticas de desenvolvimento, e o incentivo à sua constituição e implementação é corroborado por medidas e políticas europeias, nacionais e locais, estando assentes no pressuposto de que estas são determinantes na construção de uma sociedade mais democrática, participativa e solidária; e que favorecem o envolvimento democrático e a cidadania, dinamizando e solidificando o tecido social.

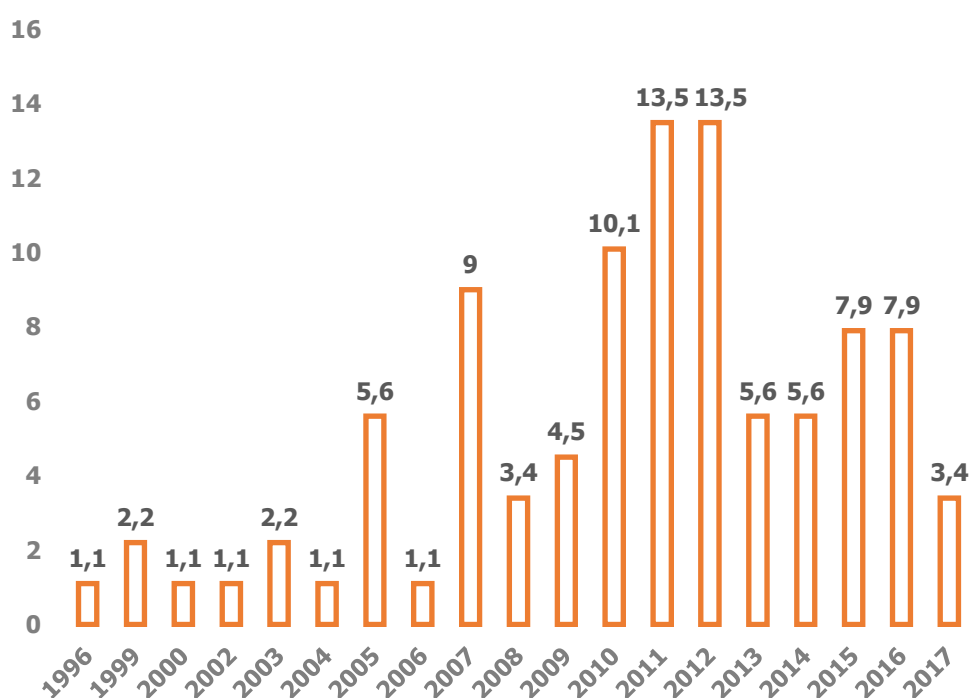
De entre os diversos tipos de associativismo hoje existentes, o associativismo jovem vem a ser consagrado pela Lei n.º 23/2006 de 23 de junho, que estabelece o seu respetivo regime jurídico. Considerando o valor jurídico, institucional e político dado à figura das associações juvenis como forma de representação social dos jovens, o inquérito contemplou questões relativas ao apoio às associações de juventude. Começou por se tentar saber se *existe no município um regulamento que enquadre os apoios às associações de juventude*. Esta questão permitiu verificar que 56,2%<sup>16</sup> dos municípios não possui um documento

---

<sup>16</sup> Pergunta 24: «Existe no município um regulamento que enquadre os apoios a associações de juventude?» (N= 251; Sim=110; Não=141)

específico para regular os apoios atribuídos às associações juvenis. Aferiu-se também que a partir de 2009 se deu um aumento da criação destes regulamentos, sendo 2010 e 2011 os anos em que se verifica um número maior de constituições de regulamentos de apoio às associações de juventude (ver gráfico 3.6). A obrigatoriedade destes regulamentos apenas surgiu posteriormente, com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

**Gráfico 3.6 – Ano de constituição do regulamento de apoio às Associações de Juventude**



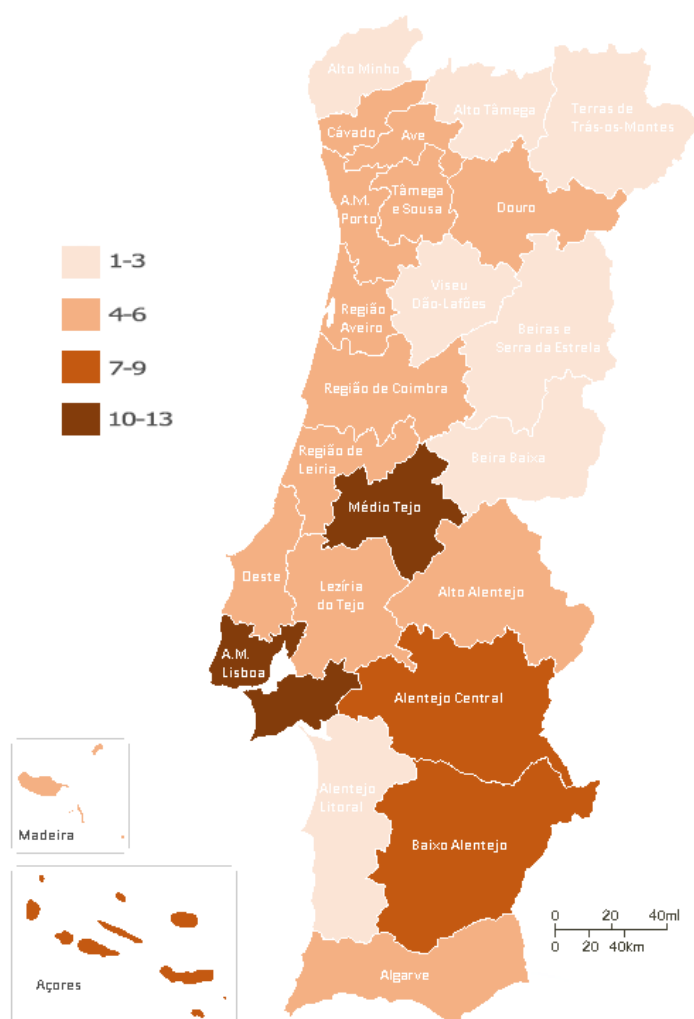
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=89). Pergunta 25: «Desde quando existe no município esse regulamento?»

Os regulamentos de atribuição de apoios às associações de juventude são um instrumento de auxílio no prosseguimento da política de juventude dos municípios, representando a realização das competências previstas na alínea g) do n.º1 do artigo n.º 25º (aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia

externa do município), na alínea u) do n.º1 do artigo 33º (apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e

prevenção das doenças) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

**Mapa 3.3 – Distribuição da existência de Regulamento de apoio ao associativismo juvenil e NUTS III (N)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Gráfico do mapa 3.3. no anexo 8

No que diz respeito à distribuição da existência de documentos enquadramentos de apoios a associações juvenis por regiões no país (NUTS III), verifica-se que estão presentes em todas as regiões, sendo apenas de mencionar que Alto Minho, Terras de Trás-os-Montes e Viseu Dão Lafões, apresentam uma percentagem mais reduzida de municípios detentores deste regulamento (ver mapa 3.3 e anexo).

A análise dos regulamentos<sup>17</sup> enviados pelos municípios respondentes permite

<sup>17</sup> A perguntas 26: «Por favor coloque em anexo cópia do referido regulamento» e 27: «Em alternativa indique um link de acesso ao regulamento, solicitavam o regulamento de apoio às associações de juventude». Foram enviados 44 ficheiros de documentos e 54 links para o respetivo documento.

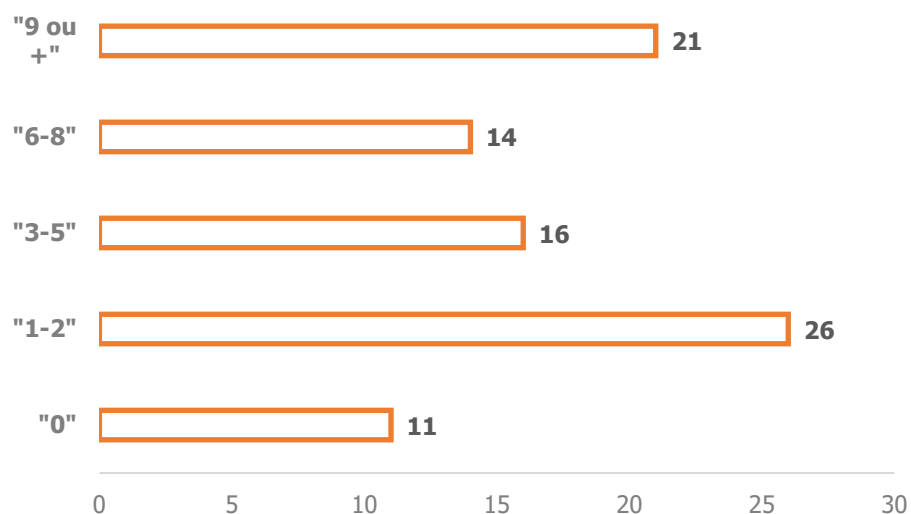
apurar que, na generalidade dos casos identificados, o regulamento existente se destina a apoiar o associativismo no geral, porém existindo nos documentos pontos específicos para as associações de jovens. Apenas 4 dos documentos fornecidos incluíam a palavra juventude/jovens na sua designação. Estes regulamentos tendem a fazer referência aos destinatários, ao modo como se deve processar a candidatura, aos tipos e formas de apoio prestado, aos critérios de análise e avaliação das candidaturas. O seu objetivo é harmonizar o modo como são apoiadas e comparticipadas as associações do concelho, procurando garantir a igualdade, a equidade e a transparência nos apoios dispensados, por forma a que desenvolvam atividades diversas que encorajam e promovem uma prática desportiva e cultural regular e incentivam a integração e a participação cívica dos jovens e o bem-estar coletivo.

Quanto a apoios efetivos às associações juvenis no período entre 2013-2017, a maioria dos 88 municípios que responderam a esta questão afirma ter apoiado 1-2 associações (26%), seguida dos municípios que apoiaram 9 ou mais associações (21%). Importa também referir que 11% dos respondentes não apoiaram nenhuma associação juvenil (ver gráfico 3.7). A análise das listagens<sup>18</sup> enviadas pelos municípios mostra que reúnem principalmente associações de cariz desportivo, associações de cariz desportivo e cultural (associação desportiva e recreativa) e, no que respeita especificamente aos jovens, destacam-se as associações de estudantes, os agrupamentos de escuteiros e grupos de escoteiros, as associações juvenis e os grupos de teatro.

---

<sup>18</sup> Pergunta 29: «Por favor coloque em anexo a lista das associações de juventude apoiadas» (N=24) e pergunta 30: «Em alternativa coloque um link com a lista das associações» (N=18)

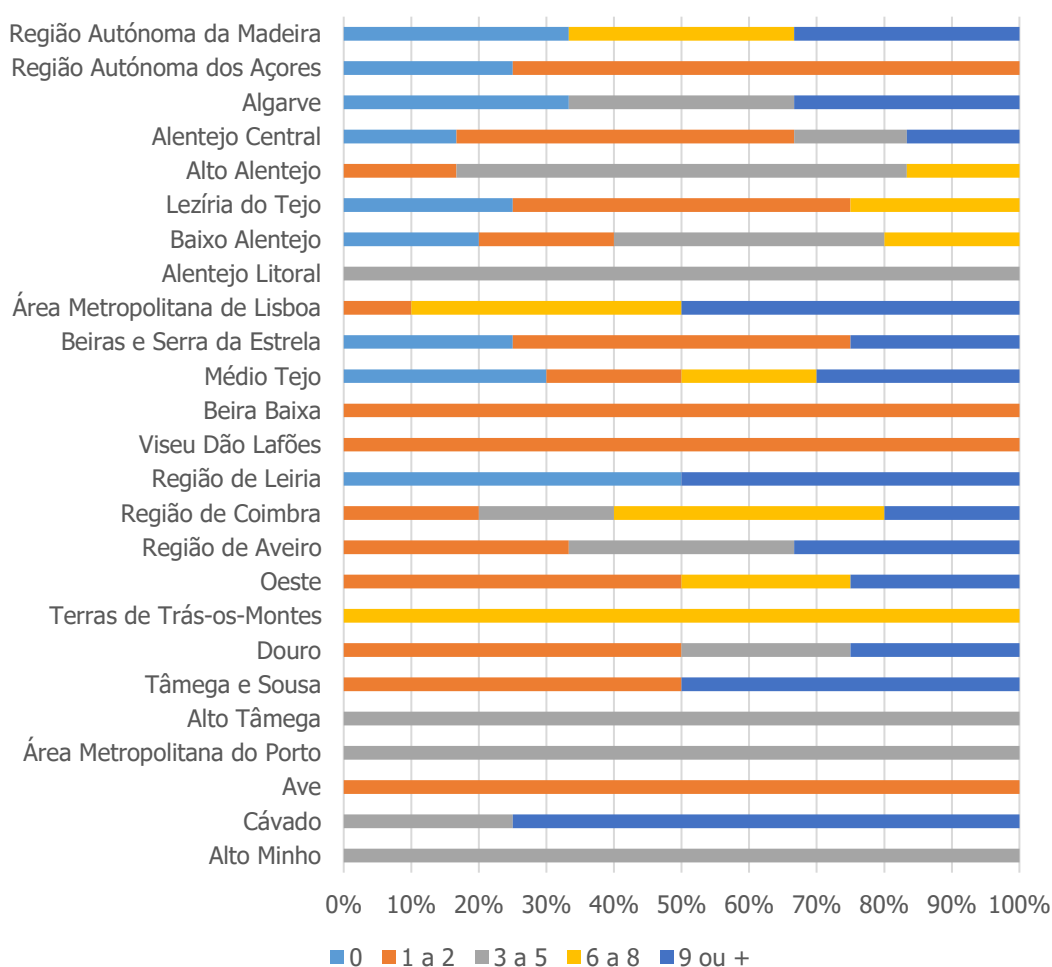
**Gráfico 3.7 - Número de associações de juventude apoiadas pelo município (2013-2017)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=88). Pergunta 28: «No período entre 2013 e 2017 quantas associações de juventude receberam apoios a municipais?»

A distribuição do número de associações apoiadas pelos municípios por NUTS III é visível no gráfico 3.8. Este mapeamento permite verificar que os respondentes que afirmam não ter apoiado nenhuma associação se situam nas unidades territoriais Algarve, Baixo Alentejo, Beiras e Serra da Estrela, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Região de Leiria, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Destacam-se os municípios respondentes das unidades territoriais Ave, onde todos apoiaram 1 a 2 associações, e os do Alentejo Litoral, Alto Minho, Alto Tâmega e Área Metropolitana do Porto que afirmam ter auxiliado entre 3 a 5 associações no período de 2013-2017. Dos municípios respondentes que apoiam 9 ou mais associações, a maioria tende a localizar-se em unidades territoriais da zona litoral (N=7), embora a tendência hegemónica não seja muito acentuada, uma vez que também contempla respondentes de unidade territoriais do interior (N=5). Assim, tanto no caso dos respondentes que não efetuaram apoios a associações, como no caso dos que efetuaram apoios a 9 ou mais associações, o fator localização geográfica – litoral/interior – não aparenta ser muito relevante pois incluem municípios de ambos os quadrantes geográficos.

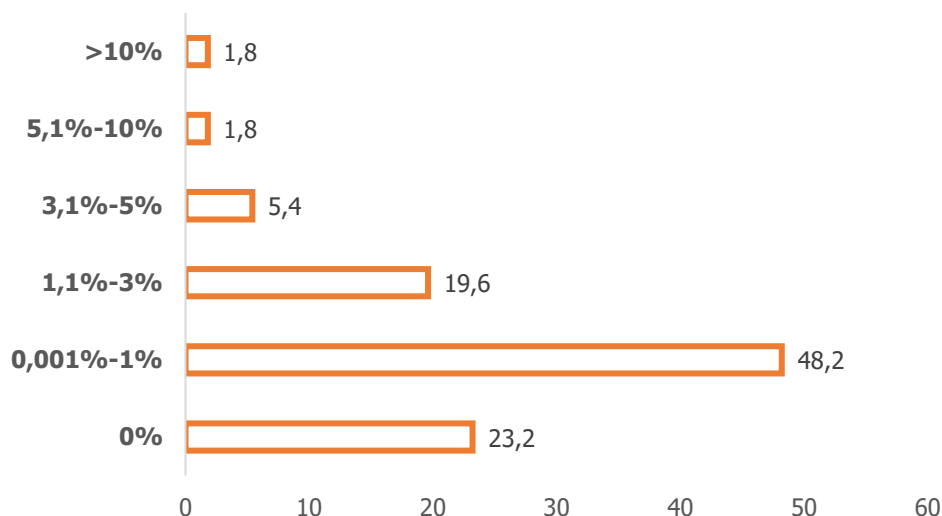
**Gráfico 3.8 – Distribuição do número de associações apoiadas por NUTS III**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=88)

Relativamente à percentagem do orçamento geral do município (2016), o apoio às associações juvenis representa para a maioria (48,2%) dos 56 municípios que responderam a esta questão entre 0,001%- a 1% do orçamento. De referir que 23,3% dos municípios respondentes despendem 0% do seu orçamento com estes apoios, e que 19,6% disponibilizam entre 1,1%-3% para apoiar as associações juvenis. Em apenas 1,8% dos municípios o apoio efetuado às associações corresponde a uma percentagem superior a 10% (ver gráfico 3.9).

**Gráfico 3.9 – Percentagem do orçamento 2016 dirigida especificamente a apoios a associações de juventude**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=56). Pergunta 31: «Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi dirigida especificamente a apoios a associações de juventude?»

### 3.4 Canais de comunicação, infraestruturas e serviços para jovens

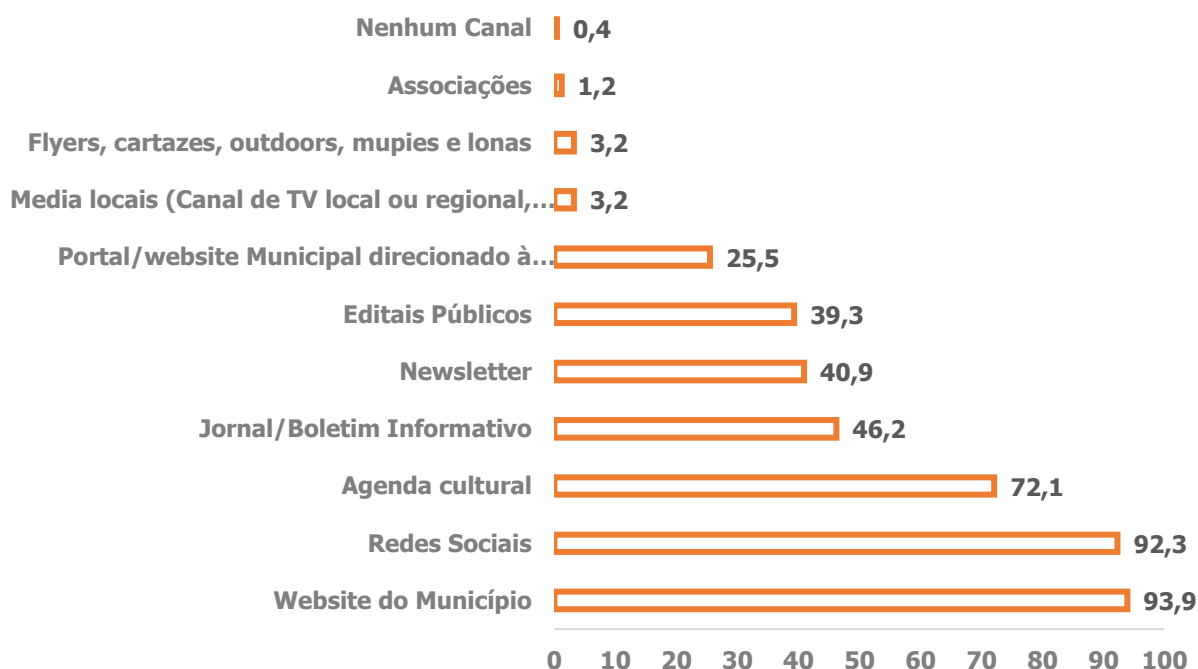
Os canais de divulgação e informação para promover atividades e/ou programas destinados aos jovens utilizados pelos municípios respondentes passam sobretudo pelos *media* digitais. Assim, observa-se que a estratégia de comunicação com os jovens procura adequar-se às suas preferências e realidades, privilegiando a internet como meio de comunicação. A utilização do *website* do município (93,9%), bem como o recurso às redes sociais (92,3%) é bastante generalizado, sendo também de referir o uso da agenda cultural (72,1%) e de jornal/ boletim informativo (46,2%), que também apresentam um carácter digital.

Importa salientar que 25,5% dos municípios possuem uma infraestrutura de internet para divulgação e informação aos jovens – portal específico para a juventude - sendo este o canal específico de comunicação com os jovens. De referir também que a análise dos *sites* dos municípios permitiu verificar que a grande maioria dos mesmos dispõe de um «espaço Internet», local público que disponibiliza o acesso gratuito à Internet, destinando-se a toda a população, inclusive jovens e crianças.



O uso de meios mais formais como os editais públicos (39,3%) ou mais tradicionais, como cartazes, *flyers*, *outdoors*, *mupies* e lonas (3,2%), bem como o dos *media* locais, nomeadamente canais de televisão local ou regional, rádios e jornais locais (3,2%) são também recursos utilizados pelos municípios respondentes, embora de forma mais residual (gráfico 3.10).

**Gráfico 3.10 – Canais de divulgação e informação aos jovens (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 39: «No município, através de que canais é feita a divulgação de programas, iniciativas ou infraestruturas direcionadas aos jovens?» Resposta múltipla.

Por último cabe analisar as infraestruturas e serviços destinados aos jovens existentes nos municípios (gráfico 3.11), considerando a relevância que a gestão de equipamentos tem na missão das unidades orgânicas destinadas a criar e aplicar políticas municipais de juventude. No que se refere a infraestruturas, as respostas dadas permitem concluir que a generalidade dos municípios dispõe de infraestruturas desportivas (97,2%) e culturais (90,4%). Contudo, essas valências destinam-se aos munícipes em geral, não sendo específicas para os jovens. É de salientar que, entre as infraestruturas desportivas assinaladas por alguns municípios, se destaca a existência de infraestruturas destinadas à prática

de desportos mais radicais (que são principalmente praticadas por jovens), como *skate* ou *bike park*.

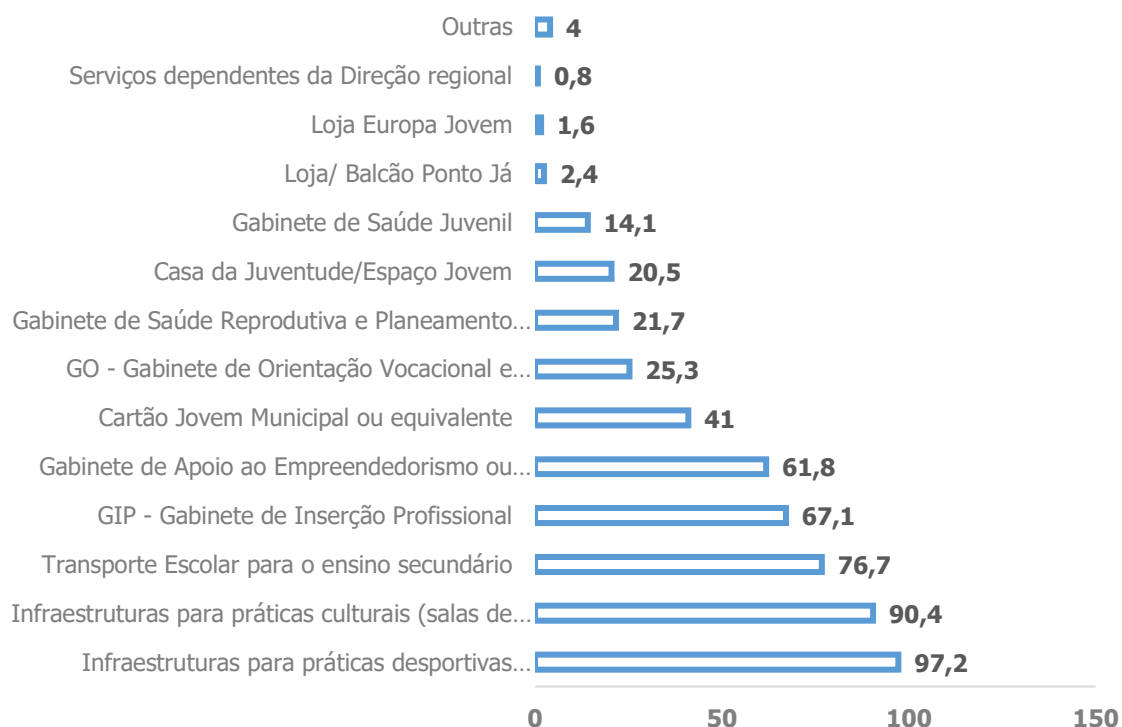
Ainda no que diz respeito a infraestruturas físicas orientadas especificamente para jovens importa mencionar a existência de «casas de juventude» ou «espaços jovem» em 20,5% dos municípios respondentes (gráfico 3.11), locais que se destinam a ser de informação, convívio, bem como de formação e desenvolvimento atividades e eventos.

No que se refere aos serviços disponibilizados pelos municípios, destaca-se o apoio ao transporte escolar para o ensino secundário, uma mais valia facilitada por 76,7% dos respondentes. São também visíveis os serviços que atendem as questões relacionadas com a formação e emprego, nomeadamente gabinetes de inserção profissional (67,1%), gabinetes de apoio ao empreendedorismo ou equivalente (61,8%), sendo mais raros, porém, os gabinetes de orientação vocacional e profissional (25,3%). Relativamente raros também são os serviços prestados especificamente aos jovens na área da saúde (gráfico 3.11), nomeadamente ao nível de gabinetes de saúde reprodutiva e planeamento familiar (21,7%) e de gabinete de saúde juvenil (14,1%).

O Cartão Jovem Municipal é outro dos serviços municipais que sobressai (41%), sendo que concede aos aderentes diversas vantagens e descontos em serviços e equipamentos culturais, turísticos e desportivos do município, bem como facilita o acesso a bens de consumo.

Verifica-se ainda que uma proporção diminuta de municípios beneficia e disponibiliza aos jovens serviços providos por entidades do governo central, como loja/balcão Ponto Já (2,4%) ou loja Europa Jovem (1,6%).

**Gráfico 3.11 – Infraestruturas e serviços existentes no município destinados aos jovens (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 38: «Das seguintes infraestruturas e serviços que abrangem jovens, quais existem no município?» Resposta múltipla.

---

## Síntese conclusiva

---

A análise apresentada recai sobre intervenção municipal na área da juventude e teve como objetivo retratar as suas características, nomeadamente no que se refere ao plano estratégico para a juventude, ao envolvimento dos jovens na definição de políticas e ações, aos canais de divulgação e às infraestruturas e serviços para a juventude.

Os dados disponíveis mostram que a grande maioria dos municípios respondentes (91,2%) não possui um plano estratégico no que diz respeito à juventude. A inexistência de um PMJ leva a crer que não está desenhada uma política concertada, integrada e transversal que vise responder às necessidades e interesses dos jovens, existindo apenas ações pontuais.

O PMJ tende a incluir ações definidas e ajustadas em prol de objetivos específicos na área da juventude. Os jovens constituem-se como um grupo diverso e heterogéneo, com necessidades diferentes e vivências distintas de acordo com os seus perfis e condições sociais em termos de género, classe social de origem, escolaridade, entre muitas outras condições objetivas e subjetivas de existência, mas também com os contextos sociais e económicos em que vivem no seu quotidiano mais próximo, nomeadamente em termos territoriais. Nesta perspetiva, a política municipal de juventude ganha articulação estando integrada com outras áreas representativas das dimensões da vida juvenil, e considerando a auscultação dos jovens de forma a incluir as necessidades e expectativas por eles vivenciadas.

Ora, a relevância da implicação dos jovens nas ações que para eles estão previstas, bem como a sua auscultação tendem a ser práticas maioritariamente reconhecidas pelos municípios. Estes maioritariamente (70,9%) promovem a consulta e auscultação dos jovens, crendo que se traduz em maior envolvimento e consequente participação dos jovens na vida comunitária e na tentativa de solucionar problemas que os afetam. Os municípios que constituem a amostra deste estudo preferem auscultar os jovens utilizando meios formais, dando

primazia ao CMJ. Este órgão consultivo e de promoção do diálogo entre os intervenientes da área da juventude não se encontra em todos os municípios, sendo a principal razão apontada para a sua inexistência uma opção política. Esta justificação está relacionada com prioridades do executivo – atual ou antigo - e com o discordar das exigências legais para a constituição daquele órgão consultivo, mas também com o caráter formal e rígido do regime jurídico do CMJ. A par do CMJ, os municípios promovem a participação dos jovens através do orçamento participativo jovem e do desenvolvimento de atividades com carácter lúdico e de debate, como semanas de juventude.

O apoio ao associativismo, independentemente da natureza do mesmo, é um dos pilares de ação dos municípios em prol de uma maior inclusão dos munícipes e de um estímulo à participação cívica, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento local. Embora na amostra esse apoio não esteja maioritariamente regulamentado, os municípios têm consciência da necessidade de ter um regulamento de apoio ao associativismo que indique a tipologia de auxílios, bem como os critérios de atribuição dos apoios a conceder, demonstrando a transparência e equidade dessa prestação. No que respeita às associações juvenis, poucos são os municípios com um regulamento especificamente elaborado para as mesmas, acabando estas por estar incluídas com as restantes associações de cariz desportivo ou cultural.

Os canais de divulgação e comunicação mais utilizados pelos municípios junto dos jovens estão associados às novas tecnologias de informação. Atendendo a que os jovens são ávidos utilizadores do mundo digital e consumidores de novas tecnologias, passando a sua socialização e vida quotidiana cada vez mais pela Internet e pelas redes sociais, a estratégia dos municípios passa pela utilização do *website* municipal, e das suas redes sociais (facebook, twitter, instagram, flickr), utilizando também canais de vídeo como o youtube, o vimeo e o issuu para difundirem as suas atividades. O entendimento da participação digital dos

jovens<sup>19</sup> leva a que um número relevante de municípios (25,5% da amostra) ofereça um canal específico e orientado para os jovens – portal municipal destinado à área da juventude - procurando adequar-se às suas preferências. Refira-se também o peso que os meios mais formais e burocráticos – editais públicos - assumem na divulgação destinada aos jovens (39,3%).

No que se refere às infraestruturas e serviços disponibilizados aos jovens do concelho destacam-se, no que diz respeito às infraestruturas, os equipamentos desportivos (piscinas, pavilhão gimnodesportivo, campo de futebol, etc.) e culturais (museus, teatro, espaço internet, bibliotecas, etc.), os quais, embora se destinem a todos os munícipes, acabam por ser muito utilizados pelos jovens. Relativamente a infraestruturas desenhadas especificamente para os jovens importa mencionar a «casa da juventude» e «espaço Jovem», os quais pretendem consolidar-se como locais de participação, convivência, partilha e informação. Outras infraestruturas municipais destinada aos jovens referidas, embora com um carácter residual, foram «pousadas da juventude» e residência para estudantes.

Quanto aos serviços municipais dirigidos especificamente aos jovens ressalta-se o apoio facultado em termos de transporte escolar que se estende ao ensino secundário (76,7% da amostra), bem como apoios ao nível da atribuição gratuita de manuais escolares e bolsas de estudo destinadas sobretudo ao ensino superior, verificando-se uma forte articulação com a área da educação. Outro serviço relevante especificamente reservado aos jovens é o cartão jovem municipal que permite uma série de vantagens e descontos que vão desde bens de consumo a descontos em viagens, entradas em espetáculos e museus, etc.

Importa também salientar a existência de gabinetes de apoio à inserção profissional e de apoio ao empreendedorismo (na área do emprego, formação e empreendedorismo), de saúde reprodutiva e planeamento familiar (usualmente

---

<sup>19</sup> Para mais informações acerca da participação digital dos jovens portugueses ver Cristina Ponte e José Azevedo (org). Inclusão e Participação digital. Revista Media & Jornalismo nº 19 - Vol.10, N.2 – Outono/Inverno. 2011.

estabelecidos em articulação com o centro de saúde) bem como a disponibilização de serviços de apoio psicológico. Contudo, e a exemplo das infraestruturas desportivas e culturais, estes não são criados especificamente para o público jovem, embora sejam bastante utilizados por eles.

O modo como os municípios tendem a encarar os jovens parece estar alinhado com a Estratégia Europeia da Juventude e com as orientações do Livro Branco da Juventude, verificando-se uma aposta na participação dos jovens, no incentivo de atividades de voluntariado, na tomada de medidas que fomentem a empregabilidade e o empreendedorismo (apostando na implementação de estruturas de apoio ao empreendedorismo como gabinetes/balcão de apoio ao empreendedor, espaços para *startups*, concursos, *etc.*).

Não obstante, os municípios tendem a desenvolver atividades que se destinam mais ao lazer e à ocupação dos tempos livres, do que atividades que fomentam a participação e o envolvimento dos jovens nas comunidades onde estão inseridos. Prevalece a inexistência de uma política definida para a área da juventude, e instrumentos como o PMJ (Plano Municipal de Juventude) e o CMJ (Conselho Municipal de Juventude) na generalidade não se encontram estabelecidos, independentemente do número de jovens que o município possua. Aparentemente as razões para a não implementação destas ferramentas passam mais pela agenda política do município, na qual a área da juventude não surge definida como uma medida prioritária, do que o número ou proporção de jovens existentes no município.

Ressalta-se a formalidade da abordagem feita aos jovens, cuja auscultação é efetuada principalmente através de meios institucionais, estabelecidos legalmente (CMJ e CME) indo ao encontro do que João Ferrão (2015) aponta como uma das causas da ineficácia das políticas públicas. Segundo o autor, na generalidade as políticas públicas são alicerçadas «*numa visão excessivamente legalista, pouco participada e, por isso, com insuficiente sensibilidade às necessidades, preferências e capacidades dos cidadãos, das empresas e dos distintos territórios*» (2015:328). Ao promover-se uma maior participação e inclusão que integre as diversas partes interessadas na área da juventude, está-

se a potenciar a concretização das políticas de juventude assentes na participação cívica e na capacitação dos jovens, favorecendo-se dessa forma as dinâmicas do desenvolvimento local.





#### **4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude**



---

## 4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude

---

O presente capítulo pretende analisar o diagnóstico realizado pelas autarquias relativamente aos principais problemas, prioridades e propostas na área da juventude nos seus respetivos municípios, a partir do inquérito aplicado aos responsáveis municipais pela área da juventude e que constitui a base empírica primordial do itinerário que se pretende levar a cabo.

A análise desdobra-se, nomeadamente, em três grandes dimensões. Em primeiro lugar, a atenção centra-se no diagnóstico produzido pelos diferentes municípios relativamente aos **principais problemas que afetam o segmento populacional jovem** da respetiva unidade geográfica.

Complementando este diagnóstico, são igualmente identificadas pelas autarquias aquelas que são as suas **principais áreas prioritárias de intervenção na área da juventude**. Estas são definidas em referência a dois períodos temporais, correspondentes a distintos mandatos autárquicos: por um lado, as principais áreas de intervenção relativas ao período 2013-2017 e, por outro, ao período político em vigor, 2018-2021.

Por fim, como terceira etapa desta incursão, é solicitado ainda aos responsáveis autárquicos a identificação das **principais iniciativas e políticas** que elencam **dirigidas à área da juventude** para o ciclo político a decorrer presentemente **(2018 e 2021)**.

Através de uma análise comparativa, procura-se identificar e compreender possíveis tendências e variações entre as diferentes regiões que constituem o território nacional, sendo privilegiada como unidade territorial a nomenclatura de divisão regional correspondente ao nível NUTS III. Outras variáveis vão sendo oportunamente convocadas de forma a sustentar a análise.

## 4.1. Problemas

O diagnóstico relativamente aos principais problemas que afetam os jovens residentes no respetivo município é elaborado a partir de uma taxinomia composta por 17 categorias. Esta é construída a partir das orientações estratégicas definidas no Livro Branco da Juventude<sup>20</sup>, bem como das áreas da Estratégia da União Europeia para a Juventude<sup>21</sup> – e englobando as áreas que compõem o âmbito de ação autárquico ao nível das políticas municipais.

Uma visão global dos resultados distribuídos pelas diferentes categorias permite uma primeira leitura relativamente às tipologias de problemas que assumem maior relevo no diagnóstico que as autarquias constroem sobre o respetivo território (tabela 4.1).

As questões relacionadas com as condições laborais assumem particular destaque. Além do *Desemprego*, identificado aproximadamente por 75% das autarquias que constituem a amostra, também a precariedade laboral surge como a segunda área problemática que mais afeta o segmento populacional em questão (48,6%).

As *Dificuldades de acesso à habitação* adquirem também um relevo não despidendo, sendo apontado por 31,9% dos municípios da amostra.

A temática da educação surge como o quarto problema mais identificado, com a tónica colocada no *Insucesso escolar* (27,9%). Contudo, as questões educativas no seu conjunto adquirem maior expressão se considerarmos os 26,3% das autarquias que identificam igualmente o *Abandono escolar*.

---

<sup>20</sup> São 14 as áreas estratégicas de intervenção definidas no Livro Branco da Juventude: Educação e Formação; Emprego e Empreendedorismo; Participação Cívica; Emancipação Jovem; Mobilidade e Jovem Português no Mundo; Prevenção Rodoviária; Saúde e Prevenção dos Comportamentos de Risco; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cultura, Inovação e Criatividade; Voluntariado; Combate à Desigualdade de Oportunidades e Inclusão Social; Habitação; Solidariedade Intergeracional; Associativismo (Instituto Português do Desporto e da Juventude, 2015).

<sup>21</sup> É estabelecido em 2002 um quadro de cooperação entre os 27 Estados Membros em matéria de juventude, elencando 8 principais áreas ou domínios de ação: Educação e formação; Emprego e empreendedorismo; Saúde e bem-estar; Participação; Atividades de voluntariado; Inclusão social; Juventude e o mundo; Criatividade e cultura (Resolução do Conselho, 2009).

**Tabela 4.1 – Problemas dos jovens do município**

Problemas	%
Desemprego	74,5
Trabalho precário	48,6
Dificuldades de acesso à habitação	31,9
Insucesso escolar	27,9
Rede de transportes públicos insuficiente	26,7
Abandono escolar	26,3
Consumos/comportamentos aditivos	17,5
Dificuldades de acesso a formas de participação cívica	11,2
Ausência de estilos de vida saudáveis	10,0
Alimentação e nutrição	7,6
Dificuldades de acesso ao ensino superior	6,0
Dificuldades de acesso a cuidados de saúde juvenis	2,4
Dificuldades de acesso à cultura	2,4
Problemas ambientais	2,4
Dificuldades de acesso ao ensino secundário	2,0
Insegurança e violência	1,6
Discriminação	1,2
Outros	2,0

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251) . Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Por fim, destaque ainda para a categoria *Rede de transportes públicos insuficiente*, apontado por 26,7% dos municípios que constituem a amostra.

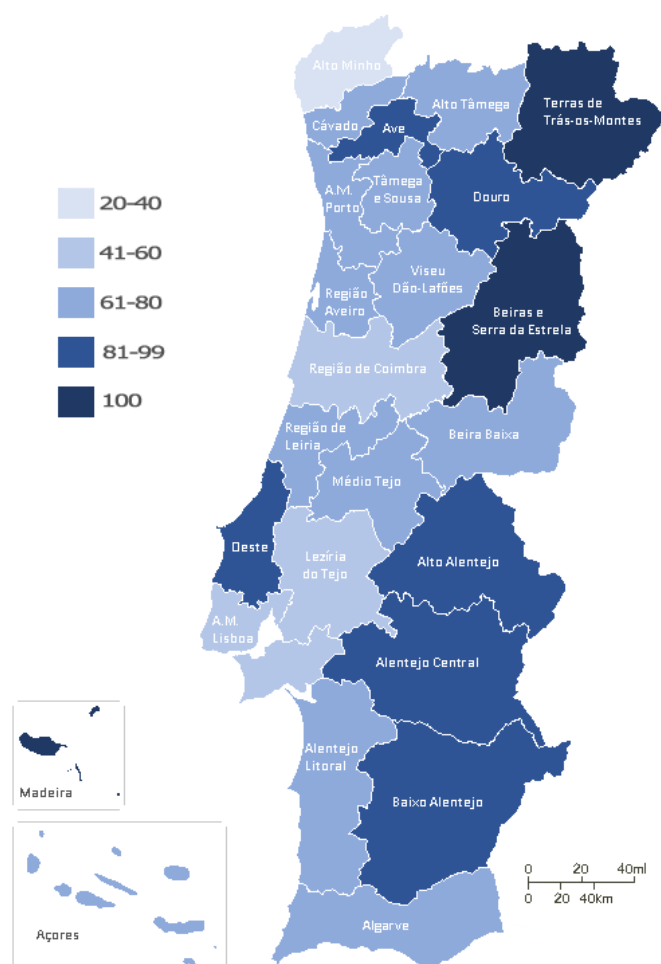
Uma mais aprofundada compreensão destes dados impõe uma contextualização dos mesmos – um enquadramento que tem como particular vetor as suas expressões e distribuições geográficas no quadro do território nacional. Uma análise territorial relativamente à incidência destes *diagnósticos* traçados pelas autarquias respondentes permite, por um lado, mapear as diferentes expressões que estes problemas assumem no território nacional – no Continente e Ilhas.

Esta análise inicia-se sobre a categoria estatisticamente mais expressiva – o *Desemprego* – e cuja expressão geográfica revela discrepâncias particularmente significativas, nomeadamente, do ponto de vista dos efeitos da interioridade e da insularidade. Sendo o desemprego um indicador incontornável na avaliação do desenvolvimento económico e social de uma determinada área geográfica, a leitura deste padrão tem forçosamente de ser analisado à luz das discrepâncias e do carácter plural dos níveis de desenvolvimento económico do país. Contudo,

ao contrário de leituras dicotómicas – sejam elas feitas segundo diferentes coordenadas geográficas (Norte/Sul ou Interior/Litoral) – os dados solicitam, ao invés, um olhar que tenha em linha de conta o carácter compósito com que as desigualdades económicas e sociais se exprimem no território nacional (Ferrão, 2002).

Neste caso em particular, tanto nas Terras de Trás-os-Montes como na região das Beiras e Serra da Estrela, a totalidade dos municípios coloca o *Desemprego* como pelo menos um dos principais problemas que assolam a respetiva população jovem (mapa 4.1). As regiões limítrofes acompanham a tendência, nomeadamente o Douro, Ave e Alto Tâmega – acentuando a expressão macrorregional.

**Mapa 4.1 – Desemprego segundo NUTS III (%)**

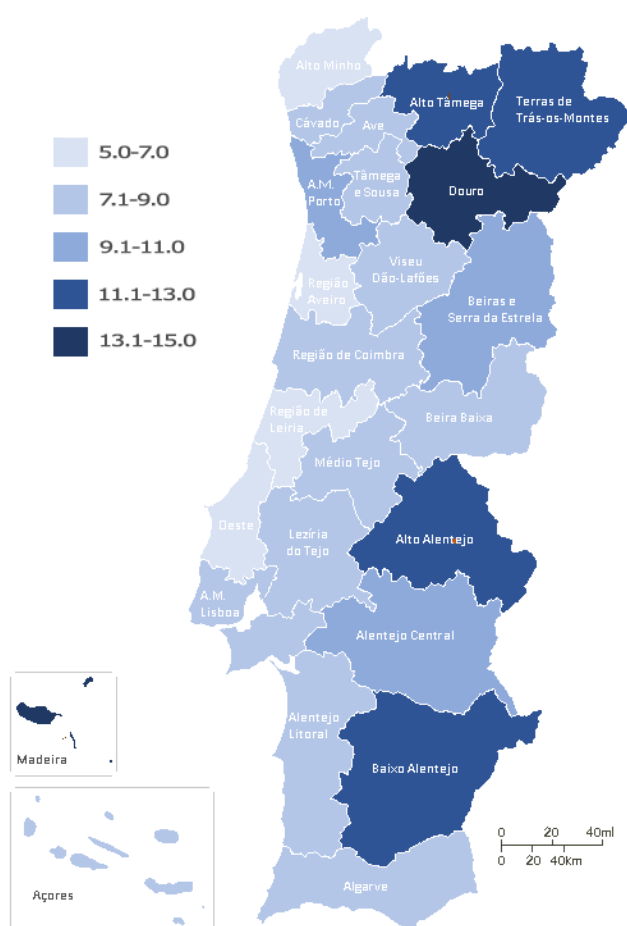


Uma segunda grande expressão é identificável no Alentejo Interior. É o caso concretamente o Baixo Alentejo (91,7%), Alentejo Central (90%) e Alto Alentejo (81,8%). Numa expressão ligeiramente menor comparativamente com o que se observa no Interior surge já o Alentejo Litoral, onde 75% dos municípios apontam o *Desemprego* enquanto um dos três principais problemas – cenário esse, de resto, convergente na região contígua do Algarve.

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (gráfico do mapa 4.1 no anexo 9)

À exceção das últimas duas regiões, o cenário no litoral do Continente revela-se contrastante com o observado no Interior. À exceção do Oeste onde aproximadamente 90% das autarquias alude ao problema desemprego, a expressão revela-se significativamente menor nas regiões costeiras – com destaque, no entanto, para a discrepância entre as duas grandes áreas urbanas do país. Se na Área Metropolitana do Porto três quartos das autarquias identificam o desemprego como um dos principais problemas, no caso da Área Metropolitana de Lisboa, a proporção é já menos de metade.

**Mapa 4.2 – Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** INE, 2017. (gráfico do mapa 4.2 no anexo 9)

A par da interioridade, a condição de insularidade surge igualmente como um importante fator. A Região Autónoma da Madeira é a terceira região onde a totalidade das autarquias elenca o desemprego entre o conjunto de problemas que afeta a respetiva população jovem residente. Embora com uma expressão menor, é também elevada a percentagem de autarquias a identificar esse mesmo problema nos Açores (72,2%). Ora, a estatística relativa ao desemprego jovem (25-34) em 2016 converge com o diagnóstico traçado pelo conjunto de municípios de cada região NUTS III (mapa 4.2).

Estes dados dão conta precisamente da maior taxa de desemprego justamente nas regiões do Interior Norte e do Alentejo Interior, onde se encontram as regiões com um desemprego jovem registado acima dos 10%. A exceção é a Área Metropolitana do Porto, cuja

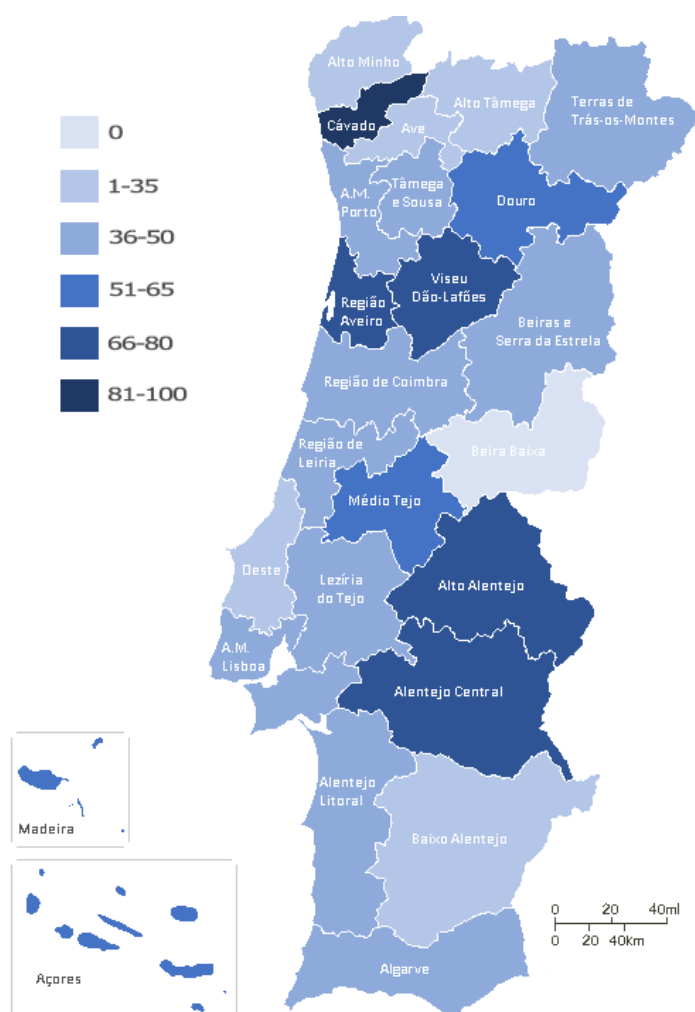


taxa de desemprego entre os 24 e 35 anos se situa no ano em questão nos 10,6% - significativamente acima dos 7,9% da Área Metropolitana de Lisboa.

Por fim, a maior taxa de desemprego regista-se na Madeira – quase o dobro da registada na Região Autónoma dos Açores.

No que diz respeito ao *Trabalho precário*, os contrastes entre o Interior e Litoral não se revelam tão acentuados, sendo de assinalar a menor expressão entre as regiões do interior comparativamente com o panorama observado no

**Mapa 4.3. – Trabalho precário segundo NUTS III (%)** caso do *Desemprego* (mapa 4.3).



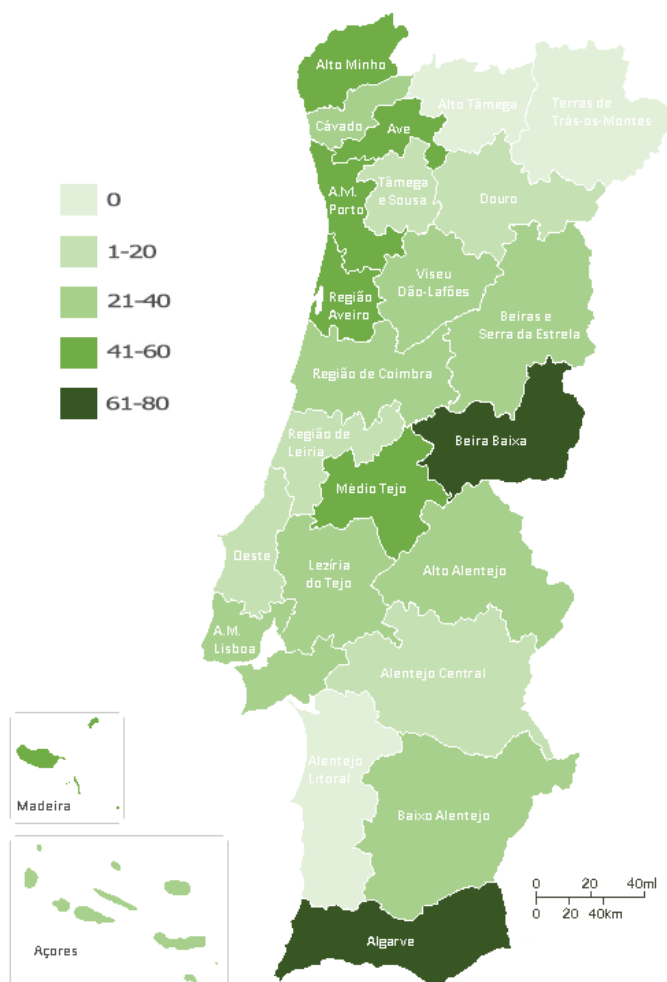
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251) Pergunta 40: «Da seguinte lista, selecione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (gráfico do mapa 4.3 no anexo 9)

Efetivamente, a região costeira do Cávado surge em claro destaque, sendo que a totalidade das autarquias identifica esta área como um dos três principais problemas que afeta a área da juventude. De resto, entre o conjunto das regiões mais a norte, o contraste *Litoral-Interior* surge menos pronunciado comparativamente com o que se observa no caso do *Desemprego*, como é o caso do diferencial pouco significativo de valores registado entre Terras de Trás-os-Montes e a Área Metropolitana do Porto.

Ademais, nas duas grandes áreas urbanas do país – Área Metropolitana de Lisboa e do Porto – a divergência de proporção é igualmente menos significativa.

Destaque ainda para o Alentejo – em particular o Alto Alentejo e Alentejo Central – sendo estas, de resto, as regiões do Interior, a par do Viseu Dão-Lafões, onde a identificação do trabalho precário como um dos principais problemas entre os jovens surge com maior expressão, em contraste com a Beira Baixa, onde a precariedade se revela apartada do grupo dos principais problemas apontados pelas autarquias.

**Mapa 4.4 – Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, selecione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (Gráfico do mapa 4.4 no anexo 9)

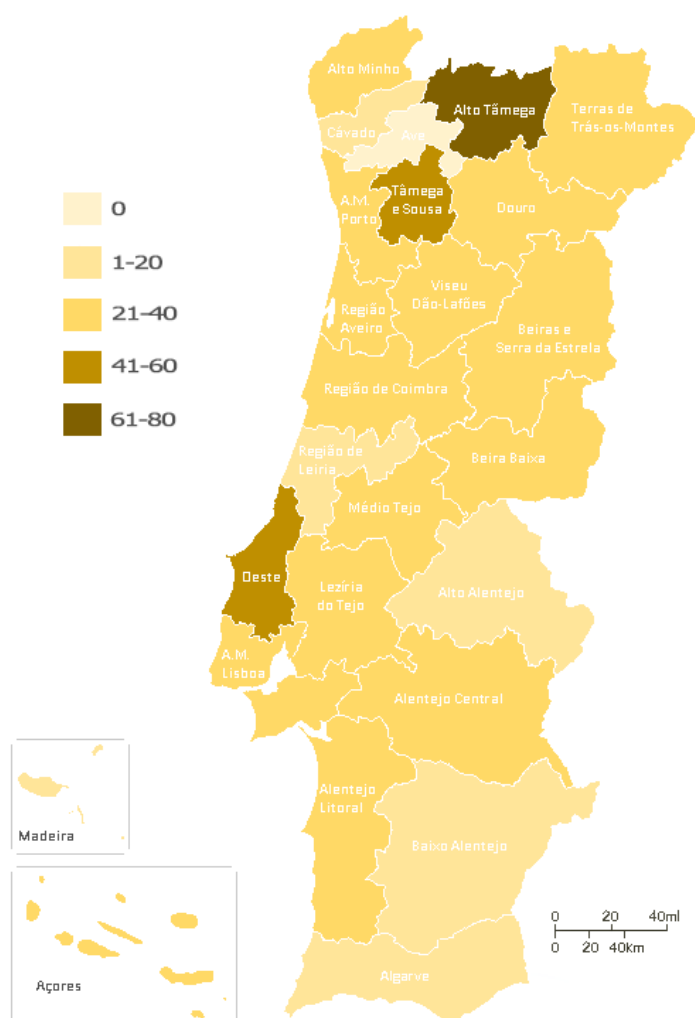
Quando se passa ao problema das *Dificuldades de acesso à habitação*, é o Algarve que surge em claro destaque (com 78,6%), seguido da Beira Baixa, onde aproximadamente dois terços das autarquias mencionam tal problema (mapa 4.4).

Nota ainda para as regiões mais a norte do território continental, onde uma proporção significativa das autarquias nas regiões costeiras identifica este mesmo problema – em contraste com a expressão residual registada no Douro (5,6%) e

em particular Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega, onde o acesso à habitação não consta dos principais problemas elencados por parte das respetivas autarquias.

Numa dinâmica inversa, se o Alentejo Litoral constitui a terceira região onde nenhuma autarquia identifica este problema, no caso das restantes regiões do Alentejo marcadas pela interioridade o cenário revela-se significativamente distinto – em particular no Baixo Alentejo, onde um terço dos municípios da amostra integram a área em questão no diagnóstico que traçam em torno dos problemas que mais afetam a respetiva população jovem.

**Mapa 4.5 – Insucesso escolar segundo NUTS III (%)**



No caso do *Insucesso escolar*, as discrepâncias afiguram-se relativamente exíguas no conjunto do território nacional. O Alto Tâmega surge como a única região onde a maioria das autarquias que integram a amostra (80%) coloca esta área entre os principais problemas. Já no campo oposto, a região contígua de Ave figura como a única região onde nenhuma autarquia identifica o insucesso escolar como um dos principais problemas do município (mapa 4.5).

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (Gráfico do mapa 4.5 no anexo 9)

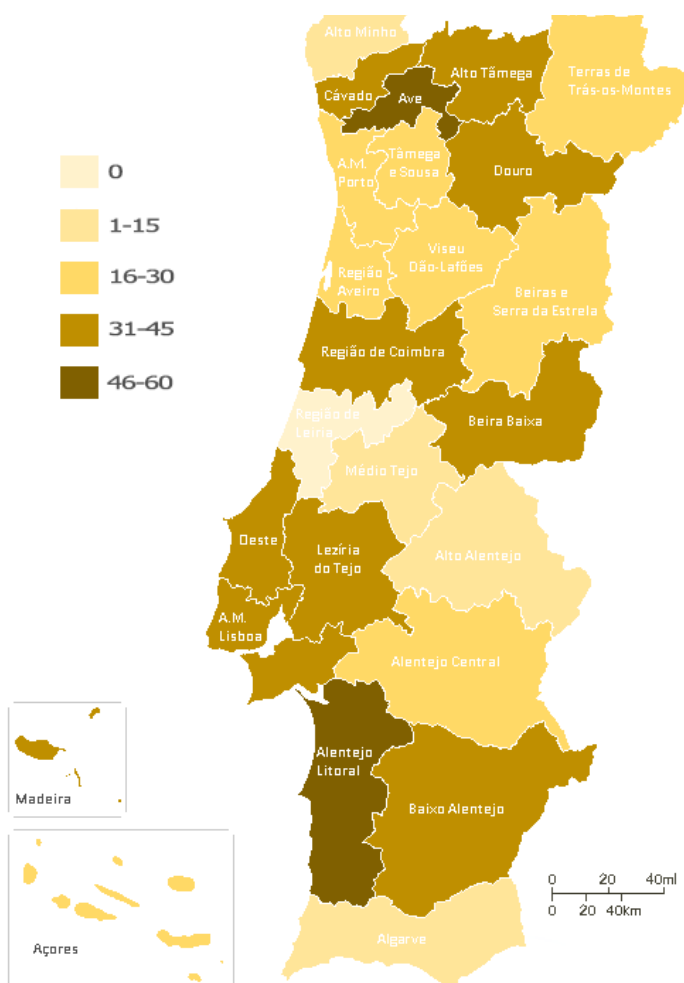
A região do Oeste evidencia-se como a região costeira em que se

registra maior percentagem de municípios que integra esta área como um dos três principais problemas (44,4%) – valor próximo do Alentejo Central (40,0%), em que o problema do insucesso escolar surge significativamente mais evidenciado em comparação com o panorama nas autarquias do Baixo e Alto Alentejo.

No caso da área, interrelacionada, do *Abandono escolar*, o panorama não se afigura significativamente distinto (mapa 4.6). Em primeiro lugar, é apenas nas regiões do Ave e do Alentejo Litoral onde a proporção das autarquias que relevam esta área não é minoritária – 50% em ambos. Em Ave, a situação contrasta, de resto, com o cenário verificado no *Insucesso escolar*, onde nenhuma autarquia identifica como problema.

Destaque ainda para a Região de Leiria. Se é já apenas uma minoria de autarquias que aponta o *Insucesso escolar* como problema, no caso do *Abandono escolar*, a expressão é mesmo nula – reforçando a expressão exígua que a área da Educação enquanto problema assume nas autarquias desta região.

**Mapa 4.6 – Abandono escolar segundo NUTS III (%)**

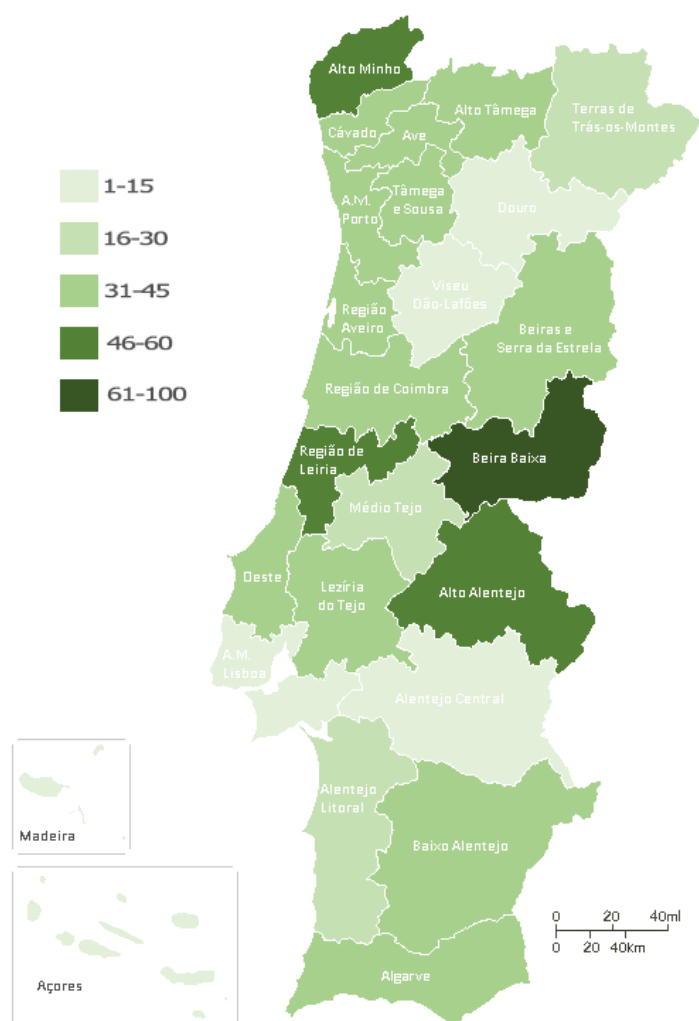


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (Gráfico do mapa 4.6 no anexo 9)

Situação próxima verifica-se também no Algarve, onde em ambas as vertentes – insucesso e abandono escolar – a expressão é minoritária.

No caso da *Rede de transportes públicos insuficiente*, não obstante a Beira Baixa assumir destaque – sendo que aproximadamente dois terços das autarquias da amostra identificam esta área como um dos três principais

**Mapa 4.7 – Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» (Gráfico do mapa 4.7 no anexo 9)

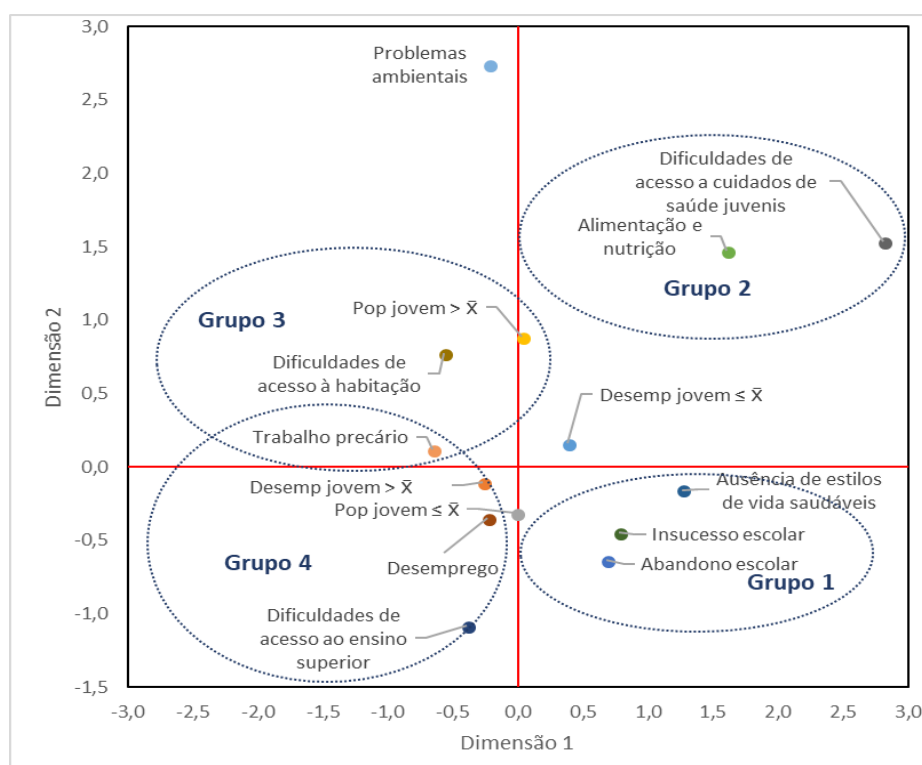
problemas que afetam a área da juventude –, tende a ser sobretudo nas regiões costeiras que esta área assume maior relevância no diagnóstico realizado pelos municípios (mapa 4.7). Entre elas, apenas a Área Metropolitana de Lisboa diverge desta tendência, onde apenas uma minoria de autarquias (13,3%) destaca insuficiências ao nível dos transportes públicos.

Destaque ainda para o cenário no norte de Portugal Continental, em que a expressão entre o conjunto das autarquias das regiões costeiras – em particular Alto Minho, mas também a Área Metropolitana do Porto e

Cávado – revela-se significativamente superior em relação às regiões do Interior (sobretudo o Douro).

Numa última análise sobre o conjunto dos *Problemas* apontados pelos municípios, a projeção do conjunto das categorias num plano fatorial<sup>22</sup> (juntamente com as variáveis de caracterização relativas ao número de jovens residentes e percentagem de jovens desempregados) permite evidenciar a existência de quatro grandes grupos (figura 4.1).

**Figura 4.1 – Distribuição dos municípios segundo *Problemas* que afetam a área da juventude**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» INE, Pordata, 2018

<sup>22</sup> Além das variáveis relativas ao conjunto dos Problemas, a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) integra ainda duas variáveis adicionais de caracterização dos municípios: Número de jovens residentes em cada município (em 2017) e Percentagem de jovens desempregados (inscritos nos centros de emprego e formação). Tratando-se de variáveis métricas, e de forma a integrar a ACM, estas foram recodificadas em variáveis ordinais. No caso do Número de jovens residentes, a variável ordinal subdivide-se em duas categoriais: Número de jovens residentes acima da média (da amostra) e Número de jovens residentes igual ou inferior à média. No caso da Percentagem de jovens desempregados, as categorias são: Desemprego jovem superior à média e Desemprego jovem igual ou inferior à média.

No caso do grupo 1, este abrange os municípios que colocam o enfoque dos problemas relativos ao desempenho escolar – na forma das categorias *Insucesso escolar* e *Abandono escolar*. Apesar de situada na fronteira do respetivo quadrante, também a categoria *Ausência de estilos de vida saudáveis* (associada à prática de desporto e exercício físico) integra este conjunto.

No quadrante oposto surge o grupo 3, que se caracteriza já por um enfoque, não nas questões educativas, mas nas condições concretas de vida da população jovem (articuladas com as dificuldades na obtenção de independência financeira). Este enfoque materializa-se em duas categorias – *Dificuldades de acesso à habitação* e *Trabalho precário*. De resto, associada a este grupo enquanto perfil surge igualmente a categoria *Número de jovens residentes superior à média* dos municípios da amostra.

No quadrante paralelo surge o grupo 4. Este caracteriza-se pelo enfoque igualmente nas condições de vida dos jovens, embora tendencialmente mais numa perspetiva de sustentabilidade e futuro. Nomeadamente, a atenção é colocada no problema do *Desemprego*, mas igualmente nas *Dificuldades de acesso ao Ensino Superior* (podendo entender-se o acesso a este patamar de ensino relevante também do ponto de vista das oportunidades de empregabilidade). De resto, neste grupo, inserem-se ainda duas importantes categorias de caracterização dos municípios e que se afiguram relevantes para compreender a sua composição: *Percentagem de jovens desempregados superior à média* da amostra, por um lado, e *Número de jovens residentes igual ou inferior à média* do conjunto da amostra.

Numa relação de oposição, o grupo 2 caracteriza-se justamente pelo enfoque nas questões relacionadas com a saúde – através, nomeadamente, das categorias *Dificuldade de acesso a cuidados de saúde juvenis* e *Alimentação e nutrição*. Nota para as categorias relativas à *Percentagem de jovens desempregados superior à média* e *Número de jovens residentes inferior à média* encontrarem-se justamente no quadrante oposto.

## 4.2. Áreas prioritárias de intervenção

Em função do diagnóstico traçado relativamente aos problemas mais prementes na área da juventude, as autarquias apontam igualmente aquelas que consideram ser as três áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no respetivo município.

A análise é realizada com base nas áreas temáticas identificadas no Livro Branco da Juventude (IPDJ, 2015): Educação e formação, Criatividade e cultura, Emprego e empreendedorismo, Participação cívica e cidadania, População e demografia, Saúde e bem-estar, Ambiente e desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, Habitação, Mobilidade internacional e nacional e Paz e segurança.

Principiando a análise pelas áreas prioritárias relativas ao último ciclo político autárquico (2013-2017), verifica-se que o destaque recai sobre duas grandes áreas (tabela 4.2). Em primeiro lugar, a *Educação e formação*, que surge eleita por 59,4% das autarquias respondentes como área prioritária. Com menor expressão, mas ainda abrangendo mais de metade das autarquias da amostra, 52,6% identificam o *Emprego e empreendedorismo* como prioridade na agenda política no anterior mandato autárquico.

Num patamar inferior, e completando o grupo das três áreas prioritárias com maior representação, surge a *Criatividade e Cultura* – apontada por 41,8% das autarquias.

As áreas relativas à *Saúde e bem-estar*, por um lado, e *Participação cívica e cidadania*, por outro, surgem com uma representação equivalente, próxima de um terço dos municípios (35,1% e 32,3%, respetivamente). No caso das políticas associadas às questões demográficas e equilíbrios populacionais – *População e demografia* –, estas surgem identificadas por aproximadamente um quarto dos municípios (24,7%).

No que concerne ao envolvimento da juventude em torno das causas associadas aos direitos dos animais, preservação do ambiente e modelos de desenvolvimento sustentáveis, 20,3% dos municípios atribuem à área do



*Ambiente e desenvolvimento sustentável* um estatuto prioritário no quadriénio 2013-2017.

Entre as categorias com menor representação, surge em primeiro a *Habitação*, em torno das políticas de habitação jovem e ordenamento do território, sendo identificada por 10,8% das autarquias – valor praticamente similar à área relativa aos *Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação* (10,4%). Por fim, duas restantes áreas registam como uma expressão inferior a 10%. É o caso da *Mobilidade internacional e nacional* (6%) e da *Paz e segurança* (4%).

**Tabela 4.2 – Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017) (%)**

Áreas prioritárias de intervenção (total) (2013-2017)	%
Educação e formação	59,4
Emprego e empreendedorismo	52,6
Criatividade e Cultura	41,8
Saúde e bem-estar	35,1
Participação cívica e cidadania	32,3
População e demografia	24,7
Ambiente e desenvolvimento sustentável	20,3
Habitação	10,8
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	10,4
Mobilidade internacional e nacional	6
Paz e segurança	4

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período de 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?»

Ora, na transição para o ciclo político vigente (2018-2021), importantes alterações registam-se do ponto de vista da representação e hierarquização das áreas prioritárias no quadro do conjunto das autarquias que compõem a amostra (tabela 4.3).

A primeira conclusão que ressalta é a relativa preponderância que a área do *Emprego e empreendedorismo* adquire relativamente à *Educação e formação* na transição entre os mandatos políticos em questão. É, de resto, no caso da categoria relativa à economia e empregabilidade que se identifica a maior evolução entre mandatos: no conjunto da amostra, são mais 12,2% as autarquias que conferem a esta área o estatuto prioritário (64,8%). No caso da educação,

deixa de ser a principal área prioritária, um decréscimo de 3% relativamente ao quadriénio anterior (surgindo identificada por 56,4% das autarquias).

**Tabela 4.3 – Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017 e 2018-2021)**

Áreas prioritárias de intervenção (total) (2013-2017)	%	Áreas prioritárias de intervenção (total) (2018-2021)	%
Educação e formação	59,4	Emprego e Empreendedorismo	64,8
Emprego e empreendedorismo	52,6	Educação e formação	56,4
Criatividade e Cultura	41,8	Participação cívica e cidadania	40,2
Saúde e bem-estar	35,1	Criatividade e cultura	34,1
Participação cívica e cidadania	32,3	Saúde e bem-estar	29,4
População e demografia	24,7	População e demografia	20,5
Ambiente e desenvolvimento sustentável	20,3	Habituação	19,3
Habituação	10,8	Ambiente e desenvolvimento sustentável	18,1
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	10,4	Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	8,4
Mobilidade internacional e nacional	6	Mobilidade internacional e nacional	7,2
Paz e segurança	4	Paz e segurança	1,6

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Em segundo lugar, é significativa a importância que a área da *Participação cívica e cidadania* adquire na transição entre os dois arcos temporais, figurando como a terceira área prioritária no atual ciclo político autárquico – 40,2%, o que corresponde a um incremento de 7,9%. Em sentido inverso, a *Criatividade e cultura* vê a sua importância decrescer nas prioridades elencadas pelos municípios que constituem a amostra, identificada por 34,1% (menos 7,7% comparativamente com o cenário no quadriénio transato).

Destaque ainda para a área da *Habituação*, onde se regista um aumento de 8,5% de autarquias que a colocam entre as três principais prioridades – passando a ser aproximadamente um quinto da amostra (19,3%), aproximando-a da área relativa à *População e demografia* (20,5%) que na transição de ciclo político vê a sua representação diminuir significativamente, a par da *Saúde e bem-estar* (29,5%).

No caso das três áreas menos representativas – *Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, Mobilidade internacional e nacional e, por fim, Paz e segurança* –, é de relevar que assumem menor peso no atual período político. Se entre 2013 e 2017 correspondem, no seu conjunto, a 20,4%, no quadriênio em vigor, as mesmas áreas perfazem apenas 17,2%.

Focando a atenção justamente nesta mudança do ponto de vista da representação das áreas prioritárias entre os dois períodos políticos em questão, podem analisar-se possíveis relações entre as priorizações nas diferentes autarquias e as evoluções do ponto de vista das alterações nas forças políticas eleitas (partidos, coligações ou movimentos independentes ou de cidadãos)<sup>23</sup>. Neste caso, é dado destaque às três áreas que registam maior transformação entre os dois quadriênios em questão: *Emprego e empreendedorismo, Criatividade e cultura e Participação cívica e cidadania*.

No caso da área do *Emprego e empreendedorismo*, a relação entre mudanças no plano das forças políticas na governação das autarquias e a opção entre a manutenção ou mudança desta como área prioritária na transição entre os mandatos de 2013-2017 e 2018-2021 revela-se estatisticamente significativa ( $X^2_{(4)} = 9,382$ ; p-value = 0,009). Da mesma forma, o teste não-paramétrico de *V de Cramer* reforça a relação entre as variáveis ( $VCramer_{(100)} = 0,193$ ; p-value = 0,009).

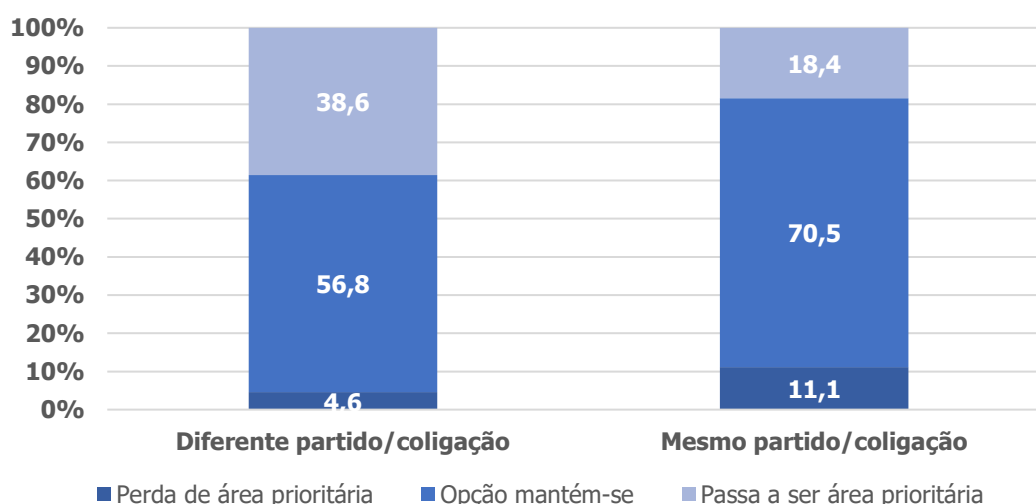
Efetivamente, observa-se que, no total dos municípios em que o partido ou coligação se mantém, em 70,5% dos casos a opção desta área política como

---

<sup>23</sup> Tentou-se realizar o teste de independência entre os partidos no poder (tanto no quadriênio em vigor como no quadriênio antecedente) e as áreas prioritárias escolhidas, contudo, o mesmo revelou-se impossível de ser realizado dado o não cumprimento das condições estatísticas para a realização do teste de qui-quadrado. O mesmo sucedeu com outras variáveis construídas: Família ideológica do partido no poder (agrupando os partidos nas categorias Esquerda, Direita ou Independente) ou Tipo de transição (com as categorias Transição de força política de Esquerda para força política de Direita e Transição de força política de Direita para força política de Esquerda).

prioritária mantém-se (gráfico 4.1). Já entre as câmaras em que ocorre uma mudança de *cor política*, em 43,1% dos casos regista-se igualmente uma mudança na escolha do *Emprego e empreendedorismo* enquanto área prioritária (38,6% no sentido de eleição e 4,6% no sentido de perda).

**Gráfico 4.1 – Mudança da área prioritária *Emprego e empreendedorismo* (2013-2017 e 2018-2021)**



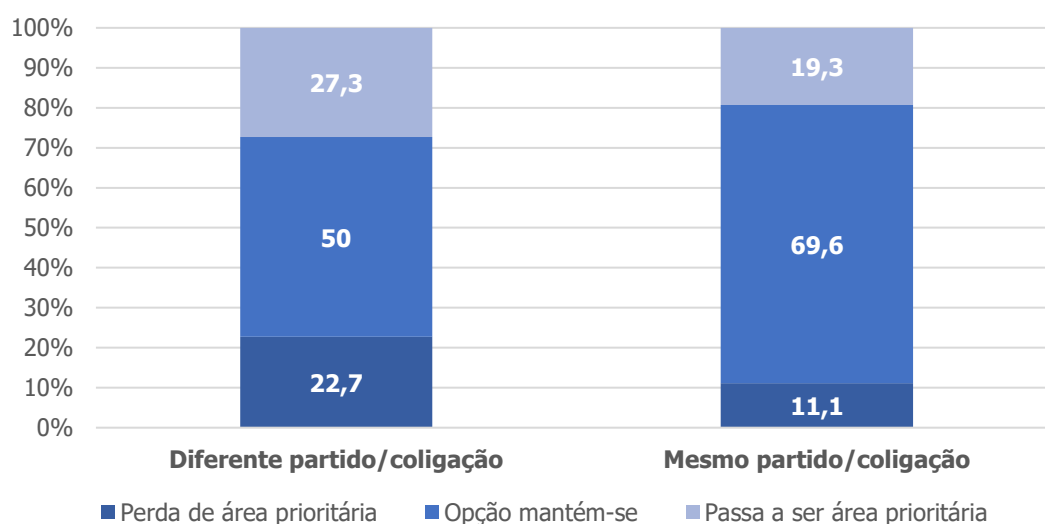
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Com o intuito de verificar a existência de relação entre a mudança de partidos no poder e a mudança na opção da *Participação cívica e cidadania* como área prioritária, realizou-se igualmente o teste de independência. Este revela a existência de relação entre as duas variáveis ( $\chi^2_{(4)} = 6,931$ ; p-value = 0,031). Nesse sentido, as evoluções na transição entre os dois períodos políticos exercem influência no incremento de autarquias que atribuem a esta área o estatuto de prioritária. O teste não-paramétrico *V de Cramer* reforça que existem evidências estatísticas relativamente à relação entre ambas as variáveis ( $VCramer_{(100)} = 0,166$ ; p-value = 0,031).

Analisando o gráfico relativo à distribuição dos casos pelas variáveis (gráfico 4.2), verifica-se que no total dos municípios que veem mudar a força política na

respetiva câmara municipal, em 27,3% dos casos regista-se uma eleição de área prioritária e 22,7% essa mesma área é arredada das prioridades políticas para 2018-2021.

**Gráfico 4.2 – Mudança da área prioritária *Participação cívica e cidadania* (2013-2017 e 2018-2021)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

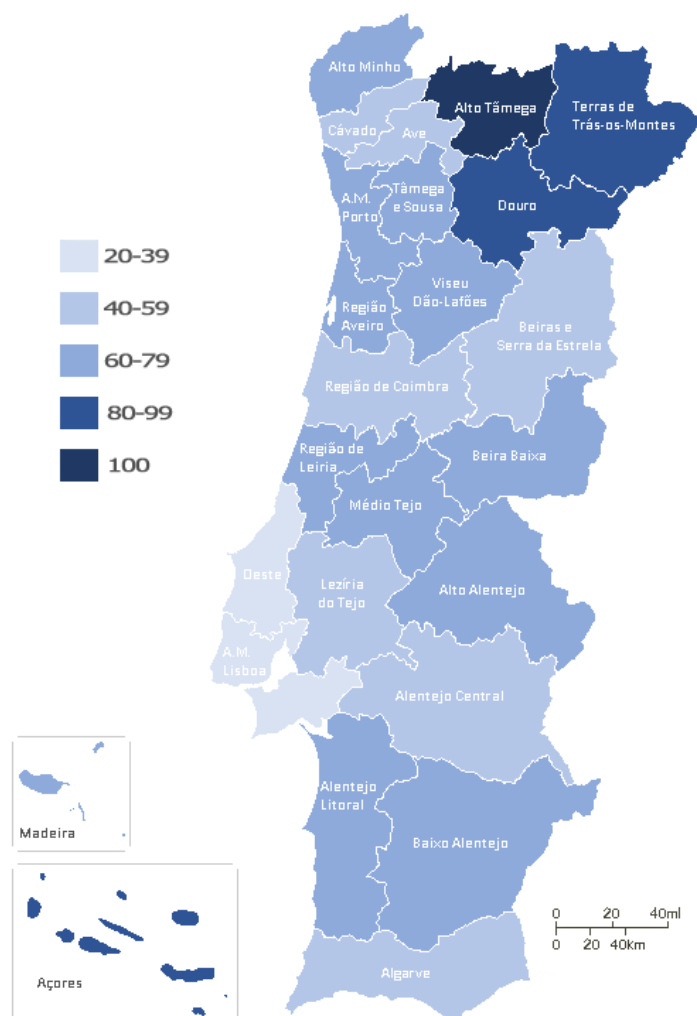
No caso da *Criatividade e cultura*, a hipótese de dependência entre as variáveis em questão é rejeitada. Não existe, pois, evidência estatística da relação entre a mudança na escolha das áreas prioritárias e a evolução no conjunto das forças políticas que presidem às câmaras municipais da amostra ( $X^2_{(4)} = 1,660$ ; p-value = 0,436). O mesmo sucede relativamente à área da *Habitação* ( $X^2_{(4)} = 1,923$ ; p-value = 0,382).

Feita esta primeira análise, importa desenvolver de seguida uma análise em torno da expressão territorial das diferentes áreas prioritárias relativas especificamente ao quadriénio político em vigor (2018-2021).

No caso do ***Emprego e Empreendedorismo***, a interioridade parece constituir um importante fator na distribuição da expressão desta área pelo território português. É sobretudo no Interior Norte que a expressão é mais

significativa, com Alto Tâmega, Douro e Trás-os-Montes a figurarem como as regiões em que a grande maioria das autarquias (acima dos 80%) identifica a criação de emprego e apoio ao empreendedorismo como prioridade política (mapa 4.8).

#### 4.8 – Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251)

mesma surge na Madeira como assumindo menor protagonismo no atual mandato político – uma situação inversa face ao observado anteriormente na identificação dos *Problemas*.

Por outro lado, no Alentejo, assume também uma preponderância significativa, com destaque para o Alentejo Litoral e Baixo Alentejo – onde 75% das autarquias identificam esta área, sendo que, nessa medida a questão da interioridade assume relevo, sendo mesmo que a expressão surge como menor no caso do Alentejo Central.

Destaque ainda para a discrepância entre os territórios insulares. Se a grande maioria de autarquias dos Açores confere um estatuto prioritário à área do *Emprego e empreendedorismo*, a

É, por fim, na Área Metropolitana de Lisboa, juntamente com o Oeste, que o *Emprego e empreendedorismo* surge como tendo menor preponderância nas opções políticas dirigidas à área da juventude para o quadriénio 2018-2021.

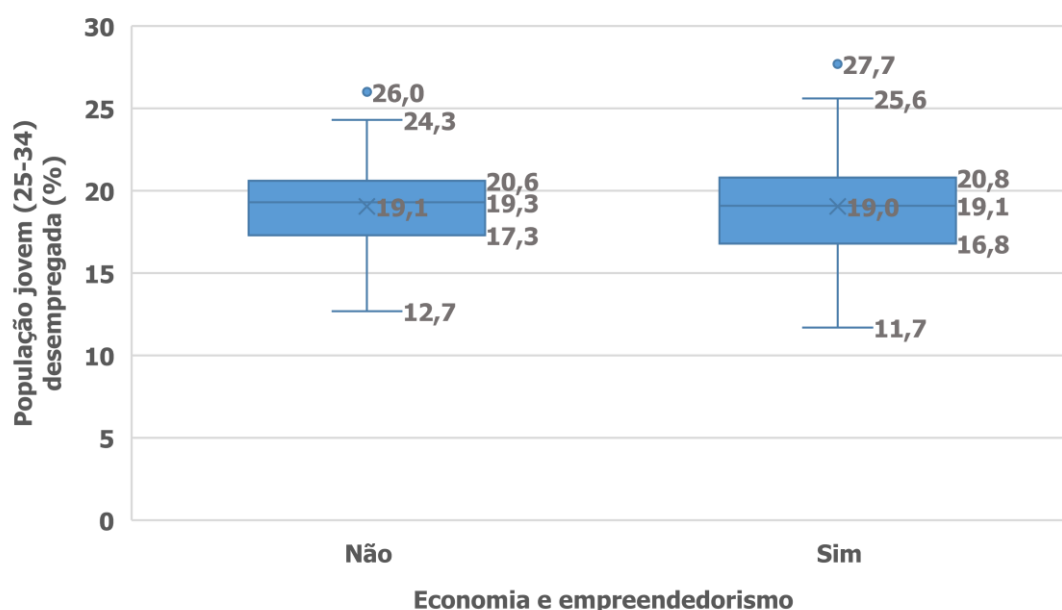
Realizando o teste de distribuição das médias de desemprego jovem dos vários municípios e a escolha do emprego e empreendedorismo como área prioritária, verifica-se, surpreendentemente, que não existem evidências estatísticas de relação estatística ( $t_{(97)} = 0,005$ ; p-value = 0,996).

Ademais, a média da percentagem de desempregados entre os municípios que assumem esta área como prioritária revela-se semelhante à média dos municípios que não o fazem. Nomeadamente, a média entre o conjunto de municípios que não colocam o *emprego e empreendedorismo* como área prioritária (19,052) é praticamente semelhante ao grupo de autarquias que elencam a mesma área entre as suas prioridades políticas para o quadriénio 2018-2021 (19,050) – viabilizando a interpretação de que a seleção desta área enquanto opção política é tributária da orientação ideológica dos partidos no poder, mais do que da realidade concreta do respetivo município.

Como o gráfico 4.3 ilustra, a amplitude dos dados é maior entre o grupo de municípios que integram esta área nas prioridades políticas – entre uma taxa de desemprego de 25,6% e de 11,7%. Não obstante, entre os municípios que não integram esta área na agenda política para 2018-2021, a variância dos dados é igualmente significativa: entre os 12,7% e os 24,3%.

De resto, o gráfico dá conta dos casos de autarquias que saem das tendências dominantes. Destaca-se sobretudo, no grupo dos municípios que não integram a *Economia e emprego* nas suas áreas prioritárias, uma das autarquias apresentar uma proporção de população jovem desempregada de 26%.

**Gráfico 4.3 – População jovem (25-34) desempregada segundo Economia e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (%)**



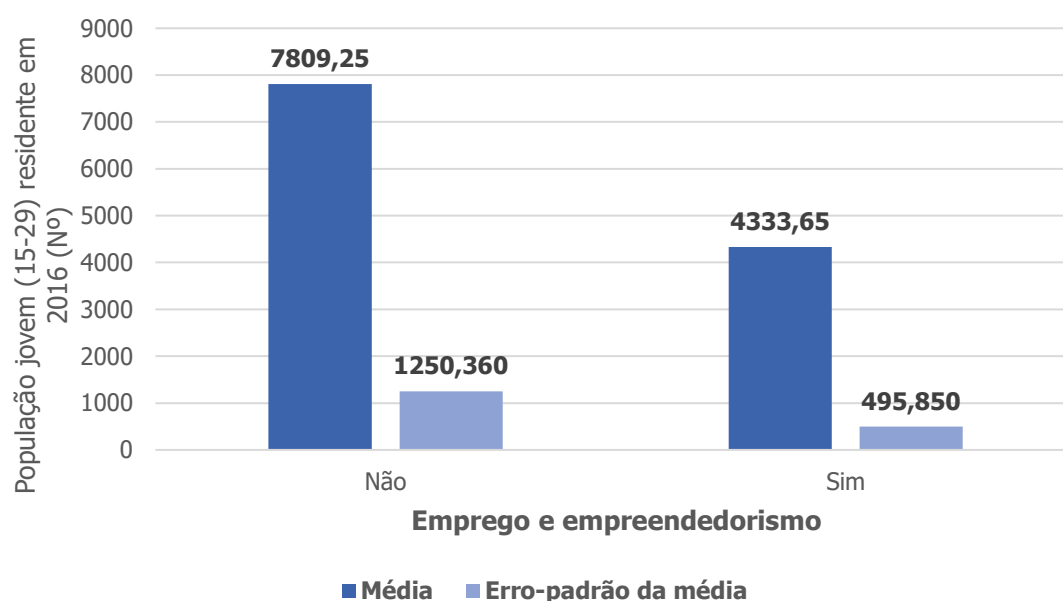
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, IEF/MTSSS, 2018.

Recorrendo a outro fator de comparação, constata-se também que as questões em torno do *Emprego e Empreendedorismo* enquanto área prioritária assumem maior importância entre as autarquias com menor população jovem ( $T_{(97)} = 3,043$ ; p-value = 0,003).

Efetivamente, verifica-se que a média de população jovem entre os municípios que não integram esta área como prioritária (7809,25 com um erro-padrão da média de 1250,360) é significativamente superior à média registada entre as autarquias que colocam esta como prioridade política para o quadriénio 2018-2021 (4333,65, com um erro-padrão da média de 495,850) (gráfico 4.4).



**Gráfico 4.4 – Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo *Emprego e empreendedorismo* (área prioritária 2018-2021) (Nº)**



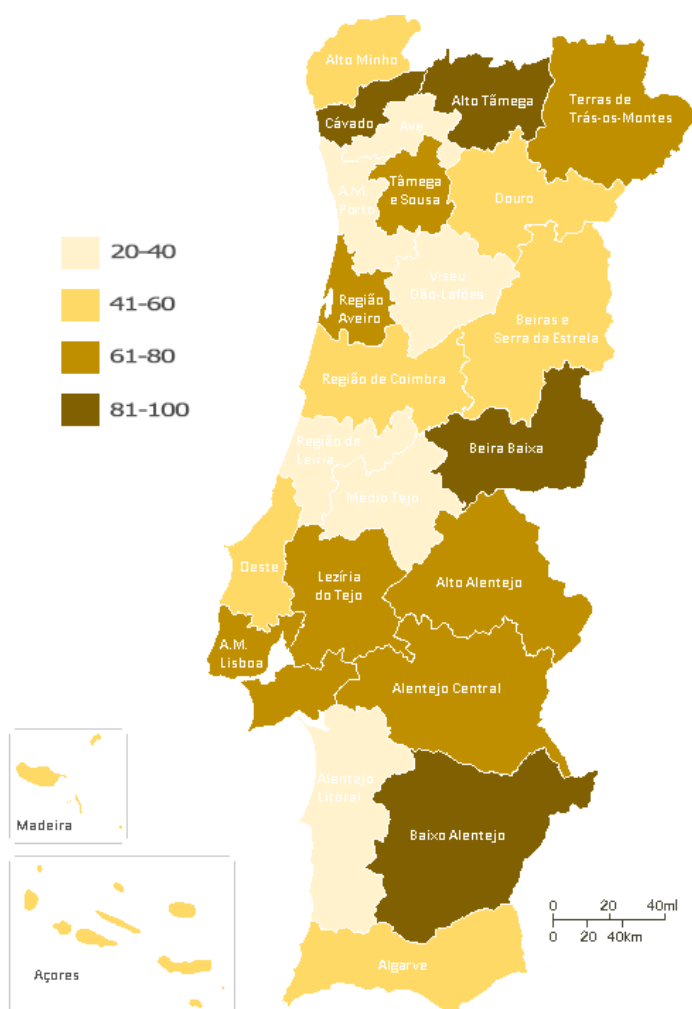
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). INE, Pordata, 2018. Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Deslocando o olhar para a ***Educação e formação***, a sua distribuição no território nacional não surge tão condicionada pelos mesmos circunstancialismos geográficos (e respetivas implicações sociais e económicas) (mapa 4.9). Não obstante, em todas as regiões do Interior, nunca é inferior a 50% as autarquias que identificam esta área como prioritária – em contraste com regiões costeiras, como é o caso da Região de Leiria ou da Área Metropolitana do Porto.

Em destaque surge o Alentejo, em particular nas regiões mais marcadas pela interioridade: Baixo Alentejo, Alto Alentejo e o Alentejo Central (60%), ao passo que no Alentejo Litoral a proporção de autarquias é minoritária.

Por outro lado, as questões relacionadas com a ***Educação e formação*** assumem uma forte expressão enquanto prioridades políticas no conjunto das regiões mais a norte de Portugal Continental. À exceção do Alto Minho – onde menos de metade dos municípios da amostra identifica esta área –, a grande maioria das autarquias no Cávado e Terras de Trás-os-Montes confere à mesma

**Mapa 4.9 – Educação e formação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.9 no anexo 9)

No caso da ***Participação cívica e cidadania***, esta parece assumir maior preponderância no programa político para o quadriénio em vigor nas regiões do Litoral.

É, neste caso, a Área Metropolitana de Lisboa que surge em claro destaque: a totalidade das autarquias da amostra identificam esta como prioridade política para a área da juventude. De resto, a expressão é igualmente significativa no

um estatuto prioritário, atingindo mesmo a totalidade das autarquias no caso Alto Tâmega (uma hegemonia apenas reproduzida na região da Beira Baixa).

Destaque ainda para o contraste entre as duas grandes áreas urbanas. A expressão que esta área assume nas autarquias da Área Metropolitana de Lisboa é significativamente superior à registada na Área Metropolitana do Porto. Já no caso de ambas as Regiões Autónomas, o diferencial revela-se pouco significativo.

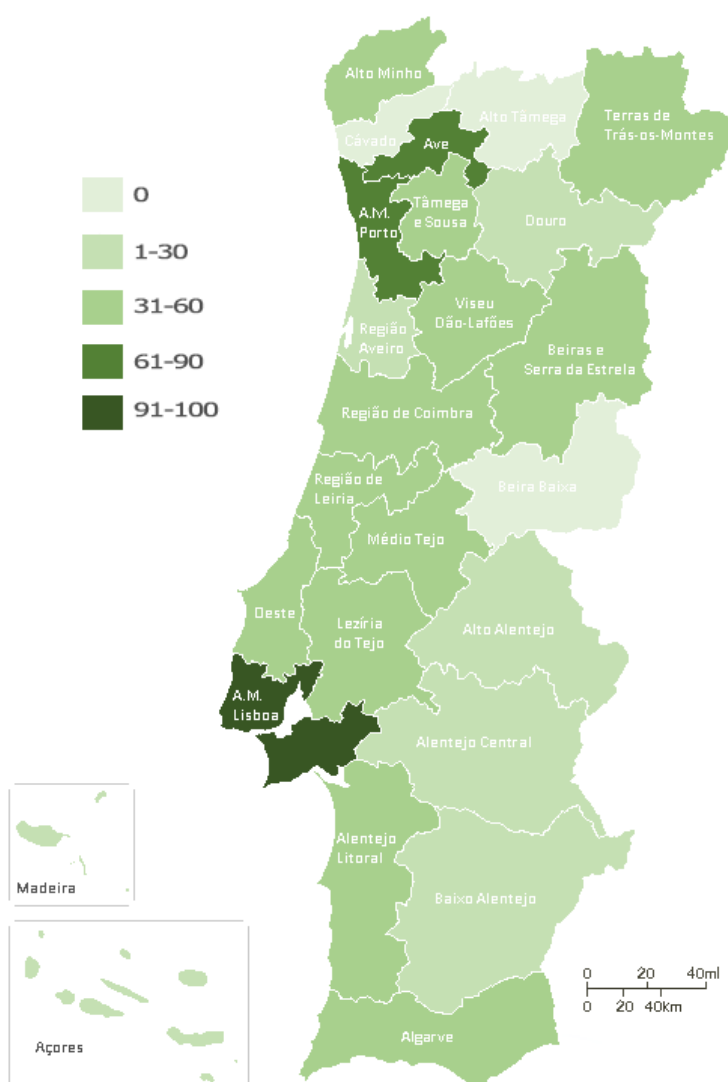
Algarve e Alentejo Litoral – onde a expressão é significativamente superior às regiões do Interior (mapa 4.10).

Igualmente mais a norte de Portugal Continental, a expressão é superior nas regiões costeiras da Área Metropolitana do Porto e Alto Minho, à exceção, contudo, de Cávado – a única região litoral onde, de resto, nenhum município atribui destaque a esta área na sua agenda política para os próximos anos.

No caso do Interior, a exceção a esta tendência reside nas Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão-Lafões. Esta área é assumida como prioritária em ambos os casos por metade das autarquias.

Ora, estas desigualdades podem ser interpretadas à luz das diferenças no território nacional do ponto de vista da dimensão da presença de população jovem. Existem, nomeadamente, evidências estatísticas para se afirmar que a média de população jovem residente por município entre o conjunto de

**Mapa 4.10 – Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**

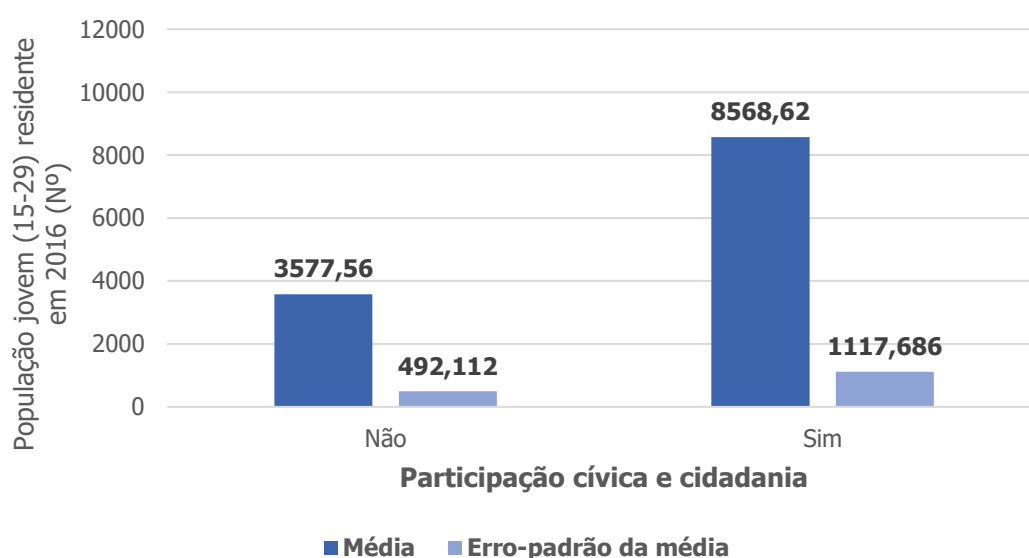


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico 4.10 no anexo 9)

autarquias que atribuem à participação cívica e cidadania o estatuto de área prioritária é significativamente distinta da média de população jovem no caso das autarquias que não fazem a mesma distinção na agenda política para o quadriénio 2018-2021 ( $t = -4,571$ ;  $p\text{-value} = 0,000$ ).

Efetivamente, e como o gráfico 4.5 ilustra, a média de população jovem residente no caso das autarquias que não atribuem a esta área o estatuto prioritário (3577,56, com um erro-padrão da média de 492,112) corresponde a menos de metade da média de população jovem no caso das autarquias que colocam a mesma área entre as prioridades para o quadriénio (8568,62, com um erro-padrão da média de 1117,686).

**Gráfico 4.5 – Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo *Participação cívica e cidadania* (área prioritária 2018-2021) (Nº)**

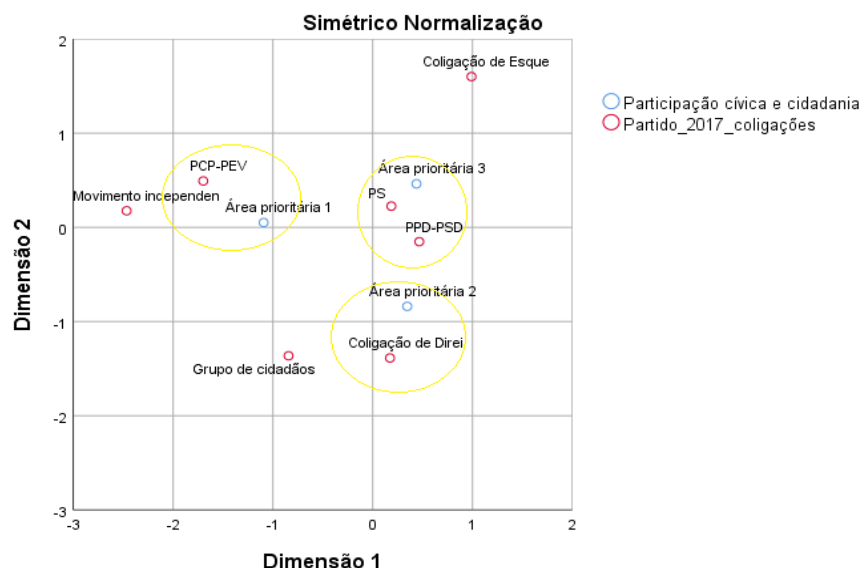


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

Por outro lado, quando comparamos com os partidos que assumem as funções governativas no atual mandato político (2018-2021), é pertinente revelar que a atribuição da *Participação cívica e cidadania* enquanto primeira área prioritária surge fortemente associada a autarquias em que a coligação de esquerda formada pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista “Os Verdes”

(PCP-PEV) surge enquanto força política que preside à câmara municipal (figura 4.2).

**Figura 4.2 – Participação cívica e cidadania (2018-2021) e Partido político (2017)**



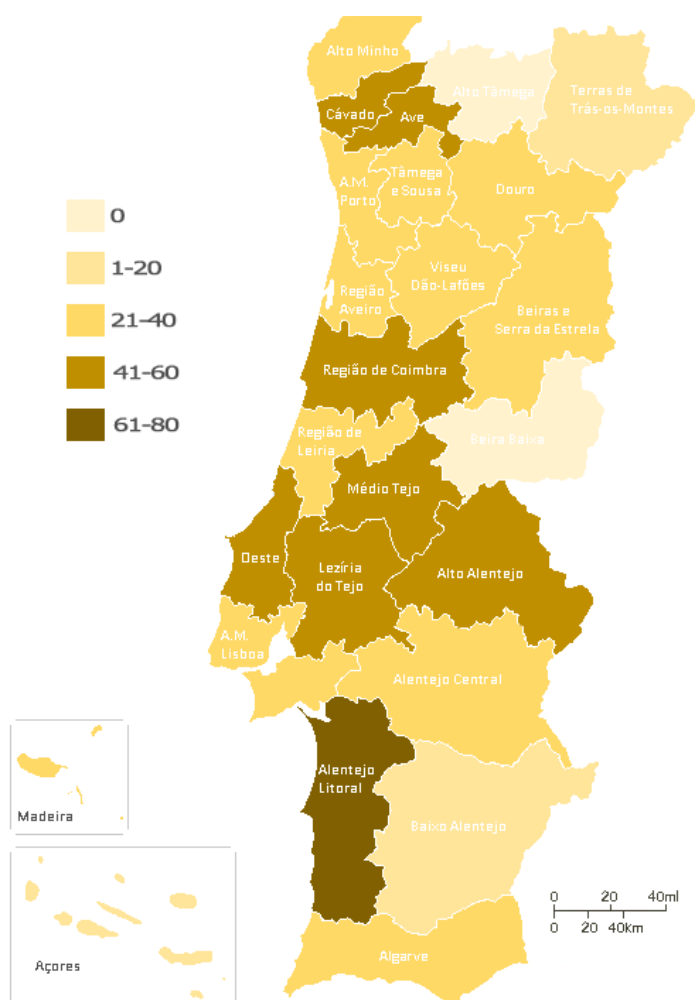
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Regista-se igualmente uma significativa associação entre as modalidades de coligação de Direita (composto na maioria dos casos pelo PSD e CDS-PP) e o entendimento da participação cívica como segunda maior prioridade para a área da juventude. Por fim, no caso das autarquias governadas pelos dois maiores partidos, identifica-se uma associação entre PS e PPD-PSD e o reconhecimento da participação cívica enquanto terceira área prioritária (embora mais intensa no caso do PS, mostrando-se o PPD-PSD, de resto, aproximadamente equidistante entre as categorias *Área prioritária 2* e *Área prioritária 3* no mapa de dispersão).

No caso da área relativa à **Criatividade e Cultura**, o Alentejo Litoral surge em claro destaque, sendo que três em cada quatro das autarquias incluía esta entre as três áreas prioritárias para o ciclo político a decorrer (mapa 4.11).

Não obstante a interioridade não se afigurar como um fator determinante, é, contudo, no Interior do país que se identificam as regiões em que esta área assume menor expressão: além do nulo registado na Beira Baixa e no Alto

**Mapa 4.11 – *Criatividade e cultura* (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.11 no anexo 01)

aproximadamente um terço das autarquias que identificam esta área como prioritária.

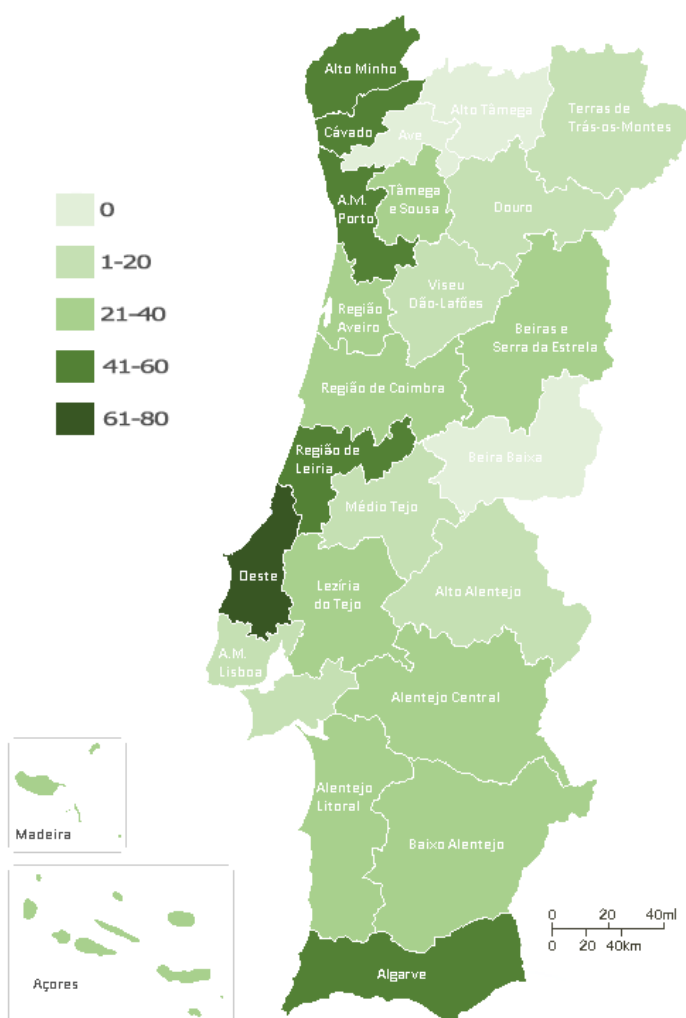
Tâmega, também no Baixo Alentejo e Terras de Trás-os-Montes corresponde a menos de 20% as autarquias que identificam esta como uma área de intervenção prioritária. Por outro lado, esta área é também pouco expressiva em ambas as regiões marcadas pela condição de insularidade: tanto na Madeira como Açores, menos de um terço das autarquias coloca a *Criatividade e Cultura* entre as prioridades políticas.

Destaque ainda para o facto de as duas áreas metropolitanas do país não figurarem entre as regiões em que é maior a proporção de autarquias – correspondendo, em ambos os casos, a

Por fim, importa ainda assinalar que, ao contrário do que sucede com a área da *Participação cívica*, não existe evidência estatística de que a média do número de jovens residentes no caso das autarquias que colocam a área da *Criatividade e cultura* entre as prioridades políticas para o atual quadriénio seja significativamente distinta da das autarquias que não o fazem ( $t = -0,024$ ;  $p\text{-value} = 0,981$ ).

No caso da **Saúde e bem-estar**, é novamente no Litoral que esta área assume predominância nas prioridades políticas assumidas pelas autarquias (mapa 4.12). Oeste destaca-se no quadro do conjunto do território português, sendo a única região onde é maioritária a proporção de autarquias que atribui a esta área um estatuto de prioridade. De resto, além da região contígua de Leiria, é ao longo do território costeiro que as políticas na área da saúde e bem-estar são tidas como prioritárias. Destaque particular para o litoral Norte – a Área Metropolitana do Porto, Cávado e Alto Minho –, juntamente com o Algarve.

**Mapa 4.12 – Saúde e bem-estar (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



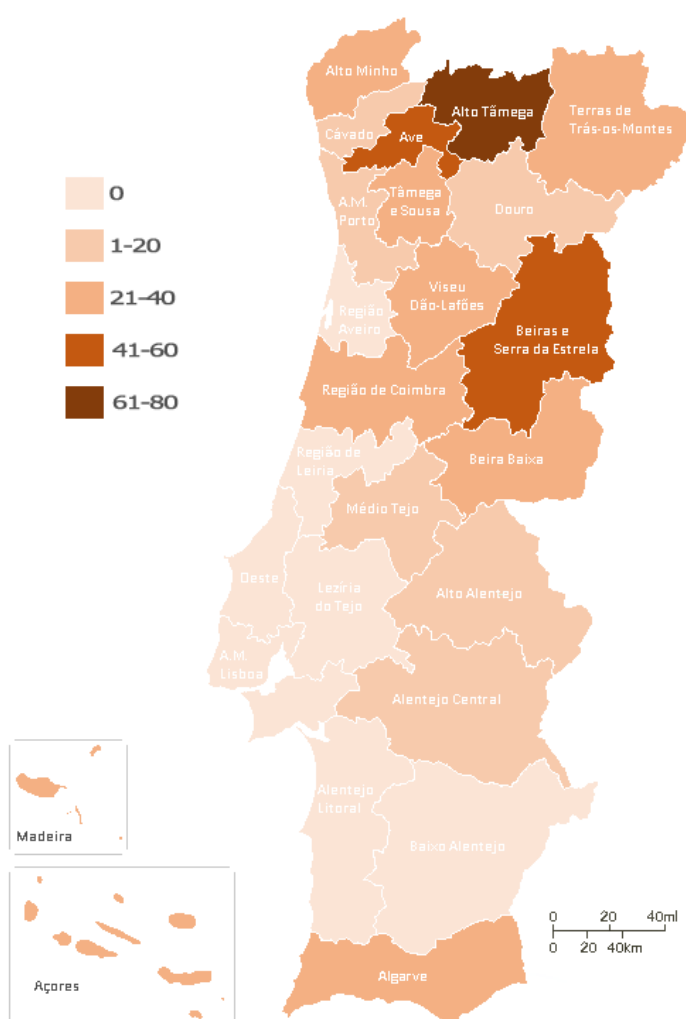
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.12 no anexo 9)

No caso do Interior, é sobretudo no Alentejo que esta área assume maior expressão (em particular o Baixo Alentejo e Alentejo Central). De resto, à exceção de Beiras e Serra da Estrela, a expressão entre as regiões mais marcadas pela interioridade não é superior a 20%.

Na área da **População e demografia**, não obstante as leituras a partir da dicotomia Litoral/Interior que podem ser feitas, outras importantes nuances devem igualmente ser apontadas.

No caso de Alto Tâmega, os problemas relativos a desequilíbrios populacionais assumem uma importância sem paralelo no resto do território: a larga maioria das autarquias integra esta como prioridade na sua agenda política para o quadriénio 2018-2021 (mapa 4.13). De resto, o fator litoralidade/interioridade assume forte influência. Além da maior área urbana do país, a Área Metropolitana de Lisboa, regista-se o nulo ao longo de grande parte das regiões costeiras.

**Mapa 4.13 – População e demografia (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.13 no anexo 9)

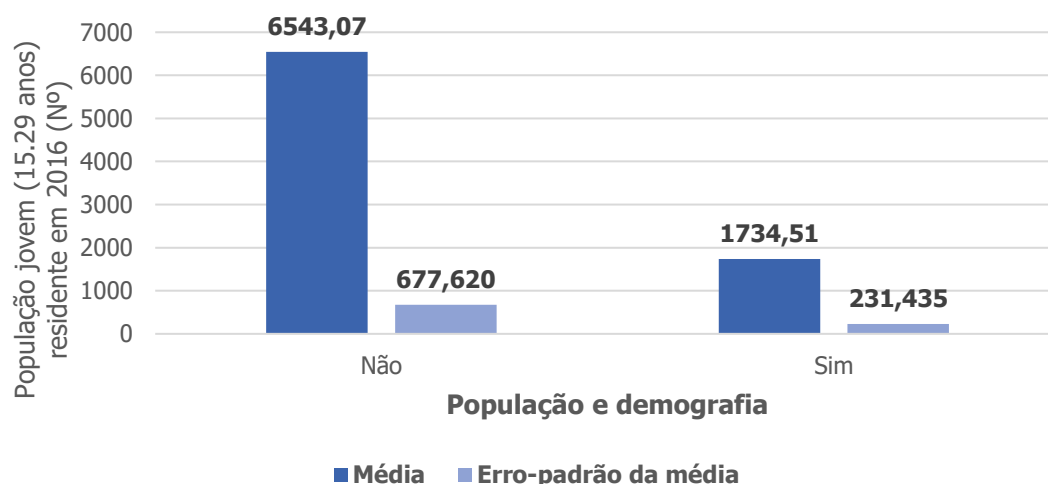


No entanto, a exceção a esta tendência reside sobretudo no litoral Norte, onde as questões relativas aos equilíbrios populacionais não deixam de assumir relevância na agenda política das regiões costeiras, nomeadamente, em particular no Alto Minho, onde a proporção de autarquias se assume relativamente próxima do que é registado na região fortemente marcada pela interioridade de Terras de Trás-os-Montes. Reforçando este cenário menos dicotómico, também no Douro a expressão revela-se relativamente residual. É de assinalar também que é apenas no Baixo Alentejo que nenhuma autarquia do Interior identifica esta como uma área prioritária.

Como expectável, a realização do *teste T* dá conta de uma diferença significativa entre as médias de população jovem (15-29 anos) residente em 2016 nos municípios que atribuem a esta área o estatuto de prioridade política para o quadriénio 2018-2021 e as autarquias que não o fazem ( $t_{(97)} = 3,565$ ; p-value = 0,000).

A análise das médias de habitantes jovens permite dar conta justamente da disparidade (gráfico 4.6). Se no caso das autarquias que deixam esta área fora das prioridades a média é de 6543,07 (com um erro padrão de 677,620) jovens dentro da faixa etária em questão, entre os municípios que assumem esta área como prioridade para o atual mandato político, a média é quase 4 vezes inferior (1734,41, com um erro-padrão da média de 231,435).

**Gráfico 4.6 – Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo População e demografia (área prioritária 2018-2021) (Nº)**



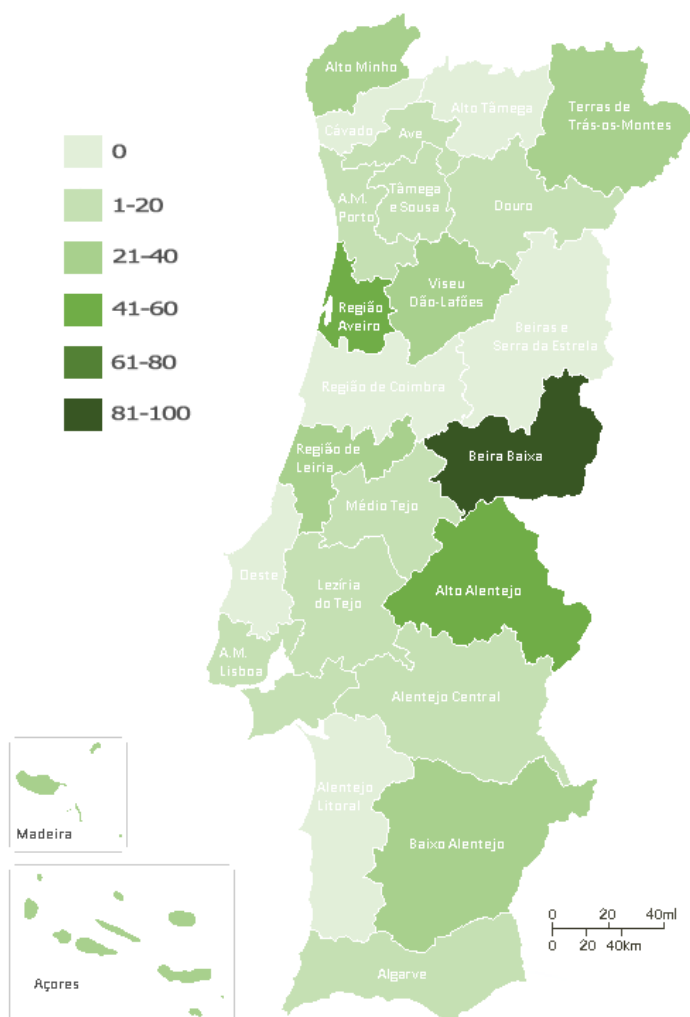
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). INE, Pordata, 2018. Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

As dualidades ou contrastes territoriais esvanecem-se em algumas das áreas de intervenção com menor expressão. É caso sobretudo da área relativa à **Habitação**.

Nos municípios da Beira Baixa, a área da habitação revela-se primordial no atual ciclo político, com todas as autarquias a integrar esta como uma das prioridades da sua agenda para a área da juventude. Aveiro (44,4%) destaca-se também enquanto a região do litoral onde os problemas relacionados com o acesso à habitação assumem maior relevância (mapa 4.14).

De resto, é apenas no Alentejo que um contraste Litoral/Interior parece verificar-se, sendo que o Alto Alentejo, mas igualmente no Alentejo Central e Baixo Alentejo contrastam com a ausência de autarquias do Alentejo Litoral que identificam esta como uma área prioritária.

**Mapa 4.14 – Habitação (área prioritária 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.14 no anexo 9)

No que concerne ao ***Ambiente e desenvolvimento sustentável***, o fator da litoralidade/interioridade parece assumir já maior influência. Nomeadamente, a sua relevância nas políticas para a área da juventude no período 2018-2021 surge como tendencialmente menor nas autarquias do Interior (mapa 4.15).

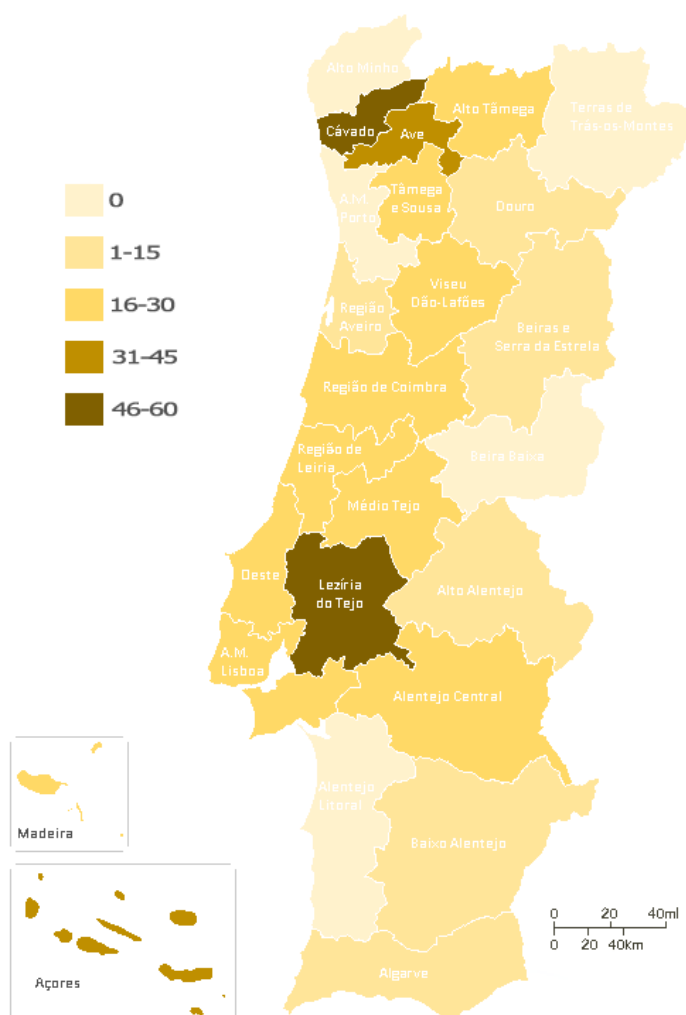
Entre as regiões mais marcadas pela interioridade, o Alentejo Central assume destaque, na medida em que 20% dos municípios identifica esta área entre as suas prioridades políticas para a área da juventude. Nas restantes regiões, a expressão é inferior a 20% ou mesmo nula – casos de Terras de Trás-os-Montes e Beira Baixa.

No litoral, as regiões da Lezíria do Tejo e Cávado são os únicos casos onde não é minoritário o número de autarquias que atribui a esta área um estatuto prioritário à sua ação política para o quadriénio 2018-2021. Não obstante a tendência de maior relevância das questões

ligadas ao ambiente e sustentabilidade entre as regiões costeiras, o cenário não deixa de se apresentar heterogéneo. Sobretudo nos casos do Alto Minho, Área Metropolitana do Porto e Alentejo Litoral, as respetivas autarquias excluem esta das áreas prioritárias elencadas.

Por fim, nota ainda para as Regiões Autónomas. Tanto os Açores como a Madeira surgem entre as regiões onde uma maior proporção de autarquias elenca

**Mapa 4.15 – Ambiente e desenvolvimento sustentável (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**

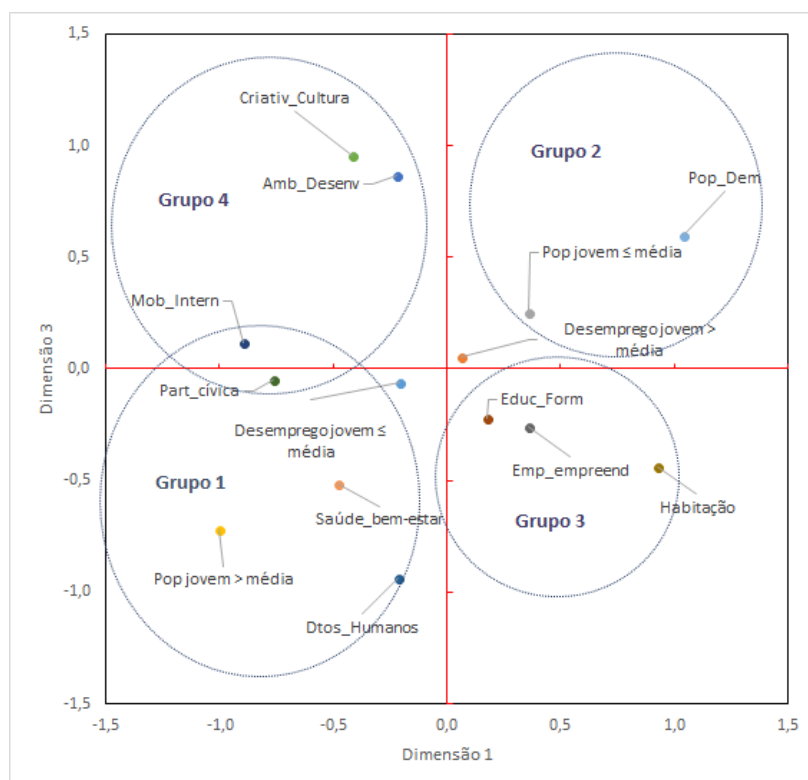


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» (Gráfico do mapa 4.15 no anexo 9)

esta entre as áreas de intervenção prioritária no domínio da juventude (33,3% e 27,3%, respetivamente). A condição de ilhas oceânicas partilhadas por ambas as regiões – e as consequentes idiossincrasias do ponto de vista dos ecossistemas e dos equilíbrios populacionais e preservação dos recursos naturais – pode constituir um fator explicativo para as diferenças relativamente ao cenário no conjunto das regiões do continente.

Por fim, num último olhar sobre as *áreas prioritárias* para o atual quadriénio (2018-2021), a projeção do conjunto de variáveis para um plano fatorial permite dar conta de uma organização dos municípios e respetivas priorizações em quatro grandes grupos (figura 4.3).

**Figura 4.3 – Distribuição dos municípios segundo *Áreas prioritárias de intervenção* (2018-2021)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

Novamente, a categoria *População jovem residente superior à média* revela-se particularmente influente na constituição de um perfil do ponto das áreas prioritárias identificadas (grupo 1) – surgindo esta categoria associada à *Participação cívica e associativismo*, mas também à *Saúde e bem-estar*, *Direitos Humanos* e *Mobilidade Internacional*. Este grupo caracteriza-se igualmente por uma *Percentagem de jovens desempregados igual ou inferior à média* do conjunto dos municípios (embora sem exercer a mesma influência verificada no caso da quantidade de população jovem).

Já no quadrante oposto, surge precisamente a variável de caracterização *População jovem inferior à média nacional* – que, por sua vez, surge no mapa fortemente associada à eleição da *População e Demografia* como área prioritária para o novo ciclo político (grupo 2).

No grupo 3, o perfil caracteriza-se pelas autarquias que elegem áreas prioritárias fortemente associadas às condições materiais de vida dos jovens – uma priorização consubstanciada, nomeadamente, nas áreas *do Emprego e Empreendedorismo* e condições de *Habitação*, mas também relativamente às oportunidades no plano da *Educação e Formação*.

Numa relação de oposição, o grupo 4 de municípios caracteriza-se por preterir as áreas prioritárias relativas às condições de vida dos jovens em prol da atribuição de prioridade às questões relacionadas com o *Ambiente e desenvolvimento sustentável*, por um lado, a atividades ligadas à *Criatividade e Cultura*. A área da *Mobilidade interna*, ocupa uma posição de interseção entre este e o grupo 1.

#### 4.2.1 Justificações autárquicas para as áreas prioritárias

Um olhar sobre as justificações dadas pelos responsáveis municipais permite dar conta da fundamentação subjacente às priorizações realizadas pelas autarquias para os próximos 4 anos (2018-2021). Estas respostas, resultantes de uma questão aberta aos responsáveis municipais, foram agregadas em categorias (num total de 27)<sup>24</sup>. A tabela que se segue (tabela 4.4.) resume as categorias estatisticamente mais representativas segundo as 11 áreas de intervenção prioritária<sup>25</sup>, sendo elencadas em função das diferentes áreas prioritárias às quais estão associadas.

No caso do ***Emprego e empreendedorismo***, é de realçar que o enfoque é colocado em primeiro lugar, não sobre questões diretamente relacionadas com economia, mas sim sobre os problemas demográficos. Correspondem a 27% as autarquias que enquadram o emprego e criação de postos de trabalho, bem como a melhoria das condições laborais (como a precariedade) ou do apoio a jovens empreendedores e criação de empresas, no âmbito de um projeto mais abrangente de ação política sobre os problemas de perda populacional e/ou envelhecimento demográfico no respetivo município – nomeadamente, a atração e fixação de população e famílias jovens. O atendimento às condições e qualidade de vida surge entendido como condição indispensável ou fator primordial para cumprir o desiderato de repor desequilíbrios demográficos ou contrariar a baixa densidade populacional – incentivando à captação ou permanência deste segmento populacional.

---

<sup>24</sup> Importa referir que as categorias não são mutuamente exclusivas, sendo que as justificações das autarquias podem assentar numa composição entre duas ou mais categorias.

<sup>25</sup> Dada a sua expressão marginal (0,5%), apenas área relativa à *Paz e Segurança* não consta da tabela.

**Tabela 4.4 – Justificações para as áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)**

<b>Emprego e empreendedorismo</b>	<b>%</b>
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	<b>27,0</b>
Promoção do empreendedorismo/desenvolvimento da capacidade empreendedora	<b>19,1</b>
Importância de captação de emprego	<b>18,4</b>
Indicadores de desemprego/condições laborais (precariedade)	<b>7,9</b>
Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens	<b>6,6</b>
<b>Educação e formação</b>	
Capacitação/desenvolvimento de competências	<b>20,2</b>
Promover igualdade de oportunidades	<b>16,1</b>
Importância do combate ao insucesso escolar/aumento dos níveis de escolaridade	<b>10,5</b>
Capacitação dos jovens para a procura de emprego/inserção no mercado de trabalho	<b>9,7</b>
<b>Participação cívica e cidadania</b>	
Importância de envolvimento dos jovens nas decisões políticas do município/reforço dos espaços de participação	<b>43,0</b>
Importância de maior associativismo e participação/voluntariado	<b>30,2</b>
<b>Criatividade e cultura</b>	
Desenvolvimento da produção cultural/artística	<b>29,9</b>
Capacitação/desenvolvimento de competências	<b>20,9</b>
Maior envolvimento dos jovens em atividades culturais/desportivas	<b>14,9</b>
<b>Saúde e bem-estar</b>	
Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar	<b>67,2</b>
<b>Habitação</b>	
Dificuldades no acesso à habitação/promover acesso à habitação	<b>53,5</b>
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	<b>37,2</b>
<b>População e demografia</b>	
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	<b>85,4</b>
<b>Ambiente e desenvolvimento sustentável</b>	
Preservação do ambiente e sustentabilidade	<b>54,1</b>
Promoção/valorização do património natural e cultural	<b>16,2</b>
<b>Mobilidade internacional e nacional</b>	
Promoção de intercâmbio/mobilidade	<b>38,9</b>
Capacitação/desenvolvimento de competências	<b>38,9</b>
<b>Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação</b>	
Educação para os direitos humanos/inclusão/respeito pela diferença	<b>75,0</b>
Definição por participação/auscultação dos jovens/stakeholders	<b>16,7</b>

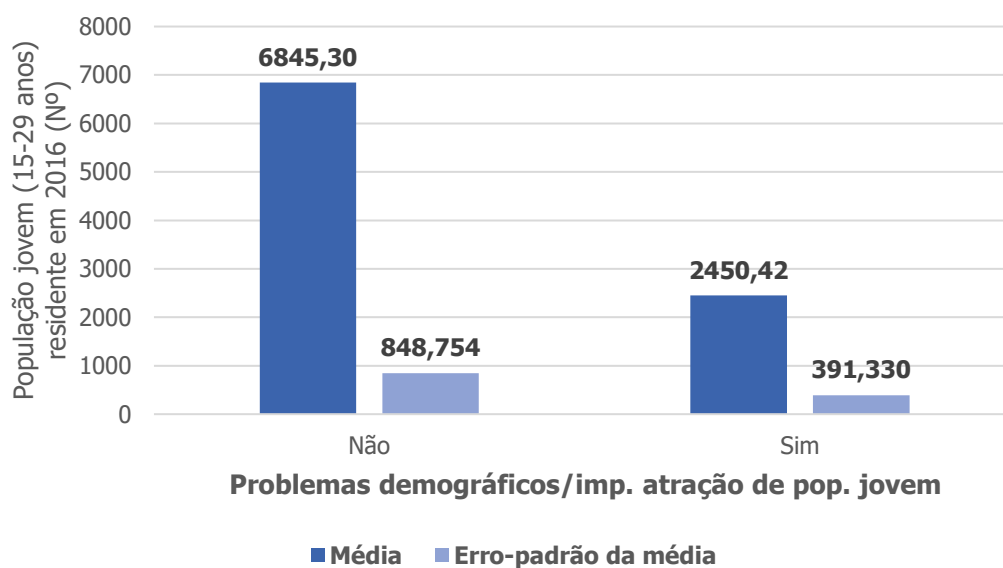


**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=181). Pergunta 44: «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?»

De resto, se atendermos ao conjunto de autarquias que relevam os problemas relativos aos desequilíbrios demográficos, existe evidência estatística de que a média de população jovem residente é significativamente inferior entre os municípios que mencionam esta fundamentação ( $t_{(97)} = 4,129$ ; p-value = 0,000).

Como o gráfico 4.7 ilustra, entre as autarquias que aventam esta justificação, a população média de jovens residentes em 2016 é de 2450,42 – notoriamente inferior à média de 6845,30 que se regista entre as autarquias que não apresentam a mesma fundamentação.

**Gráfico 4.7 – Média da população jovem residente em 2016 segundo Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem (Nº)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=184). Pergunta 44: "Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?". INE, Pordata (2018).

As restantes categorias incidem mais diretamente sobre a realidade económica do município e os problemas de empregabilidade. No caso da *Promoção do empreendedorismo / desenvolvimento da capacidade empreendedora* (19,1%), o enfoque é colocado na importância de capacitação de jovens para a inovação e criação do seu próprio emprego, desenvolvendo a sua capacidade

empreendedora, enquanto meio de combate ao desemprego jovem e de resposta às dificuldades dos jovens residentes de entrada no mercado de trabalho. O empreendedorismo é percecionado, neste sentido, como uma via de fortalecimento da economia local e de resposta à escassez de emprego ou de ofertas de trabalho ajustadas às expectativas, conhecimentos e capacidades da população jovem.

Efetivamente, se o emprego tem constituído um marcador particularmente determinante nos processos de transição para a vida adulta, o empreendedorismo constitui uma via particularmente presente nas políticas públicas atuais para combater o desemprego jovem e a precariedade laboral (Nobre, 2012).

As restantes categorias evocam, por um lado, a *Importância de captação de emprego* (18,4%), enquanto condição para o reforço do tecido e do potencial económico local, numa preocupação orientada também para a adequação entre a oferta e a procura (como é o caso de atração de empresas de setores tecnológicos e competitivos e suscetíveis de absorver mão-de-obra mais qualificada). Por outro, é igualmente revelada a intervenção sobre os indicadores relativos à realidade socioeconómica (como *taxa de desemprego* e *condições laborais locais* (7,9%)) do respetivo município – sendo o enfoque colocado sobretudo sobre a precariedade, num ajustamento das condições de trabalho às expectativas e aspirações da população jovem. Por fim, uma percentagem significativa coloca o enfoque na importância da *Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens* (6,6%), sendo a inserção no mercado de trabalho condição para a sua independência financeira e elevação dos padrões de vida, além do seu desenvolvimento pessoal e inserção social.

Este enfoque evidenciado pelos responsáveis autárquicos nas questões laborais reflete, de resto, o modo como as transformações económicas que se sucedem nas últimas décadas, e com consequências no ponto de vista do mercado de trabalho, são estruturadoras da condição da população jovem nas sociedades contemporâneas (Pais, 2001; Guerreiro & Abrantes, 2007).

No caso da área relativa à **Educação e formação**, a tónica é colocada primordialmente no conceito-chave de *capacitação* (20,2%). A apologia da educação e formação (nas suas vertentes formal e não formal) surge enquanto área estratégica para a dotação dos jovens de ferramentas e competências (sociais e profissionais) para enfrentar os desafios e adversidades inerentes à realidade económica e social da sociedade contemporânea. A prioridade atribuída a esta área reside, pois, enquanto vetor para uma multiplicidade de fins sociais e económicos: redução do risco de desemprego e exclusão social; educação como base para o desenvolvimento social e coesão social; aquisição de competências e valores para a intervenção e participação na vida cívica; promoção do envolvimento num processo contínuo de aprendizagem, no quadro de uma convergência com as políticas de *aprendizagem ao longo da vida*.

Este último conceito encerra um paradigma central nas atuais políticas educativas europeias (Alves, 2010) no quadro da designada *Sociedade do Conhecimento* (Costa, Machado & Ávila, 2007), em que os períodos de formação são, não apenas mais longos, como também menos homogéneos e lineares – consubstanciando trajetos escolares continuamente inacabados e transições para a vida adulta mais complexas, na medida em que o término da formação escolar/académica e a entrada no mercado de trabalho tornam-se etapas progressivamente menos estanques (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007).

Associada, surge também a categoria *Capacitação dos jovens para a procura de emprego/ inserção no mercado de trabalho* (9,7%). Neste caso, a prioridade política atribuída à educação e qualificação é apresentada como condição para a obtenção de emprego e de uma trajetória profissional de sucesso. Neste desiderato de favorecer o acesso ao mercado de trabalho, é igualmente evocada a importância de adequação das ofertas educativas às necessidades do mercado de trabalho (bem como a divulgação de informações sobre o mundo laboral e as saídas profissionais com mais procura) e o desenvolvimento de competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho.

Na ótica de *Promover igualdade de oportunidades no acesso à educação/ oportunidades de formação* (16,1%), o enfoque é fundamentalmente colocado

na intervenção sobre fatores de partida (como constrangimentos financeiros) que são suscetíveis de intervir na longevidade da trajetória escolar e académica. A *equidade* e *igualitarismo* no acesso ao ensino (do ensino básico ao Ensino Superior) surgem explicitados como princípios orientadores desta escolha política, numa ótica de extensão das oportunidades de educação e formação (aprendizagens formais e não formais) a todos os jovens – com consequências, a jusante, no plano das oportunidades no mercado de trabalho.

Se os dados relativos ao insucesso educativo dão conta justamente das fortes desigualdades escolares no contexto português (Sebastião & Correia, 2007; Abrantes, 2009), transparece do discurso dos responsáveis autárquicos o reconhecimento justamente das repercussões da educação formal nos trajetos sociais e projetos de vida dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007).

Relacionada está também a *Importância do combate ao insucesso escolar/aumento dos níveis de escolaridade* (10,5%). Aqui o enfoque no discurso dos responsáveis autárquicos é colocado no combate ao insucesso e abandono escolar precoce, bem como na intervenção sobre os baixos níveis de escolaridade registados no respetivo município (maioritariamente ao nível do ensino obrigatório, mas abrangendo igualmente o ensino Universitário). A promoção da progressão dos estudos é o objetivo fundamental visado – mediante o delineamento e implementação de planos e estratégias de desenvolvimento educativo local que passa igualmente pela criação de percursos escolares mais flexíveis e ajustados aos diferentes perfis dos alunos.

Este entendimento do insucesso escolar acumulado e do abandono precoce do sistema educativo enquanto problemas sociais e políticos é uma decorrência do próprio processo de massificação do ensino (Vieira, Pappámikail & Nunes, 2012). De resto, o enfoque político nas desigualdades escolares é tributário das mudanças que ocorrem nos sistemas educativos nas últimas décadas e que se enquadra na alteração do paradigma de justiça estruturador do funcionamento dos sistemas educativos (Derouet & Derouet-Besson, 2009): transita-se progressivamente do princípio de *igualdade de oportunidades* para o de *igualdade de resultados* (Seabra, 2009). Este princípio materializa-se

concretamente na adoção de medidas em matéria de política educativa de discriminação positiva, no sentido de combater as hierarquias e seleção escolar decorrente do sistema de avaliação e nivelar, não obstante as desigualdades sociais entre os alunos, as oportunidades de sucesso escolar (Seabra, 2009).

Relativamente à **Participação cívica e cidadania**, a grande maioria das justificações aventadas prendem-se, por um lado, com o reconhecimento da Importância de envolvimento dos jovens nas decisões políticas do município/reforço dos espaços de participação (43%). É evocada a importância de maior envolvimento nas opções políticas e económicas do município e/ou direcionadas especificamente à área da juventude, mediante a participação em plataformas de consulta e de representação – de forma a potenciar novos contributos na conceção de políticas públicas, uma maior correspondência e adequação às suas expectativas e favorecer o envolvimento e coresponsabilização nos processos de tomada de decisão municipais (propiciando uma maior eficácia dessas mesmas políticas) e no desenvolvimento económico e social do território. É relevada ainda a importância dos objetivos mais amplos do reforço da cidadania, do poder local democrático e do envolvimento dos jovens na causa pública.

Ora, os últimos anos têm sido marcados pela preocupação política com o fenómeno diagnosticado de afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e das estruturas tradicionais de ação política – integrando mesmo o *Livro Branco da Comissão Europeia* (enquanto quadro comum de cooperação entre os países da União Europeia nas políticas direcionadas para o domínio da Juventude) a intervenção dos responsáveis públicos no menor envolvimento deste segmento populacional nas estruturas tradicionais de ação política e social (como partidos e sindicatos), bem como em consultas democráticas (CEE, 2001)<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Contudo, importa precisar que, mais do que um não envolvimento em práticas políticas, verifica-se um deslocamento da atuação para o campo associativo, no quadro de uma desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens – sendo, de resto, privilegiadas

Por outro lado, a partir dos anos 80, as orientações políticas em prol de uma maior participação cívica ocorrem num contexto da mudança paulatina no paradigma de funcionamento das estruturas de governação no setor público (e importadas das dinâmicas no setor empresarial) (Ferreira, 2015). Em resposta à ineficiência das estruturas hierárquicas nas respostas às necessidades da população, a noção de *governança* adquire crescente influência na arquitetura e dinâmicas de funcionamento do setor público (e em particular, neste caso, ao nível da governação local) – designando este conceito novos modos de organização mais horizontais e cooperantes na relação entre instituições de gestão pública e os cidadãos (idem). No caso particular da área da juventude, a apologia de uma maior intervenção dos jovens nos processos de decisão política é entendida como um mecanismo de mitigação da incapacidade dos governos (nacionais e locais) de intervenção sobre os problemas que mais afetam a juventude.

Subjacente a esta orientação para um maior envolvimento no processo político e de governação local, surge igualmente a noção de *capacitação* (Ferreira, 2015) da população jovem como conceito central num contexto social e económico marcado pela metáfora da *rede* (Boltanski & Chiappelo, 2007) – em que, do ponto de vista das formas organizacionais, as grandes estruturas e modelos hierárquicos dão lugar a uma reestruturação das relações entre indivíduos, grupos e instituições ligados em rede entre si e envolvendo-se de forma conjunta nas decisões (como, neste caso, na elaboração de políticas públicas).

Por outro lado, frequentemente em articulação com a categoria anterior, a *Importância de maior associativismo e participação cívica/voluntariado* (30,2%) surge contextualizada na constatação de baixos níveis de envolvimento dos jovens do respetivo município em dinâmicas de participação cívica, associativa, voluntariado e envolvimento em organizações não-governamentais. Tendo como fim último o estímulo ao associativismo enquanto competência cívica, a promoção do associativismo juvenil constitui uma via de envolvimento dos jovens na vida

---

associações ligadas ao quotidiano juvenil (como associações desportivas e recreativas ou culturais) (Augusto, 2008).

política, social e cultural, propiciando também maior responsabilidade social e maior eficácia na resolução dos problemas que afetam a comunidade.

No caso particular do associativismo, além de plataforma de intervenção sobre os processos de decisão política (servindo de indicador de participação cívica e de exercício dos direitos cívicos e políticos) este é, pois, entendido como espaço de formação não formal e inculcação de valores (em prol do bem comum) (Ferreira, 2008). Da mesma forma, o voluntariado surge igualmente como contexto de capacitação e qualificação – sendo um terreno propício, no caso particular da população jovem, ao desenvolvimento de competências e aquisição de aprendizagens não formais com valor para a integração ou transição no mercado de trabalho (Rego, Zózimo & Correia, 2017).

No caso da área da ***Criatividade e cultura***, ganha particular relevo a importância do *Desenvolvimento da produção cultural/ artística* (29,9%), nomeadamente, o apoio a instituições de produção cultural, a dinamização de espaço culturais e diversificação da oferta cultural no respetivo município. Por outro lado, frequentemente associado surge igualmente o objetivo de *Maior envolvimento dos jovens em atividades culturais/desportivas* (14,9%), no sentido da potenciação das capacidades artísticas dos jovens residentes, fomentando o contacto e envolvimento direto com atividades de cariz cultural.

Ainda entre uma significativa parte das autarquias que elegem esta área, o relevo dado à produção e envolvimento em práticas culturais surge também justificado enquanto importante vetor de *Capacitação/desenvolvimento de competências* (20,9%) – de formação global do indivíduo. A importância do acesso e/ou a prática de atividades culturais são enquadradas no pressuposto da promoção da cultura e da expressão artística como pilar do desenvolvimento das competências pessoais, sociais e de comunicação. A cultura e expressão artística é também entendida como via para a ampliação de horizontes e desenvolvimento do espírito crítico.

Na área relativa à ***Saúde e bem-estar***, a grande parte das justificações é colocada sobre a relevância da *Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar* (67,2%). É salientada a importância da promoção de desporto e atividade

física mediante programas desportivos e de ocupação de tempos livres, propiciadores de estilos de vida saudáveis – tentando inverter dessa forma tendências de sedentarismo e obesidade e contribuir para a melhoria de qualidade de vida. Por outro lado, é igualmente salientada a importância da prevenção, bem como diagnóstico e intervenção sobre problemas de saúde. No campo da prevenção, ela assenta na sensibilização de comportamentos de risco – a nível não só de consumo alimentar e obesidade, mas igualmente ao nível da sexualidade e do consumo de substâncias aditivas (e.g. drogas ou álcool) e outros comportamentos aditivos (e.g. uso das novas tecnologias). Com uma expressão reduzida, alguns casos aludem ainda a carências alimentares associadas a baixo poder de compra dos agregados familiares.

Como esta enumeração dos responsáveis autárquicos dá conta, a área da juventude surge associada também nas últimas décadas a diversas tipologias de vulnerabilidade e condutas de risco de segmentos específicos da população jovem – constituindo estes problemas sociais que carecem de intervenção política (Pais, 2003).

No caso da **Habitação**, ela surge maioritariamente associada às *Dificuldades no acesso à habitação/promover acesso à habitação* (53,5%). Sendo o momento de saída da casa paterna uma das dimensões centrais no processo de transição para a vida adulta e consequente emancipação dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), as autarquias apontam para um diagnóstico social que releva a importância de intervenção no mercado de arrendamento, em face do desajustamento ao poder de compra ou dificuldade no acesso a crédito bancário entre a população jovem. É apontada ainda a necessidade de intervenção sobre o parque habitacional degradado.

Embora numa expressão mais reduzida (37,2%), mas ainda significativa, as políticas de apoio à aquisição de imóvel surgem igualmente fundamentadas pelos responsáveis autárquicos no seu valor instrumental de incentivo à fixação de jovens no respetivo município.

Na área **População e demografia**, a vasta maioria das justificações para a eleição desta área como prioridade (85,4%) aludem à emergência de políticas de



inversão (ou travagem) da trajetória demográfica de envelhecimento e de decréscimo populacionais – mediante medidas de apoio à natalidade e fixação de agregados familiares jovens. Em algumas autarquias, as medidas são dirigidas a zonas marcadamente rurais e pautadas pela contração populacional. De resto, no contexto demográfico de Portugal marcado pela tendência de decréscimo populacional e envelhecimento demográfico (INE, 2016), a retórica enfatizada de algumas autarquias salienta o carácter preponderante desta área de intervenção política: a fixação da população é tida como base indispensável para o desenvolvimento (económico e social) do município – sendo que apenas a sua resolução pode permitir a eleição de outras áreas de intervenção em ciclos políticos posteriores.

No domínio do ***Ambiente e desenvolvimento sustentável***, assume predominância a *Preservação do ambiente e sustentabilidade* (54,1%), numa ótica de incutir a responsabilidade para a preservação do meio ambiente e difusão de práticas que contribuam para modelos de desenvolvimento sustentáveis – quer através de ações educativas como através da promoção de ações de voluntariado (como campanhas de reflorestação). De resto, a presença destas temáticas nas políticas públicas (nacionais e locais) adquire importância sobretudo a partir dos anos 80, com o *Relatório Bruntland*, da Organização das Nações Unidas, a marcar o início da progressiva visibilidade e afirmação sociopolítica do ambiente e do desenvolvimento sustentável (Guerra, 2009).

Ademais, esta área surge associada ao objetivo de *Promoção/valorização do património natural e cultural* (16,2%), no sentido de valorização do capital territorial (através da potenciação dos recursos ambientais) e do capital patrimonial (mediante a potencialização dos recursos patrimoniais/históricos).

No que concerne aos **Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação**, a grande maioria evoca a importância da Educação para os direitos humanos/inclusão/respeito pela diferença (75%). É dada relevância ao desenvolvimento de atividades de sensibilização para questões relacionadas com o bem comum: a inclusão de jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e cidadãos portadores de deficiências; educação para a promoção dos

direitos humanos, igualdade de oportunidades, não discriminação e igualdade de género; combate a preconceitos, promoção do diálogo intercultural, integração de cidadãos estrangeiros e inculcação de valores como igualdade, respeito, solidariedade e tolerância. Destaque ainda para uma parte significativa das autarquias apontarem a eleição desta área por parte dos jovens como resultante dos processos de consulta/auscultação a este segmento populacional (16,7%).

Por fim, surge a área da ***Mobilidade internacional e nacional***. Nesta última, as justificações surgem repartidas: por um lado, pela importância de *Promoção de intercâmbio/mobilidade* (38,9%), mediante a divulgação ou criação de programas e construção de parcerias com entidades externas tendo em vista favorecer experiências de mobilidade (no espaço europeu ou em outros espaços geográficos); por outro lado, esta categoria surge frequentemente em composição com a relativa à *Capacitação/desenvolvimento de competências* (38,9%). Os programas de intercâmbio são igualmente entendidos pelos responsáveis autárquicos como via de aquisição de competências não formais e formação global do indivíduo. Num contexto laboral e social em que é solicitada a diversidade de competências e capacidade de adaptação a diferentes contextos, a mobilidade é tida como forma de aquisição de ferramentas necessárias às exigências e especificidades da sociedade atual.

Analisando, por fim, a projeção do conjunto das justificações aventadas pelas autarquias num plano fatorial (figura 4.4), é possível descortinar quatro grandes perfis<sup>27</sup>.

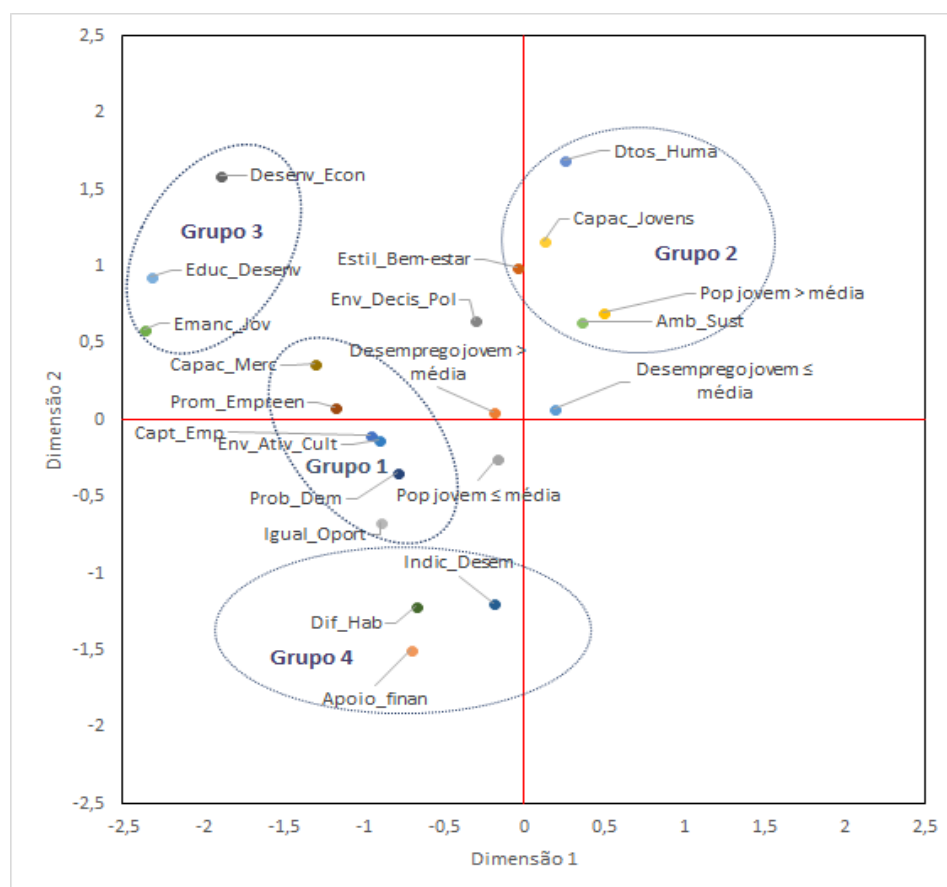
Num primeiro grupo, identificam-se as justificações relativas à intervenção sobre as condições de vida da população jovem, quer no plano do mercado de trabalho – *Capacitação dos jovens para o mercado de trabalho, Promoção do empreendedorismo/desenvolvimento da capacidade empreendedora, Importância de captação de emprego e Promover igualdade de oportunidades* – quer também em prol do problema a montante, relativo aos *Problemas*

---

<sup>27</sup> A execução da Análise de Correspondências Múltiplas com o conjunto das 27 categorias criadas determinou que as categorias menos significativas do ponto de vista da sua influência na constituição dos diversos grupos ficassem excluídas do plano fatorial.

*demográficos/importância de atração e fixação de população jovem* que afetam os municípios. Importa ainda assinalar que tanto a categoria *Número de jovens residentes igual ou inferior à média* como *Proporção de jovens desempregados superior à média* da amostra situam-se próximos deste grupo (no entanto, o seu posicionamento demonstra simultaneamente que a contribuição para a definição do grupo não é elevada).

**Figura 4.4 – Distribuição dos municípios segundo áreas prioritárias de intervenção (2018-2021) – justificações**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=181). Pergunta 44: «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

No grupo 2, a categoria *População jovem residente acima da média* dos municípios surge associada ao conjunto de municípios que se caracteriza, mais do que por uma perspetiva de intervenção concreta nas condições de vida dos jovens, por uma ótica de *empoderamento* e formação da respetiva população jovem – materializada, nomeadamente, nas justificações relativas à

*Capacitação/desenvolvimento de competências dos jovens e Educação para os direitos humanos*, bem como de promoção de medidas e iniciativas relacionadas com a *Preservação do ambiente e sustentabilidade*.

Especialmente próximo no plano fatorial surge o grupo de municípios que se caracteriza pela intervenção sobre as condições de vida dos jovens numa perspetiva de médio ou longo-prazo (grupo 3). O enfoque é, nomeadamente, colocado no *Desenvolvimento económico* do município, na *Educação como fonte de desenvolvimento* – tendo como objetivo último a *Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens*.

O quarto grupo agrega justificações numa perspetiva de intervenção direta em problemas concretos que afetam os jovens e que são identificados pelas autarquias. São eles os *Indicadores de desemprego/condições laborais* registados no respetivo município, as *Dificuldades de acesso à habitação*, bem como a importância de *Apoio financeiro aos alunos do Ensino Superior*.

Nota ainda para a exígua influência que a proporção de jovens desempregados de cada município exerce na distribuição das justificações – não obstante a *Percentagem de jovens desempregados superior à média* dos municípios da amostra encontrar-se no quadrante relativo às condições de vida dos jovens e a *Proporção de desemprego jovem igual ou inferior à média* surgir no quadrante relativo à capacitação dos jovens.

Numa visão geral sobre o plano, verifica-se que, se as categorias no quadrante mais inferior se focam nos problemas concretos a curto prazo (indicadores de desemprego, apoio financeiro no acesso ao Ensino Superior e no acesso à habitação), à medida que se ascende para os quadrantes superiores a perspetiva é colocada no médio-longo prazo: na capacitação dos jovens (na sua vertente mais global e numa vertente mais centrada nas competências no mercado de trabalho) e na criação de condições para um desenvolvimento económico que propicie a emancipação da população jovem.

### 4.3. Propostas de intervenção (2018-2021)

No que diz respeito às propostas de intervenção na área da juventude dos respetivos municípios para o quadriénio a decorrer (2018-2021), dos 251 municípios que integram a amostra, 71 (28,3%) não respondem a esta questão. Corresponde a um total de 180 os municípios que explicitam as suas propostas de intervenção destinadas à área da juventude para o atual quadriénio<sup>28</sup>.

Entre as várias propostas identificadas pelos responsáveis dos municípios, três grandes áreas surgem realçadas: *Desporto, Cultura e Lazer, Educação e Formação e Participação cívica e associativismo* (tabela 4.5). Em cada um destes campos de intervenção, a expressão revela-se superior a 80% dos municípios que integram a amostra, sendo que no caso da primeira categoria ela é já próxima de 90%.

Com uma representação ainda significativa, evidencia-se também a área relativa à *Economia, emprego e empreendedorismo*, presente na agenda política para a área da juventude no quadriénio a decorrer (2018 a 2021) de 75,5% das autarquias.

Numa descrição das diferentes categorias abrangidas por cada área, na relativa ao ***Desporto, cultura e lazer***, são, em primeiro lugar, as medidas no quadro da *Promoção de atividades culturais* (32,2%) que surgem em destaque. Identifica-se neste caso um alinhamento com aqueles que são os eixos hegemónicos da política cultural autárquica nas últimas décadas em Portugal: valorização do património, desenvolvimento de oferta cultural e formação de públicos culturais (Silva, Babo & Guerra, 2015).

---

<sup>28</sup> Mediante a análise das respostas das autarquias, um total de 31 categorias foram construídas. Estas são, por sua vez, agrupadas em grandes áreas ou eixos temáticos.

**Tabela 4.5 – Propostas de intervenção destinadas à área da juventude**

<b>Propostas de intervenção</b>	
<b>Desporto, cultura e lazer</b>	<b>%</b>
Promoção de atividades culturais	<b>32,2</b>
Promoção de Desporto, saúde e bem-estar	<b>23,9</b>
Construção/Requalificação de infraestruturas (desportivas/culturais/ensino/mobilidade local)	<b>10,0</b>
Cartão Jovem/descontos em serviços (criação/alargamento da oferta)	<b>8,9</b>
Promoção de Ensino/atividades artísticas	<b>7,8</b>
Criação/continuação do Dia/Semana da Juventude	<b>3,3</b>
Acesso a rede wi-fi em espaços públicos	<b>2,2</b>
Requalificação de património natural e espaços de lazer	<b>1,1</b>
<b>Educação e formação</b>	
Apoio financeiro a alunos do Ensino Superior	<b>22,8</b>
Promoção e divulgação de programas de educação e formação profissionalizante	<b>20,6</b>
Apoio logístico/financeiro às escolas e alunos (fornecimento de equipamento/ação social escolar/bolsas de estudos/prémios de mérito escolar)	<b>16,1</b>
Programas/planos de promoção de sucesso escolar/combate ao insucesso escolar	<b>13,9</b>
Promoção/divulgação de programas de intercâmbio	<b>7,2</b>
Desenvolvimento de Ensino Superior e Investigação	<b>1,1</b>
<b>Participação cívica e associativismo</b>	
Criação/Dinamização de estruturas e programas autárquicos de participação/auscultação dos jovens	<b>39,4</b>
Apoio/promoção do Associativismo juvenil	<b>24,4</b>
Participação cívica e voluntariado	<b>14,4</b>
Apoio e colaboração com associações com intervenção na área da juventude	<b>3,3</b>
<b>Economia, emprego e empreendedorismo</b>	
Programas/iniciativas de estímulo ao emprego jovem	<b>37,8</b>
Promoção/apoio ao empreendedorismo	<b>36,7</b>
<b>Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços</b>	
Reforma organizacional/criação de serviços de apoio à Juventude	<b>13,9</b>
Elaboração de documentos estratégicos	<b>13,3</b>
Criação/dinamização de serviços de ação social/ proteção social (jovens em risco/ situação de vulnerabilidade)	<b>7,2</b>
Programa/documento estratégico em fase de elaboração	<b>5,0</b>
Continuação de programas/planos estratégicos anteriores	<b>2,2</b>
<b>Demografia e habitação</b>	
Apoio à habitação jovem	<b>25,0</b>
Apoio à natalidade	<b>10,0</b>
Apoio à parentalidade	<b>5,0</b>
Apoios à fixação de famílias	<b>1,1</b>
<b>Formação cívica</b>	
Ambiente, território e desenvolvimento sustentável	<b>4,4</b>
Educação para a cidadania/inclusão/respeito pela diferença	<b>3,3</b>

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

Estas envolvem, nomeadamente, o desenvolvimento de iniciativas com o intuito de favorecer o acesso a bens e serviços culturais mediante uma grande diversidade de plataformas: programas municipais férias jovens e ocupação de tempos livres de carácter não apenas desportivo mas também cultural; criação e

dinamização de oferta cultural regular em espaços públicos municipais (como museus, ateliers de cultura e expressão artística em casas da cultura ou bibliotecas municipais); dinamização de iniciativas no quadro da programação cultural anual de âmbito municipal direcionadas especificamente à população jovem (como Festivais/Festas da Juventude ou Dia/Semana/Quinzena da Juventude); colaboração e apoio a eventos e produções promovidos por associações de estudantes (associações académicas ou ligadas a agrupamentos de escolas do Ensino Básico e Secundário), bem como a projetos culturais das juntas de freguesia ou de outras associações, grupos e agentes culturais locais com oferta direcionada ou que abrange este segmento populacional.

Em segundo lugar, surge a *Promoção do Desporto, saúde e bem-estar* (23,9%). Esta engloba, em primeiro lugar, atividades com uma natureza *concêntrica* relativamente à categoria anterior – nomeadamente, atividades que comportam uma dupla vertente cultural e desportiva (como festivais do desporto e juventude ou programas de ocupação de tempos livres), além do desenvolvimento de iniciativas exclusivamente de natureza desportiva (como torneios e provas desportivas). Na oferta municipal inclui-se ainda a oferta desportiva a partir da rede de infraestruturas desportivas existente (como piscinas municipais ou espaços para a prática de outras modalidades).

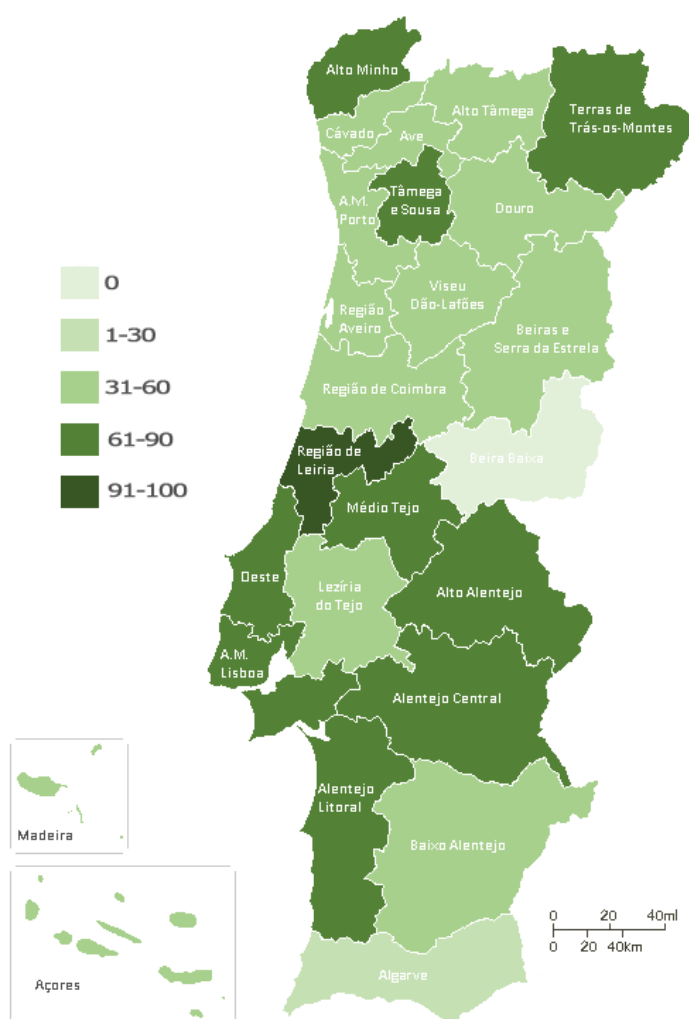
São abrangidas igualmente atividades que visam a ampliação da prática regular de desporto e atividade física, no quadro de uma política abrangente de promoção de qualidade de vida e de hábitos e estilos de vida saudável. Com o mesmo intuito, são ainda explicitadas iniciativas de colaboração e apoio a coletividades desportivas locais (como clubes ou ginásios). De resto, alguns responsáveis para a área da juventude, embora com uma expressão minoritária, integram as atividades desportivas (juntamente com as culturais) enquanto elemento de uma política municipal de fixação de população jovem.

Além de programas de desporto escolar, são também apresentadas iniciativas de apoio financeiro à formação e prática desportiva de jovens atletas, bem como de apoio ao desporto adaptado.

Por fim, nesta categoria inserem-se ainda a promoção de eventos de sensibilização para a adoção de estilos de vida saudáveis e o combate a comportamentos de risco. Incluem-se programas de intervenção (como programas de vacinação gratuita ou iniciativas de rastreio para problemas auditivos e visuais) ou disponibilização de serviços municipais (como na área da Psicologia e da Nutrição).

Na análise da distribuição desta área pelo território nacional, se se constata não existirem contrastes significativos entre o Litoral e o Interior, identificam-se sobretudo discrepâncias entre o Norte e o Sul do Continente (mapa 4.16). A Região de Leiria surge em claro destaque, com a totalidade das autarquias da amostra a apresentar iniciativas neste âmbito. De resto, entre as regiões costeiras, também a grande maioria das autarquias da Área Metropolitana de Lisboa explicitam iniciativas nesta esfera (77,9%) – ao passo que, na congénere do Porto, a proporção corresponde já a menos de metade. Destaque ainda para a região do Algarve, onde a expressão

**Mapa 4.16 – Desporto, cultura e lazer (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).» (Gráfico do mapa 4.16 no anexo 9)



reduz-se para apenas um terço (33,3%) – a percentagem mais baixa no conjunto das regiões costeiras.

No Interior do país, a expressão revela-se igualmente heterogénea. Por um lado, a grande maioria dos municípios do Alentejo Central que integram a amostra apresentam medidas neste âmbito (83,3%), seguido também do Alto Alentejo e Terras de Trás-os-Montes. Por outro lado, Beira Baixa surge como a única região de todo o país onde nenhuma autarquia apresenta medidas enquadradas neste domínio.

No caso das Regiões Autónomas, é apenas na Madeira que surge como maioritária a proporção de autarquias que explicitam medidas neste domínio (57,1%), ao passo que nos Açores a expressão corresponde a aproximadamente um terço.

No caso da **Educação e formação**, com maior representatividade surgem, de um lado, os programas de apoio financeiro a alunos do Ensino Superior (primordialmente sob a forma de atribuição de bolsas de estudo) (22,8%), bem como, do outro, a *Promoção e divulgação de programas de educação e formação de cariz profissionalizante* (20,6%). Esta envolve a construção de parcerias para a criação de cursos profissionais e o estímulo a projetos e modalidades de ensino profissionalizante e de formação tendo em vista a qualificação, requalificação ou reconversão profissional; o fomento de programas de educação não-formal; a organização de eventos de divulgação de oferta educativa para prosseguimento de estudos; ou a promoção de atividades de projetos de *Universidade de Verão* mediante protocolos com instituições do Ensino Superior.

Uma parte significativa dos municípios menciona igualmente a implementação de programas municipais destinados a combater o insucesso ou abandono escolar (13,9%) – sob a forma de constituição de equipas multidisciplinares nas escolas para intervenção sobre fatores de risco (de ordem familiar e social) e cooperação entre estabelecimentos de ensino tendo em vista a disseminação de práticas de ensino orientadas para a promoção do sucesso escolar.

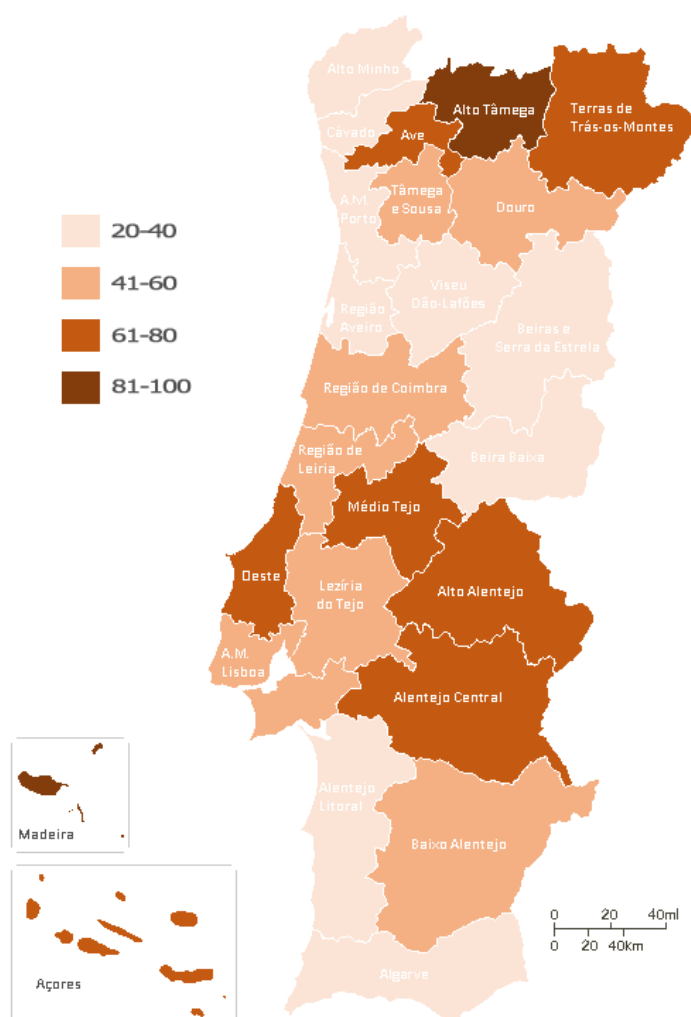
Num quadro de *territorialização das políticas educativas*, as autarquias assumem paulatinamente maior protagonismo neste setor, evoluindo de uma função supletiva para uma posição de maior intervenção na promoção e coordenação local de políticas educativas (Barroso, 2013). A descentralização, embora materializando-se de forma distinta entre os diferentes países (Maroy, 2005), é fundamentalmente tributária do objetivo de uma maior adequação da oferta educativa às necessidades dos diferentes públicos escolares num contexto de ensino massificado (Derouet & Derouet-Besson, 2009).

Com uma expressão minoritária, 7,2% dos municípios fazem alusão também a programas de intercâmbio juvenil (nacional e/ou internacional) e de mobilidade europeia (como é o caso dos programas *Erasmus+ Juventude em Ação* e *Serviço Voluntário Europeu*). Com uma expressão residual, 1,1% explicita ainda medidas direcionadas para o *Desenvolvimento do Ensino Superior e Investigação* (ao nível da investigação e desenvolvimento ou instalação de instituições de Ensino Superior no município).

No conjunto das políticas integradas na área da *Educação e Formação*, do ponto de vista da expressão geográfica destaca-se, em primeiro lugar, o contraste entre as regiões mais a norte do Continente (mapa 4.17). Nomeadamente, se nas regiões mais marcadas pela interioridade – em particular, Alto Tâmega e Ave, mas igualmente Terras de Trás-os-Montes – a grande maioria das autarquias explicitam medidas para o quadriénio 2018-2021, o cenário nas regiões costeiras revela-se significativamente distinto, sendo minoritária a proporção de autarquias que apresentam iniciativas.

O mesmo padrão pode ser descortinado no Alentejo, na medida em que a preponderância que as políticas nesta esfera assumem nas autarquias das respetivas regiões mais marcadas pela interioridade contrasta significativamente com o Alentejo Litoral.

**Mapa 4.17 – Educação e formação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).» (Gráfico do mapa 4.17 no anexo 9)

Não obstante, importa relevar que as dicotomias Interior/Litoral não se observam de forma uniforme. É o caso da Região de Leiria (60%) e Coimbra (58,3%), bem como em particular Oeste (66,7%), onde a maioria das respetivas autarquias explicitam medidas direcionadas para a *Educação e Formação*.

Destaque, por fim, para ambas as regiões insulares e, em particular, a Região Autónoma da Madeira, onde 85,7% das autarquias apresentam medidas a este nível – a segunda maior percentagem em todo o contexto nacional.

No caso da ***Participação cívica e associativismo***, destacam-se as medidas relativamente às estruturas e programas de participação ou auscultação direcionadas à população jovem (39,4%) – como é o caso de estruturas integradas na orgânica da autarquia (como o Conselho Municipal da Juventude/Assembleia Municipal Jovem, Fórum da Juventude ou Conselho Municipal de Educação), ou outros mecanismos de participação, como Orçamento Participativo Jovem ou instrumentos complementares (inquérito online e estudos de opinião sobre necessidades e recolha de sugestões).

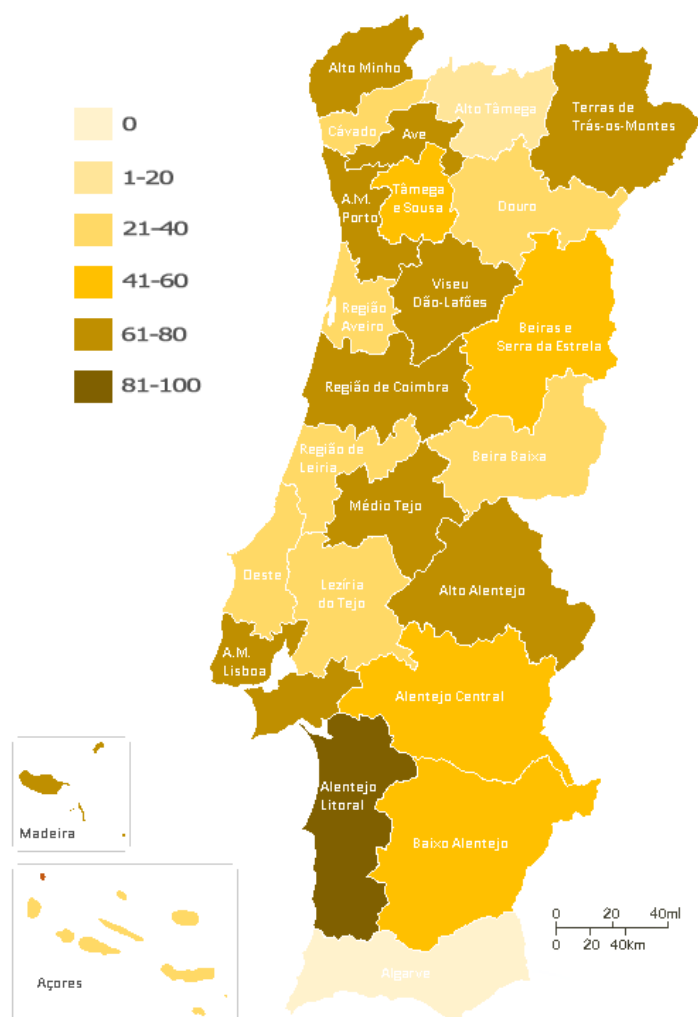
Enquadram-se ainda nesta categoria as autarquias que fazem referência a programas e estratégias de envolvimento nas atividades da autarquia nos processos decisórios e definição de políticas públicas (iniciativas como *Apresenta o teu projeto*, *Presidente por um dia* ou *Programa Jovens Autarcas*). Estas iniciativas abrangem tanto o caso das autarquias que fazem referência à criação destes organismos e programas como à dinamização ou à reativação ou reforço/reconfiguração do seu funcionamento.

Aproximadamente 1/4 das autarquias da amostra fazem ainda referência a apoios ao associativismo juvenil (sob a forma de apoio financeiro, material e logístico para o desenvolvimento das atividades; constituição de gabinetes/serviços ou centros de apoio às associações; criação de eventos de encontro entre associações; ou elaboração de documentos como Regulamento Municipal ou Programa de Apoio Municipal ao associativismo) – complementado ainda por 3,3% de autarquias que mencionam o apoio a associações não dinamizadas por jovens, mas cuja ação é direcionada a este segmento populacional (a nível social, desportivo e cultural).

Uma ainda significativa parcela de autarquias (14,4%) faz referência a programas de promoção da participação cívica e de voluntariado – como o estímulo e apoio a atividades de carácter cívico, a participação em organizações não-governamentais, ou a constituição/dinamização de programas de voluntariado jovem, como é o caso de bancos ou bolsas municipais de voluntariado.

Analisando a expressão desta área pelo território nacional, verifica-se que, apesar da sua expressão ser tendencialmente superior entre as regiões costeiras,

**Mapa 4.18 – Participação cívica e associativismo  
(propostas de intervenção para 2018-2021) segundo  
NUTS III (%)**



o cenário não deixa de se mostrar heterogéneo (mapa 4.18).

Em primeiro lugar, o Alentejo Litoral sobressai enquanto a única região onde a totalidade das autarquias apresenta medidas nesta esfera – uma expressão que, de resto, além de significativamente superior em relação às regiões do Alentejo marcadas pela interioridade, contrasta drasticamente com a região contígua do Algarve (onde se verifica uma ausência de medidas explicitadas para o quadriénio 2018-2021).

**Figura 1 Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).» (Gráfico do mapa 4.18 no anexo 9)

explicitam iniciativas neste âmbito na agenda política é significativamente superior quando comparada com o cenário no Douro ou Alto Tâmega. No entanto, Terras de Trás-os-Montes não deixa igualmente de surgir em destaque,

Nas regiões mais a norte do Continente, a proporção de autarquias das regiões costeiras que

com aproximadamente dois terços das autarquias a apresentarem medidas neste âmbito.

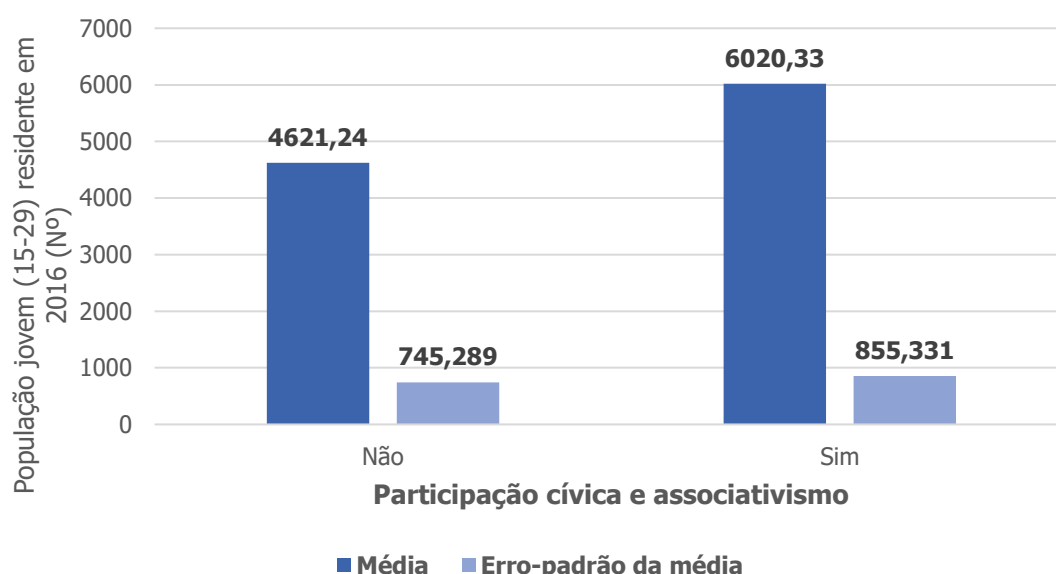
Destaque também para a Região de Aveiro e Oeste, onde apenas aproximadamente um terço das autarquias explicitam medidas tendo em vista o estímulo à participação cívica e associativismo na população jovem – uma expressão exígua comparada com a tendência observada no conjunto das regiões do litoral.

Os dois territórios insulares dão, por fim, conta de dois cenários distintos. Se a Região Autónoma da Madeira figura entre as regiões onde é maior a proporção de autarquias que apresenta medidas, Açores situa-se num campo significativamente distinto, reduzindo-se a apenas aproximadamente um terço as autarquias que especificam iniciativas.

Também no caso desta área, não existem evidências estatísticas de que a média de população jovem entre as autarquias que não apresentam medidas neste âmbito é significativamente distinta da média entre os municípios que explicitam iniciativas para o mesmo quadriénio  $t_{(97)} = -1,209$ ; p-value = 0,228).

Se atendermos aos valores específicos, verificamos um cenário relativamente distinto daquele que é encontrado nas áreas prioritárias (gráfico 4.8). Entre as autarquias que apresentam medidas, a média de população jovem é de 6020,33 (com um erro-padrão da média de 855,331), ao passo que no conjunto das autarquias que não explicitam qualquer iniciativa a média é de 4621,24 (com um erro-padrão da média de 745,289) – um diferencial que, apesar de existente, é significativamente menor se se comparar com os valores registados na *Participação cívica e cidadania* como área prioritária para o mesmo quadriénio (2018-2021).

**Gráfico 4.8 – Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo *Participação cívica e associativismo* (área prioritária 2018-2021) (Nº)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).». INE, Pordata, 2018

No caso da ***Economia, emprego e empreendedorismo***, não obstante o claro destaque que ela assume nos diagnósticos traçados pelas autarquias em torno dos problemas que mais afetam a área da juventude, essa mesma área surge com menor expressão ao nível das propostas e iniciativas para o quadriénio que presentemente decorre: 37,8% fazem referência ao incentivo à criação e fomento de postos de trabalho (*Programas/iniciativas de estímulo ao emprego jovem*) e 36,7% a iniciativas no plano da *Promoção/apoio ao empreendedorismo*.

No primeiro caso, a categoria abarca diferentes medidas de apoio à área juventude no âmbito da empregabilidade: dinamização de economia local e potenciação de emprego jovem (captação e instalação de empresas, colaboração com empresários para criação de posto de trabalho e incentivos fiscais para contratação de jovens), mas igualmente combate ao trabalho precário jovem; promoção da procura ativa e orientação profissional (e desenvolvimento de programas de formação para desempregados) pelo Gabinete de Inserção Profissional municipal; apoio ao primeiro emprego e estágios profissionais

(mediante o apoio financeiro e protocolos com instituições e empresas locais) e programas de ocupação temporária de jovens e estágios de verão (enquanto oportunidade para um primeiro contacto com o mercado de trabalho); ou ainda a realização de eventos, como feiras de emprego ou sessões e programas de divulgação de ofertas de trabalho no município/região e realidade do mercado de trabalho (competências e saídas profissionais).

No caso da *Promoção/apoio ao empreendedorismo*, esta abrange diferentes modalidades de iniciativas no âmbito do empreendedorismo: criação ou dinamização de serviços de apoio ao empreendedorismo jovem (através da constituição de gabinetes e centros de apoio e promoção do empreendedorismo e destinados a jovens empresários); realização de eventos promotores do empreendedorismo jovem (como concursos municipais ou semanas ou jornadas do empreendedorismo, ou a atribuição de prémios municipais para jovens empreendedores); concessão de vantagens fiscais para negócios constituídos por jovens; criação ou requalificação de zonas para instalação de empresas e criação de programas e polos/núcleos de incubação empresarial e de *startups* e espaços de *coworking*; programas de incentivo e apoio ao autoemprego e criação do primeiro emprego; ou ainda o desenvolvimento de projetos de capacitação para o empreendedorismo jovem e promoção de *comportamentos e atitudes empreendedoras*.

Efetivamente, se a *flexibilidade, criatividade, iniciativa, dinamismo* ou capacidade de *metamorfose* são valores e competências que são solicitados aos jovens no contexto atual do mercado de trabalho (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), estes transparecem também dos discursos dos responsáveis autárquicos – competências e valores que se enquadram e são enaltecidos no quadro do atual paradigma económico (Chiappelo & Boltanski, 2007).

Analisando a expressão destas políticas no território nacional (mapa 4.19), constata-se que a sua expressão se revela tendencialmente superior nas regiões do Interior e Regiões Autónomas – no entanto, identificam-se contrastes que importa assinalar e relevar.



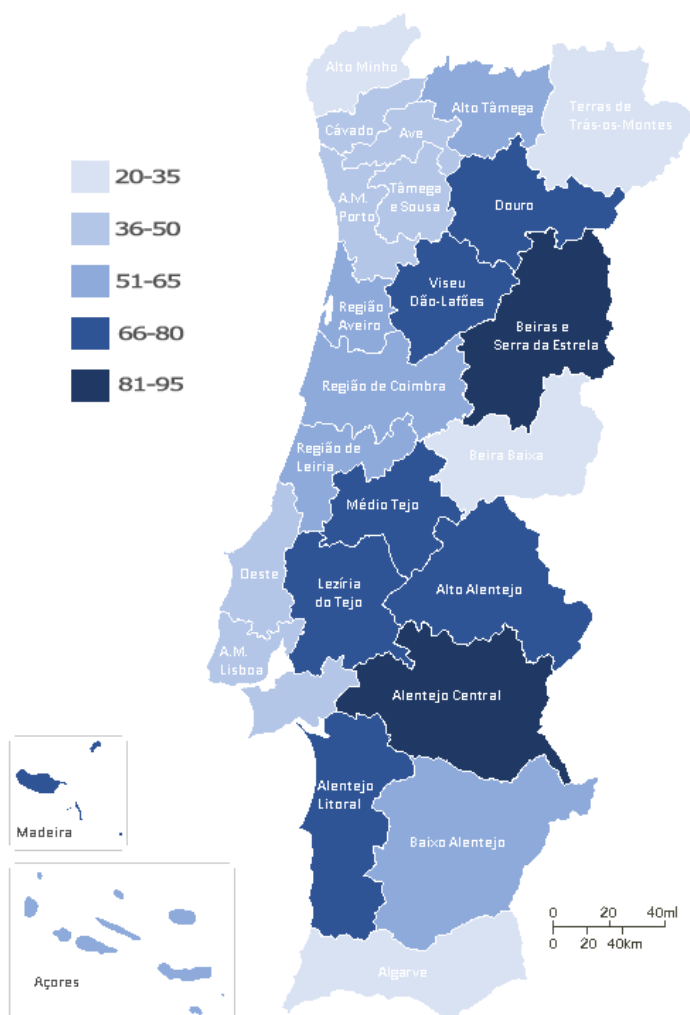
Em primeiro lugar, é no Alentejo que a proporção de autarquias que explicitam medidas neste âmbito é particularmente elevada. Em particular, no Alentejo Central, Lezíria do Tejo e Alto Alentejo. Já no caso do Baixo Alentejo, se a grande maioria das autarquias (91,7%) identifica o *Desemprego* como um dos problemas que assola a área da juventude, no plano das propostas para 2018-2021, a expressão estende-se a pouco mais de metade dos municípios (55,6%).

No entanto, o destaque particular recai sobre Terras de Trás-os-Montes. Se a totalidade de autarquias apresenta a área do *Desemprego* como um dos principais problemas que afeta a área da juventude

no respetivo território, o cenário no plano das medidas para 2018-2021 é contrastante: apenas 28,6% apresenta medidas efetivas direcionadas para emprego jovem e apoio ao empreendedorismo.

Com contrastes próximos surgem ainda as regiões do Ave, mas também em regiões do litoral – nomeadamente, o Algarve (onde se 71,4% das autarquias

**Mapa 4.19 – Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



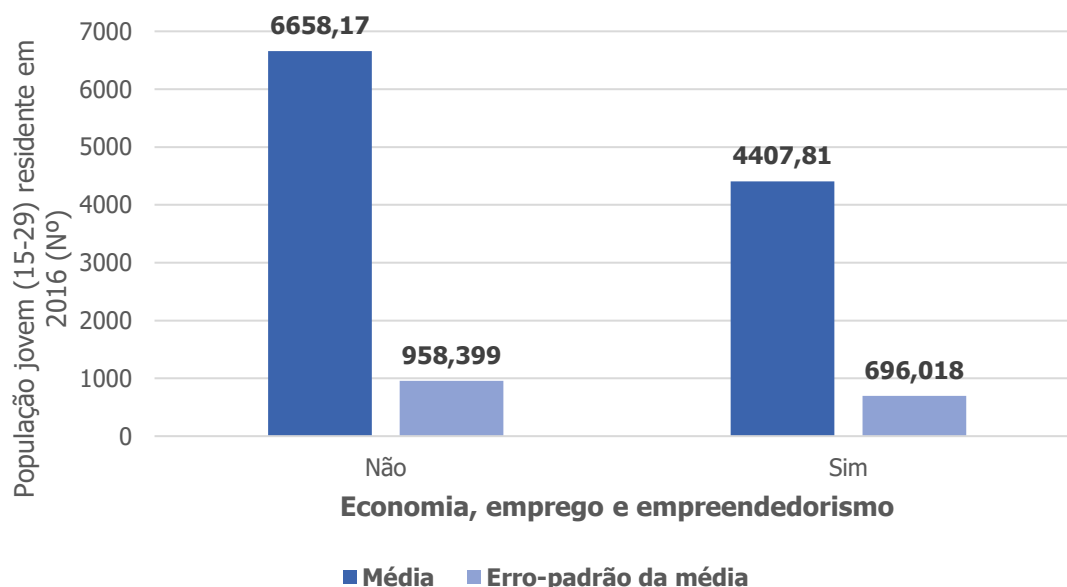
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).» (Gráfico do mapa 4.19 no anexo 9)

apontam o desemprego como *problema*, apenas um terço apresenta medidas) e a Área Metropolitana do Porto (em que os 75% que identificam o problema do desemprego discrepam dos 38,5% que apresentam propostas para o atual quadriénio).

Ainda na esfera do emprego e empreendedorismo, importa também assinalar que, em contraste com o que se verifica nas áreas prioritárias, não existem evidências estatísticas para afirmar que a média no que diz respeito à população jovem seja significativamente distinta entre as autarquias que apresentam medidas e as que não apresentam ( $t_{(97)} = 1,947$ ; p-value = 0,059).

Efetivamente, a média do número de jovens nas autarquias que apresentam medidas neste âmbito (4407,81) não é significativamente inferior ao do conjunto de câmaras que não apresentam qualquer iniciativa (6658,17) – não sendo o contraste tão acentuado como o que se regista no campo das áreas prioritárias (gráfico 4.9).

**Gráfico 4.9 – Média da população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo *Economia, emprego e empreendedorismo* (propostas de intervenção para 2018-2021) (Nº)**



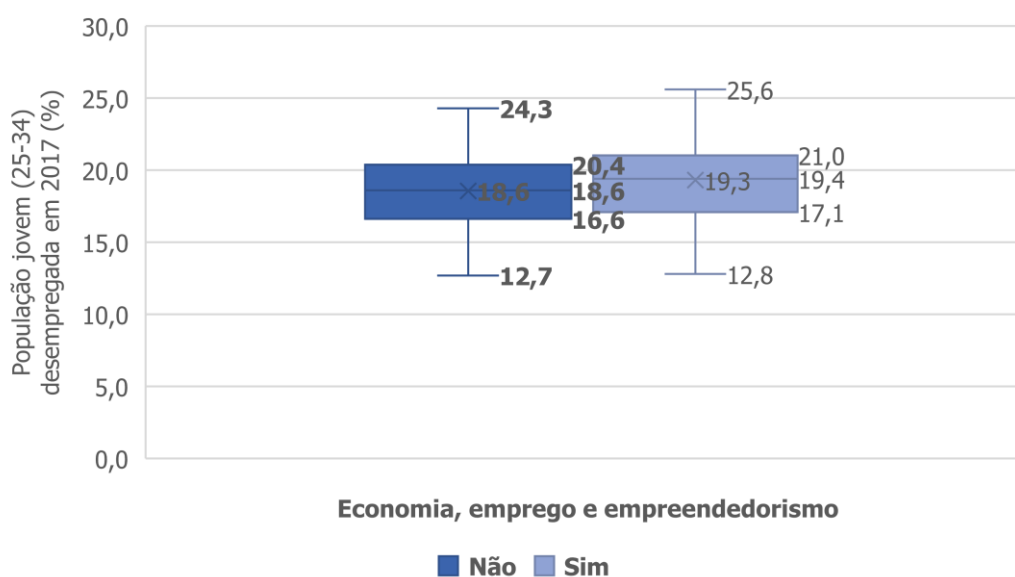
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021)». INE, Pordata, 2018.

Como hipótese explicativa, esta menor diferença pode ser compreendida à luz do facto das políticas nesta área não se deverem apenas à questão dos desequilíbrios populacionais (no sentido em que a captação de emprego constitui um critério determinante para a fixação da população jovem). Se os municípios com problemas demográficos atribuem à questão do emprego o estatuto de prioridade política para 2018-2021, os municípios sem os mesmos desequilíbrios demográficos, mesmo não priorizando a questão do emprego, não deixam de incorporar na agenda política do atual quadriénio as questões relacionadas com esta área.

Em segundo, se atendermos à média de proporção de jovens desempregados (inscritos nos centros de emprego e de formação profissional), verifica-se que não existe evidência estatística de que a média é significativamente distinta entre autarquias que apresentam medidas e, do outro, municípios que não apresentam nenhuma ( $t_{(97)} = -1,647$ ;  $p\text{-value} = 0,091$ ).

Ora, no caso dos municípios que apresentam medidas neste âmbito, regista-se uma média de 19,3% de jovens inscritos nos centros de emprego e centros de formação – não muito acima da média registada entre os municípios que não apresentam medidas (18,6%) (gráfico 4.10). Por outro lado, no caso das autarquias que apresentam medidas neste âmbito registam-se percentagens de jovens desempregados com uma amplitude de 12,8% a 25,6%, ao passo que, entre os municípios que não apresentam qualquer iniciativa, registam-se casos de autarquias onde a proporção de jovens desempregados ascende aos 24,3%.

**Gráfico 4.10 – População jovem desempregada em 2017 segundo *Economia, emprego e empreendedorismo* (propostas de intervenção para 2018-2021) (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021)». INE, Pordata, 2018.

Com uma expressão estatisticamente semelhante estão ainda as categorias *Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços* (41,6%) e *Demografia e habitação* (41,1%).

No caso da categoria ***Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços***, enquadram-se, em primeiro lugar, iniciativas no domínio da criação, dinamização ou reestruturação de serviços e estruturas de apoio à juventude (13,9%) – sejam infraestruturas de múltiplas valências (como *Espaço Jovem*, *Casa da Juventude*), ou de alojamento (caso das *Pousadas da Juventude*); serviços de apoio (gabinete ou balcão de apoio à juventude), mecanismos de proximidade (como canais de comunicação digital), ou ainda no plano da orgânica do executivo camarário e de apoio ao exercício da ação política (como a criação de um *Observatório da Juventude* ou maior autonomização da unidade dedicada à área da juventude).

Por outro lado, destaca-se ainda a categoria *Elaboração de documentos estratégicos* (13,3%) – abrangendo primordialmente a produção, implementação e avaliação de documentos de planificação, como é o caso do Plano Municipal de

Juventude ou outros instrumentos tipificados de gestão local (caso dos projetos educativos municipais ou da carta educativa).

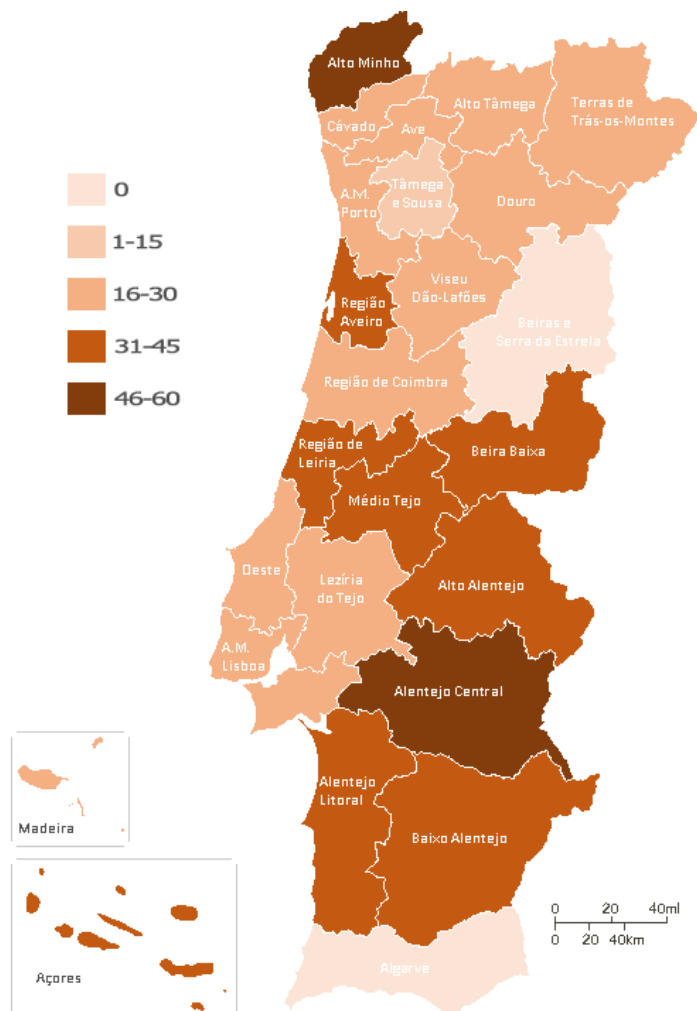
Com menor expressão surge ainda as propostas de criação ou dinamização de serviços de proteção e ação social orientados para a área da juventude, acautelando situações de vulnerabilidade e carência sociais (7,2%). Por fim, nesta categoria inserem-se ainda as autarquias que justificam a ausência de propostas para o quadriénio 2018-2021 em função dos programas/documentos estratégicos estarem, à data de preenchimento do questionário, ainda em fase de elaboração (5%), além das autarquias que dão apenas conta da continuação de planos de ação já delineados no mandato precedente (2013-2017).

No caso da área ***Demografia e habitação***, esta é maioritariamente composta por iniciativas das autarquias que fazem alusão a apoios municipais à habitação jovem (25%). Estas iniciativas abrangem a criação de lotes habitacionais com condições especiais para jovens (a custos controlados) e habitação social jovem; dinamização de programas de apoio e mecanismos de subsídio ao arrendamento jovem; reabilitação de edifícios (em centros históricos ou zonas urbanas degradadas) para alojamento jovem; concessão de benefícios fiscais na aquisição ou construção de habitação (taxas de licenciamento na construção de habitação ou isenções de IMI na compra de habitação permanente); bem como incentivos à construção de habitação em zonas onde se regista quebra demográfica.

Nesta categoria em particular, importa sobretudo assinalar contrastes particularmente na categoria relativa aos problemas (cf. mapa 4.4). Nomeadamente, se a região do Algarve surge em claro destaque, com a grande maioria (78,6%) das autarquias a considerar a *Dificuldade de acesso à habitação* como um dos principais problemas que afeta a área da juventude no respetivo território, no plano das propostas para 2018-2021, nenhuma autarquia explicita iniciativas concretas direcionadas justamente para esse problema (mapa 4.20).

Embora com um contraste menos acentuado, também se o problema do acesso à habitação surge significativamente destacado por metade das

**Mapa 4.20 – Apoio à habitação jovem (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).» (Gráfico do mapa 4.20 no anexo 9)

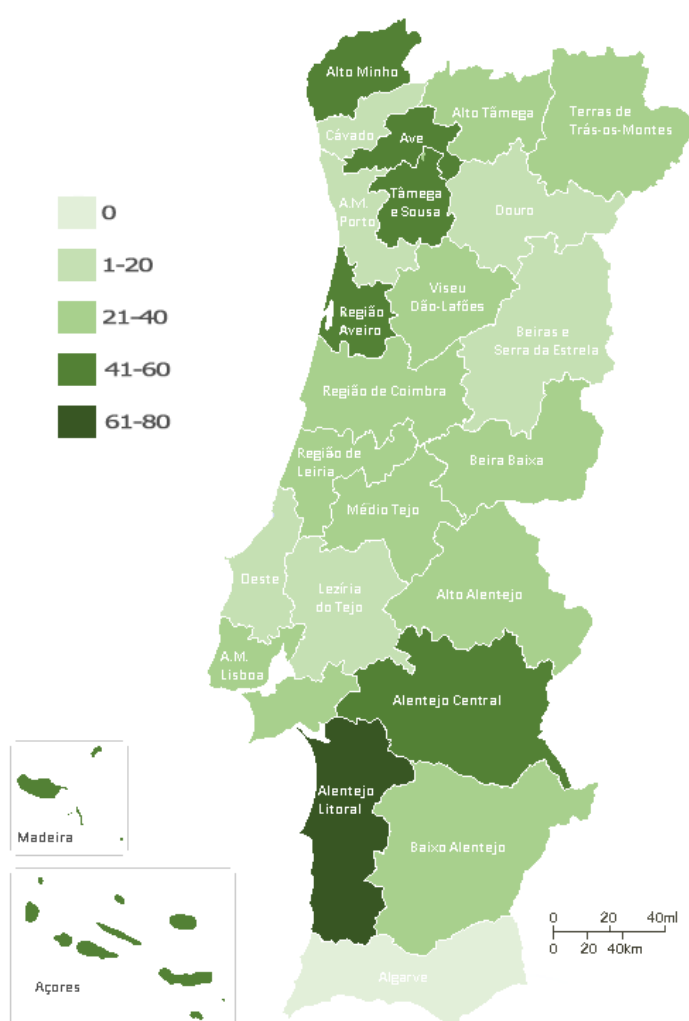
Com uma representação mais reduzida estão ainda as políticas de apoio à natalidade, explicitadas por 10% dos municípios, e de apoio à parentalidade (5%), materializadas fundamentalmente em iniciativas como a criação de serviços camarários vocacionados exclusivamente para apoio aos pais e mães; reforço da cobertura da rede de estabelecimentos do pré-escolar, Atividades de Tempos Livres e primeiro ciclo; construção de equipamentos como parque infantis e dinamização de programas municipais de ocupação para crianças (como férias escolares). Com uma expressão marginal, 1,1% da amostra

alude ainda a medidas de apoio à fixação de famílias: apoio financeiro (como cheques de natalidade) e criação de documentos estratégicos (nomeadamente, criação de regulamento de apoio à natalidade e infância).

Se a entrada na parentalidade é fortemente condicionada pela situação profissional dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), o enfoque dos responsáveis autárquicos revela incidir sobretudo nas questões relacionadas com a inserção no mercado de trabalho – mostrando-se relativamente reduzida a expressão das medidas de incentivo à natalidade e apoio à parentalidade.

**Mapa 4.21 – Demografia e habitação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**

Ainda no conjunto das políticas relativas à *Demografia e habitação*, é de ressaltar que se na região das Beiras e Serra da Estrela 50% das autarquias identifica as questões relativas à demografia como uma das áreas prioritárias, apenas 16,7% dos municípios apresentam medidas concretas (mapa 4.21). Por outro lado, também no Algarve, uma proporção não despendiende de autarquias (28,6%) coloca a *População e demografia* entre as três áreas prioritárias para o atual quadriénio, ao passo que no plano das políticas verifica-se a ausência de autarquias que apresentam medidas concretas para o mesmo ciclo político.



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).» (Gráfico do mapa 4.21 no anexo 9)

---

## Síntese conclusiva

---

O itinerário levado a cabo em torno do diagnóstico desenvolvido pelas autarquias que responderam ao *Inquérito aos Responsáveis Municipais pela Área da Juventude* – nas suas diferentes componentes, da identificação dos problemas e áreas estratégicas de intervenção relativas à área da juventude até ao gizar das estratégias políticas de intervenção sobre os mesmos – dá conta de padrões, mas também de singularidades, que importa relevar.

No caso dos problemas que afetam a área da juventude, verifica-se a tendência para uma polarização nas questões relacionadas com as áreas do emprego e da educação.

Na primeira área, ela desdobra-se primordialmente na questão do desemprego jovem, mas também na precariedade laboral. Se, no caso do desemprego, a sua expressão afigura-se particularmente preponderante nas regiões mais marcadas pela interioridade – interpretável à luz das desigualdades do ponto de vista do desenvolvimento económico entre o litoral e interior (e com reflexos do ponto de vista da escala e diversidade de oportunidades de empregabilidade para a população jovem) –, nas questões da precariedade laboral a sua expressão revela-se menos marcada por contrastes territoriais, sendo este um problema que constitui um traço estrutural na reconfiguração dos mercados de trabalho no contexto atual (Sá, 2010) e que condiciona a transição dos jovens para a vida adulta (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007; Guerreiro & Abrantes, 2007).

No que concerne à educação, a sua expressão adquire sobretudo relevância considerando o conjunto das duas grandes dimensões em que ela se reparte: o *Insucesso escolar* e o *Abandono escolar*. Neste caso, a sua expressão ao longo do território nacional não se afigura igualmente subsumível a dualismos construídos a partir de diferentes coordenadas geográficas (Norte/Sul ou Litoral/Interior).

Nota ainda para os problemas relativos ao acesso à *Habitação*, que assumem uma relevância não despidiêda enquanto questão associada às condições de



vida da população jovem. Do mesmo modo, a sua expressão do ponto de vista territorial revela-se significativa quer nas regiões urbanas e do litoral, como é o caso das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, quer nas regiões do interior (como é o caso particular da Beira Baixa). Esta representatividade e expressão geográfica é mais bem compreendida a partir do campo das áreas prioritárias quadriénio 2018-2021 – em particular, as fundamentações apresentadas pelos responsáveis autárquicos.

Ora, relativamente às prioridades delineadas pelas autarquias, verifica-se que, entre o anterior ciclo político autárquico e o atual, o *Emprego e empreendedorismo* adquire particular destaque no atual quadriénio relativamente às restantes áreas prioritárias para o quadriénio 2018-2021. O mesmo sucede com a *Habituação*, cuja relevância entre os problemas identificados adquire nas políticas para o mandato autárquico atual uma importância significativamente superior comparativamente com o quadriénio transato (2014-2017). As fundamentações aventadas pelas autarquias relativamente à sua ação estratégica para os próximos 4 anos permitem, por sua vez, dar conta do carácter compósito das fundamentações e propósitos destas diferentes áreas do ponto de vista das políticas autárquicas.

No caso do *Emprego e empreendedorismo*, a sua evidenciação por parte dos responsáveis autárquicos surge, por um lado, associado à intervenção sobre condições materiais de existência da população jovem – no sentido de intervenção sobre os problemas de escassez de emprego (e condições laborais, com particular enfoque no problema da precariedade) e de desenvolvimento do tecido económico local tendo em vista o seu ajustamento às qualificações e expectativas da respetiva população jovem. Por outro lado, um conjunto distinto de autarquias enquadra também a questão do emprego numa estratégia política mais abrangente de combate aos problemas demográficos no caso dos municípios que identificam problemas do ponto de vista da dimensão (exígua) da sua população jovem. Os dados relativos ao número de jovens residentes no conjunto das autarquias que alude à questão demográfica na fundamentação desenvolvida revelam, de resto, as discrepâncias a este nível.

Da mesma forma, no caso da *Habitação*, se o destaque entre as prioridades para 2018-2020 surge associada, por um lado, às dificuldades de acesso dos jovens ao mercado de arrendamento ou na aquisição de imóvel, por outro, a sua inclusão nas políticas para a área da juventude enquadra-se igualmente, no discurso de um grupo distinto de responsáveis autárquicos, numa política mais abrangente de atração e fixação de população jovem num contexto demográfico de contração ou envelhecimento populacional.

De resto, e reforçando a importância do problema demográfico nas políticas autárquicas na área da juventude, importa assinalar que a *População e demografia* enquanto setor de intervenção na área da juventude para o atual ciclo político é mencionado apenas por aproximadamente um quinto dos municípios. Como expectável, nesta área em particular, o número médio de jovens residentes entre os municípios que a integram nas suas prioridades para o atual quadriénio revela-se quase quatro vezes inferior ao das autarquias que excluem esta mesma área das prioridades para o atual quadriénio.

Ainda entre as áreas prioritárias para 2018-2021, a *Participação cívica e cidadania* assume também particular importância, sendo mesmo a terceira área com maior representatividade na agenda política do conjunto dos municípios que integram a amostra – apenas superada pelo *Emprego e empreendedorismo* e *Educação e formação*. Neste caso, o número de jovens residentes nos municípios parece ser um elemento que exerce particular influência, sendo substancialmente superior à média de população com idade entre os 15 e 24 anos no conjunto das autarquias que dão destaque a esta área de intervenção na área da juventude.

No quadro geral das áreas prioritárias onde se regista maior transformação entre quadriénios, existe evidência estatística de que a transição de forças políticas eleitas exerce influência nas mudanças que ocorrem. Contudo, não é possível estabelecer uma relação com o posicionamento ideológico dos partidos que governam cada autarquia ou com transições no espectro político-ideológico (nomeadamente, o caso das autarquias que entre os dois ciclos políticos registam uma mudança na força política governante da *Esquerda* para a *Direita* ou vice-versa). Assinala-se, no entanto, a nuance identificada de associação entre a

atribuição do estatuto de primeira prioridade à área da *Participação cívica e cidadania* por parte das câmaras governadas pela coligação de esquerda PCP-PEV.

Por fim, um último olhar panorâmico sobre o diagnóstico das autarquias do ponto de vista dos principais problemas e áreas prioritárias para o atual ciclo político (tendo por base a análise de correspondências múltiplas realizada) permite dar conta de um conjunto de grandes tendências entre o conjunto das autarquias na ótica das suas opções estratégicas para a área da juventude para o atual quadriénio.

No caso dos principais **problemas** identificados, destriçam-se, por um lado, os municípios que privilegiam as áreas relativas às questões da saúde juvenil – no plano das carências ao nível da alimentação e no acesso a cuidados de saúde. Paralelamente, surgem igualmente as autarquias cujo enfoque reside maioritariamente nos problemas relativos ao desempenho escolar dos jovens (em particular, os fenómenos do insucesso e abandono escolar), abarcando ainda questões relacionadas com a saúde – por intermédio, nomeadamente, dos *estilos de vida saudáveis*, associados sobretudo à prática de exercício físico.

Estas opções ao nível da saúde e da educação opõem-se, por outro lado, ao conjunto de municípios cujo enfoque recai sobre as condições materiais de vida da respetiva população jovem. Este conjunto desdobra-se em dois grupos, mas com intersecções e proximidade temática entre si. De um lado, o destaque recai sobre as questões do desemprego e as dificuldades financeiras de acesso ao Ensino Superior; do outro, surge em evidência a precariedade laboral, bem como as dificuldades no acesso à habitação.

Ora, no plano das **áreas prioritárias** para 2018-2021, as opções do conjunto das autarquias dão conta de uma tendência de segmentação das priorizações realizadas em duas grandes tendências.

Por um lado, os municípios cujas prioridades incidem sobretudo sobre as áreas numa perspetiva de formação global dos jovens. Com intersecções entre si, identifica-se de um lado o enfoque no estímulo da *Criatividade e Cultura*, mas

igualmente o envolvimento dos jovens na causa da preservação da natureza e modelos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis (*Ambiente e desenvolvimento sustentável*). Neste grupo, enquadram-se ainda as questões relativas à mobilidade (internacional e nacional) enquanto via também de educação não-formal. Tematicamente próximo, surge também o grupo de autarquias cujas opções políticas para o atual quadriénio (2018-2021) revela o mesmo enfoque: envolvimento dos jovens nas decisões políticas e em plataformas de associativismo e voluntariado (*Participação cívica e cidadania*), bem como a formação para as questões relacionadas com a tolerância e interculturalidade (*Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação*), além da promoção de estilos de vida saudáveis através da atividade física e alimentação (*Saúde e bem-estar*) – também este um vetor de formação global do indivíduo.

Já no campo oposto, surgem as autarquias cujas prioridades se focam primordialmente nos fatores que influenciam de forma direta as condições materiais de vida da população jovem e constituem dimensões determinantes nos processos de transição para a vida adulta (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007): as oportunidades de acesso ao ensino escolar e/ou superior e desenvolvimento de competências (*Educação e formação*), mas igualmente o estímulo e captação de oportunidades de emprego e promoção de empreendedorismo (*Emprego e empreendedorismo*), e ainda condições de acesso ao arrendamento jovem e ao mercado imobiliário (*Habitação*). Num plano macro, surge ainda o enfoque na área relativa à intervenção política sobre fatores também relativos às condições de vida da população jovem e que afetam, a jusante, os equilíbrios demográficos nos municípios (*População e demografia*).

No plano das **justificações** aventadas pelos responsáveis autárquicos para as áreas prioritárias elencadas, esta dualidade surge reforçada. Um primeiro conjunto de autarquias coloca o enfoque na *Capacitação/desenvolvimento de competências*, numa perspetiva de formação global do indivíduo, incluindo a inculcação de valores em torno de problemas como direitos humanos e de práticas em prol da preservação do ambiente.

Num campo distinto, o enfoque da retórica dos responsáveis autárquicos incide sobre a importância da atuação sobre os problemas mais prementes que afetam a área da juventude: a intervenção sobre os problemas relacionados com o desemprego, bem como no acesso a oportunidades de educação e formação (ao nível escolar ou superior) ou à habitação. Este enfoque no desenvolvimento económico e nas condições de vida estende-se também aos problemas estruturais relativos aos problemas demográficos, nomeadamente, a fixação de jovens.

Finalmente, é incontornável mencionar o destaque que a noção de *capacitação* protagoniza nos discursos dos responsáveis autárquicos. Esta lógica orientadora na ação política de *capacitação* e *autonomização* do indivíduo (Genard & Cantelli, 2008), constitui uma tendência estruturadora no contexto atual das políticas sociais marcado pela crise do Estado-Providência. Em detrimento de lógicas *assistencialistas* (perpetuadoras de dependências entre a instituição que presta assistência social e o beneficiário da mesma), é privilegiada a intervenção sobre as situações de vulnerabilidade assente na lógica de constituição ou reconstrução das capacidades, promovendo um indivíduo *autossuficiente*, capaz de assumir as suas responsabilidades e mostrar-se autónomo na construção do seu projeto de vida (Pattaroni, 2001).

Prova desta sua centralidade, a noção de *capacitação* revela-se transversal a várias áreas de intervenção na área da juventude: *Educação e Formação* (dotação da população jovem de competências sociais, cívicas e para uma trajetória profissional de sucesso); *Emprego e empreendedorismo* (capacitação para a inovação e desenvolvimento da capacidade empreendedora); *Cultura e Criatividade* (desenvolvimento de competências pessoais e sociais e desenvolvimento do espírito crítico); *Participação cívica e associativismo* (maior envolvimento e coresponsabilização nas decisões políticas, bem como aquisição de competências cívicas através do envolvimento no associativismo e voluntariado); e ainda *Mobilidade nacional e internacional* (enquanto via de aprendizagem não formal para aquisição de ferramentas e competências).

Identificadas as principais tendências do ponto de vista das opções políticas para a área da juventude, importa assinalar também algumas das singularidades e dissonâncias detetadas no conjunto das etapas do diagnóstico realizado pelos municípios – da identificação dos problemas e prioridades definidas para o quadriénio 2018-2021 até às medidas concretas apresentadas para o mesmo ciclo político.

Ora, importa desde logo notar que a variável *Percentagem de jovens desempregados* (inscritos nos centros de emprego e de formação) não surge como exercendo uma influência preponderante nas escolhas políticas realizadas – tanto no plano da identificação dos problemas, como na escolha das áreas prioritárias e justificações elencadas pelas autarquias.

De um lado, no campo dos *Problemas*, constata-se que a média de percentagem de população jovem inscrita nos centros de emprego entre as autarquias que não integram a categoria do *Desemprego* entre os problemas que mais afetam a área da juventude situa-se significativamente próxima daquela verificada entre as autarquias que identificam. Um olhar sobre a amplitude das percentagens dá conta justamente de municípios cuja elevada proporção de jovens desempregados não encontra correspondência no destaque atribuído ao *Desemprego* no conjunto dos principais problemas que afetam a área da juventude. O mesmo sucede na eleição do *Emprego e empreendedorismo* como área prioritária.

Esta tendência surge corroborada nas análises de correspondências múltiplas (figuras 4.1, 4.3, 4.4), sendo que a categoria relativa ao *Desemprego jovem superior à média* do conjunto da amostra revela-se não significativamente influente (dado o seu posicionamento no plano fatorial), quer no campo dos *Problemas* que afetam a área da juventude, quer no campo relativo às *Áreas prioritárias*.

Em segundo, importa ainda assinalar o contraste entre o destaque que é dado ao *Emprego e empreendedorismo* no campo dos *Problemas* e *Áreas prioritárias* pelo conjunto dos municípios, em contraponto com o lugar de relevo que a área

do *Desporto, cultura e lazer* assume no campo das medidas políticas efetivas para o quadriénio em vigor.

Efetivamente, não obstante a importância que as questões relacionadas com a economia e emprego assumem na identificação dos problemas e das prioridades políticas por parte das autarquias – estando, de resto, em grande parte fundamentadas em problemas demográficos (nomeadamente, o êxodo de população jovem), além do desemprego e precariedade laboral – quando o olhar incide sobre o plano das medidas concretas para o quadriénio 2018-2021, é significativa a menor relevância que esta mesma área de ação política assume no quadro geral das iniciativas e políticas autárquicas para o atual ciclo político.

De resto, a forte representação das atividades ligadas à esfera da cultura é compreensível à luz da evolução das políticas autárquicas nas últimas décadas em Portugal. Desde os meados dos anos 1990 que a despesa realizada pelo conjunto dos municípios passa a ser a principal fonte de financiamento público das atividades e serviços culturais – sobrepondo-se mesmo à despesa de organismos sob a tutela do Governo (Santos, Babo & Guerra, 2015). Acresce o facto de caber às autarquias a responsabilidade de gestão de parte considerável dos diferentes equipamentos culturais (desde espaços como bibliotecas municipais a recintos de artes performativas). Em terceiro, as autarquias ocupam um lugar crescentemente central nas dinâmicas culturais locais, num processo paulatino que tem início em meados dos anos 1980, com as oportunidades de financiamento com a integração de Portugal na então CEE-Comunidade Económica Europeia, e que alteram o paradigma das condições de intervenção das autarquias na esfera cultural, tanto do ponto de vista do volume como da pluralidade de formas de apoio (idem). As autarquias passam progressivamente de um papel de destinatários a autores das políticas públicas do setor cultural.

Releva-se ainda o consenso político ao nível local das políticas culturais (idem). Nomeadamente, os projetos de fomento e desenvolvimento da atividade cultural representam um ponto de convergência entre as diferentes forças políticas e interesses locais. Por outro lado, a dependência relativamente às orientações e recursos nacionais e europeus é igualmente potenciador de consensos, ocorrendo

as variações políticas sobretudo ao nível do Governo e da Comissão Europeia, mais do que uma variação decorrente de alternância local de forças políticas (idem).





## **5. Bibliografia**



Abrantes, Pedro. 2009. «Perder-se e encontrar-se à entrada da escola. Transições e desigualdades na educação básica». *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 60, pp. 33-52.

Alves, Mariana Gaio, ed. 2010. *Aprendizagem ao Longo da Vida e Políticas Educativas Europeias: tensões e ambiguidades nos discursos e práticas de estados, instituições e indivíduos*. Monte da Caparica: UIED/FCT, Universidade Nova de Lisboa.

Augusto, Nuno Miguel. 2008. «A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização». *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 81, pp. 155-177.

Barroso, João. 2003. «Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada». In *A escola Pública. Regulação, Desregulação, Privatização*, org. João Barroso. Porto: Edições ASA, pp. 19-48.

Barroso, João. 2013. «A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas», *Educação – Temas e Problemas*, nº 12/13, pp. 13-25.

Boltanski, Luc e Eve Chiappello. 2007. *The New Spirit of Capitalism*. Brookling: Verso.

Capucha, Luís. 1990. «Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social». *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 29-41.

Comissão das Comunidades Europeias. 2001. *Livro Branco da Comissão Europeia. Um novo impulso à Juventude Europeia*. Bruxelas: CEE.

Comissão das Comunidades Europeias. 2009. *Uma Estratégia da UE para a Juventude - Investir e Mobilizar - Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude*. Acedido a 09 de Maio de 2018. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009DC0200&from=PT>

Constituição da República Portuguesa. Acedido a 09 de Maio de 2018.  
Disponível em <https://www.parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf>.

Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e Patrícia Ávila, orgs. 2007. *Portugal no Contexto Europeu. Vol II: Sociedade e Conhecimento*. Lisboa: Celta Editora.

Council of Europe. 2015. Recommendation CM/Rec(2015)3 adopted by the Committee of Ministers of the Council of Europe on 21 January 2015

Derouet, Jean-Louis e Marie Claude Derouet-Besson. 2009. «Crise du projet de le démocratisation de l'enseignement ou crise d'un modèle de démocratisation? Les recompositions parallèles des formes de l'État et des formes de justice». In *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation de la formation*, org. Jean-Louis Derouet e Marie Claude Derouet-Besson. Lyon: Peter Lang / INRP, pp. 3-23.

European Commission and the Council of Europe in the field of youth. 2017. *Youth Policy Essentials*. Council of Europe and European Commission. Disponível online em <https://pjp-eu.coe.int/documents/1017981/7110668/Brochure+Youth+Policy+Essentials.pdf/79333ff6-5d54-cc68-bc4f-305168a6b3a9>

Fadigas, Leonel. 2015. *Urbanismo e território – As políticas públicas*. Lisboa: Edições Sílabo.

FNAJ, 2012. A declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude. Braga: FNAJ.

Fernandes, Ernesto. 2003. «O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática, *Intervenção Social*, nº27 pp. 159-190, Lisboa: Issscoop.

Ferrão, João, 2002. «Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades regionais». *Lusotopie*, 9 (2), pp. 151-158.

Ferrão, João. 2015. «Ambiente e Território: para uma nova geração de políticas públicas com futuro». In *Afirmar o Futuro II: políticas públicas para Portugal: desenvolvimento sustentável, economia, território e ambiente*, coord. Viriato Soromenho Marques e Paulo Trigo Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 308-336.

Ferreira, Pedro Moura. 2008. «Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 57, pp. 109-130.

Ferreira, Isabel. 2015. «Governação, participação e desenvolvimento local». *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXX, pp. 97-117.

Ferreira, Tatiana, Lia Pappámikail e Maria Manuel Vieira. 2017. *Jovens NEEF: mudanças e continuidades no pós-crise. Estudos e Relatórios*. OPJ-Policy Brief 2017. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Ferreira, Vitor Sérgio. 1999. «Demografia». In Alexandra Figueiredo, Catarina Lorga da Silva, Vitor Sérgio Ferreira, *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960 - 1996/97*. Oeiras: Celta, pp. 19-49.

Genard, Jean-Louis e Fabrizio Cantelli, F. 2008. «Êtres capables et compétents : lecture anthropologique et pistes pragmatiques». *Sociologies, Théories et recherches*. Acedido a 11/05/2018, disponível em: <http://sociologies.revues.org/index1943.html>.

Guerra, (Isabel?) 2012 (vd p.17)

Guerra, João. 2009. «Sustentabilidade e participação. O papel dos executivos municipais no envolvimento das populações». *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, n.º 18 (4), pp. 605-625.

Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes. 2007. *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Guerreiro, Maria das Dores, Pedro Abrantes e Inês Pereira. 2007. «Transições na juventude. Percursos e descontinuidades». In *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, Vol. III)*, orgs. Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha, Lisboa: Celta Editora, pp. 239-62.

INE, Pordata (2018) *Estatísticas anuais da população residente*. Acedido a 02 de abril de 2018. Disponível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt).

Instituto Nacional de Estatística (2016). *Estatísticas Demográficas 2016*. Lisboa: INE.

Instituto Português do Desporto e da Juventude (2015). *Livro Branco da Juventude. 3 anos de ação*. Disponível em <http://online.fliphtml5.com/fbes/dczx/#p=3>.

Maroy, Christian. 2005. «Une comparaison des formes de régulation intermédiaire dans cinq pays européens». In *Les régulations des politiques d'éducation*, org. Yves Dutecq, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 51-84.

Ndhlovu, Skhanyiso, Costa Hofisi e Nicco Schutte. 2014. «Local Government and Youth Employment: A case of Nkonkobe Local Municipality in South Africa». *Mediterranean Journal of Social Sciences, Vol 5 n.º 16*: 616-623.

Nobre, Nélia. 2012. «(Des)emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas». *Configurações*, n.º 10, pp. 95-108.

Pais, José Machado. 2001. *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.

Pais, José Machado. 2003. *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*. Porto: Ambar.

Pattaroni, Luca. 2001. «Le geste moral. Perspective sociologique sur les modalités du vivre en ensemble». *Carnet de bord, 2*, pp. 67 – 77.

Ponte, Cristina e José Azevedo, org. 2011. *Inclusão e Participação digital. Revista Media & Jornalismo nº 19 - Vol.10, N.2 – Outono/Inverno*.

Putman, Robert. 1993. *Make Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.

Rego, Raquel, Joana Zózimo e Maria João Correia. 2017. «Voluntariado em Portugal: do trabalho invisível à validação de competências». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 83, pp. 75-97.

Resolução do Conselho n.º 2009/C 311/01 de 27 de novembro. Jornal Oficial da União Europeia de 19 de dezembro de 2009. Acedido a 2 de abril de 2018. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32009G1219\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32009G1219(01)).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013 de 05 de maio de 2013. Diário da República n.º 45, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 14 de abril de 2018. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/03/04500/0123501250.pdf>.

Rodrigues, Maria de Lurdes, coord. 2014. *Exercícios de análise de políticas públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e ISCTE-IUL.

Sá, Teresa. 2010. «'Precariedade' e 'trabalho precário': consequências sociais da precarização laboral». *Configurações. Revista de Sociologia*, n.º 7, pp. 91-105.

Seabra, Teresa. 2009. «Desigualdades escolares e desigualdades sociais». *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50, pp. 75-106.

Sebastião, João e Sónia Vladimira Correia. 2007. «A democratização do ensino em Portugal». In *Portugal no Contexto Europeu, vol. I - Instituições e Política*, orgs. José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andres Malamud. Oeiras: Celta Editora, pp. 107-135.

Shange, L 2002. *A Guide to Implementing Integrated Youth Development Programs*. Johannesburg: Youth Development Network.

Silva, Augusto Santos, Elisa Pérez Babo e Paula Guerra. 2015. «Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 78, pp. 105-124.



Siurala, Lasse. 2006. *A European framework for youth policy*. Directorate of Youth and Sport Council of Europe Publishing.

Viegas, José Manuel Leite. 2004. «Implicações democráticas das Associações Voluntárias: caso português numa perspetiva comparativa europeia». *Sociologia: problemas e práticas*, n.º 46, pp. 33-50.

Vieira, Maria Manuel, Lia Pappámikail e Cátia Nunes. 2012. «Escolhas escolares e modalidades de sucesso no ensino secundário: percursos e temporalidades». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 70, pp. 45-70.

Vieira, Maria Manuel, Vítor Sérgio Ferreira e Filipa Pinho. 2017. «Jovens: dinâmicas demográficas e participativas». In *Portugal Social em Mudança: retratos municipais*, coord. João Ferrão e Ana Delicado. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.43-53.

### **Legislação:**

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12/2003, Série I-A. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/7/2003/01/15/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/305/2009/10/23/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei nº 72/2015 de 11 de maio. Diário da República n.º 90/2015. Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/72/2015/05/11/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República n.º 193/2003, Série I-A. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 06 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/41/2003/08/22/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 23/2006 de 23 de junho de 2006. Diário da República n.º 120/2006, Série I-A. Lisboa: Assembleia da República. Acedido em 19 abril de 2018. Disponível em [https://dre.pt/pesquisa/-/search/359360/details/normal?q=Lei+n.º 23%2F2006](https://dre.pt/pesquisa/-/search/359360/details/normal?q=Lei+n.º+23%2F2006).

Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro de 2009. Diário da República n.º 34/2009, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/8/2009/02/18/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 86/2009 de 28 de agosto. Diário da República n.º 167/2009, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 06 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/86/2009/08/28/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro de 2012. Diário da República n.º 30, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/6/2012/02/10/p/dre/pt/html>

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013. Diário da República n.º 176/2013, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/75/2013/09/12/p/dre/pt/html>.



## **6. Anexos**



## **Anexo 1 - Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude**



**Juventude(s): do local ao nacional – que intervenção?**

O Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, está a promover o estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?». A resposta a este inquérito sobre Políticas Municipais de Juventude por parte de todos os Municípios em Portugal é uma parte muito importante deste estudo, que pretende contribuir para o Plano Nacional de Juventude em construção. Pedíamos, portanto, que respondesse a este breve inquérito em representação do município onde trabalha. Na primeira parte do questionário, as perguntas referem-se às políticas municipais de Juventude desenvolvidas entre 2013-2017. Na segunda parte, terá oportunidade de se pronunciar sobre o futuro das políticas de Juventude no município. A sua resposta é fundamental para o conhecimento sobre o passado, o presente e o futuro das políticas de Juventude em Portugal.



## Dados do Município

\* Região

Região  
Norte

Concelho (Norte)

Região  
Centro

\* Concelho (Centro)

## Área Metropolitana de Lisboa

\* Concelho (Área Metropolitana de Lisboa)

Região do  
Alentejo

\* Concelho (Alentejo)

Região do  
Algarve

\* Concelho (Algarve)

Região Autónoma dos  
Açores

\* Concelho (Região Autónoma dos Açores)

Região Autónoma da  
Madeira

\* Concelho (Região Autónoma da Madeira)



### Estrutura de intervenção

\* Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?

- ☐ Sim, é uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude
- ☐ Sim, é uma unidade orgânica dedicada à área da juventude em conjunto com outra(s) área(s)
- ☐ Não existe nenhuma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude

### Estrutura de intervenção - unidade orgânica

Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

**Estrutura de intervenção - unidade  
orgânica**

Em termos de recursos humanos, quantas pessoas, no total, estão afetas à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas estão especificamente afetas à intervenção na área da juventude?

Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas têm formação específica na área da juventude?

Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos?

**Orçamento**

\* Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?

☐ Sim

☐ Não

**Orçamento**

Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude?

### Formas de intervenção

\* Existe no município um Plano Municipal de Juventude?

☐ Sim

☐ Não

### Plano Municipal de Juventude

Em que ano foi implementada a 1ª edição do Plano Municipal de Juventude?

Ano de implementação

O atual Plano Municipal de Juventude está previsto decorrer em que período?

Ano de início

Ano de término

Por favor, coloque em anexo cópia do Plano Municipal de Juventude atualmente em vigor

O limite de tamanho do arquivo é de 16 MB

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa indique um link para o Plano Municipal de Juventude.

**Plano Municipal de  
Juventude**

Quais são as principais razões para não existir um Plano Municipal de Juventude no município?



### Apoio a associações de juventude

\* Existe no município um regulamento que enquadre os apoios a associações de juventude?

☐ Sim

☐ Não

### Regulamento de Apoio às associações de juventude

Desde quando existe no município esse regulamento?

Desde (indique ano)

Por favor, coloque em anexo cópia do referido regulamento.

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa indique um link de acesso ao regulamento.

## Regulamento de Apoio às associações de juventude

No período entre 2013-2017 quantas associações de juventude receberam apoios municipais?

Nº de associações

Por favor coloque em anexo a lista das associações de juventude apoiadas.

O limite de tamanho do arquivo é de 16MB

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa coloque um link com a lista de associações.

**Regulamento de Apoio às associações de  
juventude**

Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi dirigida especificamente a apoios a associações de juventude?

### Auscultação de jovens

\* Os jovens do seu município são consultados na definição das políticas, programas e ações municipais na área da juventude?

☐ Sim

☐ Não

## Mecanismos de auscultação de jovens

Que tipo de mecanismos são usados para a consulta dos jovens no município?

	Mecanismos
Auscultação através de inquérito online	<input type="checkbox"/>
Auscultação de associações estudantis	<input type="checkbox"/>
Auscultação de associações juvenis	<input type="checkbox"/>
Conselho Municipal de Educação	<input type="checkbox"/>
Conselho Municipal de Juventude	<input type="checkbox"/>

Outros mecanismos. Quais?

### Conselho Municipal de Juventude

\* No município existe um Conselho Municipal de Juventude?

☐ Sim

☐ Não

**Conselho Municipal de  
Juventude**

Em que ano é que foi constituído o Conselho Municipal de Juventude no município?

Ano de constituição

Com que regularidade se reúne o Conselho Municipal de Juventude?

- ☐ Trimestralmente;
- ☐ Semestralmente;
- ☐ Anualmente
- ☐ Outra regularidade. Qual?



### Auscultação de jovens

Pode indicar muito brevemente as razões para não haver um Conselho Municipal de Juventude no município?

## Infra-estruturas físicas e serviços para jovens

Das seguintes infraestruturas e serviços que abrangem jovens, quais existem no município?

	Existe
Cartão Jovem Municipal ou equivalente	<input type="checkbox"/>
Casa da Juventude	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo ou equivalente	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Saúde Juvenil	<input type="checkbox"/>
GIP – Gabinete de Inserção Profissional	<input type="checkbox"/>
GO - Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional	<input type="checkbox"/>
Infraestruturas para práticas culturais (salas de ensaios, teatros, etc.)	<input type="checkbox"/>
Infraestruturas para práticas desportivas (gimnodesportivo, piscinas municipais, etc.)	<input type="checkbox"/>
Transporte Escolar para o ensino secundário	<input type="checkbox"/>

Outros. Quais?

## Infra-estruturas físicas e serviços para jovens

No município, através de que canais é feita a divulgação de programas, iniciativas ou infraestruturas direccionadas aos jovens?

	Canais
Agenda cultural	<input type="checkbox"/>
Editais Públicos	<input type="checkbox"/>
Jornal/Boletim Informativo	<input type="checkbox"/>
Newsletter	<input type="checkbox"/>
Portal/website Municipal direccionado à Juventude	<input type="checkbox"/>
Redes Sociais	<input type="checkbox"/>
Website do Município	<input type="checkbox"/>
Nenhum Canal	<input type="checkbox"/>

Outros canais. Quais?

## Problemas dos jovens do município

\* Da seguinte lista selecione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município

	1º	2º	3º
Abandono escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alimentação e nutrição (ex: carências alimentares, distúrbios alimentares, obesidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de estilos de vida saudáveis (ex. prática física e desportiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consumos/comportamentos aditivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desemprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso a cuidados de saúde juvenis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso à cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso a formas de participação cívica (ex. associativismo, voluntariado)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso à habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso ao ensino secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso ao ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Discriminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insegurança e violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insucesso escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Problemas ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rede de transportes públicos insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho precário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outros. Quais?

## Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)

\* Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?

	Área prioritária 1	Área prioritária 2	Área prioritária 3
Ambiente e desenvolvimento sustentável (ex. envolvimento da juventude na proteção dos direitos dos animais, preservação da natureza, promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades do planeta, distribuição de recursos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criatividade e cultura (ex. acesso à cultura, desenvolvimento da capacidade de inovação, artes e expressão pessoal e coletiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (ex. prevenção da exclusão social, erradicação da pobreza, racismo, xenofobia, sexismo e outras formas de discriminação, diálogo intercultural)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (ex. ensino escolar ou superior, oportunidades de aprendizagem não-formal, fora da escola ou centros de formação, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento de competências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego e empreendedorismo (ex. oportunidades de emprego e de empreendedorismo, estágios, apoios à contratação, vagas compatíveis com as capacidades individuais e conhecimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habituação (ex. arrendamento jovem, condições dignas de habitação, organização da cidade ou local onde vivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade internacional e nacional (ex. possibilidade de participar em atividades fora do local de residência, intercâmbios, cooperação internacional, estudar no estrangeiro, fazer Erasmus)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação cívica e cidadania (ex. ter a oportunidade de partilhar ideias com decisores políticos, associativismo jovem, voluntariado, dirigente ou membro de organizações não governamentais, participar em eleições)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paz e segurança (ex. promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
População e demografia (ex: incentivos à natalidade; expansão das redes de creches e jardins de infância; redução de taxas municipais a jovens com filhos; combate à desertificação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde e bem-estar (ex: nutrição, sexualidade, consumos nocivos, apoio psicológico, a promoção de estilos de vida saudáveis através do desporto e atividade física)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)**

Para cada uma das 3 áreas prioritárias indique um exemplo de um programa, projeto ou iniciativa desenvolvido no município.

Área prioritária 1 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

Área prioritária 2 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

Área prioritária 3 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

## Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

\* Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?

	Área prioritária 1	Área prioritária 2	Área prioritária 3
Ambiente e desenvolvimento sustentável (ex. envolvimento da juventude na proteção dos direitos dos animais, preservação da natureza, promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades do planeta, distribuição de recursos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criatividade e cultura (ex. acesso à cultura, desenvolvimento da capacidade de inovação, artes e expressão pessoal e coletiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (ex. prevenção da exclusão social, erradicação da pobreza, combate ao racismo, xenofobia, sexismo e outras formas de discriminação, diálogo intercultural)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (ex. ensino escolar ou superior, oportunidades de aprendizagem não-formal, fora da escola ou centros de formação, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento de competências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego e empreendedorismo (ex. oportunidades de emprego e de empreendedorismo, estágios, apoios à contratação, vagas compatíveis com as capacidades individuais e conhecimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habituação (ex. arrendamento jovem, condições dignas de habitação, organização da cidade ou local onde vivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade internacional e nacional (ex. possibilidade de participar em atividades fora do local de residência, intercâmbios, cooperação internacional, estudar no estrangeiro, fazer Erasmus)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação cívica e cidadania (ex. ter a oportunidade de partilhar ideias com decisores políticos, associativismo jovem, voluntariado, dirigente ou membro de organizações não governamentais, participar em eleições)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paz e segurança (ex. promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
População e demografia (ex: incentivos à natalidade; expansão das redes de creches e jardins de infância; redução de taxas municipais a jovens com filhos; combate à desertificação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde e bem-estar (ex., nutrição, sexualidade, consumos nocivos, apoio psicológico, a promoção de estilos de vida saudáveis através do desporto e atividade física)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)**

Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?

Razões - Área prioritária 1

Razões - Área prioritária 2

Razões - Área prioritária 3



### Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).

## Dados de identificação

Nome

Email de contacto

Endereço de email

Cargo que desempenha no município

Unidade orgânica em que trabalha

### Programas, projetos e/ou iniciativas relevantes (2013-2017)

Para finalizar pedimos que identifique programas, projetos ou iniciativas desenvolvidas pelo município junto dos jovens residentes, nos últimos 4 anos (2013-2017), incluindo os que ainda estão em vigor. No espaço abaixo, indique-nos os nomes de cada um desses programas, projetos ou iniciativas, indicando os respetivos links ou anexando documentos que os caracterizem.

Caso prefira, pode enviar a informação diretamente para o seguinte email - [opj@ics.ulisboa.pt](mailto:opj@ics.ulisboa.pt)

Anexar arquivo

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Anexar arquivo

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Anexar arquivo

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

## **Anexo 2 – Email-convite enviado aos municípios**



## convite enviados

DE: opj@ics.ul.pt por surveymonkey.com

DATA: terça-feira, 28 de novembro de 2017 12:03

ENVIADO PARA: 489 destinatários

ASSUNTO: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude

MENSAGEM:

# INQUÉRITO AOS RESPONSÁVEIS MUNICIPAIS PELA ÁREA DA JUVENTUDE

Exmo(a) Senhor(a),

O Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, está a promover o estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?».

A resposta a este inquérito sobre Políticas Municipais de Juventude por parte de todos os Municípios em Portugal é uma parte muito importante deste estudo, que pretende contribuir para o Plano Nacional de Juventude em construção.

A sua participação empenhada é um contributo determinante para um conhecimento aprofundado das políticas públicas na área da juventude à escala local.

Pedíamos, portanto, que respondesse a este breve inquérito em representação do município onde trabalha **até ao dia 15 de Dezembro**.

Em caso de ter de interromper o preenchimento deste inquérito antes da sua conclusão, basta aceder de novo através deste mesmo link para prosseguir com o seu preenchimento.

Em caso de dúvida ou necessidade de informações adicionais por favor contacte-nos através do email: opj@ics.ulisboa.pt

Agradecemos desde já a sua colaboração!

Iniciar inquérito



**Anexo 3 – Email de lembrete enviado aos municípios que não entraram no inquérito *online***





# Lembretes enviados

**DE:** opj@ics.ul.pt por surveymonkey.com

**DATA:** 04, 11 e 18 de dezembro de 2017 e 03 e 09 de janeiro de 2018

**ENVIADO PARA:**

**ASSUNTO:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude

**MENSAGEM:**

## INQUÉRITO AOS RESPONSÁVEIS MUNICIPAIS PELA ÁREA DA JUVENTUDE

Exmo(a) Senhor(a),

O Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, está a promover o estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?».

A resposta a este inquérito sobre Políticas Municipais de Juventude por parte de todos os Municípios em Portugal é uma parte muito importante deste estudo, que pretende contribuir para o Plano Nacional de Juventude em construção.

A sua participação empenhada é um contributo determinante para um conhecimento aprofundado das políticas públicas na área da juventude à escala local. Pedíamos, portanto, que respondesse a este breve inquérito em representação do município onde trabalha.

Verificámos que o seu município ainda não acedeu ao inquérito online. Seria muito importante que o preenchesse **até ao dia XXX**, data a partir da qual o mesmo será encerrado.

Em caso de ter de interromper o preenchimento deste inquérito antes da sua conclusão, basta aceder de novo através deste mesmo link para prosseguir com o seu preenchimento. Para qualquer dúvida ou necessidade de informações adicionais por favor contacte-nos através do email: opj@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

[Iniciar inquérito](#)

Não encaminhe este email, pois este link de questionário é exclusivo para a sua conta.  
[Cancelar subscrição](#) desta lista

Desenvolvido pela  SurveyMonkey



#### **4 - Email de lembrete enviado aos municípios que responderam parcialmente ao inquérito**



# Lembretes enviados

**DE:** opj@ics.ul.pt por surveymonkey.com

**DATA:** 04, 11 e 18 de dezembro de 2017 e 03 e 09 de janeiro de 2018

**ENVIADO PARA:**

**ASSUNTO:** Lembrete: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude

**MENSAGEM:**

## INQUÉRITO AOS RESPONSÁVEIS MUNICIPAIS PELA ÁREA DA JUVENTUDE

Exmo(a) Senhor(a),

O Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, está a promover o estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?».

A resposta a este inquérito sobre Políticas Municipais de Juventude por parte de todos os Municípios em Portugal é uma parte muito importante deste estudo, que pretende contribuir para o Plano Nacional de Juventude em construção.

A sua participação empenhada é um contributo determinante para um conhecimento aprofundado das políticas públicas na área da juventude à escala local. Pedíamos, portanto, que respondesse a este breve inquérito em representação do município onde trabalha.

Verificámos que o seu município já acedeu ao inquérito online mas ainda não concluiu o seu preenchimento. Seria muito importante que completasse o preenchimento do inquérito **até ao dia XXX**, data a partir da qual o mesmo será encerrado.

Em caso de ter de interromper o preenchimento deste inquérito antes da sua conclusão, basta aceder de novo através deste mesmo link para prosseguir com o seu preenchimento. Para qualquer dúvida ou necessidade de informações adicionais por favor contacte-nos através do email: opj@ics.ulisboa.pt

Obrigado pela sua colaboração!

Votos de um Excelente 2018!

[Iniciar inquérito](#)

Não encaminhe este email, pois este link de questionário é exclusivo para a sua conta.  
[Cancelar subscrição](#) desta lista

Desenvolvido pela  SurveyMonkey



## **Anexo 5 – Lista de municípios portugueses, por NUTS III e por taxa de resposta**





Lista de municípios portugueses, por NUTS III e por taxa de resposta

NUTS II	NUTS III	Concelho	Percentage m de resposta
Norte	Alto Minho	Arcos de Valdevez	100%
		Caminha	48%
		Melgaço	100%
		Monção	100%
		Paredes de Coura	100%
		Ponte da Barca	100%
		Ponte de Lima	
		Valença	
		Viana do Castelo	100%
		Vila Nova de Cerveira	100%
	Cávado	Amares	100%
		Barcelos	100%
		Braga	100%
		Esposende	100%
		Terras de Bouro	100%
		Vila Verde	100%
	Ave	Cabeceiras de Basto	100%
		Fafe	
		Guimarães	100%

		Mondim de Basto	100%
		Póvoa de Lanhoso	100%
		Vieira do Minho	
		Vila Nova de Famalicão	100%
		Vizela	100%
	<b>Área Metropolitana do Porto</b>	Arouca	100%
		Espinho	100%
		Gondomar	100%
		Maia	100%
		Matosinhos	100%
		Oliveira de Azeméis	100%
		Paredes	100%
		Porto	100%
		Póvoa de Varzim	100%
		Santa Maria da feira	100%
		Santo Tirso	100%
		São João da Madeira	100%
		Trofa	100%
		Vale de Cambra	100%
		Valongo	
		Vila do Conde	100%

		Vila Nova de Gaia	100%
	<b>Alto Tâmega</b>	Boticas	100%
		Chaves	100%
		Montalegre	
		Ribeira de Pena	100%
		Valpaços	100%
		Vila Pouca de Aguiar	100%
	<b>Tâmega e Sousa</b>	Amarante	100%
		Baião	100%
		Castelo de Paiva	100%
		Celorico de Basto	100%
		Cinfães	100%
		Felgueiras	100%
		Lousada	100%
		Marco de Canaveses	100%
		Paços de Ferreira	100%
		Penafiel	100%
		Resende	100%
	<b>Douro</b>	Alijó	100%
		Armamar	100%
		Carrazeda de Ansiães	

		Freixo de Espada à Cinta	100%
		Lamego	100%
		Mesão Frio	100%
		Moimenta da Beira	100%
		Murça	100%
		Penedono	100%
		Peso da Régua	100%
		Sabrosa	100%
		Santa Marta de Penaguião	100%
		São João da Pesqueira	100%
		Sernancelhe	100%
		Tabuaço	100%
		Tarouca	100%
		Torre de Moncorvo	100%
		Vila Nova de Foz Côa	100%
		Vila Real	100%
	<b>Terras de Trás-os-Montes</b>	Alfândega da Fé	100%
		Bragança	100%
		Macedo de Cavaleiros	
		Miranda do Douro	100%

		Mirandela	100%
		Mogadouro	100%
		Vila Flor	100%
		Vimioso	100%
		Vinhais	100%
<b>Centro</b>	<b>Oeste</b>	Alcobaça	100%
		Alenquer	22%
		Arruda dos Vinhos	100%
		Bombarral	100%
		Cadaval	100%
		Caldas da Rainha	100%
		Lourinhã	100%
		Nazaré	
		Óbidos	100%
		Peniche	100%
		Sobral de Monte Agraço	100%
		Torres Vedras	
	<b>Região de Aveiro</b>	Águeda	100%
		Albergaria-a-Velha	100%
		Anadia	100%
		Aveiro	48%
		Estarreja	100%
		Ílhavo	100%
		Murtosa	100%
		Oliveira do Bairro	100%
		Ovar	100%

		Sever do Vouga	
		Vagos	100%
	<b>Região de Coimbra</b>	Arganil	100%
		Cantanhede	
		Coimbra	66%
		Condeixa-a-Nova	100%
		Figueira da Foz	100%
		Góis	100%
		Lousã	100%
		Mealhada	100%
		Mira	100%
		Miranda do Corvo	100%
		Montemor-o-Velho	18%
		Mortágua	82%
		Oliveira do Hospital	100%
		Pampilhosa da Serra	100%
		Penacova	6%
		Penela	100%
		Soure	100%
		Tábua	100%
		Vila Nova de Poiares	100%
	<b>Região de Leiria</b>	Alvaiázere	100%
		Ansião	50%

		Batalha	36%
		Castanheira de Pêra	100%
		Figueiró dos Vinhos	
		Leiria	100%
		Marinha Grande	100%
		Pedrógão Grande	
		Pombal	100%
		Porto de Mós	100%
	<b>Viseu Dão Lafões</b>	Aguiar da Beira	84%
		Carregal do Sal	
		Castro Daire	
		Mangualde	100%
		Nelas	86%
		Oliveira de Frades	100%
		Penalva do Castelo	100%
		Santa Comba Dão	36%
		São Pedro do Sul	100%
		Sátão	100%
		Tondela	100%
		Vila Nova de Paiva	100%



		Viseu	22%
		Vouzela	100%
	<b>Beira Baixa</b>	Idanha-a-Nova	100%
		Oleiros	100%
		Penamacor	18%
		Proença-a-Nova	100%
		Vila Velha de Rodão	
	<b>Médio Tejo</b>	Abrantes	100%
		Alcanena	100%
		Constância	100%
		Entroncamento	100%
		Ferreira do Zêzere	100%
		Mação	
		Ourém	100%
		Sardoal	100%
		Sertã	100%
		Tomar	100%
		Torres Novas	100%
		Vila de Rei	100%
		Vila Nova da Barquinha	
	<b>Beiras e Serra da Estrela</b>	Almeida	18%
		Belmonte	100%
		Castelo Branco	82%

		Celorico da Beira	100%
		Covilhã	100%
		Figueira de Castelo Rodrigo	100%
		Fornos de Algodres	100%
		Fundão	100%
		Gouveia	100%
		Guarda	100%
		Manteigas	
		Mêda	
		Pinhel	36%
		Sabugal	100%
		Seia	
		Trancoso	100%
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Alcochete	100%
		Almada	100%
		Amadora	100%
		Barreiro	100%
		Cascais	
		Lisboa	100%
		Loures	100%
		Mafra	100%
		Moita	100%
		Montijo	
		Odivelas	100%
		Oeiras	100%
		Palmela	82%
		Seixal	100%

		Sesimbra	100%
		Setúbal	100%
		Sintra	100%
		Vila Franca de Xira	100%
<b>Alentejo</b>	<b>Alentejo Litoral</b>	Alcácer do Sal	100%
		Grândola	100%
		Odemira	100%
		Santiago do Cacém	18%
		Sines	100%
	<b>Baixo Alentejo</b>	Aljustrel	100%
		Almodôvar	100%
		Alvito	100%
		Barrancos	100%
		Beja	100%
		Castro Verde	82%
		Cuba	100%
		Ferreira do Alentejo	100%
		Mértola	100%
		Moura	100%
		Ourique	100%
		Serpa	100%
		Vidigueira	100%
	<b>Lezíria do Tejo</b>	Almeirim	100%
		Alpiarça	100%
		Azambuja	
		Benavente	
		Cartaxo	100%
		Chamusca	100%

		Coruche	100%
		Golegã	100%
		Rio Maior	100%
		Salvaterra de Magos	100%
		Santarém	100%
	<b>Alto Alentejo</b>	Alter do Chão	100%
		Arronches	100%
		Avis	100%
		Campo Maior	100%
		Castelo de Vide	100%
		Crato	100%
		Elvas	36%
		Fronteira	48%
		Gavião	100%
		Marvão	100%
		Monforte	100%
		Nisa	100%
		Ponte de Sôr	86%
		Portalegre	100%
		Sousel	48%
	<b>Alentejo Central</b>	Alandroal	100%
		Arraiolos	100%
		Borba	100%
		Estremoz	100%
		Évora	86%
		Montemor-o-Novo	100%
		Mora	32%
		Mourão	100%

		Portel	100%
		Redondo	10%
		Reguengos de Monsaraz	100%
		Vendas Novas	36%
		Viana do Alentejo	100%
		Vila Viçosa	100%
<b>Algarve</b>	<b>Algarve</b>	Albufeira	100%
		Alcoutim	100%
		Aljezur	100%
		Castro Marim	
		Faro	100%
		Lagoa	100%
		Lagos	100%
		Loulé	100%
		Monchique	82%
		Olhão	100%
		Portimão	100%
		São Brás de Alportel	100%
		Silves	100%
		Tavira	100%
		Vila do Bispo	100%
		Vila Real de Santo António	100%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	<b>Região Autónoma dos Açores</b>	Angra do Heroísmo	100%
		Calheta (R.A.A.)	100%
		Corvo	100%

		Horta	100%
		Lagoa (R.A.A)	100%
		Lajes das Flores	100%
		Lajes do Pico	100%
		Madalena	100%
		Nordeste	100%
		Ponta Delgada	18%
		Povoação	100%
		Ribeira Grande	100%
		Santa Cruz da Graciosa	100%
		Santa Cruz das Flores	100%
		São Roque do Pico	100%
		Velas	100%
		Vila da Praia da Vitória	100%
		Vila do Porto	100%
		Vila Franca do Campo	100%
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	<b>Região Autónoma da Madeira</b>	Calheta (R.A.M.)	100%
		Câmara de Lobos	100%
		Funchal	100%
		Machico	100%
		Ponta do Sol	100%
		Porto Moniz	100%

		Porto Santo	100%
		Ribeira Brava	100%
		Santa Cruz	100%
		Santana	100%
		São Vicente	100%

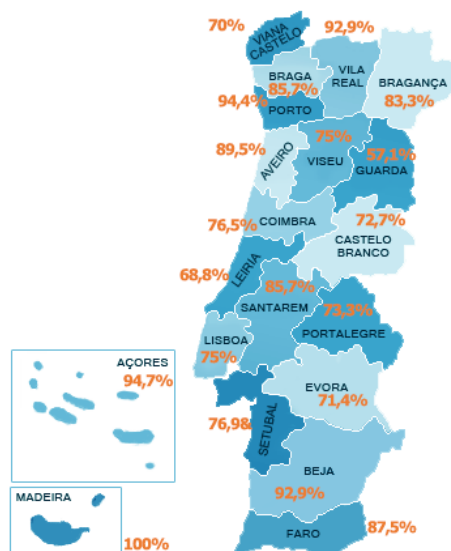
## Anexo 6 – Mapas de distribuição geográfica

Mapa 6.1 – Distribuição territorial por NUTS (I, II, III)



Fonte: **Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).** (2018). Acedido a 15 de abril de 2018. Disponível em <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>

Mapa 6.2 – Taxa de resposta por distrito



Fonte: **Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018**





## Anexo 7 – Estrutura de intervenção municipal na área da juventude

**Mapa 2.1 Unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude por NUTS III (%)**

NUTS III	Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?			
	Sim, é uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude	Sim, é uma unidade orgânica dedicada à área da juventude em conjunto com outra(s) área(s)	Não existe nenhuma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude	Total
Alto Minho		57,1%	42,9%	100,0%
Cávado	16,7%	83,3%		100,0%
Ave	33,3%	66,7%		100,0%
Área Metropolitana do Porto	37,5%	62,5%		100,0%
Alto Tâmega		40,0%	60,0%	100,0%
Tâmega e Sousa	9,1%	81,8%	9,1%	100,0%
Douro		50,0%	50,0%	100,0%
Terras de Trás-os-Montes		37,5%	62,5%	100,0%
Oeste	11,1%	88,9%		100,0%
Região de Aveiro	22,2%	66,7%	11,1%	100,0%
Região de Coimbra	7,1%	64,3%	28,6%	100,0%
Região de Leiria	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%

<b>Viseu Dão Lafões</b>		100,0%		100,0%
<b>Beira Baixa</b>		33,3%	66,7%	100,0%
<b>Médio Tejo</b>		81,8%	18,2%	100,0%
<b>Beiras e Serra da Estrela</b>	10,0%	30,0%	60,0%	100,0%
<b>Área Metropolitan a de Lisboa</b>	66,7%	33,3%		100,0%
<b>Alentejo Litoral</b>	25,0%	75,0%		100,0%
<b>Baixo Alentejo</b>		75,0%	25,0%	100,0%
<b>Lezíria do Tejo</b>		55,6%	44,4%	100,0%
<b>Alto Alentejo</b>		36,4%	63,6%	100,0%
<b>Alentejo Central</b>		60,0%	40,0%	100,0%
<b>Algarve</b>	14,3%	78,6%	7,1%	100,0%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>		61,1%	38,9%	100,0%
<b>Região Autónoma da Madeira</b>		54,5%	45,5%	100,0%

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?»

**Mapa 2.3 - Distribuição orçamental por NUTS III**

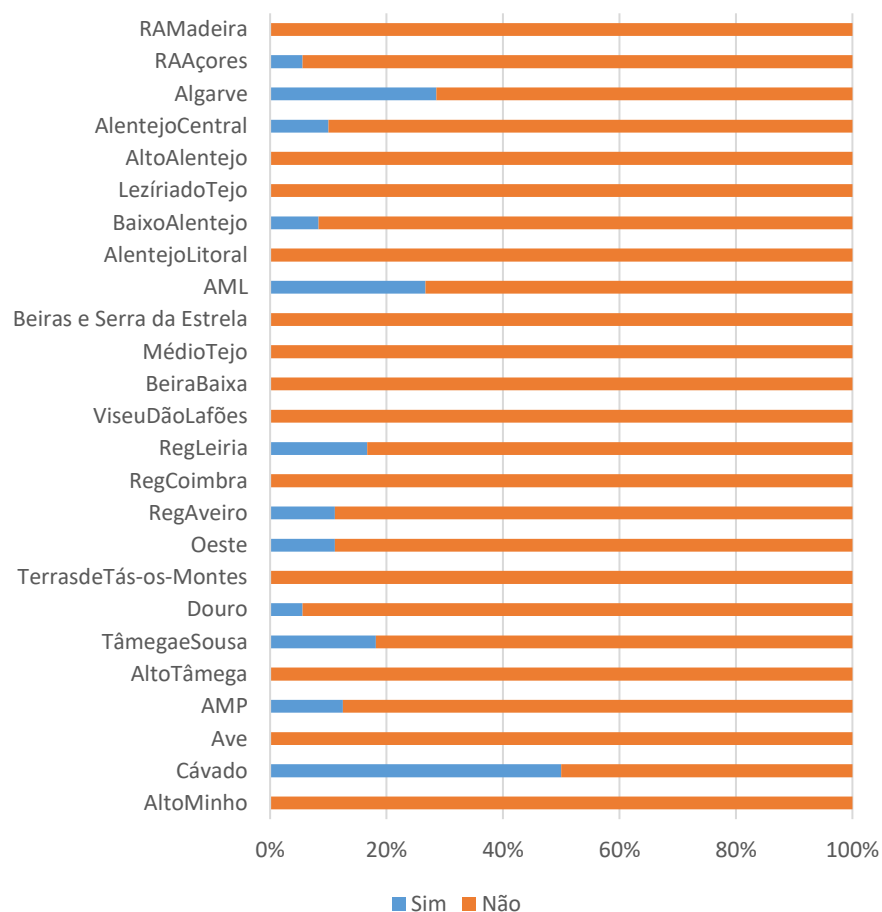
NUTS III	Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?		Total
	Sim	Não	
<b>Alto Minho</b>	28,6%	71,4%	100,0%
<b>Cávado</b>	83,3%	16,7%	100,0%
<b>Ave</b>	66,7%	33,3%	100,0%
<b>Área Metropolitana do Porto</b>	62,5%	37,5%	100,0%
<b>Alto Tâmega</b>	20,0%	80,0%	100,0%
<b>Tâmega e Sousa</b>	54,5%	45,5%	100,0%
<b>Douro</b>	27,8%	72,2%	100,0%
<b>Terras de Trás-os-Montes</b>	37,5%	62,5%	100,0%
<b>Oeste</b>	66,7%	33,3%	100,0%
<b>Região de Aveiro</b>	44,4%	55,6%	100,0%
<b>Região de Coimbra</b>	42,9%	57,1%	100,0%
<b>Região de Leiria</b>	50,0%	50,0%	100,0%
<b>Viseu Dão Lafões</b>		100,0%	100,0%
<b>Beira Baixa</b>		100,0%	100,0%
<b>Médio Tejo</b>	27,3%	72,7%	100,0%
<b>Beiras e Serra da Estrela</b>	20,0%	80,0%	100,0%
<b>Área Metropolitana de Lisboa</b>	86,7%	13,3%	100,0%
<b>Alentejo Litoral</b>	75,0%	25,0%	100,0%
<b>Baixo Alentejo</b>	41,7%	58,3%	100,0%

<b>Lezíria do Tejo</b>	55,6%	44,4%	100,0%
<b>Alto Alentejo</b>	36,4%	63,6%	100,0%
<b>Alentejo Central</b>	20,0%	80,0%	100,0%
<b>Algarve</b>	28,6%	71,4%	100,0%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	33,3%	66,7%	100,0%
<b>Região Autónoma da Madeira</b>		100,0%	100,0%

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 16: «Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?»

## Anexo 8 - Formas de intervenção municipal na área da juventude

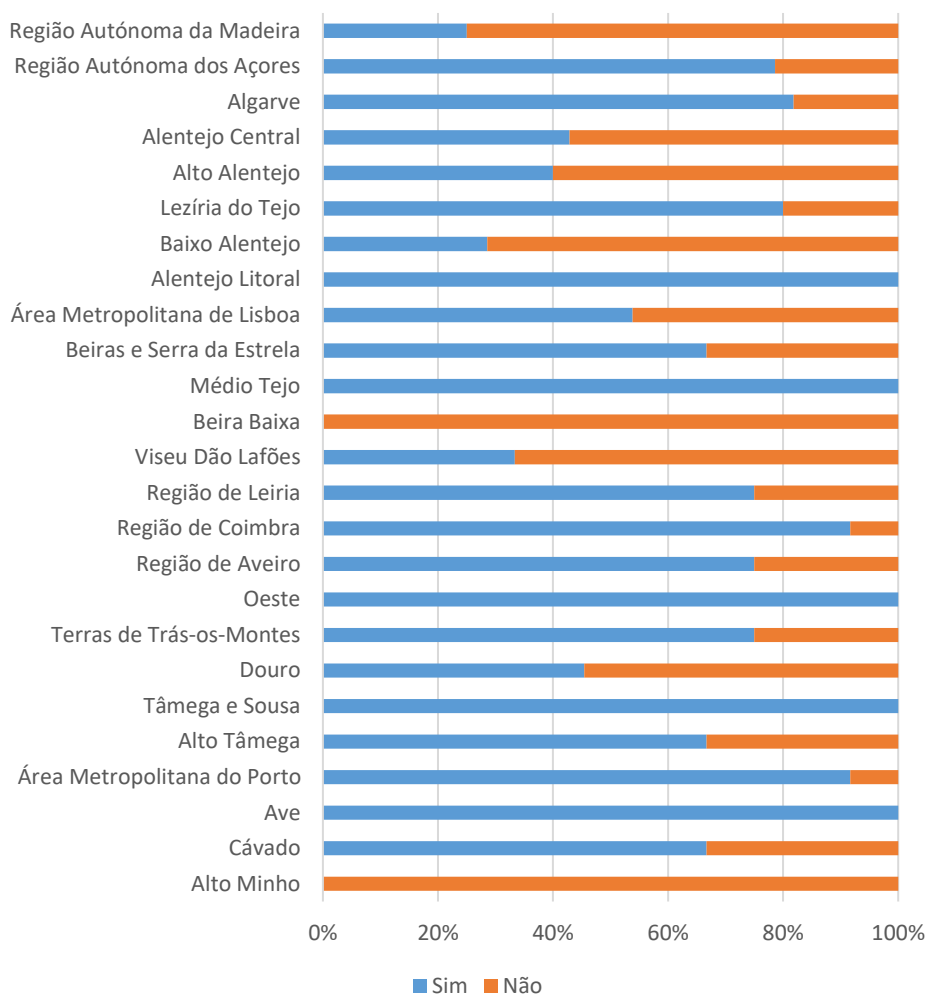
**Mapa 3.1- Distribuição de municípios com PMJ por NUTS III**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251).

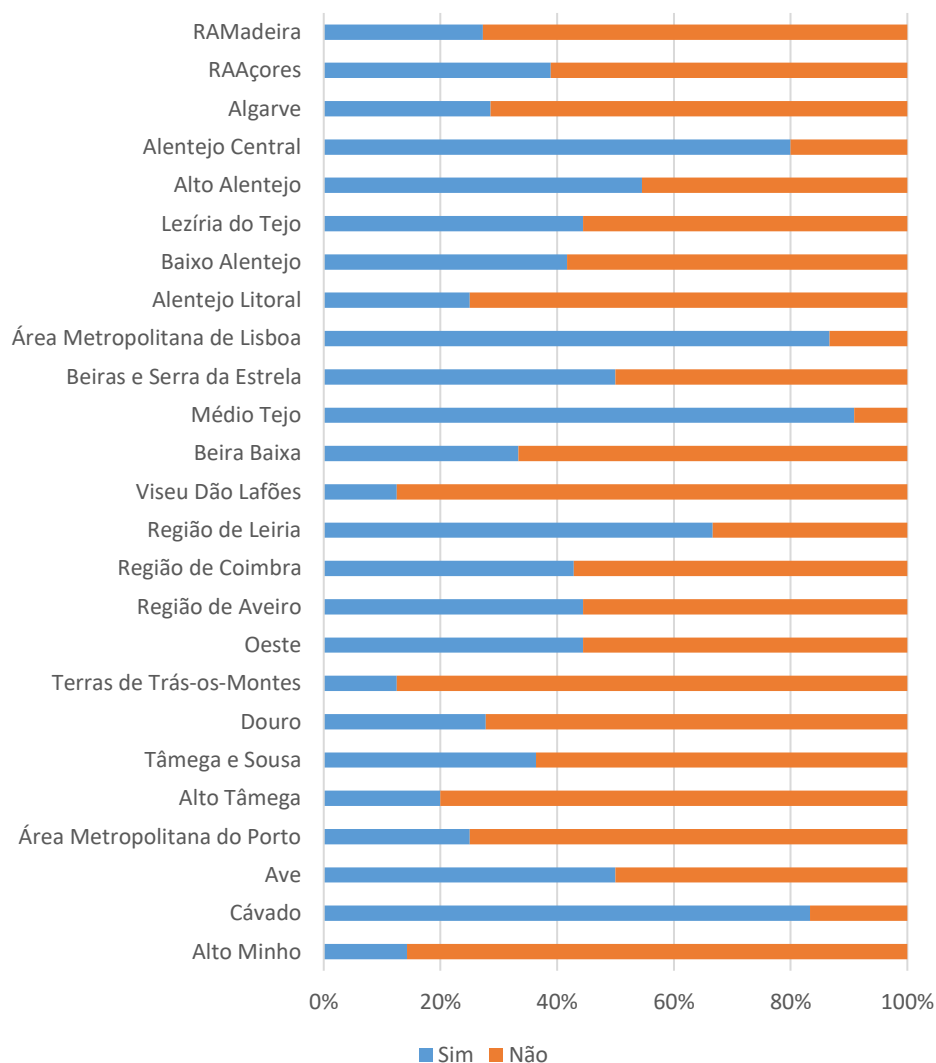
**Mapa 3.2 – Distribuição da existência de Conselho Municipal de Juventude por NUTS**

**III**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=178). Cruzamento das variáveis existência de CMJ e NUTS III.

**Mapa 3.3 – Distribuição da existência de Regulamento de apoio ao associativismo juvenil e NUTS III**



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251)



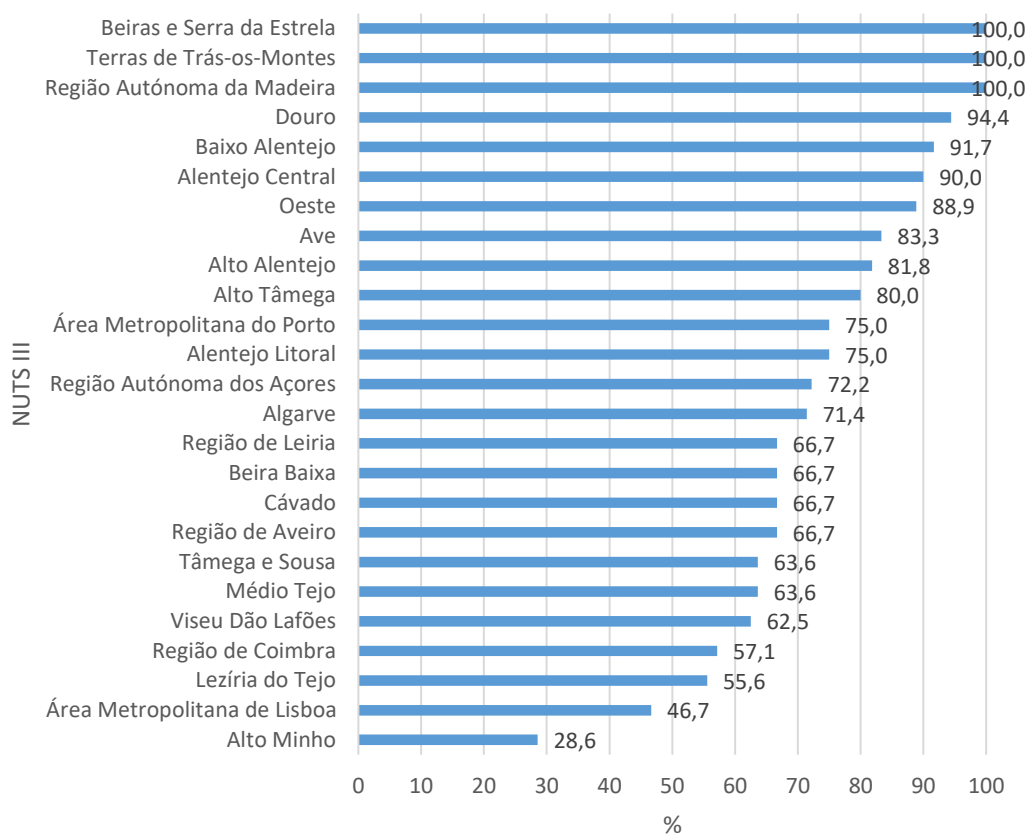
**Tabela 6.1 – Regularidade do Conselho Municipal de Juventude**

<b>Problemas</b>	<b>%</b>
<b>Trimestralmente</b>	47,9%
<b>Semestralmente</b>	21%
<b>Anualmente</b>	19,3%
<b>Bimestralmente</b>	0,8%
<b>Quadrimestralmente</b>	3,4%
<b>Variável de acordo com a necessidade</b>	4,2%
<b>Não reúne</b>	3,4%

**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=119). Pergunta 36: «Com que regularidade se reúne o Conselho Municipal de Juventude?»

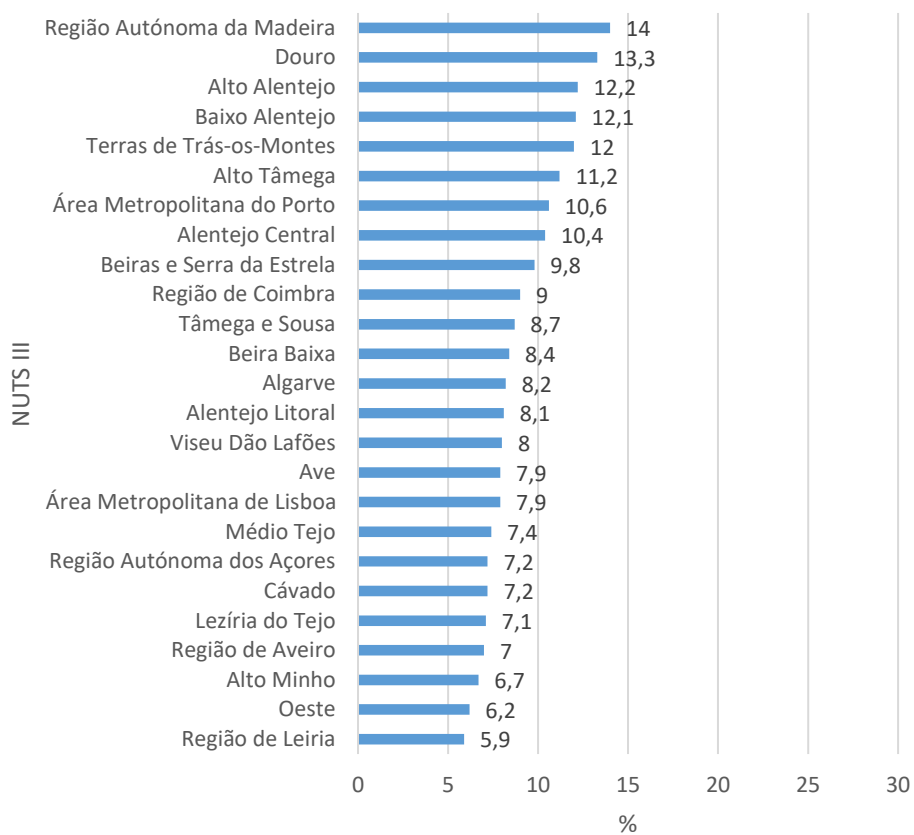
## Anexo 9 - Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude

**Mapa 4.1 – Desemprego segundo NUTS III (%)**



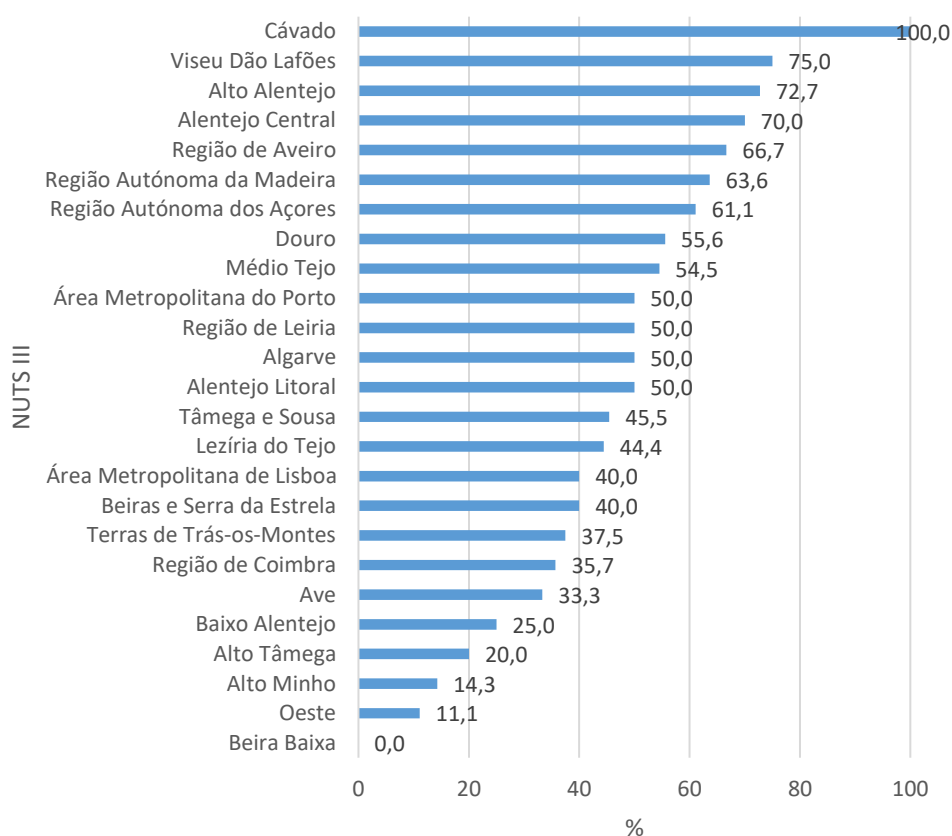
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

**Mapa 4.2 – Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%)**



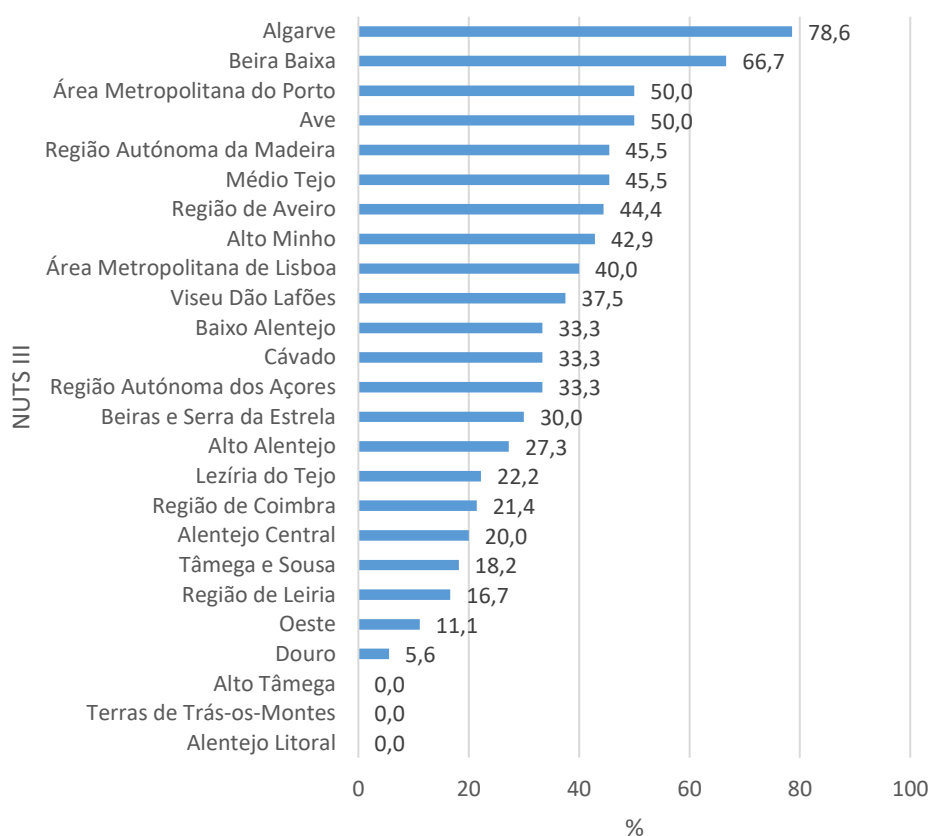
**Fonte:** INE, 2017.

**Mapa 4.3. – Trabalho precário segundo NUTS III (%)**



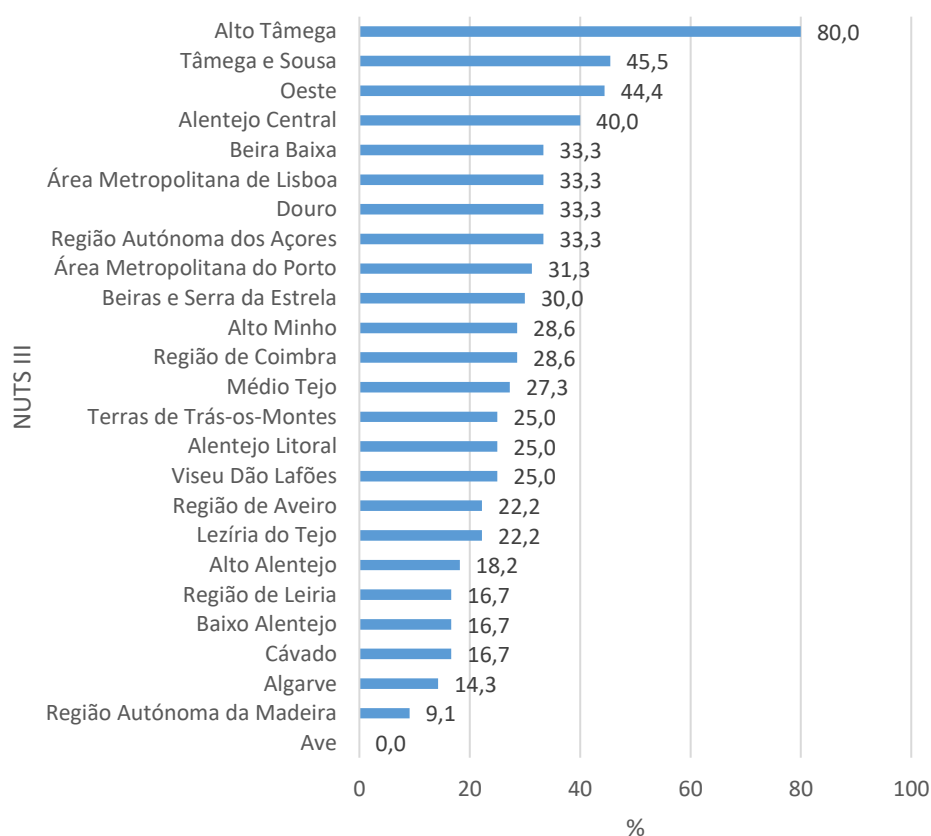
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

**Mapa 4.4 – Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%)**



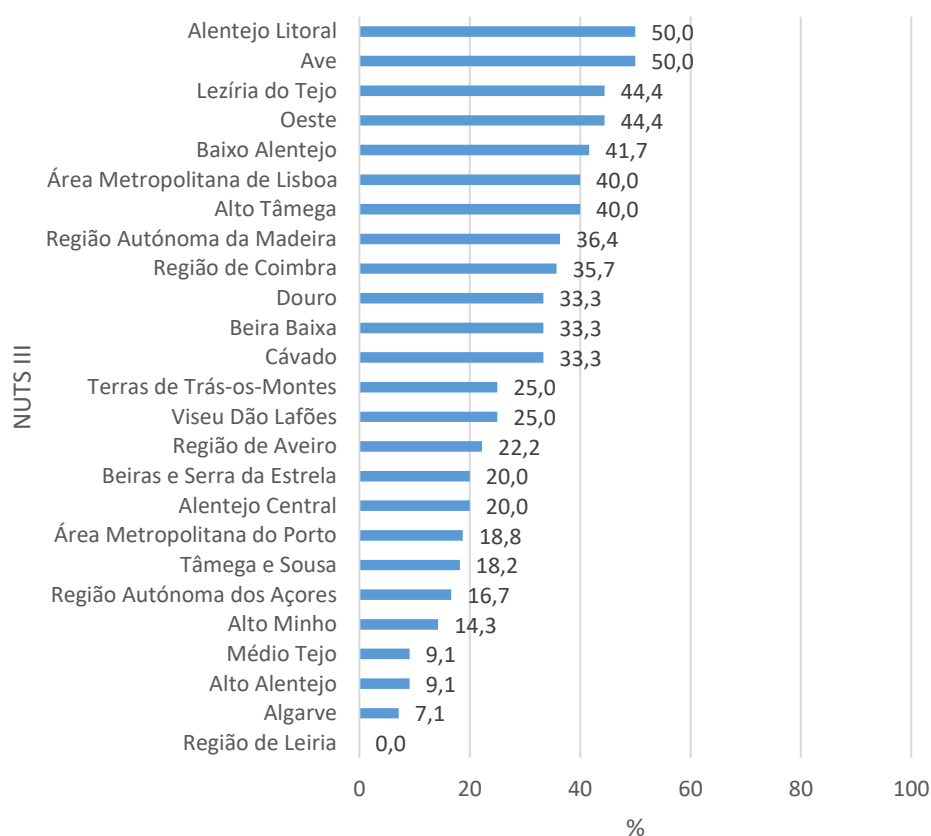
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

**Mapa 4.5 – Insucesso escolar segundo NUTS III (%)**



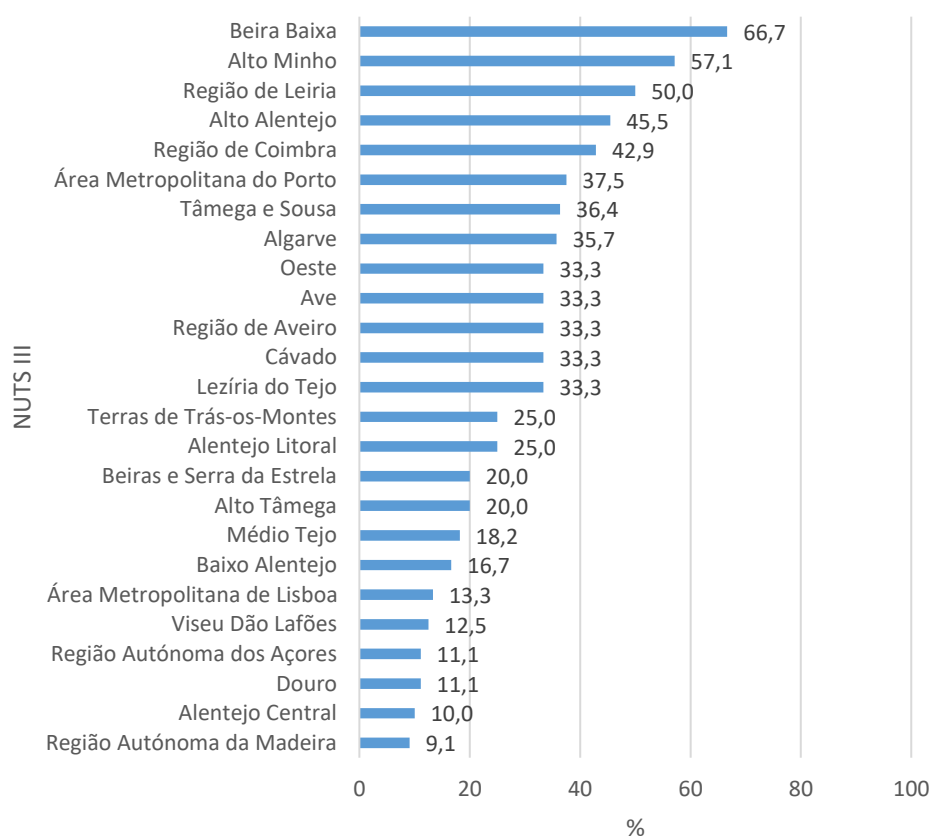
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

**Mapa 4.6 – Abandono escolar segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

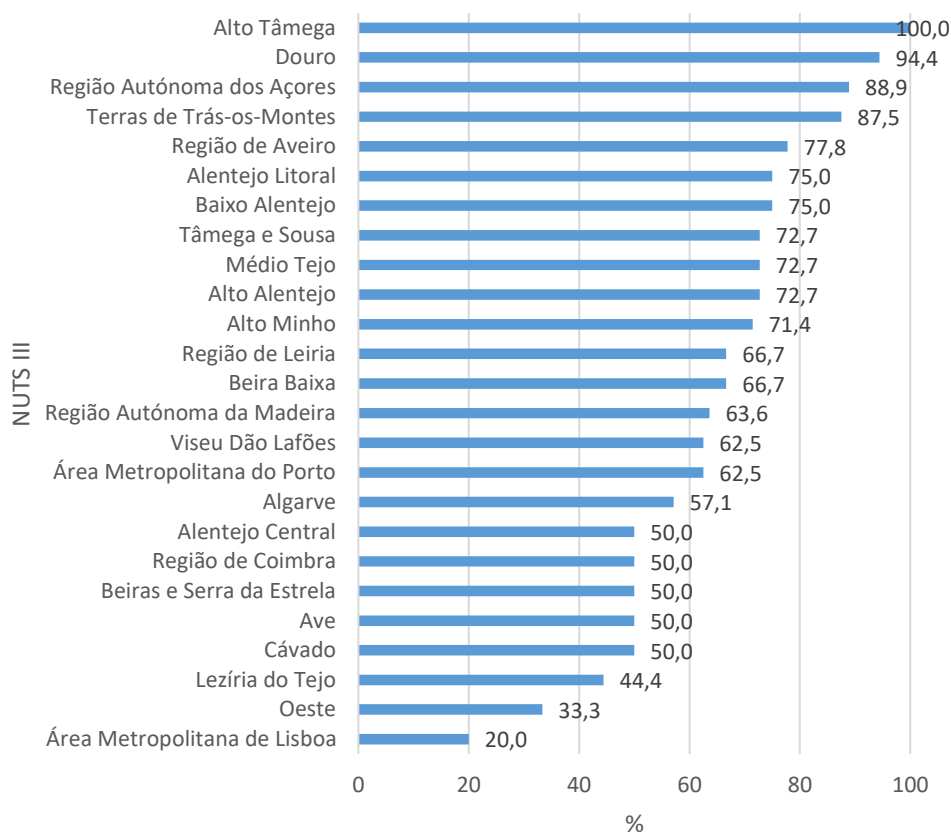
**Mapa 4.7 – Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

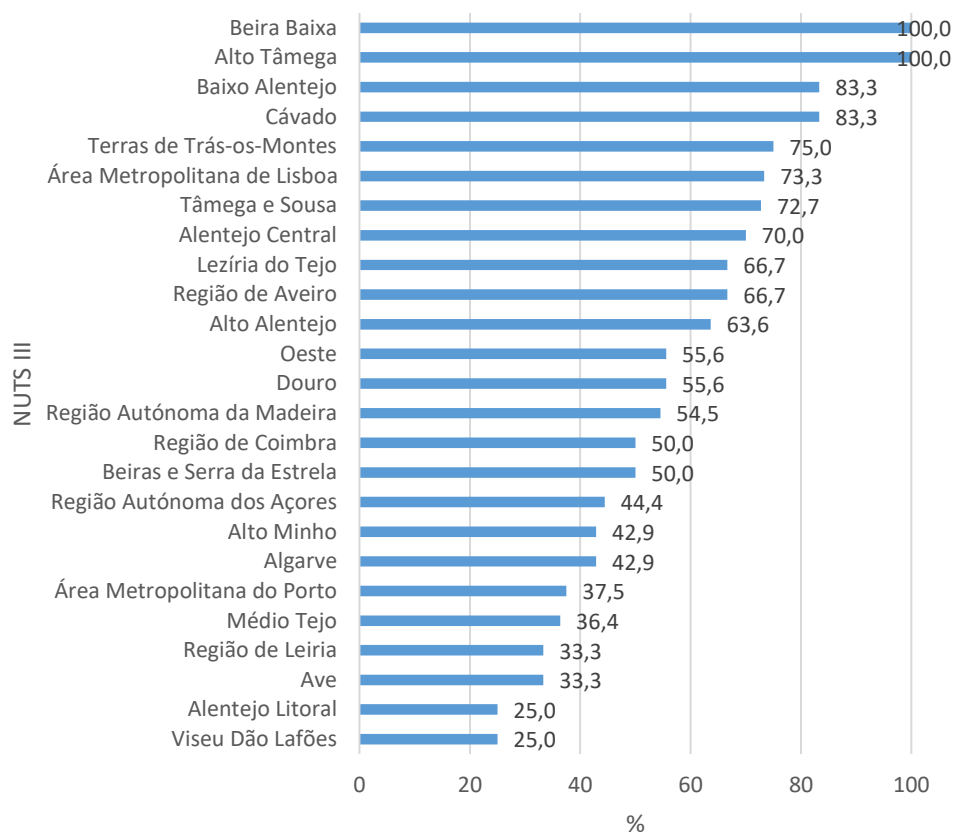


**Mapa 4.8 – Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



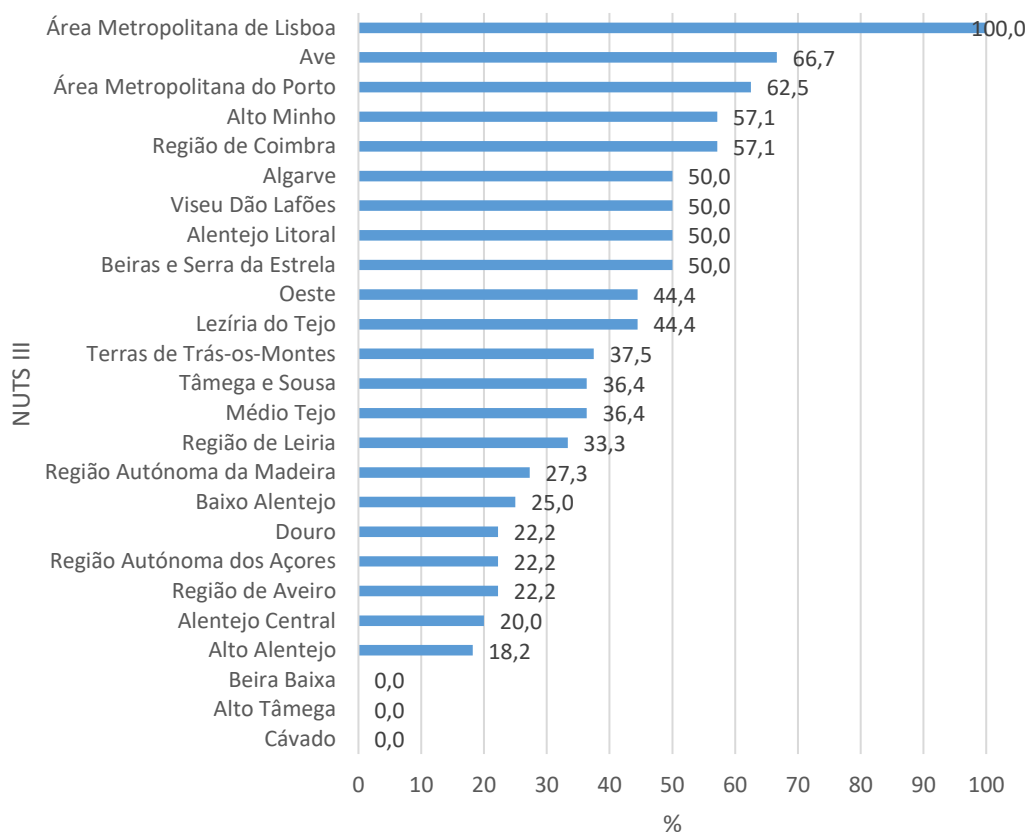
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

**Mapa 4.9 – Educação e formação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



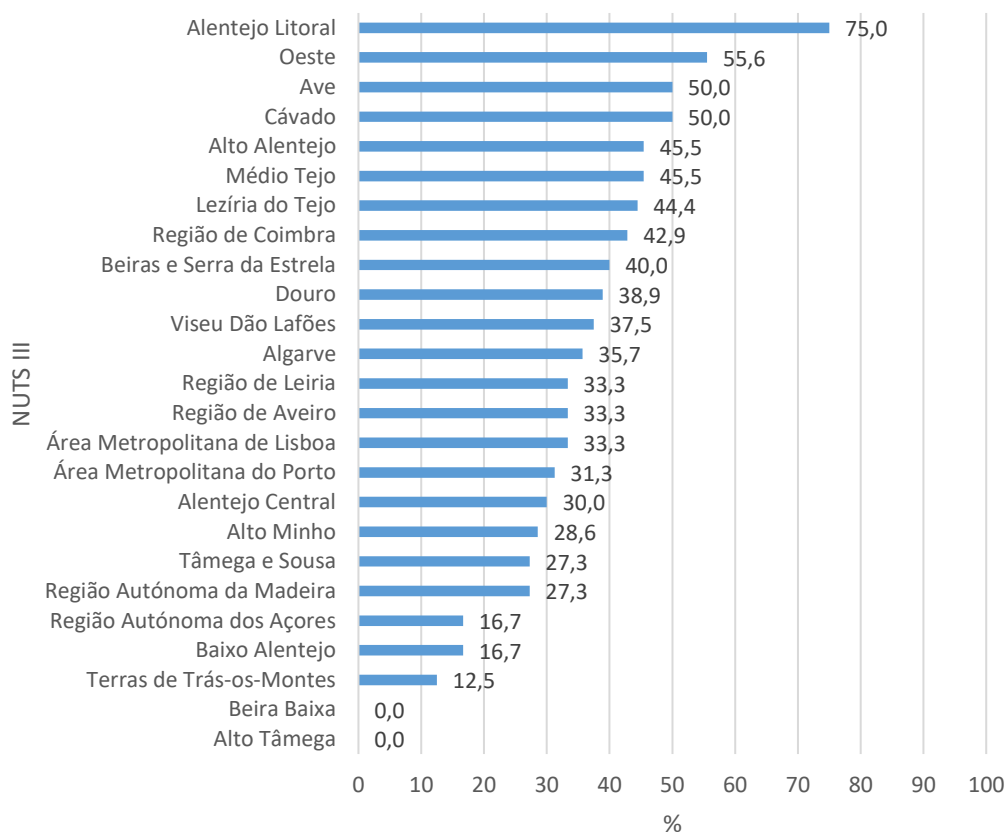
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

**Mapa 4.10 – Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



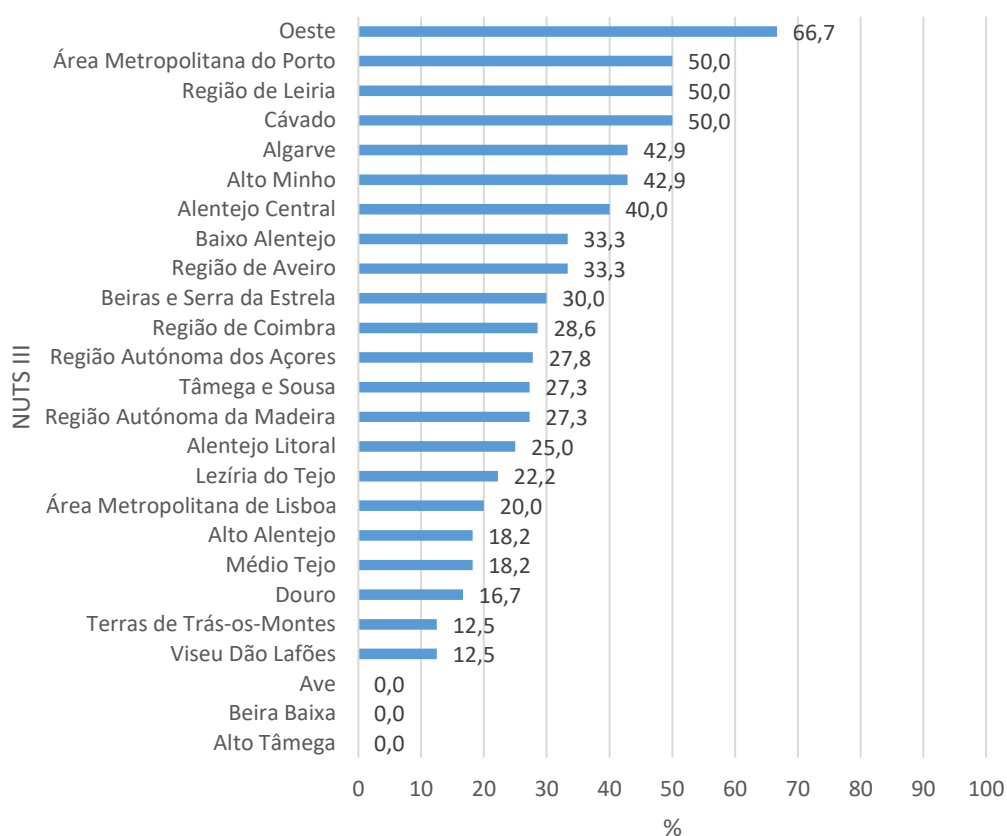
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

**Mapa 4.11 – *Criatividade e cultura* (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



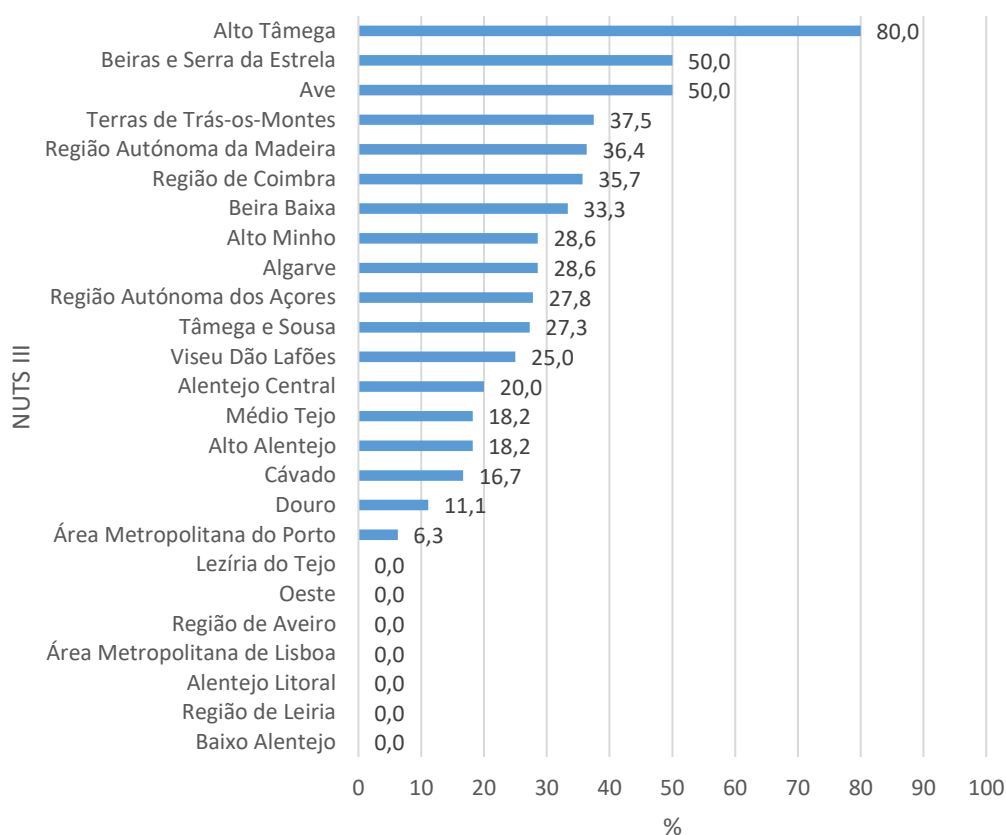
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no

**Mapa 4.12 – Saúde e bem-estar (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



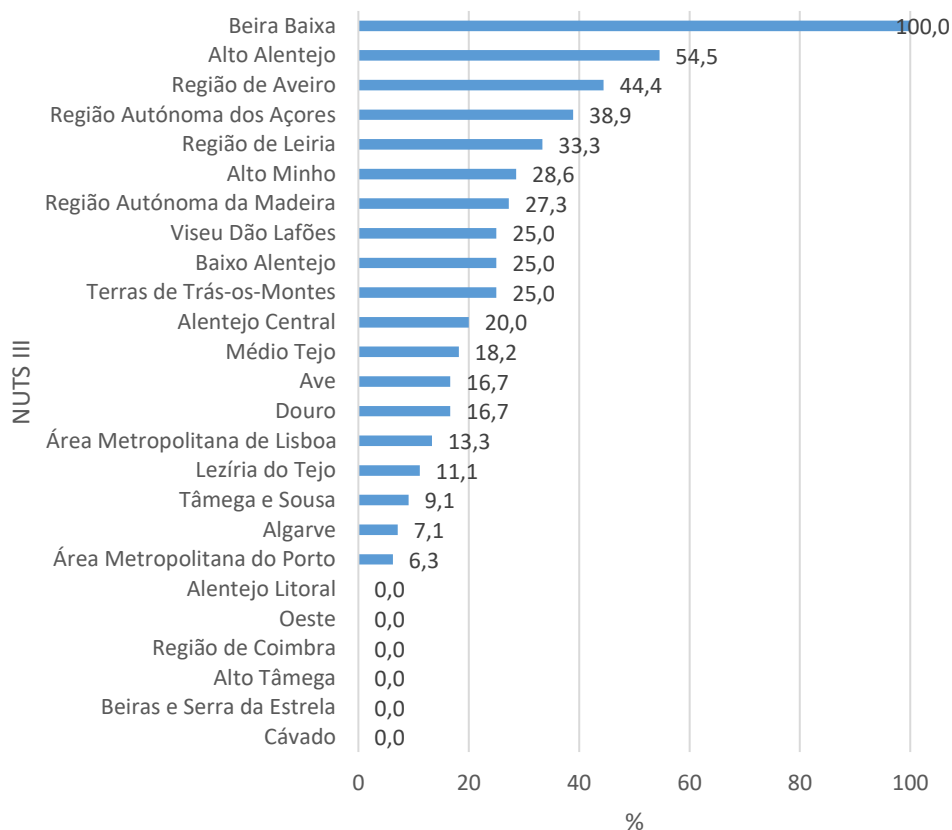
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

**Mapa 4.13 – População e demografia (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



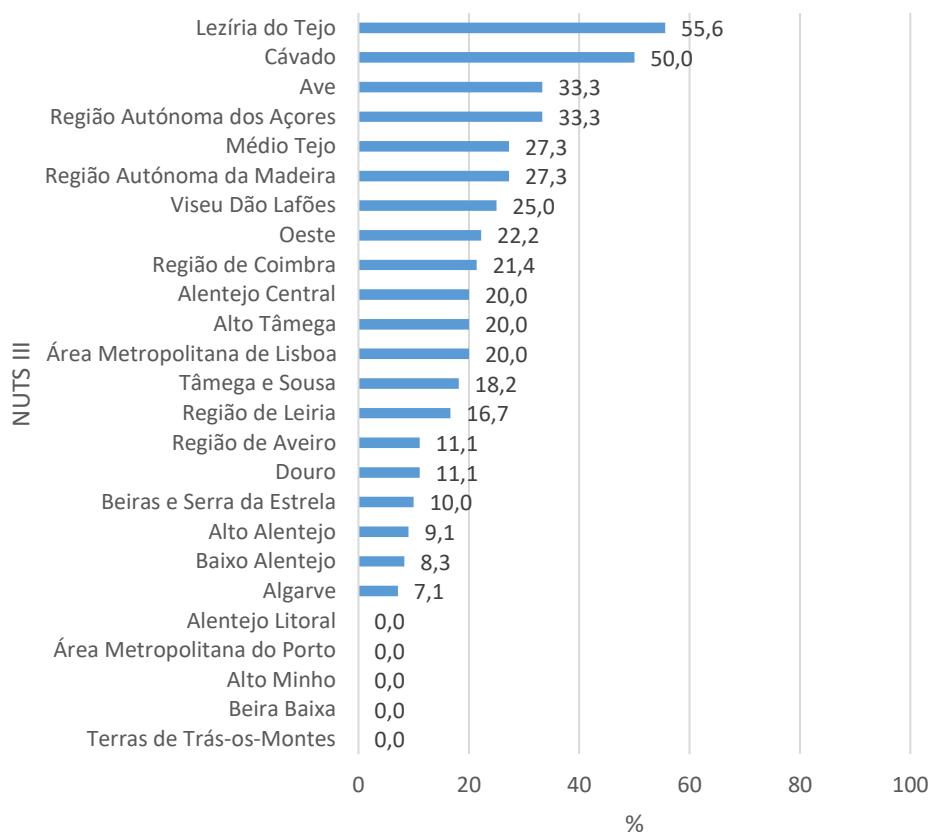
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

**Mapa 4.14 – *Habitação* (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (2018-2021)**  
(%)



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

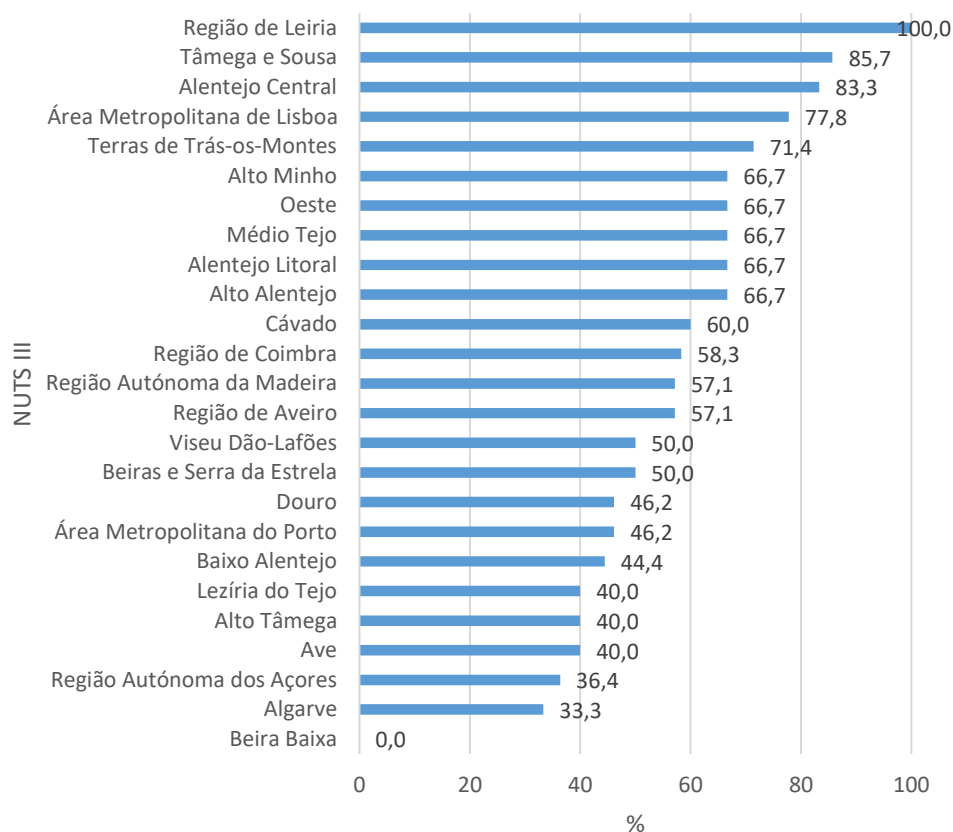
**Mapa 4.15 – *Ambiente e desenvolvimento sustentável* (área prioritária 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

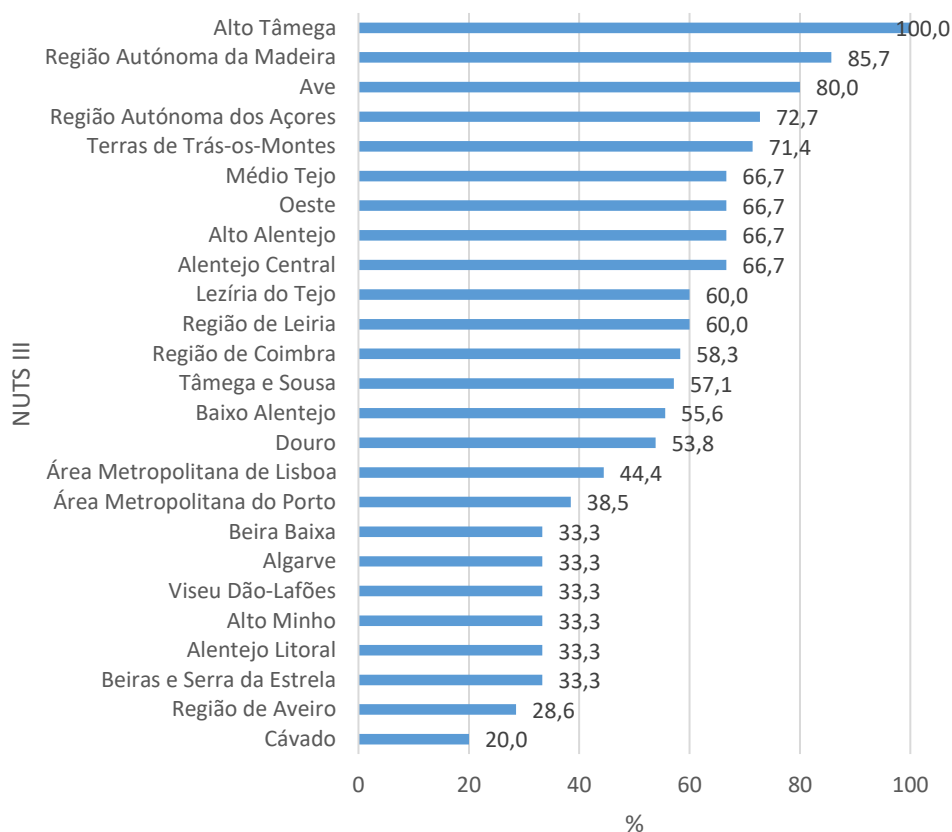


**Mapa 4.16 – Desporto, cultura e lazer (propostas de intervenção para 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



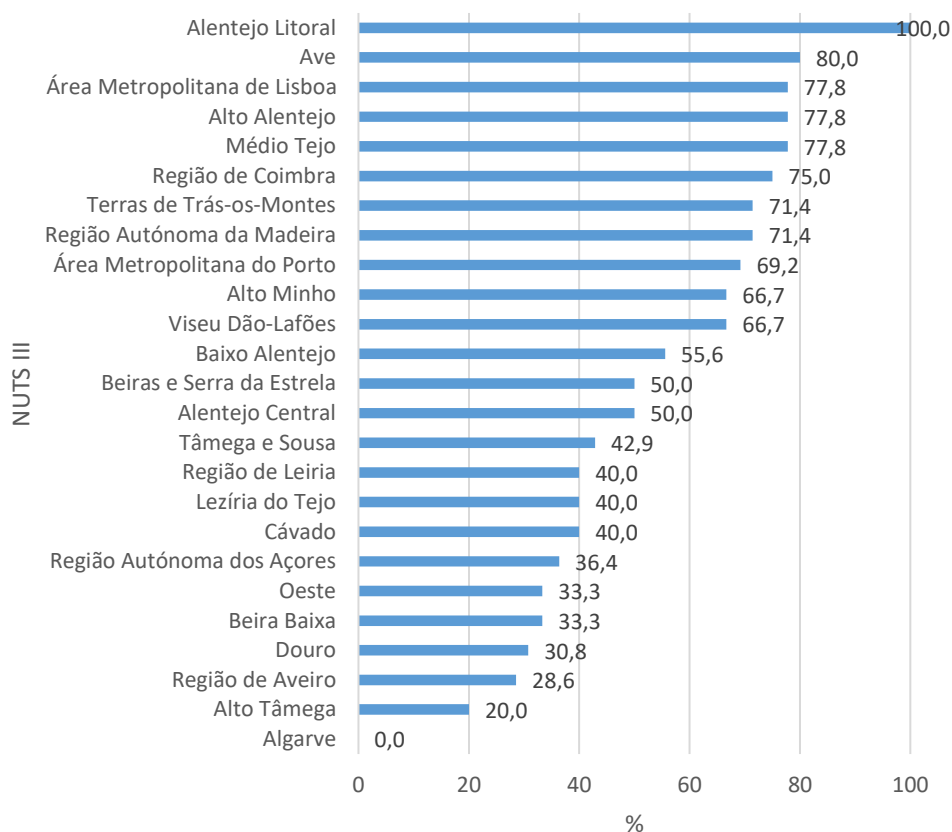
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

**Mapa 4.17 – Educação e formação (propostas de intervenção para 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



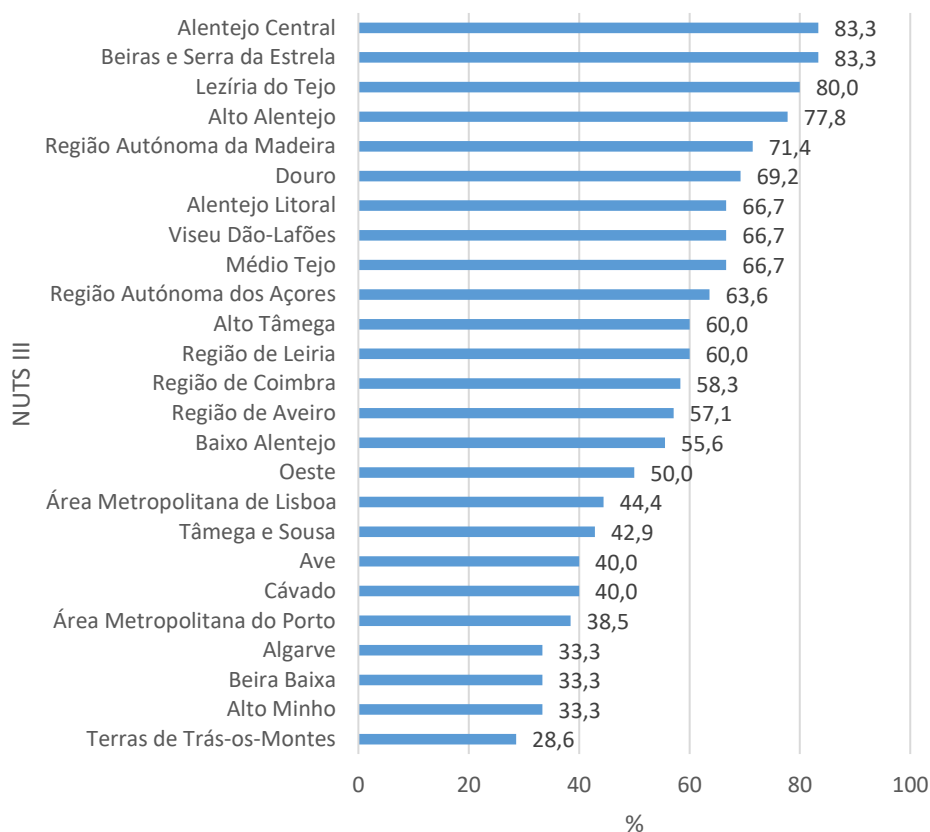
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

**Mapa 4.18 – Participação cívica e associativismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



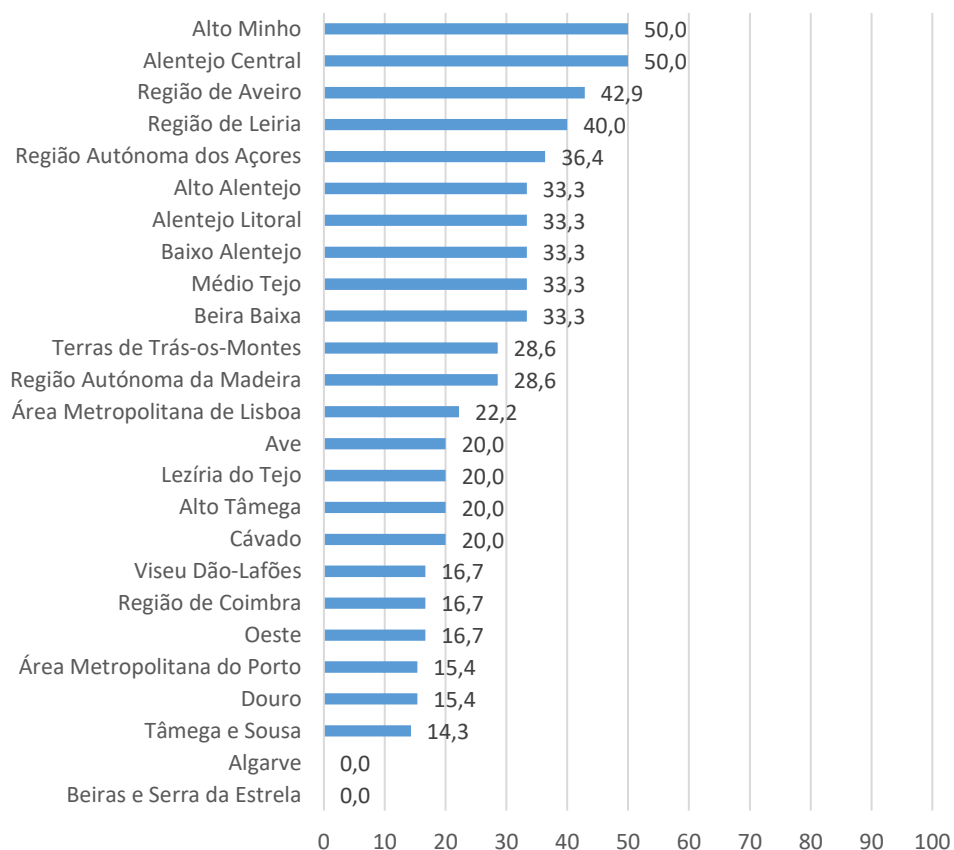
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

**Mapa 4.19 – Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)**



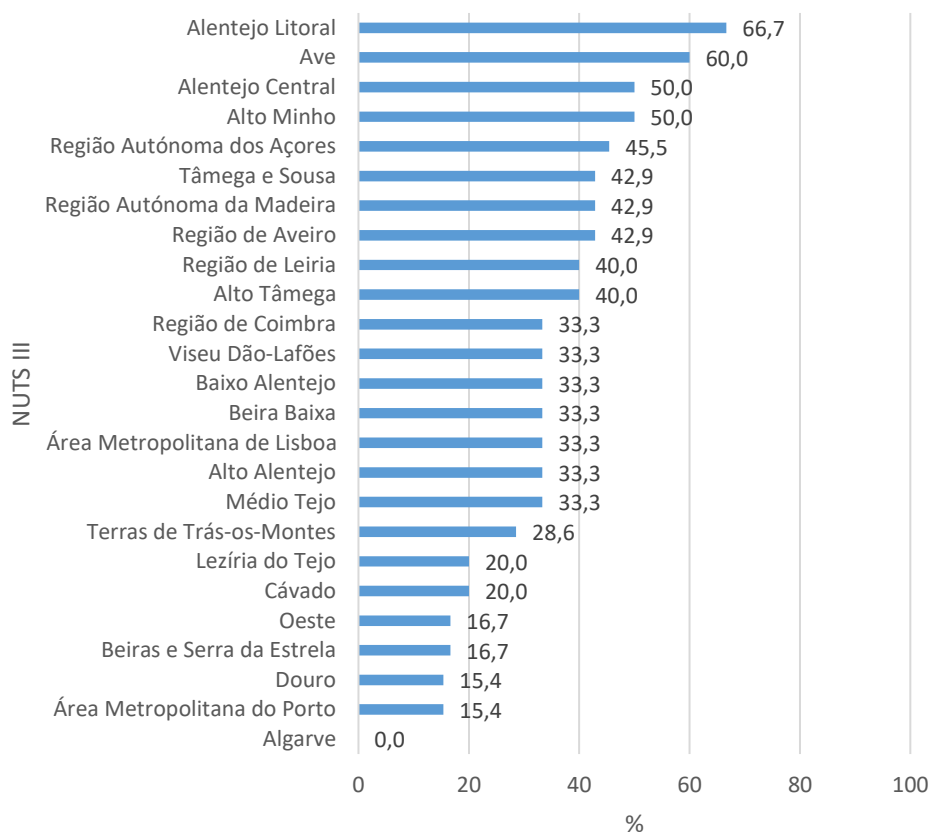
**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»

**Mapa 4.20 – Apoio à habitação jovem (propostas de intervenção para 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»

**Mapa 4.21 – Demografia e habitação (propostas de intervenção para 2018-2021)  
segundo NUTS III (%)**



**Fonte:** Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»